

A Bahia e as Capitánias
do Centro do Brasil

TOMO 3.º

Exemplar **Nº** 01634

1950

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

Série 5.ª ★ B R A S I L I A N A ★ Vol. 247-b
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

J. F. DE ALMEIDA PRADO



A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil

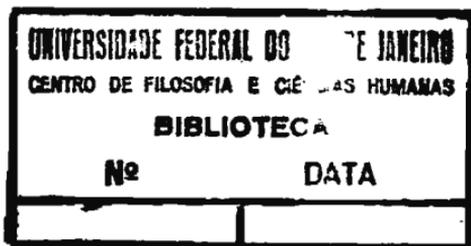
(1530-1626)

História da Formação da Sociedade Brasileira

TOMO 3.º



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO



OBRAS DO MESMO AUTOR

Primeiros Povoadores do Brasil (1500-1530) — 2.^a edição.

Pernambuco e as Capitâneas do Norte do Brasil (1530-1630) — 4 vols.

A Bahia e as Capitâneas do Centro do Brasil (1530-1626) — 2 vols.

A Bahia e as suas Relações com o Daomé (tese apresentada às comemorações promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo IV Centenário da Fundação da Cidade do Salvador).

No prelo, S. Vicente e as Capitâneas do Sul do Brasil (1530-1600) — 1 vol.

Em preparo, S. Vicente e as Capitâneas do Sul do Brasil (1600-1680).



Edições da

**COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SAO PAULO**



A

Anísio Massorra

A IDADE DE OURO DA BAHIA

O período transcorrido na Bahia de que vamos tratar da chegada de D. Francisco de Sousa e o seu solene acompanhamento, à invasão holandesa que semcou ruínas por onde passou, merece a designação de Idade de Ouro por coincidir com esses lapsos de tempo, em que o homem atinge através série de circunstâncias, estágio de felicidade quasi ideal. A "*larguesa da terra*" de que falam antigos autores, mantinha no reino imigrado intáta a sua individualidade num meio em que ele apenas ressentia a presença do Estado. E, como soe acontecer, esta fase venturosa existia a sua revelia, mal ele a percebendo, si é que alguma vez a percebesse. Sem dúvida, a solidão; má escolha dos co-imigrantes; saudades do reino e outros elementos nostálgicos o molestavam, mas no Mundo Novo encontrava o dom mais precioso e ambicionado que o indivíduo pode sonhar — a liberdade!

No ermo não devia contas aos seus semelhantes. Fazia o que entendia, acertando ou desacertando como o jogador que alterna sensações no ganho e nas perdas. Mudava entrementes de pele, o que lhe seria difficil na mãe pátria, e quasi sempre para melhor, desde lhe não estorvassem defeitos e taras congênicas. Em uma palavra, constituia a antítese da orientação hoje dominante no mundo, por completa alheia ao complexo criador do homem, e que

visa transformá-lo em mero número de registro. “*No Brasil*”, diziam autoridades leigas e eclesiásticas da colônia, “*não se pode regular pelas leis do reino*”. Transposto o oceano, substituído o aperto da metrópole pela vastidão americana tudo se modificava, não tanto pelo aparecimento de novos problemas como desaparecimento de antigos. Um dos indícios que hoje possuímos da libertação outrora concedida pelo novo habitat, reside na improvisação e multiplicação de profissões pelo mesmo indivíduo, num sítio onde tudo estava em início. O homem de armas se arvorava fabricante de peiteiras, mais pedreiro ou carpinteiro, para grangear recursos que o guindariam a lavrador, quiçá senhor de engenho. Outro, era a situação dos cristãos novos, em que muitos não conformistas duramente atingidos pela inquisição lusa fruíam tranquilos na Bahia a indulgência do bispo, e mais encarregados do Santo Offício, na ausência de visitantes-inquisidores.

Entretanto, avessos ao credo da maioria, aproveitavam oportunidades para menosprezá-lo, multiplicando desacatos ostensivos sem que nada de grave lhes acontecesse. Nunca se ateou fogo a braseiros purificadores onde a técnica mercante e os capitães dos ebreus eram necessários, nem presos foram torturados, como sucedia nos sinistros tentáculos da inquisição castelhana aparecidos em Lima ou Cartagena, sendo prescindível mais testemunhos para verificarmos quanto diferia antes de 1624 o meio colonial brasileiro do pressuposto modelo europeu.

Era o fator espaço oferecido a todas as iniciativas que intervinha, propiciando ao homem aquilo que mais o diferenciava dos outros animaes, consubstanciado no seu complexo máximo; sua rasão de ser na vida; no seu complexo criador necessitado de espaço para se expandir. Esse conjunto de qualidades e defeitos, é tão visível na criança quando eleva castelos na areia, como no estadista que pela sábia gestão enriquece e felicita um povo. Por uma fata-

lidade do destino, também é o responsável infelizmente pelo antagonismo que opõe novos a velhos; empregados a empregadores; comandados a comandantes; filhos a paes; povos a governos, em choques tanto mais violentos quanto mais acusada fôr a individualidade dos contendores. Passado, no entanto, este período inicial a Bahia recebeu no fim do século 16 a inquisição, como indício de que entrara na adolescência e precisava mudar de tutor. A vinda do famoso expediente defensivo das instituições básicas ibéricas, prendia-se às lutas do velho continente e necessidade de preservar a colônia das suas emanações. O Brasil do outro lado do oceano, conservara a sua estrutura sem mosas, atravessando incólume a prova da união das duas corôas. Crenças, costumes, tradições e obediência ao poder, continuavam inalteradas na população colonial, ao passo que na Europa sopravam vendavaes provocados por lutas de religião e se formavam coalisões contra o império filipino.

As alternativas do embate foram adensando males que culminaram na Guerra dos Trinta Anos. Almejavam príncipes, reis e imperadores, dilatar territórios empregando além de exércitos o recurso de instilar veneno de consciência sob rótulos vários através de fronteiras. Na maior colônia lusa o povoador estava demasiadamente absorvido na tarefa desbravadora para facilmente sofrer contágios. O que na Europa sucitava rebates e alvoroços no Brasil passava em branca nuvem. Antes de tudo, notava-se nos dirigentes eleitos pelos municípios o evidente desejo de viver de boas avenças com os outros poderes, acalmando agitações populares, reverenciando autoridades eclesiásticas na pessoa do bispo, e as del-rei na do governador geral.

Queixas justas e injustas sempre ocorriam, porém desconhecemos levantes que encarcerassem prelados e suprimissem capitães geraes, e principalmente, que nas contendas políticas procurassem o inimigo externo para dele fa-

zer instrumento de luta. Pelo contrário, ao surgirem estrangeiros nos ancoradouros mostravam-se os colonias no-tavelmente unidos, num sítio em que existiam brancos, índios e pretos; católicos e judeus; senhores de engenhos e jornaleiros mesquinhos; funcionários leigos e eclesiásticos; mestiços turbulentos e reinos ambiciosos. Acima, porém, de competições inevitáveis em semelhante colcha de retalhos, pairava a solidariedade que os unia graças a inquebrantável argamassa.

Depois da invasão holandesa deu-se profunda mudança, fenecendo o que em estágios anteriores vigorava. Complicavam-se problemas da população colonial através variações da política externa das grandes potências ocidentais, a desviar diretrizes económicas e financeiras com acentuadas alterações nos mercados, onde antigas mercadorias perdiam valor, e outras despresadas ou dantes inexistentes, tornavam-se disputadas pelos consumidores. Desapareceram, outrossim, muitas características sociaes, substituídas por cambiantes que não mais permitiam fases singelas como as antigas, haja vista na hipertrofiada presença do Estado e sua contínua ingerência na vida dos habitantes. Este foi o motivo que nos sugeriu o título de Idade de Ouro para a sucessão de acontecimentos até 1624, no qual o indivíduo atingia uma condição de quasi anarquismo — no bom sentido da palavra — como adeante se evidenciará, preservando a sua individualidade e os seus anseios individualistas no meio e na sociedade em que vivia.

A ESTREIA DA INQUISIÇÃO

Tantas vezes ouvimos falar na inquisição que se nos afigura oportuno investigarmos, si hem ligeiramente, os seus caraterísticos e o alcance que teve nas Espanhas. O aparecimento desse novo elemento político na península, reflete um dos mais estranhos aspêtos da Europa no passado. Transformara-se o bárbaro do Ocidente que nela habitava, apesar da ganga que ainda o envolvia no findar do século 16, em mágico alumiado pelas luses da Renascença. Promovido a senhor da guerra e dos mares, daí por deante ditaria a lei a povos primitivos, e a reinos pertencentes às mais antigas civilizações do mundo. A sua ambição tornada insaciavel, se derramava por toda parte, mas antes que saboreasse o triunfo teve de vender a alma ao diabo, esquecendo-se das regras moraes que no correr da Idade Média procuravam impor ao homem a hegemonia do espírito sobre a matéria.

Em outro trabalho versando a história social do Brasil, aludimos ao significativo episódio dos escrúpulos dos mercadores de gêneros brasileiros nas feitorias portuguezas das Flandres. Peninsulares católicos ibéricos e itálicos, assediavam os diretores de consciência, a fim de que os tranquilisassem a respeito da ganância condenada pela Igreja, que reprovava lucros acima das necessidades dos indivíduos, e em dado momento, não satisfeitos com o ministério de clérigos comuns, reclamaram padres da Com-

panhia de Jesus, que tinham por únicos capases de os esclarecer na crise (1). Reflexos do dilema ocorrem na pena do historiador oficial dos fastos lusitanos João de Barros, quando se esforça especiosamente em pospor o mobil económico das navegações ao religioso, assegurando que el-rei D. Manoel I, "*nestas mil e seiscentas legoas que mandou descobrir, achando-se muitos Reys, e Principes do genro Gentio, nenhuma cousa quiz delles, somente doctrinallos em a Fé de Christo Redemptor do Mundo, Senhor do Ceo, e da Terra*".

Nas povoações americanas do começo da conquista, encontramos a mesma angústia reavivada pela ardente prédica dos missionários, a evocar as penas divinas que desabavam sobre os esquecidos dos dez mandamentos (2). A terrível lembrança lançava perplexidade nos homens cuja missão no novo mundo consistia em se enriquecer para melhor servir o Estado. Não podia a mercância nessas condições, continuar estigma vil de judeus infieis ou cristãos transviados, quando o capitalismo na península ibérica surgia encabeçado pela corôa improvisada traficante, enquanto os súditos amealhavam meios para substitui-la no trato mercantil. No século 16 essa atividade pertencia pelos ajustes de Tordesilhas; referendados pelo vigário de Cristo; ao monopólio do governo, até que um dia empresas privadas pudessem tomar-lhe o lugar. Isso em tese, porque na prática, uma centúria depois, o privilégio era disputado por outros católicos, e protestantes supervenientes, desfecho da completa subversão da antiga ordem, cujo desaparecimento também causaria o ocaso das Espanhas no cenário mundial.

(1) V. tomo I da *Bahia e as Capitánias do Centro do Brasil* do autor, págs. 135 e 136.

(2) V. *Pernambuco e as Capitánias do Norte do Brasil*, do autor, tomo II, pág. 42.

Na história da Idade Média numerosos conflitos surgiram pelo desejo de manter a todo o transe a pureza do credo. O movimento cataro e mais esforços no sentido da renúncia dos bens, predomínio do amor mútuo, e obediência a preceitos divinos, culminavam na formal condenação de riquezas acumuladas nas mãos de uma só pessoa. As imprecações dos franciscanos contra os gananciosos, acompanhados por elementos de outras ordens religiosas, levantaram escarceus que por várias vezes pareciam levar a Igreja à beira do abismo. Provinham estes excessos, do ponto de vista julgando indissolúvelmente ligado o desprezo pelas riquezas às manifestações de solidariedade humana. Segundo a vontade do Senhor, o homem devia trabalhar para o seu sustento e liberalizar o excedente aos necessitados, tal como procediam as ordens monacales das de estabelecimentos agrícolas. Antecipavam, em uma palavra, as doutrinas modernas com pretensões a monopolizar esta solidariedade de forma nunca antes ideada, quando não passam de arremedos do que de há muito se tentou — nihil inveni sub sole — visando estes mesmos desígnios, si bem a poder de processos menos cruentos e elevação incomparavelmente maior nos princípios.

Começado o século 17 a Igreja católica se viu obrigada a admitir certas circunstâncias heterodoxas, posto continuasse a condená-las de acordo com as ordens mendicantes, franciscanas e outras, ao contrário do engenhoso *modus vivendi* de seitas protestantes, que os elaboravam para conciliar a consciência cristã com os imperativos materiais da época. Remanesciam, sem dúvida, inteiriças no homem europeu; cristão de qualquer credo; velhas disposições ebraicas, em matéria sexual, mas no campo de atividade produtora o seu desenvolvimento aos poucos o libertou de peias antigas e pôde dar largas a sua iniciativa, contentando-se o catolicismo em recomendar, não a justificação da mercância como os protestantes, mas o desdo-

bramento da caridade para repartir ganhos abusivos entre os que deles necessitassem.



A lavoura do assucar e as minas mais tarde descobertas no Brasil, acentuaram a primasia económica tanto na colónia como na metrópole. Nada mais foi resolvido em política interna e externa sem levar em conta suas posições, considerada a prosperidade da monarquia; o seu prestígio no concerto das nações; e mesmo, a sua integridade; dependentes da posse das colónias. Não tardaria, destarte, o povo luso a se associar por força das circunstâncias ao mercador britânico, no momento em que lhe oferecia auxílio para se desvencilhar do decrépito vizinho, mais amparo financeiro para administrar o seu vasto império colonial. Raramente ajuste de contas beneficiou tão completamente e por tanto tempo as partes interessadas, pois, si permitiu ao português conservar o Brasil a despeito de poderosos concorrentes, concedeu ao protetor os melhores proventos do seu comércio transmarino, sem o onus da ocupação de extensas regiões onde o inglês se mostrava inadaptavel.

Sofrera a nação portuguesa antes e depois da occupação castelhana profundo abalo, quando a mercância e traficância passou naquele período, de monopólio socialisante do Estado, às mãos dos recém-conversos monopolisadores da atividade económica. A diferença de attitude entre iberos e flamengos perante judeus promana deste fáto, porquanto os primeiros quasi se limitavam no século 15 à lavoura ou pesca, sem classe burguesa mercante provida dos indispensaveis capitaes a sua atividade, ao passo que os segundos dispunham ao redor das comportas que lhe regulavam os canaes, de antiga indústria, florescente comér-

cio e riqueza acumulada, em igualdade de condições com o mais habil ebreu, considerado corpo estranho na península, ao passo que entre flamengos parccia apenas um commerciante a mais juntado aos da Haya ou de Amsterdam.

Este grupo, que poderíamos chamar de marginal na sociedade portugueza, não fosse o seu desmedido vulto, figurava de modo curioso nos domínios ibéricos sulamericanos, a contrariar as duas correntes que neles se digladiavam — dos missionários protetores dos índios, e dos povoadores escravocratas — irremediavelmente desavindos, porém igualmente infensos ao judaismo. A um Ambrósio Fernandes Brandão ou Bento Dias Santiago, corifeus da seita incriminada na sua qualidade de capitalistas, contratadores de dízimos, senhores de engenho e mercadores, pouco interessava a conversão do gentio pelos motivos que os catequistas proclamavam. Muito mais lhes convinha escravizar a indiada, e quanto antes transferir o lucro assim obtido às Flandres, do que perder tempo à espera do milagre económico nas aldeias doutrinatoras. Também contrariavam aos lavradores avessos ao sistema missionário, por serem arrecadadores de taxas, usurários desalmados, Shylocks que os executavam e reduziam à miséria na expiração dos prazos de pagamento, colocando-se destarte os credores, na situação de quem se vê entre o martelo e a bigorna; mal comparando, todavia; pois os jesuitas que eram os principais apóstolos das missões, não hostilizavam o israelita.

*
* *

Intensificado além mar a causa do movimento que em toda parte modificava o aspêto do mundo occidental, multiplicavam-se os problemas da segurança pública e resguar-

do da família, ordem nos costumes e respeito às tradições, que somente o zelo dos pastores não podia resolver. Num ambiente onde o reinol se arvorava na sua sesmaria senhor feudal, agravavam-se toda sorte de questões criadas pelo materialismo utilitário levado ao extremo. As consequências fizeram-se logo sentir, provocando a necessidade de elevar barreiras ao fluxo dissolvente, missão para a qual estava indicado o Santo Officio, extendido no reinado de Felipe II à maior colônia portuguesa, como já o fôra pelo mesmo soberano a outros domínios espanhoes.

O drástico recurso só podia ser praticavel num período de massiça unidade religiosa, que impunha os seus ditames a todas as cousas. Um povo desprovido dessa coesão, não poderia tolerar o expediente por tão longo espaço, e tão funda ingerência na vida pública e privada. Os depoimentos constantes nas devassas inquisitorias; de que vamos fazer o mais largo emprego nestas considerações; são acordes a respeito, ditados em mor parte por descarrego de consciência religiosa, e não por intúitos inconfessáveis como muitos historiadores supuzeram. Fôra o tribunal do Santo Officio inspirado pelo imperativo de acompanhar todas as manifestações da crença, até onde ultrapassava o terreno do confessionário e penetrava no político sobre o qual a monarquia repousava (3). De Carlos V a Felipe III cumpriu cabalmente a missão, quando a crise europea se manifestava não apenas em controvérsia teológica, mas em movimento de há muito processado nos países nórdicos contra a hegemonia latina na cristandade.

(3) "*Cette terrible Inquisition sur laquelle on jette feu et flamme*", escrevia em 1764 Beaumarchais, contemporâneo de Voltaire e dos enciclopedistas, "*loin d'être un tribunal despotique et injuste est au contraire le plus moderé des tribunaux. La croisade heroique de Jadis n'est plus en somme, qu'un grand comité de police et d'espionage veillant à l'hygiene morale de la nation qui monte la garde autour du trône*".

Fragmentou-se no embate o Ocidente, ao norte com Lutero, e ao sul com Roma, que teve de recorrer à inquisição para conter o rojo dirigido contra as monarquias banhadas pelo Mediterrâneo.

Acaso fossem bem sucedidos os reformistas, dar-se-ia no sul da Europa a mesma turbação que flagelava as nações de além Pirineus. Benefícios por certo não trariam aos espanhoes, porquanto a mudança de religião ou de regimen político, não confere virtudes sobrenaturaes ao sítio em que se verifica. As terras continuam estéreis onde forem estéreis, a falta de minérios preciosos ou úteis continuará, os regatos não engrossarão para umedecer tratos safaros nem o regimen pluvial se modificará, mas a Reforma, por outra, podia causar abalos irreparáveis, muito capases no fim do século 16 e começos do 17, de esterilizar a esplêndida messe de valores culturaes que então brilhava na península. E' igualmente improvavel que redundaria favoravel a castelhanos e portugueses a substituição de um credo antigo, perfeitamente definido e identificado com o povo (4), por abstrusas elocubrações sectárias, continuamente dissidentes entre si, às voltas com o irrequieto homem ibérico, demasiadamente inclinado ao arrebatamento.

O exemplo das tragédias ocorridas nos paises vizinhos, deixava poucas dúvidas sobre o resultado de lutas religiosas, e infelizmente começavam a aparecer sintomas do mal em Castela. Sempre principiam as grandes revoluções nas classes mais elevadas, e no caso, não faziam exeção os antigos reinos da península. Indivíduos enxundiosamente cristãos velhos — como diria Cervantes — demonstravam

(4) A resposta do inquisidor geral sob Carlos IV ao abade Gregoire, que lhe aconselhava dissolver o tribunal do Santo Officio, sintetisa u a grande verdade ao asseverar que si suprimisse a inquisição, continuaria a Espanha na mesma, mais intolerante que nunca.

curiosidade por ideas novas, movidos tanto por anseios espirituaes como fé ilimitada no progresso. Várias vezes aludimos, e adante voltaremos a tratar do assunto que empolgou o mundo e se erigiu em dogma universal. Acontece, porém, que na Espanha do fim da Renascença, surtia anticipado e na hora mais inoportuna para os destinos da nação, com tão evidente carater pernicioso, que provocou immediato revide do poder impellido pela opinião pública.

O perigo teve condão de juntar no início de infiltração luterana nas Espanhas (Portugal, Leão, Aragão, Catalunha, Vascongadas, etc...), ao inquisidor geral Fernando de Valdés o dominicano Melchior Cano, homem dotado de enorme erudição e agudo faro em descobrir herezias por mais se dissimulassem em conventos, colégios ou recessos de estudiosos. Das suas visitas nada escapava, abrangendo o mundo intelectual com a suspeição de iluminismo, de que siquer os jesuitas escapariam. Nesta carregada atmosfera, um incidente de ordem proselitica com bafio genebrino, deitou lume à fogueira inquisitorial. Açulada por Paulo IV, tão suspeito e rigoroso como Melchior, a repressão se tornou implacavel. Não se tratava mais de obscuros judeus — porque geralmente os ricos se livravam das malhas inquisitoriaes por serem mais cautos e dissimulados — ou mofinos maometanos a quem se podia estender mão misericordiosa, oferecendo-lhes oportunidades de se salvarem com fáceis declarações de arrependimento; mas pessoas influentes pela alta condição leiga ou eclesiástica que desfrutavam até nos degraus do trôno. Em 1558 foram queimados em solene auto de fé, individuos que alguns anos antes — escreve Bataillon — ter-se-iam redimido com leves penitências.

No afã de preservar por todos os meios o credo voltou-se também o rigor do Santo Offício contra o teólogo Carranza, pouco antês sagrado pelas suas virtudes arcebis-

po de Toledo. Encontrara Melchior Cano nos *Comentarios do Catecismo Cristão* do prelado, eiva protestante, pois, escritos em linguagem vulgar, predispunham os leitores a se envolverem em complicadas questões teológicas, e das escrituras, sucetíveis de lançar danosa confusão em espíritos incultos ou semi-cultos. Chegados a este ponto, pedimos vênia para uma pequena digressão incidente. Perfilhamos a opinião do censor ante o que hoje se escreve sobre os mais intrincados problemas sociaes, sucessores entre os chamados civilizados das antigas preocupações de ordem religiosa. Sentimos às vezes ímpetos de aplaudi-lo com entusiasmo, ao lermos as conclusões de sociólogos “in herba”, resolvendo de maneira definida e definitiva a crise da nossa época, piamente acreditados por milhares de incautos. Mostraram-se, contudo, menos crédulos que os nossos contemporâneos alguns domínicos e jesuitas, em que se destacava o douto Aspilcueta Navarro, tio do apóstolo do Brasil de mesmo nome, que para honra da inteletualidade espanhola quinhentista assumiram a defesa do arcebispo (5).

Em outros casos parecia a inquisição castelhana preferir orientar-se exclusivamente por conveniências nacionaes, empregando muito maior indulgência e larguesa de vistas do que as instruções da Cúria Pontifícia. Os exageros do antigo inquisidor Carafa, elevado com o nome de Paulo IV ao trôno de S. Pedro, chegaram a considerar Felipe II hereje e inconscientemente favoravel aos reformistas. De uma feita ordenou o papa que fossem queimados os li-

(5) O episódio de Carranza demonstra a divergência que muitas vezes apparecia no seio da Igreja Católica, bem longe da unanimidade fanática que lhe attribuem. Carranza foi inutilmente reclamado por Roma aos inquisidores, até Pio V ameaçar a Espanha de excomunhão si não o remetessem à séde da cristandade para ser julgado em condições imparciaes.

vros de Erasmo, decreto rigorosamente cumprido em Nápoles e no resto da Itália não espanhola, ao passo que em Castela continuaram permitidas algumas das obras incriminadas. A grandesa da monarquia filipina tornava-a pouco docil a injunções externas, inda fossem de carater eclesiástico, até sobrevir a rebelião nas Flandres que a lançou muito contra a sua vontade nos braços dos teatinos. Entretanto, semelhante adesão não se realisava para fins de despotismo, como pretenderam os que seguiram Voltaire pensando imita-lo, pois tanto o imperador Carlos como seu filho, no íntimo sentiam mais inclinação por Lutero, partidário da autoridade dos príncipes (6), do que pelo papa seu adversário temporal. Crescera, porém, demasiado a Reforma, feita instrumento da ambição da ativa burguesia do centro da Europa, provida de dinheiro acumulado que a tornava temível para os Habsburgos.

Agora perguntamos, seria lícito ao soberano das Espanhas manter-se inerte quando se adensavam nuvens ameaçadoras sobre o seu povo?! Inúmeros são os momentos em que o governante é obrigado a praticar o oposto que deseja, mesmo à custa do seu prestígio e simpatia dos administrados. Na circunstância em apreço o dever precipuo do monarca era afastar a infiltração herética que surgia como esculca de batavos e ingleses, dispostos a lhe arrebatarem o domínio do oceano. E, o que seria do reino privado da contribuição ultramarina de que dependia a sua balança comercial? Desprovido desse elemento perderia a América e as Índias, que iriam enriquecer os seus

(6) "*Le lutheranisme Allemand, devenu décidément une religion de princes*", escreve Henri Hauser na *Prépondérance Espagnole*, "*un cesaropapisme territorial, semble désormais stérile en créations religieuses*". O mesmo se pode dizer do calvinismo, que em França exhibia um "*ardent loyalisme monarchique*".

inimigos e torna-os ainda mais perigosos. Teve, daí, Felipe II de se submeter à fatalidade, acompanhado dos súditos cujo interesse se confundia com o da corôa. Giraram os arrochos destinados a salvar a nação, iluminadas as praças públicas pelas fogueiras do Santo Offício, sacrificando alguns fanáticos para salvar o povo dos horrores da guerra civil. Reforçada a censura intelectual, foram estreitamente vigiadas as livrarias e oficinas impressoras, espreitado o clero em geral e os antigos alunos da universidade de Lovaina, que embora ultra católica, era vizinha do schisma. Não satisfeitas as autoridades, mandavam rafeiros vasculhar estantes públicas e privadas, à procura de livros proibidos, recaindo o maior zelo dos caçadores sobre bíblias "*em lingoagem*", consideradas de todas as publicações suspeitas as mais detestáveis, não faltando, na conjuntura, êmulos de Melchior Cano para aguçar a vista e fitar orelhas na ânsia de descobrir focos nefandos de propaganda, com a raivosa exasperação que hoje se nos depara nas fobias à volta de avantesmas político-sociaes.

Surgiu na época, do imenso sentir coletivo católico, o concílio de Trento promovido para codificar os processos de defesa do catolicismo, indicando aos fieis os meios de reconhecer traças de seus inimigos. Recomendava nos principaes items, a obrigação de evitar discussões sobre a confissão; invocação dos santos; veneração de imagens e relíquias, e entre mais cousas, o afastamento do crente de tudo que tresandasse a protestantismo. Considerava, outrossim, a *Vulgata* único texto da bíblia para uso comum, estatuindo severíssimas penas para quem dicesse que a condição de casado era melhor que de solteiro; ímpia asserção contra a virgindade e o celibato dos padres, que vamos encontrar repetidamente nos registos inquisitoriaes do Brasil.

Este zelo devia ainda se acentuar sob o acicate dos acontecimentos registados no fim do governo de Felipe II.

Em 1593 foi a Espanha alvoroçada pelo rumoroso processo contra o ilustre Francisco Sanchez, o Brocense, professor de letras clássicas no colégio trilingue de Salamanca. Desta vez não houve condenação porém absolvição, o grande humanista, velho e submisso à Igreja, si bem permanecesse a despeito de ameaças e compressões irremovível na questão do exame pessoal. E' digno de reparo, nas declarações que prestou perante o Santo Officio, o trecho onde considera mestres a Euclides e outros matemáticos, "*que não exigem ser acreditados, mas se tornam compreensíveis pela razão ou evidência*". Quanto proveitaria a magnífica lição aos que atualmente querem impor o contrário, o "*crê ou morre*" decorrente da opinião dirigida oposta às conquistas de 1793, numa monstruosa apologia da violência feita princípio político, quatrocentos anos depois de Fernando Valdés e Melchior Cano! Note-se, que o Brocense professava este modo de pensar desde estudante, em meados do século 16, precedendo de muito as especulações racionalistas de Descartes e seus discípulos.

Examinado por este lado, levando em conta os característicos da Reforma e Contra-Reforma, e os múltiplos resíduos que deixaram, afigura-se-nos menos tenebroso o período histórico em que Felipe II representa papel preponderante. Para o exegeta do seu reinado, traz precioso auxílio o fato de viver em época parecida em turbulência, estabelecendo-se contáto entre o biógrafo e o objeto do seu estudo, como o radar com o avião em vôo cego. Outrora, levantou-se côro de escritores da fase liberal; a geração do "*século do gaz*" como lhe chamou um panfletário da geração seguinte; contra o "*Demônio do Meio Dia*", persuadidos de que a Revolução Francesa havia para todo sempre sepultado normas e processos de governo abomináveis. Nunca imaginariam que voltariam para dominar vastas regiões do globo, a despeito da veemente repulsa

dos maiores espíritos contemporâneos (7). No século 16 havia pelo menos a atenuante, de ainda não se abroquelar a humanidade com os illusórios louros de uma civilização deslumbrada por si mesma, cumprindo saber, si o espanhol sob Felipe II necessitava ou não medidas inquisitoriaes para manter a sua paz interna; ou si teria sido possível estabelecer harmonia entre partidários de crenças antagonicas divididos por irremovível intolerância? O aspéto do mundo quinhentista permite de pronto responder, pela impossibilidade de convizinharem em boa paz católicos, mussulmanos, judeus e protestantes; estes ainda fracionados em seitas e sub-seitas; sem esquecer a luta armada que prosseguia contra maometanos no próprio solo espanhol.

Tampouco, acreditamos fosse possível descobrir milagrosa fórmula, capás de conciliar gregos e troianos e fecundar terras estéreis, causa diréta do atraso da península, composta de montanhas pedregosas entre planícies safaras e desertos adustos, que a impediam de acompanhar o progresso europeu por mais que se esforçassem os seus habitantes. Assim sendo, era preferível para os íberos, permanecerem dentro da unidade proporcionada pelos Habsburgos, do que se transformarem em mosaico como atualmente a China ou a Palestina. A propósito, poder-se-ia vislumbrar nos problemas destas regiões algumas semelhanças com os de Felipe II, com a diferença que o rei "Pru-

(7) "*A concepção marxística, com seu grosseiro absolutismo económico, que se substituiu à idea, e pretende puxar os fios que movem os acontecimentos, foi refutada de modo expresso ou implicito, por toda a critica de caracter económico, histórico e filológico posterior a sua divulgação*" (Benedetto Croce, *A História como Ação e Pensamento*). Outro "test" impressionante no caso, é a coleção mexicana *Fondo de Cultura Económica*, que reúne o que há de melhor na atual inteletualidade do mundo, em que não se vê marxistas além do próprio Marx.

dente” soube solve-los, ao passo que ninguém consegue apaziguar o extremo oriente ou a Terra Santa, perdurando a pavorosa ameaça que representam para a paz universal.

Não cremos igualmente que elementos cristãos novos imiscuidos no clero católico, tenham agravado a inquietação espiritual existente nas Espanhas no ocaso do século 16. As causas eram de ordem mais complexa, e pelo que acabamos de observar, percebe-se a profundidade da crise reinante nas mais altas classes ibéricas, na hora em que a sua atividade artística e intelectual atingia o esplendor. A resolução com que Don Gaspar Centellas, Maria Bohorque, Francisca de Chaves, Juanillo Hernandez, e outros cristãos velhos sem jaça afrontaram a fogueira, dá medida da paixão dominando-os. Aí começa o drama do rei Felipe, às voltas com exaltados, que ele tinha de destruir para não ser por eles destruído, porquanto é mais fácil eclarecer um imbecil que o fanático despido da faculdade de raciocínio. Na Espanha deste período, como em outros sítios em épocas posteriores, verificou-se o mesmo mixto de santidade, exaltação e completa cegueira a persuadir iluminados de que são salvadores do mundo. Torna-se, nestas condições difícil condenar o monarca, quando tentava circunscrever a loucura de um pugilo de súditos antes que produzisse danos irreparáveis.

Uma série de razões obrigava o rei e inquisidores a aplicar meios drásticos no combate ao alastramento do mal, si bem o fizessem em escala infinitamente menor que as atuaes ditaduras policiaes. O que são os poucos agitadores relaxados pelo braço secular, em comparação com os milhões de nobres vítimas imoladas por Hitler ou Stalin? E' verdade que a violência não desculpa a violência, mas nas exepcionaes circunstâncias em apreço, os resultados da medida estabelecem completa diferença com sucessos hodiernos. Estamos longe, pois, de uma conclusão por hipótese, como a de Hitler que dizia, “*matamos os nossos*

adversários mas daremos mil anos de governo científico ao mundo", fórmula idêntica a dos stalinistas que ensanguentam e desvirtuam a nossa civilização, sequases ambos do marxismo vermelho. Na Espanha filipina ao invés da hipótese, era um movimento político exigido e aplicado pela nação, cousa muito diversa do que sucede em regimens que não perdurariam vinte e quatro horas sem o apoio da força e do terror.

Vemos, assim, no correr do século 16, diminuir a messe literária conventual, ao passo que aumentava a leiga à procura do que hoje se chama "*ambiente democrático*". As obras da exaltada corrente místico-acética de Tomás de Jesus, Juan de la Cruz ou de Santa Teresa, e as da escola carmelitana por volta de 1555, começaram a rarear quatro anos mais tarde, em virtude do index que as envolvia em suspeição. Andavam acertadamente as autoridades, pondo paradeiro a uma atividade pouco ou nada interessante para a cultura do povo; por vezes nociva em meio de tantos atritos e paixões; e concedendo por outra liberdade aos leigos que neste momento criavam a Idade de Ouro nas artes, ciências e letras da península, justamente decantada por críticos e historiadores.

Os obstáculos aos fulcros religiosos dissidentes, que ameaçavam a estrutura política das Espanhas, em nada afetou o surto do magnífico período a que nos referimos, que medeia entre Fernando e Isabel e o advento dos Bourbons. Inversamente, as disputas herético-teológicas derramadas dos mosteiros na estratificação social das províncias da metrópole e colónias, só poderiam gravemente prejudicá-las. As confissões e denúncias do Brasil, estão repletas de ociosas discussões sobre assuntos religiosos entre povoadores pouco letrados ou analfabetos, versando a confissão, adoração de imagens, maneira de se persignar

ou celibato dos padres (8). Nesse síndrome, formavam-se terrenos propícios à virulenta propaganda anti-católica tal como tinham previsto os doutores do concílio de Trento, que se alastraria si não fosse contida. Infelizmente na repressão surgiam exageros e disparates, reflexos, porém, mais de sentimentos populares avessos a essas manifestações, que de conluios de clérigos. Aos inquisidores em certos momentos em que ia acesa a luta contra a Reforma, se afigurava pior delicto a posse de uma bíblia “*em lingoagem*”, que judaizar a portas fechadas. Uma obra como a *Diana de Montemor*, que hoje nos parece tão anódina quão enfadonha, sucitava comoção igual a deitar fora de casa a água dos púcaros quando morria alguém, ou mudar de camisa aos sábados. E, delitos antes considerados mortaes, passavam a quasi veniaes, cedendo lugar a outros tidos por muito mais inquietantes. Páginas e páginas dos registros do Santo Offício foram despendidas em interrogatórios de marítimos, pelo simples fáto de terem sido aprisionados no litoral baiano por corsários protestantes, e obrigados a se desbarretarem quando os seus capttores pronunciavam heréticas orações. O temor de que empeçonhassem as populações, tolhia o sono às autoridades, que no Brasil ou em Portugal viam fantasmas em toda parte naquela época turbada, suspeitosos até de solenes ábjurações como a do famoso Bodino, “*de costumes tão depravados que se supunha protestante ou Judeo...*”.

Os esforços do clero espelhavam as preocupações da monarquia, empenhada em luta militar e espiritual com inimigos que lhe não consentiam o menor descuido. Caro os pagaria, e o perigo era perfeitamente conhecido no fun-

(8) V. *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil*, do autor, tomo IV, págs. 236 e seguintes. Nos vários casos citados destacaremos o depoimento do cristão velho Baltasar da Fonseca dos mais interessantes para o assunto.

do do alcácer, onde abrigado junto de pacíficos jerónimos procurava Felipe II escrutar através da inquisição os sentimentos do povo. Nunca um monarca tido por indifferente à sorte dos súditos, tanto se preocupou com a opinião pública graças a este meio de controle, mais apurado e completo que o mais perfeito Instituto Gallup da actualidade. Através o seu poderoso auxílio acompanhava diuturnamente os resultados da obra, em que erradicara quistos contrários a unidade da nação, afugentara a heresia protestante, juntara na mesma solidariedade cultural os pensadores das Espanhas (9), e só não conseguira mudar a natureza do solo em que existiam porque isto dependia tão só da vontade divina.

Jungida à escassês de riquezas naturaes na metrópole, e de latgas extenções férteis que melhorassem o standard de vida das populações, e facultassem abundante renda ao Estado, tinha a monarquia de se sujeitar a um tesouro permanentemente vasio, a balança económica desequilibrada a favor do comércio externo, o interno incapás de reter o produto do monopólio colonial, tornado o povo dia a dia mais ignorante e miseravel, à medida que o resto da Europa prosperava. Nos governos seguintes ainda pioraria a situação, e verificamos que os esforços despendidos por validos e administradores dos reinos ibéricos, foram tão heróicos como as proesas dos seus guerreiros nos campos de batalha.

A crença nos prodígios do progresso não data de hoje, e por tres séculos tentou-se na península sem número de inovações e reformas, numa desmedida actividade esperancada em voltar ao passado, que englobava desde prínci-

(9) Escreyia Menendez y Pelayo, "*el amor patrio de Damián de Goes respira en cada página, como que entonces los portugueses no se avergonzaban de llamarse españoles y tener por cosa propia las ofensas a la madre común*".

pes de sangue até amanuenses de repartição. O entusiasmo com que Felipe V recém-chegado a Espanha se dedicou aos negócios públicos, e o fatalismo que lhe seguiu, exprimem a verdadeira condição de um império, cuja magestosa fachada encobria miséria e ruínas. Na mesma época, no pequeno reino vizinho o espetáculo se repetia, propondo o conde de Ericeira a tradução oficial do "*Novo Organum*" de Francis Bacon, para concorrer, dizia ele, à renovação da inteligência portuguesa. Não menos significativo é o posterior encontro de D. José, príncipe do Brasil, com o senhor de engenho Beckford, em que no correr da palestra o herdeiro do trôno, faz profissão de fé progressista ao súdito de um país em pleno surto industrial, digna do mais entusiasta "*voltairiano*" do chamado século das luzes.

A era contemporânea completou a disseminação da crença, e o conseqüente rosário de catástrofes, que talvez ponham termo a nossa presunçosa civilização materialista. No entanto, de perneio com remoinhos de paixões sangrentas, sobrevêm às vezes episódios curiosos para recreio de quem estuda a História. Em meados do século 19 mandou-se da Espanha a Alemanha emissários do governo para se documentarem sobre o ensino da filosofia, e acima de tudo, a respeito das teorias krausistas que deveriam colocar a península em dia em matéria de teoria política. Os espanhóis, por eles mesmos julgados incapazes de se organizarem (10), deveriam depois de abeberados no mirífico sistema, ombrear com nações possuidoras dos vastos recursos naturaes que constituíam sua grandesa. A panacea foi aplicada, e vestígios ainda existem do krausismo no único país que o adotou, continuando inalterados

(10) O encarregado da missão Sanz del Rio, receava que a doutrina fosse "*demasiado buena o demasiado elevada para españoles*".

os problemas espanhoes tanto na república da Pasionária como na ditadura de Franco.

Partilhavam antes e depois os portugueses a mesma fé no progresso, atribuindo invariavelmente o atraso e pobreza que os molestavam ao regimen monárquico e ao clero. Vem relatado incidentemente o absurdo nos comentários à viagem de Anatole France na América do Sul pelo seu mordomo. Criara o romancista reputação de adêto de ideas avançadas, motivo para os corifeus da inteletualidade lusa, ou seja, a nata das congregações universitárias, busca-lo a bordo para homenagea-lo e lhe impingir discursos. Pouco entendeu o literato a indigesta oratória numa língua que ele não sabia — a não ser que fizesse como o rei da Bélgica que nos visitou, o qual dizia, graças ao seu latim e francês compreenderia perfeitamente o português. Em compensação, o literato se extasiou ante o garbo das ovarinas do porto, louvando-lhes o costume de carregar peixe à cabeça e andarem descalças, que na sua opinião, lhes conferia a naturalidade e o aprumo de estátuas gregas. A imagem sugerida pelo ultraclassissismo do velho humanista, muito sensível àquele gênero de formosura (casou-se ao depois com a cosinheira) desagradou aos cornacas Teófilo Braga e companheiros, que rosnavam abespinhados, estar próximo o advento da república distribuidora de sapatos, "*et le scandale cessera*", diz o valet-de-chambre ao terminar o capítulo sobre Lisboa.

A crença já visível nos princípios da Renascença, tornou-se sem interferência pró ou contra do Santo Officio na sua difusão, o principal orientador dos povos, verdade singela que a prodigiosa obra de Velasquez, Cervantes, Camões e tantos outros gênios notáveis pelo talento e saber — arbitrariamente compreendidos num período de obscurantismo — jamais conseguiu demonstrar. A observação desse estranho fenómeno de longevidade na fantasia, nos ajudará a compreender o verdadeiro papel da inquisição

nas Américas, onde ia desempenhar funções reclamadas pelo povo, apegado aos costumes, religião e tradição dos seus maiores, defendendo-se do trabalho de sapa dos que o seu instinto avisava serem os seus piores inimigos (11). Não devemos esquecer que a Reforma se orijinou em parte da intenção de golpear as nações latinas, não só no terreno religioso, como no económico e político. Era, pois, de esperar que procurassem todos os meios para se defender, inclusive empregando o Santo Officio.

Várias vezes apontamos, existir na península ibérica antes do século 18, situação correspondente ao que hoje chamaríamos democracia, manifestada pela vontade do povo a predominar nas resoluções políticas, forma de governo muito diversa de países protestantes e gregos-ortodoxos do norte e do centro da Europa, onde ainda perdurava a srevidão. Guerras como a terminada em Alcacer Quibir, ou medidas contra heresias detestadas, sempre partiriam nas Espanhas de exigências populares. Vimos no volume prefácio da *História da Formação da Sociedade Brasileira*, intitulado *Primeiros Povoadores do Brasil*, a inquisição resguardar milhares de judeus, provavelmente a mor parte dos residentes em Portugal, da furiosa multidão

(11) O fanatismo dos povos do norte chegava a ponto de recusar a indispensável modificação do calendário unicamente por ser obra de Gregório XIII. A despeito do laudo favoravel de Kepler e Tycho Brahé, a opposição continuou até 1700 na Alemanha protestante, Holanda, Dinamarca, etc., 1752 na Inglaterra e 1753 na Suécia. "On voit que la passion religieuse allant jusqu'à l'obscurantisme", escreve Henri Hauser, "dans l'ordre des sciences mathématiques comme dans la question des sorcières, n'était pas le monopole de l'ancienne Eglise". Citamos nestas notas Hauser pelo fáto de ser israelita, portanto, insuspeito de parcial no caso. Entretanto, em 1619 escrevia Fernández de Navarrete, que havia 32 universidades na Espanha, algumas de fama mundial no tempo de Felipe II, como Salamanca e Alcalá, esta especializada em medicina com centenas de estudantes.

que os pretendia linchar (12). Os poucos fanáticos sacrificados depois em autos de fé — pela obstinação masoquista em judaizar e repelir todo oferecimento de remissão — salvaram os demais facultando-lhes se enriquecerem e emigrarem para outros sítios, onde continuaram a amealhar capitães acompanhando o deslocamento do eixo da mercância mundial. O êxodo de cristãos novos viria, portanto, mais de rasões commerciaes que de perseguições religiosas (13). Em começos do século 17, é que appareceu recrudescimento de medidas contra estrangeiros e heterodoxos, em virtude da ameaça holandesa. Mesmo assim, negociavam os marranos o seu abrandamento, apro-

(12) As medidas que D. Manoel I tomou na circunstância foram tidas pelos ebreus como providenciaes para eles. Tanto os antigos cronistas da "*Nasção*", como os seus modernos historiadores, separam as resoluções partindo unicamente do arbitrio do soberano favoráveis aos conversos, dos excessos da multidão provocados por abusos de ebreus. Kayserling informa como nas antigas famílias Sefardins da Holanda era chamado D. Manoel *el-Rey Judeo*. O mesmo fazia Gil Vicente, éco do povo no *Auto da Lusytania* quando o seu personagem Jacob diz, "*temos já aqui el-Rey Sancto mais que Rey Davi*". Quatro séculos depois os judeus de orijem lusa de Amsterdam mandavam ao segundo Manoel, também duque de Béja, comovida mensagem em nome da gratidão dos descendentes dos súditos do primeiro por occasião do assassinio de D. Carlos I.

(13) Era um movimento geral registado onde tremulasse o pavilhão dos Felipes, segundo podemos verificar em processos como o de Luís Franco, relatado por Toribio de Medina, "*que eslaba de prisa juntando su hacienda para pasarso á reinos extraños*". Declarara-se "*hereje judaizante*", e como tal, foi desterrado de Cartagena e Saragoza, e a terça parte de seus bens confiscada. Não se comprehende, pois, o espanto de certos franceses modernos, como René Gonnard a respeito de cristãos novos, "*même persécutes, ou exilés, il leur arrivait de garder une sorte de patriotisme portugais*". A situação era muito diversa da superveniente, por exemplo, no regime hitlerista, que por certo não lhes deixaria saudades.

veitando-se das aperturas do tesouro régio, possibilidade que ainda redundava em abono da moderação dos Felipes, pois outros resolveriam a questão de modo mais simples, confiscando os bens dos infieis ao invés de lhes proibir a ida às colónias. Ademais, encontrariam os governos dos Áustrias duas grandes atenuantes em proceder com rigor; primeiro visto a evasão de capitaes que os marranos provocavam; segundo, pela sua attitude mais que suspeita a favor dos seus inimigos. O procedimento que tiveram no Brasil durante a guerra veio confirmar as desconfianças anteriores acerca do seu quinta-colunismo, pouco interessando agora saber si tinham ou não motivos para assim procederem. O certo reside na existência de tal attitude, fundamentando as precauções contra os seus efeitos, tendo apparecido o Santo Offício na América Espanhola em 1569. e no Brasil em 1591, ambas sob o mesmo monarcha e pelas mesmas razões.



Em cumprimento a disposições que já existiam desde algum tempo, o arquiduque Alberto de Áustria, inquisidor geral e governador de Portugal, nomeou em 1590 a Heitor Furtado de Mendonça para presidir a uma visitação às partes do Brasil. O escolhido era personagem marcante no alto clero, fidalgo da real casa, desembargador do paço, deputado do Santo Offício, com latos poderes na missão que reunia os bispados do Brasil, Cabo Verde e S. Tomé, e administração eclesiástica de S. Vicente e Rio de Janeiro. Embarcou em Lisboa em março, em companhia de D. Francisco de Sousa, novo governador geral, chegando abalado a Bahia, depois de uma travessia de dois meses, acidentada e molesta. Infestavam os mares os corsários ingleses, com grande dano para a navegação entre a metrópole e as colónias, submetendo os viajantes a du-

ras provações antes de chegar ao destino. Segundo fr. Vicente, a robustês de D. Francisco lhe permitiu resistir às vicissitudes da viagem e cuidar de Furtado de Mendonça, passageiros e tripulantes, com desvelo que revelava o grande administrador que foi na colônia. Procônsul notável, precedido de boa fama, recebeu-o a população com extraordinárias manifestações de alegria na cidade do Salvador, onde pouco depois adoecia gravemente em consequência dos esforços que dispendera, pouco faltando para abrir vaga na série dos governadores geraes. Tiveram os jesuitas oportunidade para lhe retribuir tudo que por eles fizera, acolhendo-o em sua casa, tratando-o carinhosamente, logrando salva-lo quando os habitantes já o tinham por perdido.

Restabelecidos governador e inquisidor, iniciou Furtado de Mendonça os trabalhos do Santo Ofício, inaugurando a primeira audiência em presença de D. Francisco de Sousa, com a solenidade com que se procedia no reino em idênticas circunstâncias. Constou como processo inicial a confissão bastante pitoresca do vigário de Matoim, incidente que nada tinha com perseguições a crenças e doutrinas. A presença do clérigo à mesa, prendia-se tão somente a caso de íntima natureza, ou melhor, de contra natureza, que o mísero teve de confessar em tempo de graça. Nem de propósito se nos depara começo de ação, a dizer o verdadeiro carater do novo elementô da política filipina que estreava no meio colonial, zeloso da religião e da pureza dos costumes, e não unicamente para perseguir cristãos novos fugidos para a colônia a fim de escapar a fogueiras purificadoras.

Ao depoimento do vigário sucederam cento e uma confissões e duzentas e doze denúncias na cidade do Salvador, todas cuidadosamente assentadas e estudadas, antes de passar ao Recôncavo, e se transportar em seguida a Pernambuco para atender àquela região e adjacências. Do

rol consideravel, comprehendendo quasi todos os brancos e brancarrões do sítio (pequena a proporção de índios e negros nos registos inquisitoriaes) não se acenderam fogueiras em autos de fé. Um dos maiores castigos impostos na ocasião, foi a uma bruxa, de mais a mais mulhêr de má vida, que vendia filtros para homens quererem bem mulheres e vice-versa, incantações, mau olhado, e outros malefícios próprios de quem se jactava de falar com os diabos. Este factor de perturbação na colónia foi exemplarmente exposto no adro de uma igreja, com carocha na cabeça, e a seguir desterrado da Bahia para Pernambuco, a não ser que seja o contrário, em todo caso, sem grande dano para quem na Europa se desmancharia no braseiro.

A inquisição logo pareceu incomparavelmente mais branda na colónia do que na metrópole. Fosse pela superioridade do visitador, escolhido entre homens eminentes pelo saber e equilíbrio, fosse por cálculo, fosse tão só porque o rigor da mesa variava segundo o lugar e momento; grande diferença se evidenciou para maior desafogo dos que a temiam como o dia de juiso. Tal como se apresentava não ofereceria obstáculos à marcha do progresso da humanidade. Tampouco ia de encontro às dominantes aspirações do povo, conduzidos os reus ao tribunal pela mão dos familiares do Santo Officio, sem que jamais tivessem sido libertados pela multidão voltada contra os juises. A hipótese de levantes contra a inquisição existe apenas em romances de capa e espada, porquanto a força armada presente aos autos de fé, não se destinava a impor as decisões do tribunal, mas a proteger os condenados da vindicta pública. Não sendo a arraia miuda muito respeitosa do poder; attitude bem própria de sítios dominados por instituições de essência democrática; a cólera contra judeus impenitentes podia provocar morticínios como os que D. Manoel I de Portugal condenara, mandando enforcar frades

culpados de exitarem o povo em vez de o acalmarem como era a sua obrigação.

Por aí vemos o Santo Officio se explicar pela delegação a uma entidade livremente aceita pelo povo, de poderes que o eximiam de fazer justiça com as próprias mãos, quando julgava ameaçados princípios que hoje nos custa apreender em sua inteira complexidade, mas há quatro séculos em Portugal e na Espanha, eram dominantes na vida do povo. Transferida a inquisição para as colónias, onde "*não se podia regular*" como no reino, diverso o ambiente, estratificação social e evolução histórica, limitava-se em auscultar os espíritos, algo esquecida das lutas que na Europa empolgavam as multidões. A visitação de Heitor Furtado de Mendonça foi curta, inóqua, sem deitar raises no solo, apenas seguida de mais uma no centro e outra no sul do Brasil, todas de curta duração, em épocas diferentes, parecendo que mais intentava satisfazer mera formalidade burocrática, do que castigar herejes, devassos e judeus.

Entretanto, matéria para desencadear penas sobejava na colónia, onde todas as infrações ao credo possíveis imagináveis eram copiosamente praticadas. Para não nos alongar na sua enumeração basta ver a importantíssima comunidade dos cristãos novos. Chegavam os seus elementos a Bahia recomendados a correligionários ricos e influentes, empresários dos dízimos do Estado, monopolisadores do comércio, únicos capitalistas da praça, a inclinar a seu favor as resoluções do governo pela ação que exerciam sobre o tesouro já duas vezes falido no tempo de Felipe II. Não só predominavam por completo na lavoura do assucar, como na vigência da união das duas corôas, invadiam os domínios castelhanos através do Brasil para contrabandear metaes. Acicatados pela riqueza e superioridade de instrução sobre os demais espanhoes, siquer se davam o cuidado de dissimular o desprezo que votavam à

religião oficial. Disso faziam praça nas cerimônias do culto, à vista de crentes fervorosos, multiplicando desacatos acintosos a católicos e ao catolicismo, como é fácil verificar em testemunhos coevos insuspeitos que adeante veremos. Bem longe estamos, pois, do quadro representando míseros perseguidos, que depois de interpor o oceano entre eles e a ferós repressão exercida no reino, apenas ou-savam respirar na América e à furto aparecer à luz do dia.

O GOVERNO DE D. FRANCISCO DE SOUSA

Vimos em passos desta história como a luta contra a mourisma em Portugal, e a sua continuação em Marrocos, seguidas da conquista do comércio da Índia sobre os maometanos, reunira à volta do trôno a casta destinada a presidir a expansão imperialista. Grupos como os Meneses, Sosas, Barretos, Almeidas, Noronhas e muitos mais ficaram célebres no oriente a serviço del-rei e dos lusos interesses. De volta a pátria ingressavam no Conselho de onde superintendiam o funcionamento da grande máquina colonial que sustentava a grandesa da monarquia. Na trajetória da sua carreira, nos cargos de capitães mores, vice-reis ou governadores geraes eram cuidadosamente catalogados e acompanhados para fins de promoção. Nos capítulos em que tratamos de Tomé de Sousa, Duarte Coelho ou Manuel Teles Barreto, aludimos aos serviços da grei ilustre nos quatro ângulos do mundo, animada pelo exemplo do grande Albuquerque, que em tudo procurava imitar para maior glória da monarquia.

Estivera D. Francisco nas hostes da nobresa lusa em Marrocos, onde segundo a praxe tradicional na aristocracia peninsular, iam os morgados adquirir esporas de cavaleiro em combates contra a mourisma. Na expedição do jovem rei, servia sob as ordens de seu tio D. Diogo de

Sousa, governador do Algarve, comandante do mais importante instrumento marítimo da arremetida, que eram os navios de alto bordo da escolta. Quando D. Diogo veio a saber o desenlace, velejou para Lisboa na ingrata missão de participar aos lusos o desastre. Deixava atraz de si o sobrinho no cruzeiro entre Arzila e Tanger, na incumbência de proteger os remanescentes, enquanto ele procurava se acercar no maior sigilo do cardeal infante, tornado sucessor do infeliz Sebastião. A chegada do sobrinho depois de findo o encargo, confirmava a carta de Belchior do Amaral narrando a morte do rei. Daí por deante, precipitavam-se os acontecimentos em torno da posse do trôno caindo finalmente Portugal nas mãos de Felipe II, e juntamente com a metrópole as suas colônias, si bem teoricamente cada país devesse conservar a sua autonomia administrativa. Como vimos em volume precedente, o Brasil encontrava-se acéfalo, gerido em carater interino por uma junta composta do bispo D. António Barreiros, o provedor da fazenda Cristovam de Barros e o ouvidor Martim Leitão.

Escolhido D. Francisco de Sousa, venceria o novo governador 800.000 réis de ordenado anual, devendo seguir para o posto em companhia de auxiliares vários, o senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa com a sua expedição às jazidas de ouro, e a inquisição na pessoa do seu visitador Furtado de Mendonça. Supõe um dos seus biógrafos, que a sua escolha viria da reconhecida experiência e cousas da guerra que desfrutava, mais o substancioso esteio de alguns parentes, empenhados em apressar a sua ascensão no governo do Estado, fazendo-o transitar pelos mais altos postos coloniaes. O tio almirante D. Diogo, era bem visto na côrte, onde recebia a melhor acolhida, cooperando na administração do reino como membro do conselho. Porém, o que mais facilitava o desejo familiar, devia ser a própria capacidade do sobrinho, porquanto o fa-

voritismo não ia além de certos limites, contido pelo cenáculo de veteranos do conselho, em extremo cioso das suas responsabilidades. Mais exigente se tornava ainda numa época em que surgiam nos mares alcateas de lobos, muito capazes de espedaçarem o império si não encontrassem ante si quem o soubesse defender.

D. Francisco recebera com a incumbência de administrar e melhorar os baluartes da maior colónia lusa, a de introduzir a inquisição numa fase mais ativa de acordo com o momento e desenvolvimento da população. O progresso demográfico corria parilhas com o económico, suscitando problemas que o clero regular, antes encarregado das funções do Santo Ofício, não mais podia satisfazer. Persuadira-o o governo da metrópole de que existia no Brasil perigosa quinta-coluna, denunciada pela presença de mercadores estrangeiros, assim como pelas manifestações cada vez mais inamistosas dos inúmeros cristãos novos que as derogações a providências anteriores, permitiam no litoral das capitánias. O dinheiro todo poderoso, e a habilidade com que o manejavam, venciam as mais firmes resoluções, e por mais que a emigração de capitaes para os inimigos dos Áustrias, e o bom entendimento que os donos lá encontravam, denunciasses os seus verdadeiros sentimentos, as aperturas do tesouro cediam a troco de quantias urgentes para armar as tropas necessárias à política europea. As vacilações, todavia, não conseguiram remover suspeitas, antes, aumentavam-n'as pela evidente fraquesa nas resoluções do governo (14).

Algum tempo depois de aqui chegado D. Francisco morria-lhe a esposa em Portugal. Desprovido do que mais

(14) Recomendava a Inquisição do México, "*con lo qual se ponía remedio en los dichos rescates y contrataciones y sería freno y estorbo para que los corsarios, piratas extranjerós acudiesen a ella, ni los naturales tratasen ni contratasen con ellos*".

o retinha à metrópole, ia se dedicar ao que de há muito o preocupava, agora absorvido na pesquisa de metaes preciosos, enfronhado a respeito depois das longas práticas com Gabriel Soares antes e depois da viagem. Apaixonava-se o fidalgo descendente de longa estirpe de monteiros, pela fascinante caça, certo de descobrir ouro e pedrarias em proporções nunca vistas pelo continente deserto e desconhecido. O encontro de jazidas igualmente lhe facilitaria outros lados da sua missão, porquanto a colônia se encontrava num perigoso estado de abandono, sem soldados nem fortificações, mal guarnecidos os arremedos de fortes, os muros de taipa da cidade do Salvador desfeitos pela chuva.

No mar rondavam corsários secretamente correspondidos em terra por contrerrâneos, correigionários e índios. O episódio da embarcação do flamengo Osquer fundeada na Bahia a comerciar com os habitantes, e que na chegada dos companheiros de Withrington se passara aos protestantes, estava ainda bem viva na memória dos habitantes vítimas do assalto. O perigo repontava logo que indivíduos de diversa origem europeia mas de inclinação reformista, se uniam pelo mesmo interesse de se locupletarem à custa do Habsburgo. Pertencentes a povos ricos e ativos, com mentalidade objetiva; portanto, igualmente capazes de organização prática; prescindiam de longas observações para perceber onde o ponto fraco do adversário. Os comboios da prata, as naus das Índias e as do Brasil, seriam o primeiro alvo. As regiões que os produziam o segundo. Os espanhoes, por outra, sentiam falta de naus mercantes, servindo-se de há muito para o transporte da produção colonial de urcas flamengas. Em 1566 escrevia o florentino Guicciardini o sintomático resultado das suas observações, frizando que a pesca e a navegação em alto mar eram especialidades holandesas. A habilidade técnica dos nórdicos também os encaminhava para os enge-

nhos da lavoura assucareira, onde estavam instalados com próspera fortuna vários descendentes de mercadores daquela orijem. Os derradeiros a chegar, mais tarde se tornaram preciosos informantes da Companhia das Índias Occidentaes, a famosa W.I.C. quando tentou se apoderar do norte do Brasil, a sua cobiça despertada por traficantes como Vandale e outros, perfeitos conhecedores das fraquezas e recursos das colónias lusas.

Não eram os únicos a assim proceder. Aconselhava a experiência dos últimos anos do século 16, que se evitasse a demasiada presença de cristãos novos nos domínios ultramarinos, pela sua duvidosa fidelidade à corôa espanhola, e acentuada superioridade sobre os demais habitantes. Os outros elementos portugueses aí estabelecidos, se compunham de artífices ou pobres campônios, desses que até hoje se prestam a toda sorte de motejos sobre a sua rusticidade, ao passo que os conversos provinham em maioria de recintos urbanos, onde se congregavam para melhor exercer a religião de Israel, e daí, a sua principal atividade, o comércio. Apresentavam-se instruidos, “civilisados”, amparados pela solidariedade de correligionários, e, sinão com capitaes, pelo menos dispondo de crédito, que vinha a ser a mesma cousa, dado o costume dos ebreus de não se acionarem por dívidas entre si. A orijem e a secular especialização faziam-n’os sutis e engenhosos, mesmo quando não dispunham de grande intelligência, introduzindo-se através todas as peias na governança e administração colonial, para incentivar os lucros da mercância, que por fim descambava em mera traficância. Corrompiam funcionários nos seus afazeres comuns ou quando superintendiam a arrecadação dos dízimos reaes, eximindo-se fraudulentamente das penas que porventura os abusos lhes acarretassem, peitando magistrados e comprando sentenças, práticas extremamente prejudiciaes num ambiente demasiadamente predisposto ao desrespeito da lei.

A colônia, para reinos cristãos novos e velhos — neste ponto irmanados — não passava de campo que se devia explorar no mais curto espaço de tempo, e de qualquer maneira, mentalidade somente abrandada com o aparecimento de uma população nascida no lugar, apegada a sua terra, isenta de anseios de pronto enriquecimento para depois abandoná-la.

Em 1567 e 1573 foram expedidos alvarás contra a entrada de cristãos novos no Brasil. Em pouco, contudo, reconhecia-se que a medida era prejudicial ao progresso das colônias, porquanto arriscava o comércio de cair nas mãos de estrangeiros ainda mais perigosos, e na ausência desses elementos de atividade, ver-se-ia o império atacado da modorra que afeta organismos decrépitos. Os conversos traziam áurea de prosperidade que o combalido organismo financeiro da velha monarquia não podia prescindir. Entretanto, nem sempre tão sábia orientação predominou no governo, seguindo-se vacilações e alternativas, de períodos de severidade ou condescendência para com os cristãos novos, segundo as flutuações oriundas de motivos políticos, ou da intervenção do ouro ebreu para modificar o que estava resolvido.

A presença de cristãos novos nas fileiras do clero regular — o mesmo que na ausência de visitantes especiaes assumia as funções do Santo Ofício — sucitou em 1603 a Carta Régia, que lembrava ao bispo do Brasil prover as igrejas somente de cristãos velhos. A sugestão vinha de abusos ocorridos em diferentes campos, que também motivaram o decreto de Felipe II, proibindo a judeus e mouros na universidade de Coimbra o estudo de medicina, antiga especialidade semita, que muito havia de afeta-los, pois, em certo momento, os cristãos novos detinham o monopólio de salvar ou matar doentes. Idêntico problema acarretavam os estrangeiros espalhados pelo litoral, os quaes si bem em número menor, não deixavam

de vivamente preocupar os governantes. Começaram as medidas acauteladoras contra alienígenas mais ou menos com as que restringiam as atividades dos judeus, quando no tempo de D. Francisco de Sousa iam acesas as hostilidades com entrelopos, corsários e pechilingues. Em 1591 vedava-se a entrada de estrangeiros no Brasil, decreto reforçado em 1604 e 1605 com as precauções, ordenando fossem removidos os que aqui estivessem, para doze léguas do litoral em direção ao interior, punidos com confisco e morte os depois dessa data encontrados na faixa proibida.

Na legislação da época transparece o pensamento a respeito das mais altas esferas governantes. Desde Carlos V orientava-se a atitude do Conselho de S. M. para a emigração colonial através princípios extremamente restritos. Para os domínios americanos de Castela, somente castelhanos poderiam emigrar. Aos estrangeiros eram equiparados navarrenses, valencianos, catalães, aragoneses, etc. . . A exclusão de portugueses provocou veementes protestos do presbítero Lourenço de Mendonça, comissário do Santo Ofício da vila imperial de Potosí, que escrevia a el-rei a respeito da exeção concedida a biscainhos, "*en Potosí solo se dava por causa el ser soberbios (los vizcaynos) y ambiciosos de mãdar; pero a los Portuguezes se aplica otra tanta mas fea y falsa, como es emparejalos cõ los enemigos estrangeros*". Prosseguindo apontava os vexames que sofriam, "*porque pasan los Portugueses en las Indias, aun que son notables las extorciones del puerto de Buenos Ayres, y Rio de la Plata, y también de las inhumanidades del puerto de Guaira y Maracayú en el Paraguay, a los que aciertan a ir de San Pablo del Brasil*". Mas nos anos seguintes o critério colonizador teve de se dilatar, tornando-se mais fáceis as relações entre os elementos dos dois impérios ibéricos, vantagem não pequena para os navegantes de vela, frequentemente obrigados por temporaes a se des-

viarem da rota. Mencionam os anaes martimos as arribadas de navios castelhanos pelo nosso litoral afora, principalmente do sector sul quando se dirigiam ao Prata, assim como as de portugueses ao norte, ao rumarem para a nossa costa leste-oeste, e que às vezes eram levados às Antilhas.

Imposições financeiras também concorriam em alterar o primitivo rigor. As despesas ocasionadas pelo preparo da desastrosa Invencível Armada, obrigaram Felipe II a outorgar a genoveses o “*asiento*”, ou privilégio do tráfico de captivos negros para os domínios de Castela. A concessão durou de 1595 a 1600, passando neste ano ao português João Rodrigues Coutinho, governador de Angola, sob condição de mandar anualmente 4.250 pretos para os centros consumidores, pagando ao rei 162.000 ducados. Morto o contratador em 1603, o asiento foi concedido ao seu irmão Gonçalo Vaz Coutinho, continuando ao depois em mãos de vários portugueses até a guerra da sucessão de Espanha.

Continuava, porém a desconfiança voltada para quem não fosse castelhano, inda pertencesse a Estados associados, napolitanos, portugueses, flamengos e outros, que para comerciarem nas feitorias castelhanas eram obrigados a pleitear uma “*Carta Real de Naturalização*”. Contornavam o óbice, os que de todo se viam impossibilitados de a obterem, empregando o recurso narrado por viajantes que estiveram na Espanha. Descreviam o sistema consistindo em ardís repousando sobre a palavra dos executores. “*Comme les étrangers n’osent hasarder d’y aller, parceque il n’y va pas moins d’être pendu ils mettent leurs effets sous le nom des marchands espagnols, avec lesquels on trouve beaucoup de fidelité*” Era um caso de “*honesty is the best policy*”, como faz pouco vimos acontecer depois da guerra de 1939 entre os intermediários do câmbio negro entre as Américas e nações europeas. Indivíduos que pro-

curavam ao máximo prejudicar os interesses del-rei, eram, no entanto, de irrepreensível probidade no trato com particulares. Continuando nos diz o mesmo informante: *“Une chose singulière, c’est que, lorsque la flotte (des Indes) vient mouiller à Cadix, il se trouve là des gens qui font profession publique d’aider à frauder les droits du Roi sur les entrées d’argent et de marchandises”*.

Em Portugal existiam muitas dessas desconfianças, a despeito do que diz Mendonça no seu libelo, de modo a não haver muita diferença da política referente a estrangeiros quando Felipe II unificou os dois países. Antigamente os requisitos das naturalizações era muito simples, bastando dez anos de residência *“con casa aberta y estar casado con mujer natural del Reino de Castilla”*, para conseguí-la. A afluência de pedidos para fins pouco lícitos, provocou o aumento do prazo principal para vinte anos, e a necessidade do candidato possuir bens de raiz, passando o exame do seu caso para o Conselho das Índias em vez da Casa de Contratos de Sevilha. Nesta altura sobrevieram manifestações da época com a transformação que imprimia ao mundo, a requerer técnicos para a produção colonial, de sorte que, por algum tempo, vigorou o sistema de fianças como garantia de que esses profissionaes realmente se destinavam ao exercício da sua profissão no lugar indicado, disposição que foi aproveitada pelos Lins, Holandas, Vandale, Osquer, Schetz e tantos outros aparecidos nas capitánias.

De permeio também vinham clandestinos, que desembarcados num sítio deserto, iam para qualquer ponto onde contassem algum apoio, ou mesmo sem ele, e depois apareciam nos centros maiores amparados por correligionários e patrícios, e acima de tudo, pela falta de gente e geral improvisação que no deserto americano a certos ou errados acolhia. Infelizmente os adversários dos Habsburgos perturbaram a útil assimilação. Em 1591 o corsário Ca-

vendish, alegando o estado de guerra causado pela união das duas corôas, assolou povoados indefesos do sul da colônia, queimando S. Vicente depois de saquear Santos. Quatro anos mais tarde era imitado por Lancaster, que de parceria com o pirata Venner, tentou apoderar-se do Recife. Pouco depois era a vez de franceses, ou para melhor dizer, houve recrudescência de atividade dos corsários desta nacionalidade, que antes e depois de Villegaignon nunca deixaram de inquietar aos portugueses. Era tão conhecido o contáto de maluinós ou normandos com os indígenas da costa, que um compêndio relativo a trajos usados no mundo, publicado em Paris em 1562, trazia significativa quadrinha sob o retrato de um selvajem Tupi:

*L'homme du lieu auquel le bresil croist
Est tel qu'icy à l'oeil il apparoist
L'eur naturel exercice s'applique
Couper bresil pour en faire trafique.*

Um dos empresários do contrabando madeireiro, de nome Jacques Postel, entrelopo do Havre ou de Dieppe, foi mal sucedido no Cabo Frio, ao mesmo tempo que apareciam sem êxito holandeses na Bahia, indício entretanto, de intenções mais ambiciosas contra aquele sector da costa. Seguiram-lhes outros corsários, como Olivier van Noort na Guanabara, onde também foi repellido, singrando ao depois para S. Sebastião, na capitania de S. Vicente, em que não logrou melhor êxito, porquanto caiu numa emboscada de índios e mamelucos saídos do Rio de Janeiro em sua perseguição. Descoroçoado pela defesa de terra, e principalmente pela perda de embarcações no mar, velejou o flamengo para Santa Elena, à procura de sítios menos agrestes e embarcações desprotegidas.

A união das duas corôas foi simples pretexto para agravar o que de há muito se processava, adensando a at-

mosfera de insegurança que se estendia sobre o litoral. Na conjuntura, ao inimigo externo juntava-se o interno, consubstanciado pelo descaminho de rendas a enfraquecer o “*nervo da guerra*” necessário para enfrentar a situação. Porfiavam mercadores, donatários e mesmo funcionários, em defraudar o fisco, a ponto de pela sua repetição aqui e além mar, parecer constituir a indústria nacional dos iberos. Muito antes de aparecer a celebrada *Arte de Furtar*, fiel espelho da administração pública luso-brasileira, ou melhor luso-imperial, davam-se pelas capitánias afora todos os abusos que descreve mais alguns de choro. Entre nós, os delitos anti-estataes e anti-sociaes consignados nos registos do Santo Officio, demonstram que a maioria dos imigrantes deixavam nos caes de embarque os mais comesinhos princípios de honestidade, tendo o roubo contra o Estado por lícito, do mesmo modo que escravizar índios se afigurava meritório a cristãos esquecidos dos mandamentos.

As irregularidades inspiraram às autoridades metropolitanas um Regimento de vinte artigos, de que o desembargador Baltasar Ferrás ficou encarregado de executar. Deveria o magistrado percorrer a costa para examinar em correição os livros fiscaes e roes de almoxarifados, abrindo devassas entre outras cousas, para averiguar até quinze anos atraz as denúncias sobre extravios de munição e perda de artilharia reiuna. Além das medidas acauteladoras da arrecadação pública, constituia complemento da mesa ou tribunal denominado Consulado, cujas atribuições versavam a sobretaxa de tres por cento nos impostos sobre entrada e saída de mercadorias, que devia ser aplicada no custeio de forte armada guarda-costas. O sistemático ataque às comunicações entre as capitánias, e o contrabando do pau brasil, que aos poucos desaparecia pela contínua devastação procedida nas matas litorâneas, impunha mais este sacrifício às populações. Era plano de Felipe II;

o soberano que mais se preocupou com a segurança das colônias; constituir no mar defesa que corresponderia a das milícias populares em terra. O acréscimo decretado passou a ser ciosamente recebido na Europa e domínios ultramarinos, sem resultado, todavia, porquanto tendo morrido o infatigável monarca, tudo também ficou letra morta, e no Brasil não se armaram os taes navios protetores, nem tampouco saiu Ferrás da cidade do Salvador.

O magistrado pertencia à Relação criada no tempo de Giraldes para centralisar as justiças do Brasil (15), a qual como o resto do malfadado governo, contagiada pela fatalidade que o perseguia, não funcionou como se esperava. Chegaram irregularmente os membros do tribunal, em número de quatro apenas em vez dos dez ministros nomeados. O último a aparecer na Bahia, foi Gaspar de Figueiredo, que chegou com D. Francisco de Sousa, e o fidalgo da real casa Pedro de Oliveira, novo sargento-mor, cargo criado no governo de Giraldes, e que permanecera igualmente vago até 1591. Pelo que se depreende dessas irregularidades, uma das não menores incumbências de D. Francisco no Brasil era cumprir as determinações dadas ao seu predecessor que tinham permanecido sem execução. Não lhe faltavam motivos de preocupações, como estamos vendo, ao assumir o governo do Brasil, definitivamente considerado a partir de meados do século 16 a mais refulgente gema da corôa lusitana. O comércio da Índia ainda era prestigioso, mas desanimava pela distância e insegurança dos mares, que desfalcavam o resultado de seus proventos. Outras expetativas surgiam na América, mais próxima da metrópole, desprovida de uma civilização que obliterava o prestígio do europeu, apresentando enorme super-

(15) V. tomo II da *Bahia e as Capitánias do Centro do Brasil*, págs. 213-15.

fície desconhecida, permitindo, como ainda hoje sucede, afagar esperanças sobre riquezas ocultas no seu recesso.

Dos maiores problemas que o novo governador teria de resolver, logo se lhe deparou as duas correntes que se digladiavam na colônia em torno da posse do índio. Os povoadores lhe ambicionavam os braços, os missionários o espírito, devendo D. Francisco encontrar meio de satisfazer os que trabalhavam pelo desenvolvimento da colônia, sem ferir aos que procuravam converter ao gentio para maior bem da religião e paz da terra. A catequese assumia no tempo importância de que atualmente é custoso fazer ideia, mas quem chegasse nas capitâneas em 1600 imediatamente lhe media o alcance, ao ver um pugilo de brancos mal armados, perdidos no ermo, simultaneamente ameaçados por selvagens e europeus, e que praticamente só podiam contar consigo mesmos. As missões lhes melhoravam a situação apaziguando o gentio, proporcionando ao português a colaboração dos catecúmenos na guerra. Também lhes abria a porta do sertão, fato que para D. Francisco representava apoio indispensável para os seus planos de pesquisas auríferas. O jesuíta sabia a língua do Tupí assim como conhecia os meios de alcançar a sua obediência. A crônica das expedições demonstrava que somente as providas de missionários da Companhia de Jesus, conseguiram varar matas e serranias por léguas a fio, nas melhores condições possíveis, evitando combates que seriam desastrosos numa época sem recursos de enfermagem, além da deficiência em número e armamento dos expedicionários. Mais tarde os paulistas suprimiram as falhas nas bandeiras, pela familiaridade que adquiriram do índio, do terreno, e técnica geral de entradas no sertão levadas a cabo com mamelucos e selvícolas. Mas no litoral norte as condições se apresentavam diversas em um meio norteador pela indústria assucareira, devendo a empresa de Gabriel Soares realizar uma experiência em grande escala

encabeçada por elementos leigos subvencionados pelo governo.

Embarcara este senhor de engenho em Lisboa, onde se encontrava desde algum tempo à procura de auxílios da corôa, na urca flamenga *Grijo Dourado*. No mesmo barco seguia D. Francisco de Sousa, de sorte que, tiveram lazer de sobra para concertarem todas as medidas necessárias ao bom resultado da empresa. Não dispendera em vão Gabriel Soares seu tempo nas recâmaras do Conselho de S. M.. Volvia com poderes extraordinários, promovido a segundo governador da suposta região aurífera do centro do Brasil, a caminho de se tornar um Cortez ou Pizarro, ordenando o governo da metrópole que tudo lhe fosse facilitado, acenando-lhe para mais com o marcado das minas a serem descobertas.

No caso, o anseio da monarquia se confundia com o dos aventureiros, despertadas as suas esperanças de riquezas incalculáveis na colônia, através do comunicativo entusiasmo do senhor de engenho, desses que transformam desejos em realidades como modernamente alcançava Monteiro Lobato com perspectivas de petróleo. O insucesso de Giraldes passou para D. Francisco de Sousa o cuidado de cooperar com Gabriel. Entre os funcionários que vinham na mesma urca, especialmente escolhidos para o fim em mira, estava Agostinho Soutomaior, recém-chegado do Monomotapa, região também considerada aurífera, para onde se dirigia Gabriel quando moço, e por acaso supervenientes, resolvera ficar no Brasil. O cargo de Agostinho era de provedor-mor das minas, acompanhado de um tal Cristovam lapidador de esmeraldas e João Correa, antigo feitor de jasidas de ferro. Essas providências traduzem a crença do governo em próximas descobertas, recomendando ainda, que o pretense técnico no assunto Marcos Ferreira, domiciliado na cidade do Salvador, devia procurar e informar os colegas logo que chegassem.

A expedição de Gabriel Soares começou sob maus presságios. Em meados de junho de 1591, na altura da enseada de Vasabarrís; fosse impelida pelos ventos, fosse por imperícia do capitão Abraão; a urca foi dar à praia pouco antes de chegar a bom porto. O susto a bordo foi grande, persuadidos os passageiros de que perderiam a vida. Um deles, o jovem barbeiro Cristovam de Figueiredo, improvisado soldado da expedição de Gabriel "*perahir a conquista*", chamava em altas vozes por N.^a Sr.^a da Luz, dos Remédios e da Conceição, quando dele se acercou José Coelho, capitão de uma companhia de guerra da dita conquista, o qual lhe disse que se não calasse o martaia. No dia seguinte dando a urca em outro perigo, tornou o barbeiro soldado a invocar N.^a Sr.^a tornando o malvado do Coelho a lhe prometer quatro facadas si não parasse com as lamúrias, que ele na qualidade de capitão, provavelmente julgava impróprias de um militar. Salvou-os do fim do bispo Sardinha a recente conquista da região levada a cabo por Cristovam de Barros, que permitiu aos náufragos completarem pela estrada Bahia-Pernambuco o percurso até a cidade do Salvador. Refeitos do susto, sentindo-se salvos e garantidos, iniciaram os trabalhos assim que receberam os suprimentos ordenados pelo governo de Lisboa. Mencionava vários, entre outros cincoenta quintaes de algodão em caroço para confeccionarem as taes peiteiras, que Gabriel Soares julgava "maravilhoso" elemento protetor de frechadas.

Vimos em volumes precedentes versando a história das capitánias, que o seu preparo na Bahia datava pelo menos de Tomé de Sousa, quando este governador mandava pagar quinhentos réis para cada couraça que o carpinteiro Jorge Teixeira, na sua dupla profissão, fazia para garantir os que combatiam a indiada. Os resultados que deram, cômodas, leves e resistentes, provocou grande procura em toda parte onde os portugueses se empenhavam

em guerras coloniaes. Houve remessas dessas peças defensoras até para a África, tornadas conhecidíssimas em todo o império lusitano. Valeriam igualmente ao novo governador, interessado no armamento dos núcleos de povoadores espalhados pelo litoral, assim como nos aprestos de Gabriel Soares em Jaguaripe, onde reunia tropa e material para ir à conquista do sertão. Todavia, já tinha D. Francisco bastante experiência das cousas do Brasil para pedir a ajuda dos jesuitas, julgada dispensavel pelo senhor de engenho, que os detestava e pretendia substitui-los pelos capelães Jácome de Queiroz, filho do sertanista Manuel Ramalho, e o padre Manoel Álvares.

O percurso da expedição parece coincidir com os vestígios de fortificações fotografadas pelo sr. Kruse, por conta da S. P. H. A. N., reproduzidas no livro de Pirajá da Silva sobre Gabriel Soares. Recomendara o conselho metropolitano referente ao Brasil, fossem elevadas no trajéto casas fortes para servirem de ponto de apoio à caminhada por tratos safaros, faltos de água, e portanto, de recursos como os que nos sertões da capitania de S. Vicente, dispunham os seus bandeirantes. Na zona norte principiavam as dificuldades assim que os caminhantes se afastavam da praia enveredando pelo carrascal da região centro-brasileira. Outro inconveniente na marcha era convergirem as tribus brabas para as oasis situadas onde os itinerantes tinham de procurar refresco. A beira dos rios que as constituíam, estava coalhada de tupís desconhecidos, chegados não fazia muito do seu habitat do sul, e de tapuias de "*língua travada*", gentio ferós que nem padres nem sertanistas entendiam. Si bem datasse de apenas meio século a ocupação do litoral pelos portugueses, as migrações causadas pela sua presença entre tribus outrora estabelecidas em determinadas regiões, compelia para o interior outras encontradas no êxodo, numa confusão que

começava no Prata e já atingia o Amasonas no tempo de D. Francisco de Sousa.

A notícia de que a expedição estava em marcha, poz em pé de guerra toda a zona a ser percorrida. O único recurso para atenuar as consequências das hostilidades, seria a intervenção do missionário jesuita, mas os padres não alimentavam ilusões quanto ao escopo de uma bandeira organizada por Gabriel Soares, chefe dos escravocratas da Bahia, que parecia até desejar a hostilidade do gentio como pretexto para reduzi-lo à escravidão. As peripécias da jornada são por demais conhecidas para precisarmos reproduzi-las. Atacado pelas tribus do caminho, e doenças grassando na tropa, morreu Gabriel Soares antes de chegar à meta no alto S. Francisco. Mandou D. Francisco recolher os restos da bandeira, como foi feito entre outros pelo fazendeiro Diogo Lopes Ilhoa. De precioso a custosa expedição nada encontrara, sinão a certeza de que descidas daquele gênero tornavam-se inóquas, e mesmo contraproducentes, sem superior direção que só os jesuitas podiam dar. Privados do seu conselho os reinos desandavam em molestar o gentio, e se contagiarem de sezões com grave dano e perigo para todos. Esta situação perdurou enquanto os brancos não cresciam em número a ponto de dispensar auxílio alheio.

No momento absorvia-se D. Francisco na séde da colônia em esquadriuhar roteiros em companhia de informantes, ou que julgava taes, para acertar o caminho das almejadas minas. Os irmãos João e Gabriel Soares tinham contagiado com febre de aventuras ao parente Belchior Dias Morea, pae de um mameluco que havia de se celebrar graças à imaginação de um romancista. Chamava-se o pseudo eroe Roberto, ou Rubélio Dias, de que os historiadores muito se ocuparam, latifundiário estabelecido no rio Real. Averiguada a morte de Gabriel, fôra encarregado Belchior de encaminhar os restos da expedição até

a cidade do Salvador. Devia também recolher todas as informações que porventura servissem a ulteriores tentativas de entradas no sertão “que dava acesso ao coração da América”. Homem ambicioso, que também estivera na côrte com os mesmos propósitos do malogrado primo, tantas disse e afiançou ao governador, que este resolveu acompanhá-lo em uma nova entrada pelo S. Francisco.

A nova empresa quasi teve o fim da precedente, desavindo sertanistas e funcionários, nada se verificando do que Belchior prometera, por fim responsabilizado pelas despesas, tendo permanecido cerca de dois anos no cárcere, castigo pelo logro que pregara na mais alta autoridade colonial. No entanto, prosseguiu o fidalgo na resolução inabalavel de descobrir minas preciosas, e quanto mais se lhe antepunham reveses, mais teimava nas pesquisas. Não encontrara ouro e prata onde as procurara até então, mas em outros quadrantes da colônia poderia ser mais bem sucedido. Chegavam-lhe desde algum tempo notícias a respeito do sul, e cada vez mais empolgado, encarregou Pedro de Oliveira da continuação das obras que iniciara na cidade do Salvador, passando a defesa da Bahia ao capitão Álvaro de Carvalho, rumando em seguida para a capitania de S. Vicente. Tinha-se positivado, mesmo antes da sua chegada ao Brasil, a existência de ouro nas redondezas da vila de S. Paulo de Piratininga, no morro do Jaraguá.

Igualmente a presença do governador era necessária onde a extensão da costa podia favorecer tentativas como a de Villegaignon, e também porque a fusão das corôas ibéricas reatara de modo promissor as relações entre São Paulo e o Paraguai, com toda sorte de consequências que o governo local devia atender. Uma delas consistia nos pedidos vários que vinham para o Brasil, de vasta região separada por léguas de tratos ínvios do litoral. Assumira a direção da diocese de Tucumán o prelado português

fr. Francisco de Vitória, da ordem de S. Domingos, coadjuvado pelo seu conterrâneo o deão Francisco de Salcedo, conhecedores dos extraordinários resultados obtidos pela Companhia de Jesus na catequese dos índios. A pacificação do gentio, como vimos, significava benefícios sem conta tanto no terreno material como no espiritual. Desejavam à vista disso que os padres fossem missionar no rio Paraná, onde se esperavam resultados pelo menos iguaes aos alcançados na margem do Atlântico.

Muitos anos antes, capacitara-se o apóstolo Nóbrega do insanavel antagonismo entre povoadores e inacinos, provocando a necessidade de colocar maior espaço entre os povoados europeus e as aldeias jesuíticas. Acima do Espírito Santo tornava-se difficil a realisação do plano que ideara, pela pouca profundidade da zona habitavel quando em direção ao âmago da colónia. Ao sul de S. Vicente, pelo contrário, a vastidão das terras férteis era por assim dizer ilimitada em qualquer direção, sendo facil aí encontrar sítio ameno, separado do insidioso litoral por alta cadeia de montanhas e rios caudalosos a propiciar o almejado isolamento. Do encontro de propósitos; dominicanos pretendentes a auxílio material e espiritual, e jesuitas interessados em doutrinar longe de preadores de índios, começaram as missões do Paraguai que tanto haviam de empolgar teóricos políticos e historiadores.

Em 1583 chegaram do sul a Bahia pedidos officiaes de elementos ecclesiásticos, para que lhe mandassem padres da Companhia de Jesus para examinar a situação dos índios. Em Roma também se repetiam as solicitações, que no ano seguinte de 1584 foram atendidas com geral agrado, por ser considerada benéfica providência onde havia multidão de tribus que doutrinar. Pouco depois chegava à cidade do Salvador o bispo de Tucumán, que além de auxílio espiritual procurava outros de espécie material para o seu bispado. Dos gêneros alimentícios que pedia, se

destacava a farinha da terra, ou mandioca, “*que lá muito estimam*”, diz fr. Vicente do Salvador, daí por diante remetida para o sul todos os anos.

O bispo tornou a ser agasalhado na séde baiana pouco mais tarde, quando desavindo com o seu rebanho escalou na Bahia em 87 a caminho da côrte filipina. Estadeava na ocasião a velha amizade que tinha pelos jesuitas, por ser parente de Diogo Lainez sucessor de Inácio de Loiola, que em controvérsias eclesiásticas opuzera este seu primo ao seu terrível confrade, o dominicano jesuitófobo Melchior Cano. Em 1588 via finalmente o prelado em Assunção os inacinos, que iam principiar a república teocrática sonhada por Nóbrega para maior glória de Deus. Entrementes, no intercâmbio comercial prosseguia através da fronteira luso-castelhana, na região paranaense de que trataremos mais tarde em outro passo. Por ora aludiremos apenas ás trocas de farinha baiana por carne seca platina no tempo de D. Francisco de Sousa, trato que servia de pretexto a intenso contrabando de prata peruana. Embalde alguns funcionários mais zelosos procuravam obstar o descaminho de rendas reaes cortando o mal pela raiz, ou seja proibindo todo comércio exterior e entrada de gente com destino ao Perú pelo porto de Buenos Aires. Imperativos económicos decidiam em sentido contrário, e no ano de 1602 outorgava el-rei licença para que o tráfico sulino com o Brasil e a África (provavelmente Angola por causa dos captivos daquela orijem), continuasse por mais seis anos.

Assim sendo, a vinda do governador era muito de de-sejar quando a capitania de S. Vicente procurava compensar o decréscimo da sua produção de assucar com o intercâmbio com as possessões castelhanas vizinhas. A nova atividade se mostrava promissora, calculando-se que beirava cerca de quinhentos mil cruzados na data da visita de D. Francisco de Sousa. O indício de que representava apre-

ciavel fator económico era também denunciado pela presença de numerosos cristãos novos, que da sua grande base de operações da Bahia, introduziam-se por Buenos Aires na região mineira sulamericana. A sua presença cada vez maior no Potosí e no Perú, provocou a sugestão de D. António Ordonhes ao Conselho de S. M., *“En la ciudad de la Plata, donde reside la Audiencia Real y el obispado de los Charcas, se pusiese otra Inquisición y se le diese por distrito todo el obispado de los Charcas con los obispados de Tucumán y Rio de la Plata y gobernación de Santa Cruz de la Sierra, que es otro distrito de más de 400 leguas y de muy gran concurso de gente y cae en el dicho distrito la villa imperial de Potosi, adonde se ajuntam todos cuantos portugueses y ombres facinorosos y de malas costumbres hay en estos reinos, y el puerto de Buenos Aires, que es la escala por donde entran los portugueses, y tendria mucho que atender”*.

Não era, contudo, somente na arraia miuda e mais indivíduos enumerados por Cervantes, que se notavam os elementos tão enaltecidos por Lourenço de Mendonça quanto suspeitos a Ordonhes. Também se imiscuiam na governança da terra com grande escárnio do segundo, que na mesma carta escrevia, *“En el cabildo secular figuraban, por supuesto, los oficiales reales, hidalgos honrados y conocidos por tales, pero los demás miembros del cuerpo, que representaba á la ciudad, eran en su mayoria portugueses, algunos de ellos malquistos por su malea lengua, otros muy ordinarios, y, en general, todos personas muy comunes, y tanto que a ninguno, según asseguraban, se les podia “dar lado”*. O surto económico que provocava este estado de cousas, era também responsavel por outras infrações à antiga orientação colonial castelhana nas Américas, da qual a mais grave era o abandono do privilégio dos portos de Cartagena de las Indias, Porto Belo, Vera Cruz, Arica e

Callao, em desembarcar e embarcar as mercadorias europeas e a produção do México, Perú e Buenos Aires.

Além desses motivos, estava o governador impaciente por conhecer a região em que dizia existir riquezas infinitas a flor da terra. Levava consigo um engenheiro alemão de nome Geraldo, diz Varnhagen, e um mineiro da mesma origem chamado Jacques, que seriam seundo Pedro Taques, respectivamente Geraldo Bentink e Jacques de Oalte. Na escala do Espírito Santo encontrou a capitania felizmente pacificada pelos esforços do capitão Miguel de Azevedo, que lograra derrotar o gentio Goitacá hostil aos portugueses. Aproveitando-se da circunstância mandou o governador ao "*Matante Negro*", como chamavam Diogo Martins Cão, prospectar minas de esmeraldas, assunto de que já tratara estante no Salvador. Vimos alhures, em Porto Seguro, que o sul da capitania e o norte do Espírito Santo eram considerados acesso ao hinterland metalífero. Os motivos desta crença decorriam tanto das insuficientes noções geográficas como da maior facilidade proporcionada pelas umbrosas margens de seus rios, cheias de caças e frutos, diversos dos baianos acima de Ilheus e nordestinos, onde o deserto começa às vezes quasi à beira d'água. Os grandes cursos do centro brasileiro, constituído pela junção daquelas capitanias, deslisavam magestosos através da mais densa floresta da colônia, cuja altura, extensão e prodigiosa belesa não encontravam rivaes nem mesmo nas margens do Tietê. A tranquilidade política que aí reinava deu igualmente ensejo a D. Francisco de enviar o capitão Arias de Aguirre com duzentos tupis espírito-santenses para as recém descobertas minas de S. Paulo.

Tomadas estas providências, mais algumas relativas a fortificação do porto de Vitória, rumou D. Francisco em demanda do Rio de Janeiro, feudo dos Sás, ainda mal refeito da guerra contra os franceses. Os donatários o tinham conquistado, defendido e começavam a explora-lo no

momento da visita oficial do primeiro magistrado da colônia. Pouco tinha, porém, D. Francisco que fazer onde a empresa pertencia a particulares. Mais lhe interessavam as jásidas piratinínganas de que tanto se falava, certo, por sinal, de que ferro e ouro lá existiam. A presença desses metaes prenunciava também a possibilidade de encontrar prata, muito apreciada no regime do bi-metalismo reinante na Europa quinhentista, considerada com as minas de cobre da Boêmia, e de ferro da Biscaia, o artífice maior da pujança dos Habsburgos.

Alguns incidentes pontearam a viagem de imprevistos, como sucedeu em Santos com a urca holandesa *Culden Werelt*, que ali abusivamente fundeara de volta da África onde estivera nas ilhas de S. Tomé e Príncipe, empórios do tráfico negreiro. Tencionava ao depois seguir para o estreito de Magalhães, para no Pacífico se reunir ao *Silveren Werelt*, com quem iniciara a viagem um ano antes. A captura se revelou rendosa, pois a embarcação inimiga trazia no bojo mais de cem mil cruzados de mercadorias. Mas enquanto no sul a aprezavam, aparecia na Bahia temerosa flotilha de conterrâneos seus, perigosa pelos efetivos e armamento, e ausência do governador. Comandavam-n'a os capitães Hartman e Broer à testa de sete navios, que se tivessem apoio de suficiente tropa de desembarque, teriam poupado aos diretores da W. I. C. o esforço realizado em 1624. Escapou a Bahia desse primeiro golpe graças às moléstias que assaltaram a expedição. Saida da Holanda em 1599 em número de setenta navios de diferente porte sob o comando do almirante Pieter van der Does. Felizmente deteve-se a mole flutuante nas Canárias, que oferecia a perspectiva de facil e abundante saqueio, como efetivamente sucedeu, acarretando porém, o gravíssimo inconveniente da perda de tempo passada a época das monções, fáto da maior importância no tempo da navegação de vela. Singrou daí para a ilha de S. Tomé de que rapidamente

se apoderou, chave dos viveiros de braços negros da Guiné, que prometia se tornar competidora de Angola caso o seu tráfico fosse bem dirigido. Capacidade organizadora sobejava aos batavos, porém lhes faltava experiência das cousas locais, de sorte que, em pouco viam-se de tal modo devastados por epidemias, que morria o comandante van der Does mais mil e duzentos homens da tripulação, perdas equivalentes às de uma grande batalha naval. O seu sucessor Leynssen, lembrou-se de mandar ao Brasil sete navios, que chegaram no Recôncavo nas vésperas do natal. Talvez si soubesse das condições da praça, teria o batavo aproveitado a oportunidade para assalta-la. O acaso, porém, tornou a favorecer os baianos.

A fragmentação da grande frota desviou por algum tempo a cobiça flamenga, que já começava a se concentrar sobre o norte e centro do Brasil, contentando-se o destacamento que lá apareceu em aprezar navios com açúcar, ou os que traziam mercadorias de fora. Demoraram essas correrias cinquenta e cinco dias, incursionando às vezes em terra a despeito da hostilidade que lhes movia com meios de fortuna o capitão Álvaro de Carvalho, até que satisfeitos com as presas velejarem para o norte. Na improvisada defesa muito se destacaram André Fernandes Margalho e Álvaro Rodrigues, dos Adornos da Cachoeira, que à frente de mamelucos e coadjuvados pelos índios das missões jesuíticas, vigiavam as naus e atacavam os tripulantes quando desembarcavam. Entre as vítimas das algaras travadas na ocasião contavam-se o engenho de Duarte Osquer, saqueado na confusão pelos seus conterrâneos, o qual dono se via na difícil posição de suspeito aos dois partidos, com bens no Brasil, base de operações em Lisboa, e liames de família e de tradição nas Flândres.

Menos bem sucedidos que os comandados de Boer e Hartman foram os corsários franceses que na mesma épo-

ca apareceram no Cabo Frio, e foram repellidos pelos habitantes, de modo a permitir que D. Francisco afiançasse ter mantido sem demasiado dano a colônia com as insignificantes forças de que dispunha. Procurara antes e depois da sua estada em S. Vicente, melhorar as defesas do litoral sul. Ao norte, também o forte do Picão ou de S. Francisco, foi começado no seu governo em Pernambuco, mas só terminado muito depois por D. Diogo de Meneses. Cinco outros foram postos em regulares condições de serviço na Bahia, logo cooperando na sua defesa. A cidade se encontrava cercada de muros de taipa de pilão, que parecia suficiente para surpresas do gentio mas de todo insuficientes contra europeus bem armados. Daí, a necessidade imperiosa de se evitar que desembarcassem na cidade baixa, e o melhor cuidado existente na construção dos fortes do mar, construidos de pedra e cal como o de S. António, que ainda existe e serve de base para o farol da barra. As aldeias jesuíticas à volta da cidade do Salvador, constituíam outros tantos pontos de apoio para a população quando atacada por corsários, pois dali poderiam vir socorros complementares para os milicianos em combate. Dizia fr. Vicente com a autoridade de um contemporâneo, que eram mais para figuração que para efeito, como se viu nas refregas com holandeses, em que os defensores efetivamente só revelaram eficiência nas lutas de guerrilhas.

Segundo Varnhagen, que geralmente não cita fontes, ter-se-iam fundido sinos e talvez canhões em Pernambuco no tempo de D. Francisco, e não há dúvidas de que Afonso Sardinha construiu um forno catalão no vale das Furnas em Ipanema. Estes recursos deviam completar a defesa, assim como os estaleiros das capitánias construiriam embarcações, com a abundante madeira das matas próximas em que havia inúmeras indicadíssimas para o fim, encarregando-se do restante o aumento da população, tudo

levando a crer que em poucos lustros a colónia bastaria a si mesmo na defesa desde que a metrópole lhe dispensasse artilharia, munições e armas de fogo portáteis.

A evolução da colónia correria favoravelmente em pouco mais de um século, desenvolvida a indústria assucareira do norte, explorado os acessos do sul ao sertão aurífero, reconhecidos os meandros do litoral entre as capitánias, para que se incentivasse a cabotagem único meio de comunicação de que dispunham no momento, e que assim continuaria por largo espaço. O esforço considerável em si mesmo, entretanto, espalhado como estava numa longa extensão marítima, posto representasse muito levando em conta os poucos meios de que dispunha, era ainda insuficiente. Enquanto a argamassa representada pelo mameluco, situado entre o reinol e o selvícola, não dispuzesse de bastantes efetivos para garantir a segurança do litoral, a obra das missões punha à disposição do governador em tempo de guerra os seus numerosos pupilos, que a despeito da catequização conservavam a antiga combatividade. Negava-se o missionário em período de paz acobertar a ambição de povoadores e funcionários escravocratas, mas ante a ameaça de invasão de herejes, unia-se aos demais componentes da comunidade ameaçada com o zelo, entusiasmo e destemor galardoados pelas causas justas. Antes de tudo, residia a condição essencial para a resistência dos colonias a um assalto vindo fora, na harmonia dos seus componentes, propugnada pelo clero esclarecido quando auxiliado por administradores sagazes. Esta visão das condições colonias, parece que a teve no mais alto grau D. Francisco de Sousa, no período do qual repetiu-se a situação outrora registada na colónia, graças ao entendimento de autoridades com o clero, povo e nobresa.

Alcunharam ao benemérito governador, que ainda havia de se distinguir no serviço da colónia, como sendo “*das manhas*” em oposição aos que lhe chamavam “*das minas*”,

no que historiadores viram apodo depreciativo. Dele traça fr. Vicente o mais lisongeiro dos retratos, de que se infere provir a atribuição de rasões em extremo honrosas. Ouvia paciente pedidos, queixas e reclamações, procurando socorrer na medida do possível os que a ele recorriam, fossem conhecidos ou desconhecidos, favorecendo os religiosos e os "*homens bons*"; e no que mais evidencia as suas reaes qualidades; procurava fazer das rendas públicas o melhor emprego incentivando produções.

Da orientação diversa da prepotência de certos governadores veio-lhe a designação das "*manhas*", applicavel a todos que preferem em última instância maus acordos a boas pendências. Exprobou-lhe Varnhagen a simpatia que demonstrara no fim do governo pelos jesuitas, esquecido de que no princípio, por influência de Gabriel Soares, expedira D. Francisco decretos visando obter compulsoriamente o auxílio dos inacinos, e aproveitar-se da sua obra nas medidas que intentava. Depois, com a experiência da colônia e espetáculo da fecunda atividade da Companhia de Jesus, emendou-se e se tornou o seu sincero adêto. O laborioso historiador partilhava dos slogans do século 19, a considerar o que se passara dois séculos antes com a mesma fobia de Eugênio Sue, autor de um romance contra a Companhia de Jesus hoje ilegivel, e que no entanto, obteve retumbante successo na elite europea e entre as cozinheiras parisienses.

Ocorre ainda na sua administração o sistema de não despir santos para vestir outros, cada zona costeira a tratar de seus problemas independentemente das demais da colônia, dirigida, por exemplo, de Olinda a luta contra índios associados a entrelopos na Paraíba, Rio Grande ou Ceará, custeada por recursos angariados na mesma região. Não foi culpa do governador si o aumento de taxas impostas para esse fim, de passageiro se tornasse crônico. Por mais se esforçasse D. Francisco, não podia fugir à fa-

talidade em que vemos impostos no Brasil uma vez majorados sob qualquer pretexto, nunca mais voltam a diminuir, antes, demonstram a invariável tendência de aumentar sempre.

Antes da sua viagem para o sul, recebera D. Francisco aviso de que decorriam favoravelmente as operações de conquista e pacificação do Rio Grande do Norte e outros trechos da costa leste-oeste. Junto da Bahia continuava o povoamento da região sergipana em direção a Pernambuco. No terreno económico também prosseguia normalmente o desenvolvimento da indústria assucareira, cujo produto orçava na Casa da Índia em cerca de 300.000 cruzados anuaes. O pau de tinturaria, ou brasil, vinha depois com 13.000, e os dízimos sobre o algodão e outras produções 30.000. Taes cifras deviam somadas satisfazer o andamento das obras mais indispensáveis num total de 106.000 cruzados, remetido o resto à metrópole. O cálculo era naturalmente alterado por contratempos supervenientes, que obrigou a criação da sobretaxa de um cruzado sobre caixa de assucar para concluir a campanha do Rio Grande, ao que se acrescentou sob título de “*imposição*” mais 1400 de direitos sobre cada pipa de vinho importada, que rendeu a gorda quantia de dez mil cruzados por ano.

Tomou-se também emprestado dinheiro dos defuntos, garantiu-se por letra aos ausentes, e a herdeiros que aparescessem. Inda assim, mal davam os 54.400 cruzados dos impostos do Brasil, apud fr. Nicolau de Oliveira, para acudir as despesas, devendo o governador se mostrar muito comedido em gastos, em que sacrificava o próprio conforto, no afã de conseguir para obras urgentes a mágica palavra “*verba*”.

Nos livros de contabilidade, as despesas militares — já naquele tempo — consumiam o que mais bem empregado seria em abrir estradas e construir pontes, não fossem as ameaças pesando sobre o litoral. Eram tão rudi-

mentares, para não dizer molestas, as casas officiaes do primeiro magistrado da colônia que D. Francisco e o seu successor evitaram de aí morarem “*por não se achar nellas com saude*”, explicava eufemisticamente um escrito contemporâneo. Certas despesas impressionavam as classes laboriosas das capitánias mais adeantadas, temerosas de que sobre elas recaisse o peso orçamentário. Não faltou quem exprobase o governador pelo excesso de gastos, por continuar as defesas começadas por Manoel Teles Barreto. No entanto, óbvio dizer, que D. Francisco havia de preferir empregar o melhor das rendas em obras de benemerência ou suntuárias, dessas que legam às gerações seguintes monumentos lembrando ativa e meritória administração do que em baluartes de emergência. A época, porém, não permitia a escolha, quando batavos, ingleses e franceses batiam às portas da colônia. Ao fidalgo só restava pedir dinheiro em condições aparentemente onerosas, como lhe succedeu com o mercador cristão novo Diogo Dias Querido, o qual chegado a Bahia de volta da Índia com 30.000 cruzados disponíveis, os emprestou contra garantia de um cruzado sobre caixa de assucar exportada para o reino. A desculpa do governador, era que não se destinavam taes somas direta ou indiretamente a seu benefício, mas ao bem público, porquanto siquer satisfações de vaidade poderia colher do destino que lhes dava.

Com os padres jesuitas e franciscanos ficara o cuidado das missões doutrinatoras e a educação dos rapazes brancos. Tres colégios jesuíticos estabelecidos na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro se encarregavam da complicada tarefa, que lhes custava mais do que rendia. Era obra de duplo alcance: desbravar por meio da religião ao gentio, e elevar pelo ensino os que mais tarde deveriam administra-los. Sempre destacamos os dois estágios do povoamento, o primeiro, em que o jesuita compenetrado do seu dever desarmava o índio, e a seguir, a opo-

sição que encontrava do povoador que ele favorecera, quando o reinol julgava não mais precisar da ajuda do inacino, e passava a considera-lo prejudicial por se opor à escravisação do selvícola. Ambas as fases, a jesuítica e a que poderíamos chamar, do mameluco triunfante continuador do português, prolongaram-se com alternativas além do século 17, segundo o desenvolvimento do sítio em que se verificaram. A proximidade dos maiores centros aculturadores — situados desde os primórdios do povoamento nos pontos estratégicos político-económicos em que até hoje permanecem — assistiram o êxito contínuo do povoador e seus descendentes, prevalecendo sobre os esforços humanitários dos apóstolos, e que dentro da fatalidade de civilizações baseadas no trabalho escravo, aplainavam o caminho para o administrador reinol mandado pela metrópole. O curioso no caso, foi localizarem-se esses pontos estratégicos nas embocaduras de rios regando terras férteis, onde vinham a ser o portal de entrada para o desbravador, e o escoadouro para a produção que se seguia. A capital da Bahia, o Recife, Rio de Janeiro, Belém do Pará, e muitos outros demonstram presciência quasi milagrosa no descobrir repentinamente qual o ponto mais adequado à fundação de uma cidade chave, económica, administrativa e colonisadora. Alguns, de permeio, corresponderam menos ao que deles se esperava, não tanto pela impropriedade da escolha, mas por fatores externos como sucedeu a Ilheus, Porto Seguro ou S. Vicente, onde à vista do progressivo aumento do calado das embarcações os ancoradouros revelavam-se insuficientes para recebe-las.

Deixava o governo D. Francisco de Sousa coberto de bençams por uns e de baldões por outros. Nestes figurava Feliciano Coelho, interessado em várias empresas do nordeste, que o acusava de construir para si engenhos à custa do dinheiro público. A má intenção se extravasava em carta mandada ao Conselho del-rei, pelo fáto de D.

Francisco, ter decidido a pendência entre Feliciano e os franciscanos da Paraíba a favor desses missionários. Também vemos neste incidente, ao contrário do que diz Varnhagen, não dispensar o governador somente proteção aos jesuitas, mas a todas as ordens em geral quando tratavam de proteger ao índio, inclusive às que de momento se mostravam adversas aos inacinos. A seu respeito disse fr. Vicente, que fôra "*o mais benquistado governador do Brasil, junto ser mais respeitado e venerado; porque, sobre ser muito benigno e afavel, conservava a sua autoridade admiravelmente*". Não escaparia D. Francisco da terrível sina colonial, como vimos na carta de Feliciano, de que se originou devassa para apurar pretensas malversações. O resultado demonstrou que a corôa lhe era devedora, e melhor delegado não podia pretender em sítios que exigiam desvelo pelos seus interesses. De volta ao reino continuou o fidalgo a propugnar pesquisas de riquezas mineraes, que anos depois o levaram ao governo do sul da colônia, de parceria com D. Diogo de Meneses indicado para o norte. Na ocasião houve quem visse na escolha interferência dos jesuitas, cúmplices de suas "*manhas*", quando D. Francisco pertencia simplesmente ao rol dos que entravam na categoria dos governantes preconizados pelo economista Lopes Santiago. Aconselhava o agudo judeu, iniciador teórico da economia dirigida nas Espanhas, a organização de um organ técnico capás de amoldar estadistas e gerentes de negócios à altura dos problemas com que deveriam se haver.

Propositalmente nos demoramos nas oriens e caraterísticas sociaes dos procônules remetidos ao Brasil, aludindo ao ambiente em que se tinham formado, adquirido normas tradicionaes em funções públicas, cargos onde principiavam o tirocínio e mais fatores de experiência e de saber político. Demonstra D. Francisco de Sousa à saciedade o alcance da ação familiar dos fidalgos do tempo, a mais

completa das escolas preparatórias de administradores e estadistas correspondendo à sugestão de Lopes Santiago, si bem ensino algum oficialmente padronizado, desprovido de laços afetivos e da poderosa ação do exemplo haurido “*domo sua*”, poderia igualar.

DIOGO BOTELHO

Na sequência de governadores geraes do Brasil destaca-se a figura de Diogo Botelho, pelas aventuras extraordinárias em que se viu envolvido antes de aquí aparecer. Servidor do prior do Crato, inconciliavel adversário de Felipe II, foi o seu mais íntimo e eficaz companheiro na luta contra o "*Demônio do Meio Dia*". em que tenasmente defendeu os interesses do amo junto aos maiores monarcas da cristandade. Desaparecido o pretendente, chamado ao regaço filipino pela habil política de desarmar inimigos, e angariar dedicações entre portugueses, Diogo Botelho foi despachado a Bahia para fazer jús mais tarde a uma pensão, com que terminaria pacificamente no Conselho de S. M. a carreira de funcionário público.

Felipe III mantinha nos primeiros anos de seu governo as diretrizes de seu pae, ainda dispondo de muitos de seus conselheiros, que lhe sugeriram a nomear em 1602 Diogo para render D. Francisco de Sousa. Devia o novo governador embarcar em Lisboa à testa de uma expedição composta de mais de 500 pessoas com várias funções, quando repentinamente se espalhou a notícia de um ataque holandês contra a colónia. Na emergência, partiu às pressas, numa embarcação muito menor, e apenas 200 soldados, "*sem physico nem muitas outras cousas necessarias à pessoa delle*", escrevia um contemporâneo. Na precipitação teria poupado involuntariamente a quantia de 30.000 cru-

zados ao tesouro, fâto muito do agrado dos governantes metropolitanos, quando o mais certo seria o contrário ante o perigo que ameaçava o Brasil.

Na côrte apresentara Diogo um memorial, em que pedia a elevação do cargo a vice-rei, e mais vantagens pecuniárias, tendo em vista a importância da colônia na existência política de Portugal, assim como do custo de vida que nela se tornara caríssimo. Ressentia-se a Bahia dos males da monocultura levada ao extremo, sofrendo falta de gêneros de primeira necessidade, junto de artigos de luxo e de ostentação apreciados pelos novos ricos locais. A precipitação do embarque, e provavelmente a perspectiva de aumento de despesas, impediram que o fidalgo obtivesse satisfação, chegando à cidade do Salvador nas mesmas condições que o seu predecessor.

Não ignorava a côrte os perigos ameaçando o Brasil, enganando-se quem supor reinar leviandade e desídia entre os representantes da nobresa formando o governo à volta del-rei. A correspondência de Felipe III com fr. Luís de Aliaga, as suas notas marginaes às minutas do Conselho das Índias presidido pelo marquês de Salinas, composto do comendador-mor de Leon, o marquês del Vale, conde de Francavilla e outros conselheiros cujos trabalhos eram cuidadosamente seguidos pelo duque de Uceda, filho e sucessor do ministro Lerma, nos mostram exatamente o contrário, como há pouco dizíamos com referência aos desmedidos esforços que envidavam, para conservar o império em que o sol nunca se punha. Mas justamente a sua dispersão pela Europa, Américas, África, Ásia e Oceânia, submetida as resoluções do governo a mil e uma vicissitudes previstas e imprevisas, registadas perto ou a milhares de léguas de Madri, obrigando-o a fazer o que podia e não que queria.

A escolha, na conjuntura, de Diogo Botelho era por muitos motivos acertada, pois, assegurava num sector par-

ticularmente ameaçado a ação de um homem tão ativo como eficiente. Era filho do antigo adail de Tanger Francisco Botelho, do Conselho de D. João III, que fôra embaixador depois de ter sido nas suas funções palatinas, estribeiro-mor do infante D. Fernando. A mãe de Diogo era D.^a Brites de Castañeda, também de gens áutica, filha do castelhano Ruy Diaz de Castañeda, muito da privança dos príncipes. O neto acompanhia na qualidade de amigo de infância a D. Sebastião I na aventura africana em dois navios armados a sua custa, figurando na batalha de Alcacer Quibir com cinco cavalheiros e doze arcabuseiros seus. Mal ferido depois de lutar com denodo, caiu nas mãos dos infieis. Resgatado com os subordinados, convidaram-n'o a volver como embaixador para tratar com o Xerife a libertação dos demais prisioneiros. Por ainda se ressentir dos ferimentos recusou a honrosa incumbência, talvez empolgado pela competição iniciada à volta do trôno que principiara no reino.

Escureciam-se os ceus de Portugal com a perda da situação de "neutros" que até então tinham desfrutado os seus habitantes nas porfias europeas. Situados nos confins do continente, separados do campo de batalha da França pela larga superfície da Espanha, iam conhecer agora os males de intervenções estrangeiras, com o rosário de desgraças que trazem atrás de si. A velha traça política dos casamentos régios a emprenhar territórios golpeava-os, tendo a morte do rei levantado o aparecimento de chusma de pretendentes à sucessão, todos apregoando o grau de parentesco com o finado monarca, em que se alinhavam os netos, bisnetos, trisnetos e sobrinhos de D. João III. Apenas tres ficaram em campo, a saber: Felipe II, a duquesa de Bragança preferida do cardeal rei, e o prior do Crato, de orijem ilegítima mas com alguma simpatia entre o povo e apoio de governos estrangeiros.

O bastardo sofria de temperamento irrequieto, vaidoso e ambicioso, incentivado nos seus desejos pela incapacidade de D. Sebastião. A sua attitude lhe valeu a antipatia do jovem soberano, e mais tarde, a do cardeal rei D. Enrique. Obrigado a abraçar o estado eclesiástico, deixara assim que pudera os estudos, para aceitar apenas o priorado do Crato, que lhe permitia arrastar espada e tilintar esporas, rodeado de lusido séquito de fidalgos onde já naquele tempo figurava Diogo Botelho. De uma feita, nas vésperas da partida para Marrocos, tivera altercação com o valido do rei D. Cristovam de Távora, em que interveio D. Sebastião maltratando-o, pelo que, ofendido, mandou despir o seu barco de galas, daí por diante acompanhando fúnebre a expedição, "*como agoureiro атаude dos banquetes do Egipto*", escreveu um historiador a respeito do episódio. No desastre conseguiu passar por fidalgote sem importância, inspirado pela costela ebráica que lhe atribuíam, tornando ao reino com pequena despesa, e uma vez em Portugal, apressou-se em apresentar a sua candidatura. Teve logo de início de se haver com os mais poderosos adversários possíveis nas circunstâncias, que eram Felipe II e o cardeal rei. Tinha-lhe D. Enrique tal ogerisa que o destituiu de todos os privilégios, bens e honrarias, banindo-o do reino, e como o prior se recusasse acatar a ordem escondendo-se nas províncias, foi expedida ordem de prisão contra ele. Não sendo capturado recaiu a fúria real sobre o seu procurador Diogo Botelho, recolhido preso ao castelo de Lisboa.

O prior na agitação que espalhava, tinha por si a arria miuda e grande parte da burguesia, arrastada pela eloquência de Febus Monis, e preconceitos próprios da classe, pois o homem médio foi em todos os tempos e nações o repositório máximo do nativismo e nacionalismo no que ele tem de bom e de pior. A possibilidade de vir a ser estorvo à política expansionista de Felipe II, trouxe-lhe

igualmente o apoio de países como a Holanda, França e Inglaterra, inimigos do Habsburgo, e que benevolmente acolheram os emissários que lhes mandara pedindo auxílio. Nessa atividade entrava em toda sorte de conluios, inclusive junto ao rei de Espanha, a quem propoz renunciar às pretensões a troco de ser nomeado governador perpétuo de Portugal, com uma renda fixa de trezentos mil ducados anuaes, para administra-lo assim como aos seus domínios ultramarinos. O oferecimento não era tão absurdo como poderia parecer, pois Felipe prometia respeitar a autonomia governativa dos lusos, nomeando um representante do seu agrado quando estivesse ausente de Portugal. Acontece, porém, que antes do prior, estava na linha de sucessão a duquesa de Bragança, com direitos tão indiscutíveis na época que o espanhol oferecera ao duque dar-lhe o Brasil à guisa de reino, o mestrado da ordem de Cristo, e a mão de uma das filhas para o infante bragantino D. Diogo.

Recuzou a duquesa, do mesmo modo que Felipe regeitava as pretensões do prior, que se viu perseguido dos dois lados da fronteira luso-castelhana. Também os agentes franceses o denunciavam como versatil e pouco seguro de carater, ao saberem que procurara se aproximar do espanhol, e da duquesa, à qual propuzera desposar uma filha para unirem-se contra o outro pretendente. Na emergência também solicitara o prior ajuda de diversos elementos, entre outros os principaes cristãos novos, sob pretexto de que ele, D. António era filho da Pelicana, e portanto, parente deles. Assim o consideravam os judeus, chamando-lhe alguns *o Redentor*, mas daí a se comprometerem perante o formidável poderio do rei Felipe ia um abismo, de sorte que, se limitaram com ebráica sutileza em homenagear o prior sem mais compromissões.

Igual sentir partilhava a maioria da nobresa, atenta em não agravar a situação em que se via depois do desas-

tre de Alcacer Quibir, reconhecendo no candidato estrangeiro um dos pretendentes mais legítimos à corôa. Tampouco, ignoravam os preparativos militares que fazia em Castela, que de sobremaneira facilitava o representante do Habsburgo em Portugal, o português D. Cristovam de Moura, depositário de sua inteira confiança, tão ativo quanto habil em lhe conseguir parciaes no âmago da praça cubiçada. Por fim pendeu para Felipe o cardeal rei, num derradeiro esforço antes de morrer visando poupar à nação inutil derramamento de sangue.

A solução era das melhores no momento, mas o povo excitado pelo baixo clero negava-se aceitar soberano vindo de Castela, contra a qual nutria velhos rancores nativistas. A fradalhada truculenta saia de roldão dos conventos para aclamar nas ruas o nome do prior, tal como dois séculos mais tarde, irmanados aos confrades de além fronteiras, enfrentariam de armas em punho os marechaes de Napoleão. Deles diria Lannes o alguém que num salão de Paris lhes exprobara a violência imprópria de eclesiásticos, "*Ils sont peut être des fanatiques mais ils savent bougremnet se battre*"! Inflamadas pela sua attitude as massas populares esqueciam o absurdo de pretenderem enfrentar as disciplinadas e bem comandadas hostes do duque de Alba, compostas dos melhores soldados que então havia na Europa, com bandos irregulares mais temíveis à população que aos adversários.

Acrescia à desordem dos comandados a desunião dos chefes. Segundo autores portuguezes, via-se neutralizada a febril atividade do prior pelas contendas do bispo da Guarda, conde de Vimioso, D. Duarte de Castro e Diogo Botelho, libertado pela adesão de Lisboa a D. António. Igualmente as potências que de princípio pareciam apoiá-lo, hesitavam declarar guerra a Felipe II, às voltas Isabel de Inglaterra com Maria Stuart, os holandeses com as forças espanholas das Flandres, e Enrique III com os seus anti-

gos correligionários protestantes. Depois do rápido encontro de Alcântara, em que os bandos do prior foram dispersados pelos tercios do duque de Alba, começou ferós monataria do pretendente e o punhado de seus companheiros, perseguidos de cidade em cidade, aldeia em aldeia, de convento em convento, onde em toda parte recebiam abrigo apesar de Felipe II prometer oitenta mil ducados de ouro a quem entregasse D. António vivo ou morto! Por fim embarcaram em uma nau francesa que os levou a França, onde em pouco continuaria a caçada dirigida pelos sicários que o espanhol lançava atrás de seu competidor.

Aconteceu durante a luta que fr. Bartolomeu dos Mártires, célebre arcebispo de Braga, teve idea de consultar no Minho o sufrágio universal sobre a eleição de um monarca para Portugal. O resultado foi por absoluta maioria favoravel a Felipe II. Era desalentadora para D. António a inovação democrática, pois comprovara o que a alta nobresa e o clero superior pensavam, todas as circunstâncias conjugadas para evidenciar a inviabilidade da sua candidatura, segundo em carta pouco depois reconhecia um observador estrangeiro, sir Henry Cobham, embaixador inglês em França, a lord Burghley, ministro em Londres. Nem porisso arrefeceu o ardor do pretendente na disputa do trôno. Primeiro na Inglaterra a seguir na França, recebeu inúmeras demonstrações de interesse pela sua causa, encontrando no Louvre inesperado apoio vindo do pertinás desejo dos franceses em se apossarem do Brasil.

De há muito alimentava a rainha mãe Catarina de Médicis a ambição de homologar pelas armas o que faziam anos a fio normandos e bretões, familiarizados com o nosso litoral, benquistos dos índios que nele habitavam. Processaram-se, daí, entendimentos com o improvisado governo do prior, que nomeara condestavel do reino ao conde de Vimioso, embaixador em França a António de Brito Pimentel, e Diogo Botelho seu chanceler. A precária hon-

raria só acarretava sacrifícios, miséria e perigos a quem a recebesse. Sem meios para arcar com o cargo, nem muitas esperanças em tempos melhores, tinha Diogo Botelho de afrontar o proceloso destino ao saber que fôra juntamente com os seus companheiros excluído da amnistia geral concedida por Felipe II. O mais doloroso da notícia eram os resultados da execução; a sua esposa, filhas e irmãs desterradas para Castela, onde por longos anos joueram em conventos longe da família e de amigos. Não pararam aí as resoluções do novo Felipe I de Portugal no intuito de quebrar a resistência de súditos rebeldes. Começaram a lhes acompanhar os passos onde estivessem sicários encarregados de resolver com o punhal o problema que antepunham aos desígnios do Áustria.

Fora do reino o prior continuava tão incômodo como dentro de suas fronteiras. Era pretexto para os inimigos dos Habsburgos se coalizarem em torno dele, unificando esforços dantes dispersos, agravando e complicando a política internacional em relação a Madri. Teve o pretendente entrevistas secretas com o duque de Alençon, irmão de Enrique III para combinarem as modalidades do auxílio francês, pois Catarina de Médicis procurava evitar que D. António caísse inteiramente sob a égide da Inglaterra. A sua intenção era que a rainha Isabel ajudasse ao máximo o prior, mas as compensações territoriaes deviam ficar para ela Catarina (16). Neste sentido começou a ajuntar navios e tropa, que acompanhados de ingleses, foram às Terceiras onde desembarcaram e se fortificaram. A situação assim criada para Felipe II torna-se grave, porquanto significava nada menos que o espí-

(16) Deixa isto perfeitamente esclarecido na carta que escreveu em 1582 a Villeroy. Seguia a política de seus parentes Médicis que sempre ambicionaram, como bons florentinos, possuir empresas coloniaes. Cf. Uzielli, *Cenni Storici*. Livorno.

rito de rebelião espalhado pelos domínios ultramarinos, que deitaria por terra o império colonial si em tempo não o atalhasse.

Ciente de que não tardaria a ser atacado pelos espanhoes, empenhou-se o prior em conseguir uma esquadra de socorro contra os planos do adversário. Anuiu Catarina em satisfaze-lo, animada pela idea de se apossar do Brasil, que a não abandonava e parece ter sido a causa da sua attitude na sucessão de Portugal. A esquadra exepcionalmente vultosa pelo número de navios e importância dos efetivos, era comandada por um primo da florentina Felipe Strozzi, que devia em alto mar abrir a carta de prego, para só então conhecer os planos secretos da rainha. Encomendava-lhe que depois de socorrer os francezes do arquipélago, rumasse para as vizinhanças de Pernambuco onde "*vous vous fournirez de dix mille sauvages pour faire la guerre au Portugal*", plano submetido ao jovem rei, o qual, por sua vez, lembrava ao executor que a empresa não era "*une raflade*", porém, "*c'êt pour vous en rendre le metre et le conserver à Jamés*" (17).

Dispunha Strozzi informações sobre o destino entre os tripulantes do barco *Salamandre* que o acompanhava, e algum tempo antes, estivera imobilizado tres meses pelos danos de uma tempestade no "*Cairussú*" ao sul do Rio de Janeiro. Além disso, parece que ainda possuia informações do romano Alexandre Orsini, que ele conhecia (os Strozzi eram banqueiros em Roma), veterano navegante da América do Sul, onde dispendera mais de trinta anos em lhe perlustrar as costas no Atlântico e no Pacífico. Ao que parece, também afagava no fundo da mente veleidades em desviar em proveito próprio o que lhe encomendavam no serviço de outreni. Estavam as cousas neste pé,

(17) Arquivo de Leningrado. Vol. 1º Biblioteca do Ermitage.

quando a vitória do marquês de Santa Cruz à testa da frota de Lisboa, sepultou no oceano os planos ambiciosos de franceses e florentinos.

Em meio dos acontecimentos, empenhava-se Diogo Botelho em infinidade de combinações financeiras, políticas e militares. Um dos obstáculos que mais o atormentava nas suas funções, era estabelecer contáto com Portugal, nem sempre facil por causa da espionagem e contra-espionagem de Felipe II. Nos papeis da época encontramos copiosas notícias a respeito, informando em 1586 agentes castelhanos, que um certo Richard Grant suspeito de ser espia a soldo dos inimigos de Castela, seguira de Bristol para Lisboa disfarçado em negociante. Aconselhavam, outrossim, fosse agarrado quando chegasse, e posto a tratos para que confesasse as intenções e denunciasse os mandantes. E, como si não bastassem tantos motivos para preocupações, tinha ainda o desventurado chanceler de providenciar, com a experiência que possuia, para libertar D. Cristovam, filho do prior, inconsideradamente atirado pelo pae nas fauces do Xerife de Marrocos, pensando alcançar o seu apoio contra Felipe II. Somente a muito custo, com auxílio dos aliados, conseguiu Diogo livra-lo, depois de tres anos preso, por obra, dizem, de agentes do rei espanhol, que a poder de argumentos estrebuchantes influiam no ânimo do marroquino. A ajuda contra os manejos do Áustria se manifestava de várias maneiras, que iam até Constantinopla, onde a rainha Isabel encomendava ao judeu luso D. Salomon Abenjaeix (sic), que auxiliasse o diplomata inglês Barton a fim de que Francisco Caldeira de Brito, agente de D. António, fosse bem recebido pelo Grão Turco.

Tornara-se, destarte, Diogo Botelho perito em redigir minutas, contra-minutas, despachos, contratos, projétos, as-

sim como expedir passaportes e cartas de corso (18), através da fortuna adversa do governo itinerante do prior. Em 1587 eram de parecer os comissários ingleses dos Países Baixos, que D. António não estava nas condições dos rebeldes das Flandres; porém, era simples competidor do rei da Espanha; que a decisão dos seus direitos não incidia na competência de príncipe algum; que o seu caso não se enquadrava nos antigos tratados entre Castela e a Inglaterra, pois, quando celebrados não participava Portugal da monarquia filipina, e mais dúvidas jurídico-internacionaes que Diogo tinha de resolver. Atarefado por esta e mais complicações, o chanceler só podia contar consigo, arrependendo-se toda vez que confiava em alguém na atmosfera quasi irrespiravel que as intrigas dos agentes castelhanos formavam em torno do pretendente. Um belo dia descobriu que Miguel Vaz, administrador de D. António, fôra subornado pelo "*Demônio do Meio Dia*", prestando-se a dar falsas informações a Strozzi, o qual fiado numa superioridade que não tinha, se aventurou em dar combate com o resultado que sabemos ao marquês de Santa Cruz.

O desastre levou o pretendente a estranhas tentativas. Já vimos a de Marrocos e o quanto lhe custou. Supoz na ocasião, pelas negociações efetuadas em Constantinopla, que por intermédio da Inglaterra poderia se aproximar do sultão, procurando, daí, mediante oferecimento de vantagens hipotéticas, persuadi-lo a mandar uma esquadra aos Açores. Seguiram-se outras de semelhante jaês, em que o agitado exul reincidia no que tanto descrédito lhe acarretara, quando ainda em Portugal negociava simultaneamente com

(18) Existiam passaportes em branco para navios, assinados por Diogo Botelho, "*do Conselho de Estado do Serenissimo Rey Dom Antonio Rey de Portugal & seo Veador da fazenda*", datados de Middelburgo em 1584. Foi com esses passes que appareceram no Brasil navios ingleses, apregoando desejarem entrar em contáto com lusos contra castelhanos.

os castelhanos e os seus adversários. Nas relações entre potências o idioma das chancelarias variava incidentalmente do francês para o inglês ou italiano, língua preferida por D. António nas cartas que de próprio punho mandava aos ministros, si bem soubesse perfeitamente as outras. A Itália no fim do século 16 refletia os últimos lampejos do seu esplendor, constituindo o italiano o idioma da ciência, negócios, letras e artes, precedendo o francês como língua diplomática, enquanto o prestígio de Luís XIV nos séculos 17 e 18, e o dos ingleses no 19 e 20, não o substituísem. Era comum o seu emprego nas maiores côrtes do Ocidente, assim como no próximo oriente mediterrâneo por causa dos venesianos. Nas cartas de Francisco Giraldes, embaixador de Portugal junto à côrte de S. James, encontramos a narrativa de um acidente em que o seu cavalo lhe "*cascho adosso*". Assim procedia o diplomata, não apenas por ser de orijem toscana, como para imitar a rainha Isabel que falava e escrevia italiano como hoje a sua homónima o francês.

Tinha Diogo Botelho de acompanhar estas cambiantes poliglóticas da sua chancelaria, dirigindo de uma feita memorial em italiano ao conde de Leicester, capitão general das forças inglesas nas Províncias Unidas, para reclamar auxílio de tropa para o amo. Algum tempo depois, mandava outra em francês à rainha Isabel, versando o mesmo assunto, causado pelo revés na ilha Terceira, demonstrando que por volta de 1590 era na Inglaterra que se concentravam as esperanças do pretendente. Nessa altura, escrevia Catarina de Médicis a Chateaufort, que o prior estaria melhor sob a proteção da outra rainha, mudança de orientação do Louvre depois de perdidas esperanças de conquistar o Brasil. Nos rogos aos ingleses, mencionava Diogo tudo que necessitava, inclusive o endosso de um empréstimo prometido pelos Estados Geraes da Holanda no valor de 5.000 escudos, e o adeantamento de 40.000

libras esterlinas garantidas por uma cadeia de diamantes no valor de 50.000 pertencente a um vassalo de D. António, para ser pago logo depois de reavido o reino. Infelizmente para eles continuavam os reveses dos aliados toda vez que abandonavam a guerra de corso no mar para tentar fortuna em terra.

Desde que o trêfego duque de Alençon, último filho da Médicis, fôra indicado para "Protetor" dos flamengos, transferira-se D. António para a Holanda. Rogara na ocasião Diogo Botelho ao conde de Leicester, que efetivasse a promessa do governo inglês em estabelecer o almirantado do prior em Willemstadt, onde lhe seria possível aliciar aos poucos recursos de gente e armas para a continuação de operações bélicas. As cartas do chanceler deste período são de Dordrecht e sítios vizinhos, em que se desvaneciam uma após outras as ilusões sobre a vitória final. Até os contágios poupavam os espanhoes e afetavam os aliados. O conde de Cumberland, que em 1587 organisara uma expedição predatória contra a Bahia, encontrou justo castigo na Terceira, em que as suas tropas foram devastadas por epidemias, revés tanto mais desanimador que ocorria no momento escolhido pela rainha Isabel para congregar os desafetos de Felipe II. A despeito do contratempo já se sentiam os ingleses bastante fortes pela sua crescente prosperidade económica para intentar nova empresa marítima sob comando de Drake, bem visto pela soberana depois das suas audaciosas correrias no Brasil, o qual desta vez, visando feitorias desprotegidas e rotas commerciaes mal defendidas, infligiu ao tesouro espanhol prejuízo acima de 400.000 libras esterlinas.

Sobre o desventurado prior desabavam neste meio tempo as tentativas de morte desfechadas pelos sicários do "*Demônio do Meio Dia*". Dá-nos este repugnante episódio antevisão da caçada humana realisada ante nossos olhos, em que o maior artífice da revolução russa acabou assas-

sinado no México após embalde ter procurado em toda parte asilo contra a sanha estalinica. Por espantoso que pareça, encontra um tirano facilmente instrumentos quando se trata de eliminar adversários, graças à proverbial covardia dos governos e da inata corrupção dos homens. Assediado por agentes espanhoes na sua residência de Rueil, perto de Paris, não se sentindo protegido D. António pelas forças do governo, transferiu-se para um castelo na Bretanha oferecido por Catarina de Médicis. A escolha era absurda, porquanto a província era governada pelo duque de Mercoeur, que na sua qualidade de Lorena era anti-calvinista, pendendo para o maior inimigo dos protestantes. Pouco faltou para que fosse entregue aos castelhanos, conseguindo por acaso escapar D. António, refugiando-se junto a um fidalgo de Auray, o qual não dispoñdo de sufficiente força armada, aconselhou-o que não se demorasse em sua casa. Novamente compelido a fugir, aceitou a hospedagem da duquesa de Loudunois no Poitou, onde o avisaram que Mercoeur, acompanhado do espanhol Herédia, incumbido de levar D. António para a Espanha não tardaria a atacalo. Em tempo pôde a Rohan fornecer ao fugitivo dinheiro, cavalos e escolta, com que foi ter primeiro a uma ilha, e a seguir, vendo que Mercoeur não fazia caso das terminantes ordens de Enrique III, passou-se à hospitaleira cidade protestante de La Rochelle.

Era natural que depois de tantas provas da impotência do rei de França descesse o prior da sua proteção, retirando-se para a Inglaterra, onde foi recebido com todas as honras. Nas suas pegadas seguiram os assassinos, enquanto Felipe II alegava tratados de velha amizade (!!!), perene admiração e parentescos, para que a rainha lhe entregasse D. António. Não sendo atendido, tentaram os seus agentes envenenar o prior, e como não o conseguissem, urdiu o embaixador de Castela uma conspiração que devia eliminar Isabel, o hóspede e os ministros ingleses. O

episódio concorreu decisivamente para empeçonhar as relações diplomáticas entre as duas cortes, assolando os súditos de Isabel mares dantes dominados pelos íberos, expulso o embaixador Mendoza, reforçado o prestígio do pretendente.

O revide amadureceu os planos gisados por Felipe II, conhecidos pela constituição da Invencível Armada que devia esmagar a Inglaterra. Foram concentrados nos portos da Andalusia, Galiça e em Lisboa todos os recursos navaes das monarquias conjugadas. Um gênio da arte épica descreveu o espetáculo das barcaças do Escalda e do Adour, as urcas da Alemanha, os brigantins de Nápoles, as galeras de Barcelona, os galiões de Cádiz:

“Voici les cris des porte-voix,
Le pas des matelots courant sur le pavois,
Les tambours, les sifflets des maîtres ”equipage,
Et le lugubre roi sourit de voir groupees
Sur quatre cents navires quatre vingt mille épées...”

Ocorrendo no conjunto magestoso a contribuição de Portugal, composta de “*ses marins, car il faut des lions*” para a titânica refrega.

Na iminência do perigo retezaram os ingleses energias, iniciando os preparativos de defesa incitados pela varonil rainha, como mais tarde tornariam a fazê-lo com igual firmeza e patriotismo contra Napoleão ou Hitler. Ajudados pela fúria dos elementos nos “narrow seas” do norte, e erros do adversários, cujos restos depois de circundar sem cartas marinhas, nem experiências das brumosas costas, foram se abrigar nas angras bretãs. Aí os recebeu o duque de Mercoeur, que tudo facilitava ao ministro castelhano duque de Lerma para que os socorresse, e destarte, pudessem tornar ao porto de partida através a esquadra de Drake, o que nos mostra em que mãos inge-

nuamente atirara Catarina de Médicis o pobre hóspede prior.

Mas pouco faltara para que o grosso da armada chegasse junto do exército de Alexandre Farnese, acampado nas praias flamengas, e não fosse a imprevista tempestade, talvez lhe propiciasse a passagem ao solo inglês. Dar-se-ia então o triunfo dos planos cuidadosamente urdidos por Felipe II, que passaria na história de "*lugubre roi*", como queria o poeta, ou de burocrata aplicado como lhe chamaram Lucien Febvre e Fernand Braudel, a gênio imparante o qual o mundo se curvaria. O monarca soberano de todas as Espanhas situa-se entre os dois extremos. Nem tanto ao mar nem tanto à terra. Si não era gênio maravilhoso, em todo caso gosava de fibra extraordinária, e assim que soube do desastre tratou imediatamente de corrigir os defeitos que a luta evidenciara nas suas forças, recompondo e modernizando a esquadra espanhola, enquanto os adversários se entregavam às maiores manifestações de júbilo, certos de que soara o fim da hegemonia dos Habsburgos na Europa.

Um dos imediatamente beneficiados pelos acontecimentos foi o prior, que logrou novo auxílio de Isabel, persuadidos ambos de que agora seria facil atingir o adversário no fojo. Vendiam com demasiada antecipação a pele do urso, que ainda estava vivo e bem vivo. Fracassou a expedição de Drake e Norris contra Lisboa, animosamente defendida pelo arquiduque Alberto d'Áustria, revês extremamente sensível para Isabel que empregara todas as suas disponibilidades financeiras e militares na expedição. Maior golpe sentiu o pretendente perante a indiferença manifestada pela população lusa pela sua causa, relutando auxiliar herejes protestantes mesmo sob capa de pretendem restaurar um português no trôno. A circunstância era catastrófica para quem chegara a tal extremidade que se comprometera em dar aos britânicos a liberdade do co-

mércio com Portugal; o rezarcimento das despesas feitas com a expedição, que seria escravizar as finanças à praça de Londres; e cousa mais grave (levada avante tolheria sossego aos portugueses), o apoio a Isabel na luta contra Felipe II.

Chegava, porém, ao fim de aventuras o infeliz êxule. O desespero da sua situação aparecia nas desalentadas comunicações de Ruy Lopes expedidas da côrte de S. James, muito antes dos últimos fracassos. Em Paris não melhoraria muito de sorte, contando o capitão Edward Prynne a seu serviço o estado de penúria em que encontrara D. António, recém-levantado de grave moléstia, "*havendo dias em que se alimenta unicamente de pão e água, e ficando muitas vezes seus criados quatro dias sem comer, sendo, porém, tal a sua fidelidade, que siquer murmuravam; que apesar de tudo isto o dito D. António recuzara as ofertas de grande soma de dinheiro, e o pagamento de todas as suas dividas que lhe propuzera o rei de Espanha, renunciando ele as suas pretensões à coroa portuguesa*".

Nessas condições, mantinha-se entre a fome e o punhal assassino, com o mesmo alento que mostrara nas barrocas de Alcântara. Combatia então sobre arnês tão rico, que depois de caído nas mãos dos castelhanos, o ministro cardeal Granvelle o propuzera com palavras repassadas de admiração ao duque de Florença, considerado o mais suntuoso príncipe da cristandade. A oferta fôra interceptada pelo "*intelligence service*" inglês, concluindo o agente Daniel Rogers pelo contexto, "*que provavelmente o monarca espanhol precisava de dinheiro*", e procurava obtê-lo com os despojos do competidor. Restava, todavia, a D. António o grande diamante de que fala lord Burghley, nas mãos de Leicester como penhor do empréstimo concedido ao prior por um grupo de mercadores ingleses.

Um pretendente como D. António se torna incômodo quando os seus parciaes desandam imprudentemente a ex-

probar a pouca generosidade dos hospedeiros. Em carta escrita em italiano, comunicava em 1584 Ruy Lopes a Leicester as deploráveis condições do amo e do filho D. Manoel; o outro, D. Cristovam prisioneiro do sultão de Marrocos; os quaes ameaçavam abandonar a luta caso não fossem mais contemplados. Provavelmente foi pouco ou mal atendido, pois teve D. António de recorrer aos objetos salvos pelos seus companheiros na fuga de Portugal. Pena não sabermos a quem pertencia a cadeia de diamantes de elevadíssimo preço oferecida como penhor de empréstimo à rainha Isabel. Seria do conde de Vimioso morto na batalha da ilha Terceira? Seria de algum outro parceiro de aventuras? Os documentos dos arquivos britânicos que consultamos não são explícitos a respeito da joia, que juntada às outras sucessivamente vendidas em várias capitães, proporcionara aos seus habitantes magníficas amostras do produto da mercância lusa no extremo oriente.

De modo geral, temos no entanto, impressão de que Isabel da Inglaterra era tão fiel as suas amizades como pertinás em seus ódios. Nas relações que manteve com D. António, nunca deixou de lhe mostrar visível preferênciam aos demais pretendentes à coroa de Portugal. Animava-o com palavras quando se lhe dava ensejo, esforçando-se por ampara-lo de todos os modos a despeito dos obstáculos trazidos pela estatura do adversário com quem tinham de se defrontar, dando-lhe em cartas o tratamento de irmão como si fosse o mais poderoso monarca do Ocidente. Reconhecia o prior o seu interesse, e de Paris em agosto de 1595, lhe escrevia manifestando pressentimento de que estava próximo ao fim, agradecendo o amparo que lhe dera em horas aziagas, e lhe recomendava os filhos e os servidores para que não passassem privações. Não esquecia de incita-la na continuação da luta contra o sucessor do "*Demônio do Meio Dia*" — e disso sabia que ela era muito capás — terminando o apelo com louvores a Diogo Bo-

telho, que na hora suprema queria junto dos filhos para guia-los e aconselha-los. Faleceu pouco depois, transmitida a notícia à protetora pelo próprio Diogo, com outras de D. Cristovam nos mesmos termos, lacradas com o sinete do jovem príncipe, onde ocorria um facho de luz sobre os dizeres "*In Tenebris Sufficit Unum*".

Rejubilou-se o governo espanhol, si bem estivesse o prior tão esquecido em Portugal, que o povo se mostrava mais agitado com embusteiros fingindo-se D. Sebastião I, do que com as suas tentativas de propaganda. Depois da morte de D. António desapareceu o governiculo de que Diogo Botelho era "*Chanceler e Vedor da Fazenda*", só lhe restando a esperança de que os parentes em Madri lhe obtivessem perdão de Felipe III. O filho mais velho do pretendente casara-se com a irmã de Maurício de Nássau, tornando-se parente do futuro governador de Pernambuco, e o mais novo D. Cristovam oferecera a sua espada à rainha da Inglaterra. Acabara a missão de Diogo Botelho na Europa, começando outra na América, onde deveria proteger o Brasil contra os seus aliados da véspera.



O resumo destes acontecimentos ajuda a acompanhar os sucessos de que a Bahia veio a ser teatro nos lustros seguintes. Não conseguira Diogo a promoção a vice-rei, mas vinha com 3.000 cruzados de vencimento anuaes, ou seja 1.000 a mais que D. Francisco de Sousa. Na urca flamenga em que embarcara, e nos navios que a comboiavam, seguiam técnicos vários dos quaes o mais importante era o arquiteto militar Francisco de Frias, profissional de grande reputação, e que havia de prestar valiosos serviços na luta contra os franceses do Maranhão. Por longos anos permaneceu no cargo de fortificador da costa a res-

peito do que D. Clemente da Silva Nigra publicou pormenorizada relação. Igualmente figurava no rol Diogo de Campos Moreno, nascido em Tanger, onde seu pae pertencia à guarnição famosa pelos incessantes combates com a mourisma. Na mocidade Diogo fôra soldado de Farnese nos Países Baixos, onde aprimorara o tirocínio guerreiro, aperfeiçoamento que explica muitos feitos que praticou no Brasil, concorrendo para conquistar definitivamente a costa leste-oeste.

Ao chegar em Olinda encontrou Diogo Botelho más noticias da Bahia. Reinava no Salvador intenso nervosismo despertado por avisos de que os holandeses iam atacala. Não podendo logo seguir para a séde da colónia, mandou Diogo em seu lugar o xará, a fim de se entender com o condestavel Álvaro de Carvalho sobre medidas defensivas que calmassem a população. Efetivamente, antes de partir de Lisboa recebera o novo governador carta de Felipe III, recomendando-lhe tomasse precauções contra o inimigo que não tardaria a aparecer em águas brasileiras. Também lhe ordenava que assim que chegasse ao posto, reunisse os navios de Pernambuco e Bahia a fim de partirem todos juntos em comboio, e não isoladamente como faziam com grande risco de cair 'nas garras de inimigos. O comando deveria ser confiado a um official de confiança, que os levaria de conserva para os portos da Galisa, trajeto melhor protegido para os navios que vinham das Américas. Obedecendo tratou Diogo de pessoalmente dirigir a concentração e o abastecimento de duas esquadras num total de quarenta embarcações.

Perturbava, contudo, as providências a escassês de meios a emperrar a administração colonial. Entretanto, havia de enfrenta-la com desempenho e desenvoltura o fidalgo calejado por este gênero de percalços, graças à longa prática adquirida com o prior, tanto mais, que as lamentações sobre a crise financeira ouvidas nos escaninhos da

régia administração, deviam reaproximá-lo de aventuras passadas. Das imitações boas e más, voluntárias e involuntárias, do reinado de Felipe II ocorridas sob Felipe III, destacavam-se duas falências simétricas às do predecessor. Assim como o “*Demônio do Meio Dia*”, falira duas vezes, o seu filho confessou-se insolvel igual número, voltando os olhos para os cristãos novos portugueses para acudir as finanças, propondo-lhes equiparar os seus direitos aos dos cristãos velhos, recurso extremo que provocou veemente repulsa dos lusos.

No Regimento de Diogo Botelho transpareciam essas aperturas, pois lhe recomendavam precauções contra inimigos, e impunham em diversos serviços da colónia desastrosos cortes nas despesas por mal entendidas rasões de economia. O novo governador revelou na conjuntura o lastro de experiência de que dispunha, pela engenhosidade de que deu mostras em satisfazer parte do que lhe encomendavam sem prejudicar em demasia a administração pública. No sector tributário as alterações que realizou foram todas a favor do produtor. Encontrara acesa demanda entre os lavradores e o cristão novo contratador de dízimos do assucar, o qual pretendia fruir no Brasil, nada menos que as vantagens da tributação existente na ilha de S. Tomé. Insurgiam-se os atingidos, por ser “*cousa para o povo mui prejudicial e de grande escandalo e mais disso, de pouco serviço de Deus Nosso Senhor, e de Sua Magestade*”, protestavam os vereadores de Olinda que em nome do povo tiveram ganho de causa. Tratou de aquietar igualmente as partes em outras questões, assim como obrigava os distribuidores da justiça à imparcialidade, e aos agravados pelas suas exações facilitou-lhes o acesso à última instância, representada por ele mesmo. Perseguiu também aos delinquentes sem se ater ao apadrinhamento que porventura tivessem, mandando cumprir sentenças em que remetia os principaes reus em ferros para o reino, como suce-

deu ao capitão do forte do Recife, que mandara soldados assassinar o tabelião de Olinda.

Prosseguindo em reformas a favor da produção, isentou de impostos por dez anos aos novos engenhos, poz ordem na escrituração pública, vedou que daí por diante fossem desviadas importantes verbas da sua verdadeira finalidade, fazendo com que voltassem as despesas a serem satisfeitas somente com o produto dos dízimos. Ampliou as fortificações do Recife, consertou a igreja e as ruas do povoado, interveio nos abusos praticados pelos capitães do forte. Valiam-se de haver em Pernambuco duas administrações, uma particular dos donatários, outra reiuna incumbida da defesa marítima, e aproveitavam a confusão para cometer toda sorte de extorções contra a população portuária, explorando a venda do vinho em tavernas construídas junto aos muros do baluarte, aplicando impostos arbitrários e levantando obstáculos à alçada das justiças. Em cumprimento do que resolveu, foram suprimidos os abusos, e demolidas as “favelas”, mesmo porque, tinham-se de tal forma multiplicado com o aumento da população, que até pareciam os galiões das Índias, tão cheios de mercadorias que a sua artilharia ficava impossibilitada de jogar. Com acertadas medidas desapareceram abusos e conseguiram os novos habitantes, trazidos pela mudança para o Recife da alfândega e outros serviços portuários dantes em Olinda, encontrar acomodações melhores sem prejudicar a defesa da praça.

Nos gastos, as finanças zelosamente vigiadas pelo Conselho de S. M. pouco sofriam, pois iam incidir sobre os habitantes sob rubrica de contribuição voluntária a que adeante voltaremos, sem dispêndio de um ceutil para o tesouro. Entretido nestas occupações preparava Diogo Botelho a sua partida para a cidade do Salvador, quando teve de acudir vítimas de um corsário que também poderia te-lo atacado na viagem que realisara. Aparecera em Itamara-

cá um batel, trazendo o fidalgo D. Pedro Manuel, com a notícia de que em Fernando de Noronha estavam mais companheiros de desdita. Tratava-se de D. António de Melo Castro e sua comitiva, destacados para a Índia numa esquadra que fôra dispersada pelo mau tempo, atirando a nau em que estavam entre tres holandesas. Aprisionados depois de desesperada peleja foram atirados pelos capttores na ilha Fernando de Noronha nús e famintos, onde jaziam à espera de socorro. Providenciou Diogo para que os fossem buscar, dispensando em auxílios e agasalhos mais de 3.000 cruzados, constando ao depois em Pernambuco, que só tinham logrado salvar da cobiça dos piratas as pedras preciosas engulidas por escravos de confiança no momento em que eram revistados.

Era um aviso para a colónia. Na metrópole também sentiam a aproximação de graves acontecimentos, avisado o Conselho de S. M. por espiões que mantinha em côrtes estrangeiras dos preparativos que se faziam contra o comércio ultramarino das Espanhas. Visavam simultaneamente navegação e domínios ao contrário da guerra de corso que até então se limitara a assaltos no mar, de sorte que Diogo tratou de levantar inventário geral do armamento e mais meios de defesa existentes nas capitánias, cuja conclusão por certo não lhe deveria ter deixado muito satisfeito. Pôde então se certificar do desapercibimento do imenso território que lhe tinham confiado. Poz, contudo, mãos à obra para remediar na medida do possível tão lamentavel situação, principiando por aplacar violentas contendas deflagradas entre a câmara municipal e o capitão-mor Manoel de Mascarenhas, porfia que debilitava a resistência da colónia caso aparecessem inimigos. Outros dissabores provenientes de condições locais, sofreu o governador no seu fôro íntimo, quando os da governança, nobresa e povo recusaram aceitar os dois padres agostinhos que trouxera consigo, alegando a sobrecarga de des-

pesas que lhes acarretavam os religiosos antecessores e os armamentos, de modo a prejudicar as outras ordens já estabelecidas. Não teve remédio Diogo, ante a procedência das alegações, senão manda-los de volta ao reino, depois de consolá-los com algumas esmolos dos moradores. Supuzera que dariam melhor resultado que outros missionários, susceptíveis de mais estreita colaboração com os poderes públicos que os jesuitas, por exemplo, demasiadamente rígidos nos seus princípios, e daí, rebeldes às injunções utilitárias de povoadores e autoridades leigas.

A orientação que assim transparecia na atitude do governador logo a se manifestar contrária aos inacinos. Começou pelos aforamentos concedidos pelas câmaras municipais, a fim de valer às missões onde no século 16 um pugilo de brancos se via perdido entre selvajens que só lhes deixava o mar para se comunicar com o exterior. Cincoenta anos depois já se sentiam os habitantes suficientemente fortes para dispensar o de primeiro indispensavel auxílio dos missionários, e reclamavam contra a ação que desenvolviam sonogando-lhes milhares de braços mais bem empregados, diziam eles, nas suas lavouras. A resistência dos reis de Portugal e de Espanha às queixas que vinham de além mar, esteiadas em comunicações de governadores como Luís de Brito de Almeida e outros, deve-se unicamente a consciência que tinham dos seus deveres perante a religião, de outro modo teriam cedido desde muito aos que lhes acenavam com as enormes vantagens da escravidão do índio. No caso, também valiam aos missionários, magistrados mais clarividentes e de boa formação cristã como D. Francisco de Sousa, que depois de algum tempo no Brasil, libertavam-se da opinião, formada pelos argumentos junto deles por longo espaço repetidos (e um meio de persuadir é repetir incansavelmente a mesma cousa) pelos senhores de engenho através homens inteligentes e de excecional valor como Gabriel Soares de Sousa, técnico em

assuntos de desbravamento e produção nas capitánias. Compreendiam que que sob a aparência de procedência os anseios dos povoadores antecipavam uma condição política e econômica que só lentamente devia se elaborar. A precipitada adopção do trabalho compulsório do indígena na lavoura assucareira traria a rápida destruição do infelís, com indubitavel aumento da produção em certos sectores costeiros, mas graves perturbações em outros menos desenvolvidos. Além, de que, nos planos de D. Francisco, trariam o immediato inconveniente de lhe dificultarem entradas no sertão onde esperava miríficas descobertas.

*
* * *

A questão do índio neste período se assemelharia *mutatis mutandis* à que se repetiu próximo de nós com a do negro. Ambas foram caracterizadas pelo conflito entre anseios humanitários e imperativos econômicos. O procedimento de governadores pouco amigavel para com os missionários, posto fossem homens dignos, bem intencionados, e até, bons católicos, é compreensivel por se verem obrigados a encontrar na própria colônia os recursos que a metrópole não lhes podia liberalisar. As instruções que recebiam insistiam neste ponto. Deveriam envidar os maiores esforços no fomento da produção, que beneficiaria os os domínios transmarinos e lhes permitiria contribuir para os recursos da metrópole. Recomendavam no mesmo sentido, que valesse aos catequistas do gentio, por ser obra de preceito divino, e anteparo a ruinosas investidas de selvagens, como sucedera em Ilheus e Porto Seguro em fins do século 16 e começos do 17 (19).

(19) V. do autor *A Bahia e as Capitánias do Centro do Brasil*, vol. I.

Teve Diogo Botelho de admitir a evidência do que lhe ordenavam, depois de algum tempo de governo no Brasil, mas não renunciou em dar caráter mais prático à catequese, obrigando jesuitas e franciscanos da Paraíba a reunir maior número de pupilos nas suas aldeias que desejavam e necessitavam para a obra de conversão. Enquanto não estivessem em condições de exercê-la como pretendiam, convinha-lhes para obter melhores resultados, deixar parte dos catecúmenos ou futuros pupilos nas suas próprias aldeias, confiados aos seus principaes, os morubixabas com quem os missionários mantinham boas relações, e que lhes acatavam os pedidos. A obra da Igreja sempre foi lenta mas segura, ao contrário da leiga, que é precipitada e efêmera. O pretexto alegado pelo governador, era haver urgência na "*conversão do gentio e conservação das pazes*". A última razão é sintomática, resolvendo o governador arrazar o forte de Inhomeri, desnecessário à vista do desenvolvimento das missões vizinhas e expansão de propriedades particulares, as quaes bafejadas pela paz iam aos poucos aparecendo. Por aí se percebe, como sob a ação missionária, cada engenho e fazenda assumia aspéto de baluarte tal como no tempo da conquista romana na antiga Lusitânia. Assim, o arrazamento de um forte por prescindível no lugar em que estava, permitiu a construção de outro em sítio mais adequado, na foz do Paraíba, onde se elevou o de Cabedelo, porquanto a ameaça de guerra vinha agora do exterior e não mais do interior.

De Olinda recorreu Diogo à imposição dos vinhos para socorrer Pero Coelho de Sousa no Ceará, medida de que se esperava a definitiva ocupação da costa leste-oeste infestada de corsários. Com o auxílio, pôde aque reinol organizar uma expedição à serra de Ibiapaba, formando bandeira composta de elementos bastante heterogêneos, aventureiros de vária orijem, espécie e côr, animados contudo, das mesmas intenções, sob a guia de um língua francês

conhecido na região pela alcunha indígena de Oitumirí ou Tuimirim. De permeio ia o jovem Martim Soares Moreno, sobrinho de Diogo de Campos Moreno, que pretendia aprender o idioma e costumes dos nativos vivendo no meio dêles. O restante era um amontoado de brancos, índios e mamelucos, em que havia "*tangos maus e homiziados*", escreve Diogo Botelho, empregando termos usados na África para designar congêrie correspondente à que ia se exercitar no Ceará, tão leve de escrúpulos, como resistente às privações, e destra nas armas.

Na sua marcha apoderaram-se os expedicionários de numerosos selvícolas, com a brutalidade descrita pelo padre Luís Figueira "*depois dos brancos lá irem se forão todos (os habitantes de mais de setenta aldeias do gentio), cõ medo*", embrenhando-se por brejos e matas em direção a Amasônia. Era flagrante desrespeito a ordens terminantes do Conselho de S. M., que expressamente ordenavam ao governador não permitisse exações daquele gênero contra índios. Teve o governador, sob pressão dos jesuitas, de mandar que fossem recambiados — possivelmente por intermédio dos missionários — às aldeias de onde provinham, medida que levantou tumulto entre os da bandeira e lhes deixou profundo rancor contra os protetores das vítimas. Indignados asseguravam a Diogo, que nessas condições, era difícil repelir entrelopos do litoral. O mesmo diziam os povoadores do litoral sul, alegando ser-lhes absolutamente indispensavel o concurso do braço índio, sem o que não podia resistir a agressões de europeus. Os funcionários reínoes também apregoavam a necessidade da medida escravagista pelas notícias que chegavam a respeito do corte de pau brasil, levado a efeito por corsários nas matas costeiras onde ainda existia em quantidade no século 17. Mas dar largas à cupidês dos povoadores, não seria arriscar o tão temido levante geral de indígenas, o maior pesadelo dos governadores? Ver-se-iam nesse caso

entre dois flagelos em vez de um, o da indiada no interior e os corsários no mar, numa imensidade desprotegida, os povoados europeus quasi sem armas e munições.

A respeito da expedição veio a saber Diogo Botelho de que um tal Soromenho, encarregado de levar socorros a Pero Coelho, chegara de cumplicidade com outros europeus a leiloar índios, "*que fielmente os haviam ajudado e acompanhado na guerra*", atitude altamente prejudicial à reputação dos brancos juntos aos selvícolas. Igual deslealdade praticara outro português no Jaguaripe e em Espírito Santo, mandando de uma feita trinta peças num batel para serem vendidas na Bahia. Vencido mas não convencido, voltou-se o governador para os inacinos para que lhe concertassem as cousas, entendendo-se com o provincial Fernão Cardim a fim de que seguissem para a serra de Ibiapaba dois religiosos da Companhia de Jesus incumbidos de serenar o ânimo revoltado dos selvícolas serranos.

A guarnição que Pero Coelho deixara no forte de taipa do Ceará antes de intentar jornada de volta com a família para Pernambuco, abandonara-o descrente de socorros que não chegavam nunca. Devia Pero Coelho trazê-lo depois de chegado ao destino na capitania de Duarte de Albuquerque onde ainda estava o governador geral. Acontece, porém, que sofrera terríveis provações no caminho, ao querer varar por terra o agreste tragéto, visto ser estação de ventos ponteiros para quem quizesse ir por mar. Cruzou em caminho com o navio em que iam os padres Luís Figueira e Francisco Pinto, os quaes depois de ingentes esforços conseguiram calmar o gentio, ao passo que o seu exator foi ter inutilmente à côrte de Felipe III, a fim de conseguir auxílios para prosseguir em as suas pretensões (20).

(20) V. *Pernambuco e as Capitánias do Norte do Brasil*, do autor, vol. II, cap. Ceará.

Enquanto isso sucedia no Ceará Diogo Botelho solvia um dos mais sérios problemas a incomodar a população do Recife. Ressentia-se de falta de água, enquanto a localização do porto decorrera mais da segurança do ancoradouro, que da comodidade dos que aí deviam se estabelecer. Mandou Diogo que fosse aberta extensa vala para desviar o Beberibe até a povoação, que pôde daí dispensar acima de quinhentos escravos dantes incumbidos de trazer água às casas dos amos. O melhoramento foi muito gabado pois não só trouxe maior comodidade para os habitantes, como ainda terminou com as constantes rixas dos escravos empregados no mister de carrear água, que punham constantemente as ruas do Recife em polvorosa.

Pensou também Diogo em construir navios nos rios da Paraíba, dada a abundância de madeira a recobrir as marjens. Para baratear o custo (porque na colónia tudo excedia em preços os orçamentos feitos no reino), intentou valer-se do sector costeiro estar fora do contrato de pau brasil, para negociar este lenho no reino a troco de pertences das futuras naus. A indústria infelizmente não foi adiante por acontecimento svários, como a irrupção dos Aimoré na Bahia, acontecimento de grande repercussão pelo fáto do governador não estar presente onde se feriram combates. O comandante de armas Álvaro de Carvalho sentiu-se em apuros para valer aos moradores, mandando-lhe então Diogo um troço de gentio guerreiro Potiguar que de momento dispunha, por ter sido arrebanhado no Rio Grande e Paraíba para ajudar a conquista do Espírito Santo. Compunha-se de oitocentos índios comandados pelo principal Zorobabé, que pouco correspondeu ao que deles se esperava, constituindo quasi tão grande perigo quanto os tapuias.

Indiada descoesa e indisciplinada, recusavam os Potiguar obedecer aos portugueses, pouco faltando que contra eles investissem, não fosse a intervenção dos padres apoia-

dos em índios doutrinados, que lograram persuadir o Zorobabé de baixar a Ilheus para combater os tapuias. Nas operações deram má conta, e teriam fracassado agravando a situação sem o eficiente Álvaro Rodrigues, dos Adornos da Cachoeira, que pacificou os índios “*de língua travada*”, usando a traça de uma menina tapuia que ele tratou bem, e lhe serviu de aproximação com os parentes, pelo método descrito por fr. Vicente do Salvador.

Acertado o que encontrara para resolver em Pernambuco, seguiu Diogo Botelho em demanda da Bahia chamado por muitos afazeres, e outra calamidade que despontara. Um dos mais graves problemas do momento, era a concentração de escravos africanos fugidos do eito em desvãos do interior das terras, de onde incursionavam pelo litoral cometendo saltos contra os moradores. O diminuto número de brancos nas propriedades agrícolas, a vastidão separando-as umas das outras, e a dificuldade em receber socorros dos centros urbanos, tornava-as extremamente vulneráveis aos malfeitos dos quilombolas. Davam este nome aos acoutados, antigos guerreiros negros cuja audácia e familiaridade com as armas justificava o que deles dizia Labat, “*ils ont un courage qui auroit fait honneur a des Césars*”. Ao perigo dos tapuias em Ilheus viera se juntar o dos pretos em Sergipe, ficando a Bahia de permeio. Não teve remédio, de momento, o governador sinão lançar os Potiguara que voltavam do sul sobre os mocambos, com promessa de que poderiam vender os prisioneiros que fizessem. Na segunda refrega, ajudados pelos portugueses e mamelucos que os enquadravam, foram mais felizes do que na primeira, alcançando dissolver provisoriamente a maior preocupação dos habitantes da Bahia.

O triunfante Zorobabé, com o dinheiro que lhe rendera a venda dos captivos, não se continha mais de pretenção e insolência, desvairada a sua mentalidade primária por aqueles fumos, considerado o maior dos índios por

ele mesmo e seus parentes. Comprou o estandarte "*Bandeira de Campo*" como lhe chamavam os portugueses, e de onde vinha o termo "*bandeira*" para expedições armadas; mais tambor, ginete, arnezes, roupas vistosas e mais ostentações. Fez-se também preceder na sua espetaculosa entrada na Paraíba, por um índio que floreava enorme espadão, como balisa ante tropa regular de civilizados. Mal aconselhado pela soberba, pouco depois empenhou-se em azeda contenda com os missionários franciscanos, por não lhe tributarem honras devidas, pretensão que estendeu a demais autoridades locais, exaltado pela bebida, cada vez mais convicto do seu poderio, desandando por fim em tropelias intoleráveis. Resolveu o governo atrai-lo a Pernambuco, de onde seguiu preso a Lisboa e depois a Évora onde permaneceu até morrer.

De qualquer maneira, com bom ou mau êxito, começara oficialmente a ajuda do índio na sujeição do *negro de Guiné*, assim chamado para diferenciar os africanos dos selvícolas americanos, também designados genericamente por negros, adjetivo com que os europeus englobavam os gentios fossem tupis, jaos ou malabares. Nesta altura escrevia fr. Vicente do Salvador, que o índio doutrinado se arvorava em vigia de pretos, "*escravos dos portugueses (os quaes negros africanos) cada dia lhes rebellam e andão salteando pellos caminhos e se não fazem peor é com medo dos dittos indeos, que com hum capitão Portuguez os buscão e os trazem prezos aos seus Senhores*". Ficara, destarte, constituída a função de "*capitão do mato*", geralmente dada a mamelucos, que relevante ação ia exercer na vida agrícola, pertencente ao conjunto de circunstâncias que facultou ao pequeno grupo de lavradores em toda vigência do regime colonial, o meneio da legião de escravos nem sempre conformados com a sua sorte. Concorria também, de certo modo, a diversidade de orijem dos captivos chegados da África, para dividi-los no Brasil pela sobrevi-

vência de antigas contendadas semeadoras de ódios e de discórdias. Contudo, durante longo tempo foi principalmente o índio das missões, e o tapuia de corso, cuja língua ninguém entendia, que os manteve obedientes, vedando se aglomerassem em mocambos nas dobras do Recôncavo.

Contendadas, havia em toda parte, além das que dividiam negros. Encontrou Diogo Botelho os brancos da cidade do Salvador divididos, segundo o partido do governador de armas Álvaro de Carvalho, ou o do bispo D. Constantino Barradas. A velha tradição do direito de asilo nas igrejas, remontando a era cuja religiosidade se esvaira, mandava que não se tocasse a criminosos refugiados à sombra da cruz, ficando ao cuidado dos religiosos mantenedores do templo, reconduzir o delinquente ao caminho do Bem, ou entenderem-se com as autoridades leigas para dar ao refugiado o competente destino. No século 17 no Brasil, o velho hábito só servia para provocar conflitos de jurisdição, tendo de uma feita, uns indivíduos perseguidos pelo ouvidor Bras de Almeida se refugiado na igreja da Ajuda. Recusaram os guardiões permitir a prisão, ao passo que o magistrado teimava no propósito, pondo cerco à igreja. Indignou-se o prelado que fulminou contra o ouvidor a pena de excomunhão. Felizmente a chegada do governador e o auxílio dos jesuitas, logrou repor as cousas em ordem, entregues os culpados às justiças e dadas satisfações aos custódios do templo.

Não tardariam, porém, a se acender porfias entre leigos e eclesiásticos, desta vez, provocadas pelo próprio governador por causa da questão de procedência nas cerimônias públicas. Afinal veio do reino ordem de se aplicar disposições dos bispos de Funchal e da África. Outra questão que perturbava a colônia de norte a sul, era a da liberdade dos índios promulgada em 1596, que muito desagradava aos lavradores. Na sua estada em Castela antes de vir ao Brasil, pendera Diogo Botelho para o regimen de

“encomiendas”, adotado nos domínios espanhoes. Propuzera o novo governador que fosse aplicado também nas colónias lusas, e enquanto se estudava na côrte a sugestão e Diogo administrava o Brasil, expediu el-rei as provisões de 1605 e 1608 favoráveis à catequese, precedendo a grande lei de libertação dos índios de 1609, que logo depois foi preciso modificar tanta repulsa nos povoadores provocara. Botelho só assistiu aos efeitos do primeiro decreto de 1605, que lhe não atendia as ideas, e que ele attribuiu à ação em contrário desenvolvida pelos jesuitas.

Era o segundo revês que sofria depois de lhe recusarem o vice-reinado da maior colónia lusa. Tinha, porém, Diogo experiência desses contratemplos, e encontrava derivativo na tarefa que se lhe deparara. Dedicou-se à repressão de abusos dos funcionários, que em todo o litoral praticavam descaminho de rendas. Em Pernambuco tinham-se envolvido em contrabando de pau brasil, ao passo que nas capitánias meridionaes, além de prejudicar o fisco, incidiam em delitos graves como acobertar criminosos a troco de dinheiro. O mau exemplo se alastrava, mostrando-se estrangeiros outrora elementos úteis ao desenvolvimento da colónia, desrespeitosos dos direitos da coroa, mancomunados com patrícios contrabandistas, descambando aos poucos para o que hoje se convencionou chamar “*quinta-colunas*”. Da côrte vieram nesse sentido resoluções drásticas que Diogo teve de aplicar, si bem não concordasse com o seu exagero.

Fundara-se em Portugal sob Felipe II, o “*monarca organisador*”, orgam semelhante ao Conselho das Índias de Castela, no qual se reuniram as atribuições da Mesa de Consciência e Ordêns, e as do Conselho da Fazenda, antigamente incumbidos dos negócios coloniaes em geral, e do Brasil em particular. No correr das suas funções, voltavam os dirigentes olhos suspicases sobre os cristãos novos nas Américas, e mercadores do mesmo credo lisboe-

tas por demais comprometidos com agentes flamengos. Preferiam urcas dessa proveniência para carrear gêneros que buscavam nas Índias e no Brasil, e leva-los em trânsito pelos portos do reino aos da Holanda. No tragéto as tripulações entravam em contato com conterrâneos, aos quaes traziam e levavam recados e correspondência à revelia dos portugueses. Um viajante francês escrevia da Espanha, *“Aux prises avec la Turquie, l’Angleterre, la France, les princes d’Allemagne, les Barbaresques, les Flandres revoltées, les rois espagnols voyaient s’épuiser les ressources dont ils disposaient. Pour solder les dépenses de leurs armées, ils se trouverent dans la nécessité de recourir à des extorsions de tous genres, à des emprunts, usuraires, à la banqueroute, enfin à l’altération des monnaies. La fraude devint ainsi la base de toutes les relations avec l’Amérique. Il se forma à Cadix même une classe de intermediaires, les “metadores”, qui expédiaient des marchandises sous leur nom a toutes les places de l’Europe, s’entendant avec les agents de la Casa de Contractation, rendant compte des opérations avec une probité rigoureuse a leurs clients. Ils finirent par jouer ainsi un rôle immense dans le commerce de l’Europe, et contribuerent à ruiner celui de l’Espagne, qui tomba aux mains des Français, des Anglais et surtout des Hollandais”*. A culpa do estranho resultado, de medidas que o filho do imperador Carlos V supuzera benéficas à conservação da enorme herança, não cabia propriamente nem à má organização, nem à corrupção que se lhe seguiu, mas a fatores externos dependentes de fatalidades económicas mundiaes.

O certo é, que o empeçonhamento das relações de espanhoes, cristãos novos e flamengos, repercutiam além mar para maior dano dos seus habitantes. Tornados os estrangeiros indiferentes ao bem ou mal do território onde não tremulava a sua bandeira, procuravam auferir do modo mais rápido o máximo de proventos, inda causassem danos irre-

paráveis aos que os hospedavam. Tudo lhes parecia permitido, mais gananciosos ainda que os outros coloniaes, capases de abusos que jamais praticariam em sua terra, atrevendo-se o mercador flamengo Simão Tack, em querer subornar Diogo Botelho para que não lhe cobrasse a multa em que invidira por embarques fraudulentos de pau brasil. Mandou o governador fosse apreendido o seu navio *Tres Reis Magos*, redobrando daí por diante de severidade e cuidado no exame de todos os barcos fundeados no Recife, que desvendaram traficâncias dos próprios contratadores da madeira. Um deles, o cristão novo Antônio Lopes Brandão, imitou Tack, Vandale e outros tratantes, oferecendo peita ao primeiro magistrado da colônia para que fechasse os olhos sobre os descaminhos que praticavam, tão habituados a estes processos de rápido enriquecimento, que não só a eles recorriam com a maior desenvoltura, como ainda se indignavam quando encontravam resistência. E, pelo fato de se mostrar inacessível, foi Diogo alvo de acusações que o levaram a pedir devassa sobre os seus atos a fim de se livrar de suspeitas ulteriores.

O ocorrido se enquadra no velho rifão asseverando, que quanto mais tudo muda, mas permanece invariavel nos resultados. Os avisos de próximo ataque de holandeses continuavam a afluir do reino com desesperante regularidade, sem contudo, virem acompanhados de meios que permitissem tranquilisar as populações. Mandaram a Diogo, depois dele muito reclamar, apenas duas pequenas caravelas, com cem quintaes de pólvora para serem repartidos pelos presídios do litoral. A última mensagem nesse sentido, fôra-lhe expedida seis dias antes da esquadra de Paulus van Caarden levantar ferros do Texel. A vinte de julho de 1604 apareciam no porto da cidade do Salvador sete navios, que intimaram o governador a pagar resgate si não quizesse ver a praça destruida. Respondeu Diogo, talvez contagiado de grandiloquência pelo seu convívio no reino

com castelhanos, que o capitão batavo desembarcasse, e viesse à mão com ele em combate singular, proclamando para maior acinte e provocação, que a cidade se encontrava cheia de ouro, prata e valiosas mercadorias, escala dos fabulosos reinos do Perú e de Nova Espanha, que faziam do Salvador um dos mais opulentos portos do mundo!

Vendo repelida a intimação iniciou o atacante as hostilidades, sem muito dano para a cidade, por contar grande número de doentes a bordo, o que lhe era estorvo nas operações. Encontrou também resistência muito superior a que esperava numa região mal defendida como o Recôncavo, o governador dia e noite vigilante em meio de combatentes que animava com o seu exemplo. Contentou-se o batavo em apresiar alguns barcos vindos de fora e que inadvertidamente entraram no porto, e saquear engenhos das vizinhanças. Nas descidas foi enfrentado pelos portugueses, devendo sustentar vivo combate quando destruiu uma bateria feita com os canhões do navio do seu patrício Simão Tack, ou Taques como diziam os portugueses. No fim de quarenta dias de correrias, retirou-se van Caarden do Salvador passando por Olinda, sem se atrever a novo assalto, parecendo que a sua expedição se destinava a operações de pirataria no mar, não passando as incursões em terra de tentativas para refrescar os víveres de bordo.

Durante a permanência dos corsários no Recôncavo multiplicara-se Diogo para resguardar a praça de um assalto bem sucedido. Provavelmente o agressor sentira veleidades em desembarcar na cidade, deixando de fazê-lo ante a determinação do adversário, e número de doentes da esquadra que o desfalcara de soldados. O governador prosseguiu ativo, ora organizando ciladas contra o inimigo quando tentava obter víveres no litoral, ora preparando jangadas incendiárias que à noite ameaçavam os navios ancorados, ora expedindo avisos às capitánias lusas e colónias espanholas do perigo que corriam, ou aos navios mer-

cantes que se aproximavam da praça investida. Nem todos infelizmente pôde prevenir, caindo alguns nas mãos do inimigo que assim custeou as despesas realizadas com a expedição, bem sucedida em colher informações sobre cubiçado território. Diogo acompanhava de perto os seus movimentos e logo depois da partida de van Caarden, queixou-se do estado da praça abandonada pela metrópole, delegando o seu colaborador Diogo de Campos Moreno ao Conselho de S. M. a fim de que lhe expuzesse de viva voz a impossibilidade de resistência a qualquer expedição que trouxesse tropa de desembarque.

À guisa de resposta mandaram-lhe pelo mensageiro alguns mosquetes e cento e cinquenta quintaes de pólvora para serem divididos pelos principaes ancoradouros da colônia. Continuou a reclamar Diogo, e afinal, dois anos depois do successo, consentiram que do Brasil fossem mandadas de volta para o reino as peças de artilharia em mau estado, para serem refundidas e talvez um dia devolvidas aos baluartes de onde provinham.

* * *

Na falta de armas encomendavam-lhe para segurança do litoral, que perseguisse com redobrado vigor aos estrangeiros “quinta colunas”, ordenando fossem lançados fora do Brasil sob os mais variados pretextos. Temiam que tomassem, “*com ardil alguns dos fortes dessa cidade, tirando-lhe e levando a artilharia*”, e logo mais aprovavam a expulsão de Alberto Sheraen, brabant, da cidade do Salvador, a que se seguiram providências contra outro mercador conhecidíssimo na colônia de nome Manuel Vandale (21). Confessava, outrossim, S. M. a “*impossibilidade*

(21) V. no fim do volume reprodução de parecer sobre o seu requerimento pedindo para permanecer no Brasil.

da minha Fazenda” em acelerar as obras de fortificações da Bahia, Pernambuco, e outros sectores litorâneos, recomendando porém, a continuação das obras da Sé. A vista da carência de meios, também deveriam ser examinadas as despesas mui circunstanciadamente para evitar que pragas de pré *“depois de mortas ainda continuassem a receber”*. Taes instruções se assemelhavam às tomadas de contas de um nosso velho fazendeiro de Limeira, altamente dotado do espírito de observação que se atribue aos rústicos, o qual ouvia distraído a enumeração de despesas pelo guarda livros, e de repente saía da modorra para interpela-lo sobre infima quantia. Observado por um presente, a respeito de deixar passar grandes somas sem referência e voltar a atenção a cinco cruzeiros, explicava arguto, sem de longe suspeitar que imitava práticas de tempos idos, *“nessas porqueira é que sou rôbado”*, precursor dos conselheiros de S. M. quando desciam a infimas particularidades para mal dos pecados de funcionários ultramarinos.

Em 1607 chegava ao termo do seu governo Diogo Botelho, que sob novo amo se desvelara tanto como junto do primeiro, si bem as circunstâncias não fossem as mesmas. No correr do seu praso, ampliara o porto da Bahia depois de ter melhorado o do Recife, acoroçoando na cidade do Salvador a iniciativa do desembargador Baltasar Ferrás em trabalhos da maior importância para a atividade portuária. Procurara restabelecer ordem e moralidade na pública administração, encarcerando o feitor dos dízimos Fernão Rodrigues Ribeiro, que tentara suborná-lo com quinze mil cruzados para figurar em novo contrato. Repelira pelo mesmo motivo ao capitão mor Manoel Mascarenhas, que lhe oferecera doze mil; idem a António Lopes Brandão que oferecera apenas quatro mil; idem a António de Albuquerque que lhe dava *“quatorze peças”* de valiosos angolanos; idem a António Cardoso de Barros, que lhe acenava com copioso presente de ambar do me-

lhor, e a Simão Taques, como foi dito, que lhe oferecera quatro mil cruzados para se livrar de penalidades. Esqueciam-se ou ignoravam os relapsos, que tratavam com funcionário que padecera fome quando companheiro de desdita do prior, e jamais o atraíçõara a despeito do ouro que Felipe II lhe oferecia. Nele se encontrava a antiga fibra de peninsulares cuja dedicação sem limites ao amo pairava acima de todas as seduções do dinheiro. Rigoroso para si, também o era para os outros, implacavel no castigo de contraventores, engenhoso em conseguir meios para obras públicas, além de bafejar a iniciativa privada quando redundava em benefício coletivo.

Isentara de impostos os novos estabelecimentos agrícolas e industriaes; apoiara o devassamento da costa leste-oeste; estimulara ao norte o devassamento do Maranhão, Amasonas e capitánias limítrofes; no centro mandara procurar pau brasil nas matas de Ilheus e Porto Seguro. No sul incentivou as pesquisas de ouro que tanto interessavam o seu predecessor. Tampouco, nesses vários afazeres, se descurou dos proventos trazidos pela pesca da baleia, organizada no tempo do seu governo pelo biscainho Pedro de Orecha, que trouxera do reino consigo. Este empresário de pesca, possuía barcos especiaes, tripulados por pescadores competentes, técnicos cuja presença se tornava muito oportuna, porquanto se ressentia a colónia da falta de óleo, tanto para serviço dos navios e alvarengas ou **chatas de carga**, usadíssimas no Recôncavo, como na **iluminação** principalmente dos engenhos, que trabalhavam dia e noite. Era onerosíssimo o emprego que se fazia de azeite dôce no mister, chegado caro ao Brasil, e ainda encarecido pela predileção que lhe tinha a escravaria para bebe-lo, de sorte a não haver que bastasse. O óleo de baleia anteriormente encontrado também era caro, procedente do Cabo Verde e de Biscaia, que mercadores de Viana do Castelo remetiam para o Brasil. Antes de começar a

empresa de Pedro de Orecha, escrevia fr. Vicente do Salvador, "*era uma pena como a de Tantalos padecer esta falta, vendo andar as baleias, que são a mesma graxa, por toda esta bahia*".

Iniciada a pesca, floresceu auspiciosamente a indústria como era de esperar, vendendo o governo metropolitano o seu privilégio por seiscentos mil réis anuaes, que não tardou a subir a seis contos e setecentos, tão numerosas as baleias a espairecer no Recôncavo debaixo dos olhos maravilhados dos recém-vindos na cidade. O resultado fez Pedro de Orecha credor de recompensa, que Diogo Botelho lhe outorgou permitindo-lhe volver ao reino com barcos cheios de óleo sem pagar direitos. Era justa mercê por deixar atraz de si a pesca organizada por muitos anos na Ponta da Cruz em Itapagipe, indústria tão desenvolvida na Bahia que deixou o nome de baleeiro a famílias locais. Contribuia, também, afora emprego em estabelecimentos ruaes, para a iluminação das residências urbanas, e na argamassa de edificios como a Sé e outros carecedores de especial solidês.

Uma das principaes construções defensivas foi começada na coroa de areia à frente do porto, mais tarde forte de N.^a Sr.^a do Pópulo, e ao depois de S. Marcelo, que si estivesse terminado antes do assalto holandês de 1624, teria infligido perdas desanimadoras às operações inimigas, livrando possivelmente Pernambuco de outra investida. Afirmava Diogo Botelho deixar as capitánias aparelhadas em matéria bélica, o que parece excessivo, a não ser que se referisse ao progresso da população em número e recursos, assertiva admissivel visto o fortalecimento neste sentido ser de muito preferivel aos melhores baluartes. Os próprios lusos tinham feito a dura experiência no correr da invasão do reino pelas tropas do duque de Alba. Repetiram, entretanto, o erro por motivos de inferioridade de efetivos, construindo o monumental castelo de Elvas,

que a mesma sorte encontrou ante os soldados de Napoleão. E' verdade que as linhas de Torres Vedras resistiram ao derradeiro embate de Soult, mas tinham atraz de si um exército numeroso, provido de abundante armamento, e a nação portugueza em armas, auxiliada por outra vizinha em iguaes condições. Na colónia, o caso era completamente diverso, pois deviam os coloniaes resistir e ganhar tempo, até que a metrópole os socorresse.

No seu governo houve reforço de tabelamento de gêneros pelo senado da câmara, pois a febre de rápido enriquecimento, e consequente especulação contra a bolsa do povo, não afetava somente a grandes mercadores mas também ao comércio de retalho. Aplicaram edís e almotacés estricta vigilância a poder de balanças públicas, a fim de verificar si os pesos apregoados pelos comerciantes eram exatos. O desenvolvimento do trabalho na cidade também obrigou maior intervenção nos contratos entre empregadores e empregados, reunidas as profissões em sindicatos chamados confrarias por estarem sob a invocação de oragos. Foi aos seus cabeças, diretores ou juises de mesteres, que já recorrera o ouvidor Cosme Rangel de Macedo na luta contra os vereadores que recusavam acata-lo quando sucedera interinamente a Lourenço da Veiga falecido no posto de governador geral. Lembrou-se na conjuntura de uma disposição existente no reino desde 1535, permitindo aos ditos mesteres colaborarem nas câmaras municipaes a respeito dos regimentos de officios, fixação de salários e mão de obra em geral. Em obra anterior, especificamos como no Brasil esses "mechanicos", fruiam de uma situação mais elevada, por tácito convênio que no reino, podendo alimentar certas pretensões, onde o verdadeiro proletário era, no final de contas, o escravo de côr.

Diogo encontrara a renda colonial na sua chegada, cinco anos antes de deixar o poder, avaliada em 42 contos de réis anuaes. A despesa a sobreexedia em 351.867

réis. A arrecadação era irregular, inçada de dificuldades, renunciando o contratador de dízimos Gabriel Ribeiro prosseguir no contrato quando ainda faltavam dois anos para a sua expiração, e isto comunicou à côrte em 1605. Tiveram os conselheiros de S. M. de lhe conceder quitação dos vinte e um contos de réis que devia, pois estava insolvel e ninguém queria saber da prebenda. Pouco mais ou menos o mesmo sucedia aos contratadores do estanco de pau brasil, Luís Godin e João Nunes Correia, que em 1602 o tinham arrendado por um decênio, a rasão de vinte e um contos de réis por ano, mas decorridos alguns meses entravam em nova composição contratual, elevada a quantia a sessenta e tres contos, melhora falás, no entanto, porque no governo de Diogo Botelho tiveram de liquidar contas com prejuizo à fazenda pública em débito de 61.776 réis sem saber como paga-los. Inda assim, nos depoimentos da devassa requerida pelo governador, disse Cristovam Paes de Altero, que o contrato de pau brasil *“poupa à fazenda do mesmo Senhor (el-rei) mais de 200.000 cruzadosà que tanto gasta menos neste Estado (do Brasil), porque rendendo o contrato de Angola 60.000 cruzados e o dinheiro dos caixões 70.000 pouco mais ou menos, havendo mais o dinheiro dos empréstimos, o que tudo nelle se gastava, hoje se faz a despeza do ditto Estado só com o rendimento dos dízimos”*.

A respeito do contrato em questão, informava Diogo Botelho que conseguira lanço de *“117.500 cruzados, maior quantia do que aquella pela quall no Reino fora arrematada, e nelle não fez arrematar, mas apenas mostrou quanto valia mais o ditto contracto, para com este aviso Sua Magestade fazer o que fosse servido e assim acrescentar à sua fazenda nos seis annos muito grande quantia”*. Nesses depoimentos ocorre trecho que não resistimos à tentação de reproduzir posto irem longas as transcrições, mas a que se segue é das mais significativas do período administra-

tivo que Diogo Botelho teve de vencer, dizendo Duarte de Sá “*era verdade que o ditto governador mandara mil quintaes de pau brasil, remettidos aos vedores da Fazenda... pera lhe mandarem artilheria e mais munições*” (22).

A arrematação dos dízimos a que Diogo se referia, provocou outra tentativa de peita de 15.000 cruzados por Fernão Rodrigues Ribeiro, repelida como as demais. Esta inflexibilidade atraia-lhe a malquerença dos repelidos, escrevendo Bento ou Belchior do Amaral para o reino, toda sorte de acusações contra Diogo, em que o pintava venal, corruptor e libidinoso, nefasto às finanças e aos bons costumes da colônia. Também o denunciaram como traficante de índios, valendo-se da sua mais que sabida inclinação em os aproveitar na lavoura dos povoadores. Em apêndice a este volume damos o teor de uma dessas acusações, por ser muito longa para aquí a transcrevermos. Refere-se em grande parte aos gentios que os padres conseguiram de acordo com o governador recambiar as suas regiões nataes, e outros que foram vendidos na Bahia a Baltasar de Aragão e mais senhores de engenho. Eram “*peças*” captivadas em justa guerra, como as do “*sertam do Mel Redondo*”, principal índio que muito dano causara aos portugueses (23). Instaurada devassa nada se apurou contra Diogo Botelho, ao contrário do que sucederia acaso ele tivesse incidido na décima parte do que lhe emprestavam. Convém atentar à insignificância do meio, e si hoje em dia, os inquéritos destinados a apurar as irregularidades praticadas por governos oriundos da confusão criada entre nós por quinze anos de ditadura, reúnem com a maior facilidade documentação exaustiva, a despeito de se tratar de negócios praticados por dezenas de indivíduos em ci-

(22) Cf. tomo 75, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

(23) V. in fine deste volume.

dades com milhões de habitantes, o que não seria na do Salvador, em princípios do século 17! Qualquer gesto ou atitude do governador, naquele ambiente minúsculo, onde todos os espreitavam, era logo conhecido, esmiuçado, comentado, propalado, exagerado, louvado ou condenado com a celeridade que jornal algum moderno consegue igualar, daí a valia das devassas procedidas no tempo del-rei Felipe III de Espanha, II de Portugal, em condições de tudo rapidamente esclarecer.

Sempre pendera Diogo Botelho para soluções favoráveis aos produtores, orientação de que fazia praça mesmo antes de chegar ao Brasil não em benefício dos maioraes da colónia, mas como incentivo à produção. Os incidentes do seu governo figuravam num relatório até hoje inédito, que se supõe de posse da família do marquês de Abrantes em Portugal.

Terminado o tempo voltou ao reino onde não tardou a falecer. A filha Isabel, recebeu tença de 200.000 réis anuaes pelos serviços do pae. O filho Nuno Álvares Botelho, illustrou-se na Índia onde em 1630 perdeu a vida em combate contra os holandeses. Continuou o neto Francisco na senda que sob os Braganças lhe trouxeram o título de conde de S. Miguel, inicio de casa fecunda em servidorez do Estado, que apresenta o famoso morgado de Mateus, governador de S. Paulo no tempo do marquês de Pombal, onde recrutava manu militari gente e angariava recursos para dilatar o nosso território sul afastando castelhanos, como Diogo Botelho ao norte repelira holandeses e estimulara a conquista da costa leste-oeste.

GOVERNO DE D. DIOGO DE MENESES E SEQUEIRA

Prosseguiram nas gestões seguintes as mesmas dificuldades e problemas que tinham alanceado Diogo Botelho. Sabia a metrópole os perigos que ameaçavam a colónia e nada fazia, ou podia fazer para afastá-los. Alvitram-se então medidas para intensificar a economia colonial na ausência de recursos metropolitanos, esperançado o Conselho del-rei no que pouco mais tarde inspiraria Duarte Ribeiro de Macedo ao escrever, "*Se o Brazil nos der riquezas, darnos-ha os meios seguros para defende-las*". Nessa intenção, tornou-se a dividir a colónia em duas administrações autónomas, a do norte e a do sul, que se efetuou D. Diogo já em viagem para a Bahia, onde recebeu a surpresa que muito o contrariou. Julgava fosse a medida ainda mais debilitante para os poucos recursos coloniales, levantando limites a providências geraes que deviam abranger a todo o Brasil.

Mas tanta era a sêde de ouro da metrópole, ansiosa por ver a realisação das promessas de D. Francisco de Sousa, que não teve dúvidas em nomear este especialista de pesquisas auríferas governador do sector meridional, a fim de que continuasse as prospecções iniciadas no seu anterior governo. O novo governador do norte pelo contrário, interessava-se mais por indústrias e lavcuras, entusiasta da

assucareira, que o levou de primeiro a Pernambuco, naquele momento o maior produtor do mundo. Aí se demorou um ano, a pedido do capitão Sebastião de Carvalho e da câmara de Olinda, às voltas com graves dissensões entre os principaes habitantes. Os distúrbios ameaçavam degenerar em desforços armados, famílias e clans divididos, quando a intervenção do primeiro magistrado daquelas capitánias logrou serenar os ânimos.

Na cidade do Salvador tratou D. Diogo instalar de vez a relação que no governo precedente chegara a ser iniciada mas por causas várias demorara a funcionar normalmente. O desenvolvimento da colônia não permitia mais dilação no caso, urgindo constituir de vez o tribunal há tanto tempo reclamado. Providenciou daí o governador em alojar, ou aposentar como então se dizia, o chanceler e demais componentes da colenda câmara na cidade do Salvador, tarefa que surgiu inçada de dificuldades. Chegados em junho de 1609, encontraram os magistrados um ambiente ainda primitivo, onde custaram a encontrar acomodações decentes. Faltos da indispensavel verba para começar, agravaram-se-lhes os aborrecimentos, em vir ter depois de molesta viagem, a sítio considerado de degredo. Protestavam asedos contra a desídia de que se julgavam vítimas, sugerindo por fim D. Diogo que as despesas de instalação dos juises corresse por conta das condenações em dinheiro havidas no fôro. Acontecia, porém, que no meio baiano ocorriam menos condenações do gênero, que no reino onde eram bastante comuns. A não ser algumas contendadas inevitáveis, a larguesa americana amortecia choques entre particulares, deixando-lhes como desafogo da veia combativa as contendadas político-administrativas da cidade, que não pagavam multas. Igualmente a vigilante ação de jesuitas e franciscanos vedava conflitos, de sorte que o recurso lembrado pelo governador teve pouco efeito.

Começou a relação com estes percalços, presidida por Gaspar da Costa, varão de altas virtudes, preciosas num meio embrionário demasiadamente sujeito a maus influxos, em que a correta atitude de um magistrado representava dique e corretivo. A sua vinda e a de outros juizes, conferia igualmente regular provimento à ouvidoria geral, à vara de orfãos, à de defuntos e de resíduos, aos Feitos da Fazenda, aos agravos, e aos extravagantes de que era escrivão Cristovam Vieira, pae do célebre jesuita António Vieira. Coube também a guarda moria a António da Mota, ao mesmo tempo que seguia para as minas do sul e Rio de Janeiro o seu primeiro ouvidor Sebastião de Brito, a fim de evitar daí por diante as custosas e demoradas ausências do ouvidor geral da Bahia, como sucedera a Brás de Almeida com prejuizo dos baianos, quando em 1607 tivera de sentenciar franceses na Guanabara.

O melhoramento, como frisou Varnhagen, proporcionou de um lado, melhor função da justiça nos moldes jurídicos, mas por outra, alongou e encareceu as demandas, antes sumariamente resolvidas pelo governador e pela ouvidoria, num meio reduzido, facil de conhecer em todas as particularidades. A Relação teve para mais, a sina de atrair chusma de rúbulas, "*estudantes, clérigos e frades*", que segundo um coevo, se agitavam em torno dos clientes complicando-lhes a existência. Muitos eram cristãos novos, que na advocacia encontravam campo para exercerem a subtilisa ganha desde gerações no comércio e nas antigas judiarias, onde o maior passatempo dos ocupantes era passar horas a fio entretidos em especulações a respeito do Talmud (24). A profissão dos "*letrados*", ou melhor "*licenciados*" em artes, quando não malasartes, onerava entretanto as partes, como sucedia no reino onde chegaram

(24) V. *Pernambuco e as Capitánias do Norte*, IV, 236, e *A Bahia e as Capitánias do Centro*, I, 182.

a provocar protestos do povo, que de uma feita, pleiteou o fechamento da universidade de Coimbra. Ocioso seria citar os remosques do immortal Cervantes a respeito dos productos de Salamanca, de tão conhecidos e que nos mostram a praga ibérica da marjem atlântica e da mediterrânea da península, sair da metrópole e derramar-se nas colónias. Exigia, porém, o progresso do Brasil aquele organ, mesmo porque o governador, sobrecarregado de afazeres, não podia ainda arcar com pendências judiciárias de acordo com o código filipino. Assim sendo, seguiu avante a Relação, a despeito de protestos de juises mal aclimados, lamentações das partes e acréscimo de custas.

Enxertava-se no caso mais uma fonte de perturbações, que era a presença da jurisdição eclesiástica, zelosa e superciliosa de seus privilégios. Nem sempre eram fáceis de conciliar com interesses públicos e privados, surgindo volta e meia conflitos entre poderes leigos e eclesiásticos. Nas reformas de Felipe II houve aumento de benefícios a favor da Igreja, consoante as ambiciosas vistas deste monarca, que pretendia fazer dos ministros da religião doces instrumentos das diretrizes monárquicas. A preocupação dominante dos Habsburgos sempre foi tudo unificar; crença; regime; métodos administrativos; política interna e externa, sem todavia conseguir por mais que tentassem, conjugar harmonicamente as principaes peças da sua máquina absorvente.

Desaguisados como os do bispo Sardinha com D. Duarte da Costa, e o seu trágico desfecho nas marjens do Peruibe, eram felizmente raros. Mas não faltavam oportunidades para irritantes contendias, que mesmo sem chegar aos extremos do segundo governo geral, desencadeavam crises prejudiciaes à paz dos presídios coloniaes. Tendo em vista a possibilidade desses incidentes, ordenara o Conselho de S. M. a Diogo Botelho que acatasse a legislação eclesiástica, e caso incorresse na censura do bispo, podia nos

casos previstos em direito recorrer a juizes cíveis. A despeito da prudência da decisão era difficil evitar conflitos. A insanavel questão dos pagamentos dos dízimos por si só se encæregava de empeçonhar as relações entre arrecadadores e contemplados, em casa "*onde todos gritam e não há razão*". Periodicamente carregava-se a atmosfera entre a rústica morada do bispo e o inconfortavel tugúrio do governador, ou os improvisados alojamentos onde os desembargadores do tribunal armazenavam bñlis para depois injecta-la nos autos, e o mau humor superveniente preparava contendas intermináveis sob os mais variados pretextos.

No dia 5 de junho de 1608, dia do Corpo de Deus, os ânimos estavam suficientemente exaltados para que o bispo D. Constantino Barradas, ostensivamente afrontasse o governador perante a governança da cidade, nobresa, clero e povo reunidos na igreja de N.^a Nr.^a da Ajuda. A fúria prelatícia, já exercida no governo anterior contra Diogo Botelho por questões de precedência, decorria de medidas que D. Diogo tomara contra D. Constantino. Na opinião do prelado, lesavam-lhe os benefícios além do prejuizo moral ocasionado pelo zum-zum do mexerico local, propalando que o governador censurava o bispo por juntar dinheiro antes de se ir para o reino. A orijem do conflito provinha de D. Diogo mostrar-se intransigente na prestação de contas, pouco se lhe dando a categoria do faltoso para com a real fazenda, como sucedera em Pernambuco onde mandara acionar o jovem donatário Duarte de Albuquerque, por cûmplice de descaminhos do pau brasil.

O mesmo se atrevera em relação ao bispo, maior autoridade eclesiástica da terra, provocando tempestade no pequeno âmbito colonial. Embargara D. Diogo as letras de câmbio provenientes da venda de assucar no valor de 900.000, que um mercador alemão de nome João Filter

pretendia remeter a Portugal, pagando-as a D. António de Mascarenhas e D. Francisco de Bragança. As rendas eclesiásticas eram distribuídas em espécie o que explica as letras em mãos do bispo, porém a discordância não vinha da origem mas do emprego que lhe queriam dar. Era simples questão administrativa empenhada pelo mexerico. O prelado contava com o apoio dos jesuitas, que por esse motivo, adquiriram a antipatia do governador, já impressionado em Pernambuco, talvez mesmo em Portugal, pelas queixas dos interessados na escravização de índios. Surgiu do conflito de interesses e feridas de vaidade, celêuma que parecia querer levar a Bahia aos tempos do bispo Sardinha. Na procissão a que nos referimos, adeantou-se D. Constantino, passando à frente do porta-estandarte real, quasi dando no rosto de D. Diogo com o manto. Não pôde o primeiro magistrado da colônia se conter ante a provocação, advertindo o bispo, que lhe respondeu com "*mil desvairios*". Fez-lhe então ver o agravado que falava com o governador, acima de todos por representar el-rei, a que o bispo retrucou ser mais alto o governo de Deus, e assim sendo, era ele o maior personagem do Brasil!

Infelizmente o incidente não se deteve nestas escaramuças. Tendo o desembargador Pedro de Cascaes demorado em pagar os atrasados da folha eclesiástica, por fazer às vezes do provedor da Fazenda, interdito o prelado; de Pernambuco onde então se achava; a entrada na Sé provisória de governador, tesoureiro geral e provedor, excomungando ainda este último pelo fato de não o servir como devia. Apellou o excomungado mas o bispo regeitou a apellação, prossequindo a porfia com incidentes vários através os trâmites das jurisdições civis e eclesiásticas, remetidas cartas e mais cartas por gregos e troianos, procurando uns e outros apoio nas respectivas autoridades. As communicações de D. Diogo a certa altura des-

creviam, como certa vez fôra assaltada uma caravela lusa pelos flamengos, os quaes na pressa de arrecadar a carga de assucar, atiraram no convês a correspondência dirigida pelo governador a esposa, em que lhe aconselhava a melhor maneira de lhe defender os interesses em Portugal. Recolhida por um clérigo que ia a bordo, foi ter às mãos do bispo, e por este violada e exposta a quem a quizesse ver com grande escândalo da população e dano ao serviço del-rei, dizia D. Diogo.

Varnhagen, eivado de todos os prejuizos da sua época e geração, dá rasão ao governador na briga, attribuindo aos jesuitas a suposta perniciosa proteção que o bispo gosava na côrte, apesar das suas mexidas de dinheiro e desordem que provocava. Tão grande era o amparo que serviu para o resguardar de justo castigo, e ainda conseguiu aumento de subsídio para ele e seus patronos. Esquecia-se apenas o historiador, que a vida encarecera extraordinariamente na colônia, e os missionários demonstravam não mais poder arcar com os compromissos, motivo reconhecido pelos conselheiros de S. M. quando proibiam a pedido dos habitantes a vinda de novos religiosos, e obstavam a criação de mais dois bispados em Pernambuco e Rio de Janeiro. A irritação de Varnhagen chegou a ponto de ler “terça” parte do que antigamente recebiam, por “tença”, em documento da época, o que por completo altera a conclusão.

A severidade do juizo do historiador veio naturalmente das censuras de D. Diogo contra a Companhia de Jesus, cuja atividade o magistrado julgava agora dispensavel ao progresso da colônia. Vimos promanar este ponto de vista da fome de braços dos povoadores, a colidir com os princípios religiosos dos padres, empenhados em salvar almas inda tornassem os índios menos úteis à lavoura. Afluíam no governo de D. Diogo numerosos africanos importados de Angola, mas o preço caríssimo, mantinha o in-

teresse pelo ameríndio quando capturado em “*justa guerra*”, por ser barato e não haver muita diferença no rendimento de trabalho de ambos porquanto o escravo sempre trabalhava mal. A situação assim criada, afigurava-se intolerável ao representante del-rei, que desabafava com amargor a respeito do que supunha orientação danosa aos interesses económicos. Era a mesma vista materialística do trabalho forçado, que vemos hoje reaparecer em regiões submetidas a ditaduras policiaes e com o mesmo resultado negativo. O aumento de produtividade trazido pela distribuição de índios a agricultores, sem mais considerações para com as suas condições, pouco duraria, logo desaparecendo o improvisado instrumento agrícola, destruído por abalos Moraes e contágios letaes. Mas o simplismo predomina em questões de trabalho, toda vez que fatores psicológicos são desprezados a favor de concepções brutalmente utilitárias, impondo imediata utilização do que mais tarde provocará problemas insolúveis. O mesmo vimos acontecer na recente guerra mundial, exposta pela evidente incapacidade russa em se organizar para resistir à investida nazista, e não fosse o auxílio dos seus aliados ocidentais, o império estalinista ter-se-ia esfarelado com a maior facilidade sob os golpes do corpo expedicionário alemão.

Essa maneira de considerar situações, equiparando o homem à máquina insensível, foi a causa constante das tragédias da escravidão. Amainavam e chegavam, todavia, a surtir alguns resultados aproveitáveis, justamente quando deliam o regime do trabalho servil em normas favoráveis o quanto possível ao escravo, na organização social e política dos Gregos no tempo de Solon, ou sob influxo da caridade cristã imposta pelo cristianismo, e mais particular-

mente, pelo catolicismo (25). Contra esse princípio essencial, elevava-se porém a pública administração, demasiadamente materialista para lhe compreender os múltiplos aspectos, em mór parte complicados e pouco aparentes aos olhos dos delegados da administração, inda fossem de alta categoria. Entretanto, dispunham de momento da autoridade que lhes conferiam as funções reforçadas pelo decisivo apoio do produtor de que dependiam as finanças da monarquia. Para que teimar na cristianisação daqueles bárbaros, com infinita perda de tempo, quando os povoadores lhes dariam immediato emprego em suas fazendas! Pouco importava, no caso, morresse o gentio como moscas sob o látigo dos feitores; o que se devia atender era o fortalecimento no mais curto praso da economia colonial, em que o produto do trabalho indígena serviria para amealhar os capitães necessários à compra de africanos disputados pelos outros domínios filipinos.

Acrescia ainda a questão das terras aproveitáveis. Nem toda a faixa úmida costeira estava ao alcance dos proprietários de canaviaes. Parte continuava de posse de índios, que as missões timbravam em manter onde existiam antes da chegada dos portugueses. Procuravam apenas melhorar-lhes a existência, doutrinando-os na religião católica em que perdiam o hábito de mutuamente se guerrearem, assim que necessitavam de bens materiaes ou mulheres dos vizinhos, com revides sangrentos, seguidos de canibalismo, e destruições lamentáveis. Completavam-lhes igualmente a cultura, a poder de contribuições técnicas e aquisições de utensílios metálicos que os selvícolas não conheciam. Conseguiriam, daí, grandes benefícios para as tribus que os adotavam, não fosse a inevitavel convivência com brancos

(25) V. Tese do autor referente às relações entre a Bahia e o Daomé. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. IV, centenário da Bahia.

leigos, em tudo prejudiciaes, que provocavam desde contágios de enfermidades até malfeitos e imoralidades através péssimos exemplos. Esses propagadores viam com olhos cubiçosos as aldeias situadas em marjens férteis, de rios escolhidos pelas tribus para a se aboletarem, onde enxameavam os braços de que precisavam, num solo apto em receber culturas altamente remuneradoras.

As tres principaes fontes de que dispomos sobre o período; as cartas dos governadores, as dos missionários e o relato de Diogo de Campos Moreno intitulado *Rasão do Estado do Brasil*; são acordes a respeito do escasso rendimento do trabalho índio quando o submetiam a atividades produtoras nos moldes europeus. O defeito julgado grave pelos leigos, era, no entanto, secundário para os eclesiásticos, divergência insanavel entre as duas orientações. Jamais conseguiriam entendimento, quando o reinol mal humorado applicava a astúcia e a força para obrigar o captivo ao trabalho no eito canavieiro, para maior indignação do missionário o qual jogava com o tempo — por pertencer à Igreja que é eterna — e si bem lamentasse a versatilidade e inconstância do índio, não abandonava a esperança de um dia prende-lo ao regaço cristão. Na *Rasão do Estado* ocorre significativo trecho acerca do insanavel antagonismo, onde diz “*Se os Portuguezes tomão as armas contra estas desordens (os “Índios tão mimosos e tão pouco praticos no uso da nossa justiça e obediencia), e trazem presos os ditos fugidos, logo a piedade dos Padres... buscam leis pera os não castigarem, antes, repar-tindo-os entre si os largão das prisões, das quaes tanto se veem livres, tornam-se às aldeias dos dittos Padres que... de boa vontade os recolhem e occultão”*”.

As leis a que alude eram os decretos alcançados pelos jesuitas a favor dos índios de que falamos no capítulo dedicado a Diogo Botelho. Como vimos, as duas providões de 1605 e 1608, antecederam e prepararam a grande

lei de 1609, com que Felipe III de Castela abolia a escravidão dos indígenas no Brasil. O decreto a todos abrangia, semi-cristãos, cristãos ou pagãos, equiparando-os aos brancos nos direitos do trabalho, devendo-se-lhes pagar os serviços, que seriam da livre escolha do empregado, sem que ninguém o pudesse forçar ao que não quizesse, completamente livre de escolher o gênero de faina e espécie de empregador. A generosa resolução, digna do príncipe católico que a decretara, levantou a opposição dos lavradores apoiados pelos funcionários da coroa, correndo célebre pela colônia que se tratava de manobra dos jesuitas para arruinar os povoadores.

A difusão da malevolência era tanto mais facil, que a nova lei estatua condições visivelmente inspiradas pelos inacios, taes como, os índios capturados sem motivo nas terras do Jaguaribe, deveriam ser restituídos à liberdade, inclusive os já vendidos a terceiros, devendo os vendedores devolver aos compradores as importâncias recebidas. Os demais pormenores do decreto corroboravam o que vae acima, acentuando a malquerença contra os que tanto se desvelavam em cristianizar a América.

A carta do provincial Enrique Gomes enviada ao padre geral, descreve a agitação que se apoderou do povo, maldosamente incitado até por funcionários públicos sob as vistas complacentes do governador. Ao saberem os termos da lei, houve alvoroço na cidade do Salvador, a que deram princípio juizes municipaes e vereadores compondo a "*governança*", com repique de sinos conclamando o povo a expulsar os jesuitas. Exigiam fossem recambiados ao reino como inimigos do "*bem commum e da republica*", escrevia desolado o provincial, "*trazendo em confirmação o exemplo de Venesa, de que affirmavam que por taes foram lançados*". Depois de tumultuosa deliberação compareceram os camarisats ante o governador geral, enquanto o povo em ameaçadora attitude ficava à espera na praça,

aos gritos de que não aceitaria a nova lei sobre os índios, com improperios dirigidos aos padres, “*dizendo uns que nos embarcassem*”, continuava Enrique Gomes, “*outros que nos entaipassem o Collegio; e foi tal o motim do povo, que o Procurador dos Indios correu risco de ser morto, só por dizer nesta ocasião que se informassem da verdade e achariam que os padres não tinham culpa alguma*”.

Possuida de ódio a mole popular arrojou-se em seguida ao colégio jesuita, chefiada pelo procurador do Conselho, pretendendo arrombar a porta, e só não o fez porque acudindo o porteiro com muita prudência, calinou em parte os descontentes deixando entrar dois; um juiz e um vereador; para falar com o provincial. Apartados dos furiosos, num ambiente calmo, puderam tratar do caso com mais circunspeção, dizendo na conjuntura, que vinham somente aquietar o povileu, pois desejavam serena-lo ganhando tempo, e outras resoluções mais acertadas, que aos poucos deram em resultado a salvação dos inacinos. No dia immediato compareceu ao colégio o vereador Jorge Lopes da Costa — dos mais apaixonados na conjuntura — que vinha em nome da Câmara exigir uma certidão, em que os padres deveriam certificar o desserviço da lei causadora da agitação, a Deus, el-rei e ao povo, por ser nociva ao Brasil, acrescentando que si recusassem aceder, a Câmara reuniria os moradores da cidade para juntos expulsarem os jesuitas.

O incidente aterrara o provincial, porquanto qualquer erro da sua parte poderia causar a destruição do estabelecimento que tanto custara aos padres elevar, deixando os míseros pupilos indefesos nas mãos de escravagistas. Tratou, daí, primeiro de abrandar a ira do representante dos camaristas, no momento cabeças das aspirações populares, passando-lhe duas certidões, diversas das que lhe exigiam, mas consentindo em parte da intimação. Deixaria em mãos dos senhores os índios legitimamente adqui-

ridos, assim como os livres moradores em casas de brancos; porém sob tres expressas condições; pagamento de serviços, tratamento como si fossem livres, e que ficassem satisfeitos. Era, em summa, um verdadeiro contrato de trabalho que o provincial improvisara, na melhor forma possível para o tempo e lugar — e mesmo para épocas posteriores — não sendo possível assegurar nestas condições, que os padres se opunham ao progresso da colónia, nem tampouco se esqueciam dos seus protegidos.

A exaltação de ânimos obrigava os jesuitas a admitir que os índios prestassem temporariamente serviços aos povoadores nos moldes europeus, não, porém, como bestas de carga. Neste sentido, para que não pairasse qualquer dúvida sobre as suas intenções, passou o provincial uma terceira certidão, prometendo vedar que as fazendas e aldeias jesuíticas dessem abrigo a índios fugidos de brancos. Referia-se a um ponto muito controvertido, girando em torno da versatilidade do índio, que mesmo em boas condições em posse de um povoador, ou livremente ajustado para trabalho, abandonava repentinamente as occupações sem motivo sério, simplesmente para espairecer, ou conversar com os seus semelhantes moradores nas missões. A sua inconstância nos moldes do trabalho europeu, era perene fonte de desentendimento dele com os brancos, e dos padres que o protegiam contra os reinos, quando indignados, queriam castiga-lo e prende-lo.

Cousa parecida vimos acontecer não há muito, quando colonos em fazendas ou operários em fábricas, abandonavam por qualquer motivo ou sem ele a labuta para se passarem a outras, deixando os patrões e prejudicando a produção. Antes que as organizações trabalhistas no Brasil cogitassem do problema e especificassem as relações entre empregados e empregadores, procuravam os fazendeiros prender os colonos com as despesas feitas nos armazens da fazenda, empréstimos e mais recursos tenden-

tes a segura-los no trabalho, pelo menos até se lhes conseguir substitutos a fim de que a faina não se interrompesse. Pode-se dizer, portanto, que antes das trade unions britânicas resolverem o problema por meio de regulamentação da lei da oferta e da procura, já os jesuitas tinham tentado fazê-lo no Brasil com tres séculos de antecedência. Foram infelizes, no entanto, pois a crescente hegemonia do senhor de engenho, avoengo do futuro barão do império encastelado no seu feudo rural, e amparado pela sua casta cada vez mais poderosa e influente nos negócios públicos; tendo confundido os seus interesses com os do governo; tornava impossível à volta a condições que só fugasmente foram atingidas. De sorte que o inacino teve de procurar outra solução lançando os olhos para repúblicas teocráticas sitas em sertões ínvios, onde poderia separar os pupilos do reinol ambicioso e destruidor.



Enquanto isso acontecia no sul da colónia, continuava D. Diogo de Meneses a sua administração em que aos poucos mudaria de opinião sobre os jesuitas. Mais tarde verificou o exagero das acusações que se lhes fazia e os incontestáveis serviços que prestavam à pequena coletividade branca da colónia, e pôde perceber em tempo, que cálculo algum interesseiro norteava-lhes o procedimento. Continuava, todavia, D. Diogo fiel a sua orientação rigorosamente objetiva, em que asseverava consistir a riqueza do Brasil no assucar e pau de tinturaria, axioma inflexível que era mister seguir à risca para maior bem da colónia e da metrópole. Estas eram as "*verdadeiras minas*", e posto não duvidasse da existência de ouro no sertão da capitania de S. Vicente, julgava mais acertado explorar o que dera resultado positivo, e maior ainda daria si lhe proporcionassem os braços de que necessitava. Governadores

precedentes tinham proclamado o mesmo, apontando a falta de trabalhadores a flagelar as fazendas ao passo que nas aldeias missionárias sobejavam, quasi inativos, plantando penas o suficiente para viver. O seu regime parecia com o da maloca indígena, com mais uma capela e escola ao centro, onde a vida do gentio decorria como antes da chegada dos portugueses, menos as bebedeiras, desordens e cerimônias rituaes pagãs (danças simbólicas, invocações de espíritos e ingestão de prisioneiros ou de parentes mortos), substituídos pela doutrinação cristã com os seus cantares e educação moral.

Segundo o livro da *Rasão de Estado do Brazil*, que abrange o governo de D. Diogo (dizem que ele colaborara na sua elaboração) e o precedente, relatava-se o que deveria ser feito para o desenvolvimento e segurança da colônia. Enumerava os tres fortes necessários à costa leste-oste, e mais providências, assim como às depredações que os antigos escravos índios praticavam contra as propriedades de portugueses. A alegação rescende a exageros, ou planos interesseiros visando provocar "*justas guerras*", porquanto o selvícola preferia emigrar, pondo o maior número de léguas entre ele e os senhores brancos, que atacalos. Os pretos é que formavam mocambos perigosos, por se localizarem não longe dos canaviaes produtores de assucar, visto os africanos ainda não conhecerem o sertão, ou temerem os cabildas tapuias que os ocupavam.

Por casualidade foi na gestão de D. Diogo de Menezes, justamente considerada das mais utilitárias, que se registou acontecimento de consideravel alcance na produção assucareira. Aparecera na Bahia um clérigo do Perú, segundo rezam autores antigos, que trouxe consigo inovações técnicas verdadeiramente revolucionárias, proporcionando maior rendimento às máquinas do engenho. Consistiam em tres cilindros verticaes, feitos de madeira dura, movidos por entrosas ligadas ao cepo do meio, que fazia girar os

outros. Este cepo, podia ser como anteriormente impulsionado por almanjara de cavalos, bois ou água, sistema, porém, que simplificava os primeiros e evitava os seus inconvenientes. Aconteceu na mesma época o episódio narrado por fr. Vicente do Salvador, da galinha que casualmente passara com as patas sujas de barro por uma forma de assucar, provocando novo processo de purificação, purgando o assucar de modo prático e mais completo do que quando cobriam de barro a parte superior da forma. Veio, destarte, com não muito dilatado intervalo, se ajuntar o aperfeiçoamento mecânico dos cilindros, ao melhoramento químico do sumo da cana.

Não foram naturalmente os únicos fatores do incremento de produção que então se registou, devendo se lhes aduzir os índios que os missionários não mais conseguiam livrar do captiveiro, e os negros que afluíam em contínuo aumento nas lavouras. Em consequência, a receita das oito capitánias submetidas à jurisdição de D. Diogo de Meneses, orçou por volta de 1611 em quarenta e dois contos de réis, o mesmo que no governo anterior de Diogo Botelho fôra arrecadado em toda a colónia. Depois anos depois, em 1613 ascendia a cincoenta contos, deixando sensível superavit quanto às despesas, começando o Brasil a render mais do que custava, com indícios de em pouco poder contribuir para a receita da metrópole, o que talvez se teria verificado não fosse o pesado encargo da defesa do litoral. Das medidas aventadas neste sentido por Diogo Botelho, figurava o projeto da construção de navios de alto bordo nos sítios onde havia abundante madeira apropriada à engenharia naval. Perfilhou a idea D. Diogo de Meneses no governo seguinte, mandando que se orçasse o custo de uma nau de quatrocentas toneladas, porte apreciavel para as embarcações da época. A respeito opinava mestre Manuel António, que si fossem judiciosamente aproveitados os recursos locais, em que entravam desde a ma-

deira escolhida nas matas próximas, até as amarras de pias-saba e embira para calafetagem, a despesa importaria em menos de quatro contos e quinhentos mil réis. Foi, entretanto, diferida a realização do projeto, mais tarde realizado por Baltasar de Aragão, homem de posses e iniciativa, que mandou fazer uma embarcação para transportá-lo ao reino.

*
* *
*

Nos meios a que o governador podia recorrer para angariar recursos, destava-se a pesca da baleia entrada em animador rendimento. Passara o contrato por sete anos a dois sócios, um dos quaes era o francês Julien Michel. Dele nos dá notícia Pyrard de Laval através saborosos pormenores, em que há bastante fantasia junto de alguma veracidade, porquanto devia ser excepcional a situação desse bretão à vista das restrições que o Conselho de S. M. ordenara contra estrangeiros. Tanto mais, que na colônia constava tencionar o rei de França Enrique IV atacar o Brasil, rumor bastante incômodo para franceses aquí estabelecidos. Chegára notícia do apresto na Holanda de navios para esse fim, que sob bandeira das flores de liz deviam singrar para o litoral das capitánias. Não podiam, de momento, os holandeses intervir ostensivamente contra a Espanha por causa da trégua de 1609, mas continuavam a auxiliar às ocultas todos os inimigos de Felipe III.

O resultado era reinar grande inquietação nos domínios portugueses, quando de Sevilha chegou informação de que o príncipe fôra assassinado. Facil imaginar o alvoroço que provocou na colônia, e onde contraditoriamente se encontravam incondicionaes admiradores do morto. Inúmeros habitantes da Bahia pranteavam o successo, ao mesmo tempo que enalteciam os méritos do desventurado monarca, considerado, em geral, pelos soldados e capitães da

guarnição, como o mais notavel cabo de guerra da cristandade. O interessante do caso, foi o pesar demonstrado pelos jesuitas, que do alto do púlpito louvavam a memoria de Enrique IV na América, na hora em que na Europa eram acusados de cumplicidade no crime. A espontaneidade das manifestações corrobora a inocência dos padres, e a tese da Companhia de Jesus, de que o soberano convertido se tornara útil à Igreja. As suspeitas em contrário vinham da teoria do regicídio, imprudentemente desenvolvida pelo padre Mariana, em opposição ao espírito e regras da sua ordem, causa maior do suposto maquiavelismo no pior sentido do termo, daí por deante teimosamente emprestado através dos séculos aos jesuitas.

Diz-nos Pyrard, que Julien Michel era seu conterrâneo, boa pessoa, e muito rico de condição, associado ao sucessor de Pedro de Orecha, tendo conseguido o privilegio de sete anos da pesca da baleia. O francês era tido por espanhol (afirma Pyrard si bem pareça no sentido de "naturalizado", pois dada a facilidade de comunicações entre os domínios ibéricos reunidos sob o mesmo cétro, seria difficil ocultar por muito tempo a sua verdadeira origem), muito bem visto do rei espanhol. Fôra-lhe mandado como embaixador (leia-se agente de qualquer combinação financeira), "*par feu Monsieur de Mercure durant la Ligue*", passando a morar em Bilbao, de onde Pedro de Orecha mandara vir os seus biscoinhos. Por essa e outras circunstâncias, viera o francês ter a Bahia, associando-se à pesca exercida em mor parte por bascos de Baiona, que todos os anos eram trazidos na época adequada para o Recôncavo em dois navios de Biscaia. Julien Michel habitava a cidade do Salvador, onde dispunha de grande crédito, pois, a despeito dos rumores de hostilidades contra a França e de um grave incidente succedido com um dos seus navios, nada veio a sofrer continuando sempre com o mesmo prestígio.

O caso do barco proveio de um dos capitães francezes zarpar subreticiamente do porto, antes de completar o embarque do óleo de haleia que devia transportar a Europa, rumando em direção sul, oposta ao destino certo, indo ter duzentas léguas abaixo para carregar contrabando de pau brasil. Tendo transpirado a irregularidade, passível de confisco e penas corporaes, mandou D. Diogo que por terra surpreendessem os infatores e os trouxessem presos a cidade do Salvador. Assim foi feito, tendo alguns tripulantes confiado cartas pedindo amparo a parentes e amigos da França, de que se incumbiu Pyrard levando-as a Pontevedras, base dos navios de Baiona e S. João de Luz. Facilmente pôde Julien Michel provar a sua inocência no caso, e assim, continuou em liberdade e em condições de presentear aos passageiros da urca em que ia Pyrard com farinha de mandioca e carne seca platina, produto "*dos maiores e melhores bois do mundo*". A orijem deles é atribuida pelo viajante ao Perú, pois, naquele tempo dependia a bacia do Prata daquele vice-reinado.

Das informações do maluino esta parece ser das menos erradas, ao passo outras padecem eiva de fantasia, como as referentes a outro francês que ele diz ter encontrado na Bahia. Tratava-se de um músico, natural da Provença, contratado por Baltasar de Aragão, de quem já falamos, genro do ricaço Francisco de Araujo, para ensinar vinte ou trinta músicos escravos formando conjunto instrumentista e coral, que a todo momento tocava para deleite do senhor e seus convidados. O fasendeiro era um potentado local, alcunhado segundo Pyrard, pelos negros que combatera na África "*Mangue la Bote*", ou seja na sua língua, destemido e grande capitão. Talvez Pyrard tivesse ouvido alguma referênciã a Baltasar Rabelo de Aragão, esforçado cabo colonial em Angola, muito conhecido portanto dos negreiros baianos, vindo daí a confusão com o quasi homónimo da Bahia.

Embarcara Pyrard em Goa no galeão *N.ª Sr.ª de Jesus*, onde depois de molesta travessia viera trer a Bahia. Tiveram os passageiros de esperar durante alguns dias na cidade do Salvador outra condução para o reino, cordialmente recebidos pelo governador (que Pyrard chama vice-rei), podendo livremente se locomover, inteirando-se das condições da colônia em geral e da capital em particular. O maluino não perdeu ocasião de se atribuir uma aventura amorosa, muito conhecida e repetida por viajantes, cuja origem se perde na noite dos tempos. Certa vez, conta Pyrard, passeava ele ocioso pelas ruas do Salvador, quando se aproximou uma pretinha que disse encarregada pelo senhor de o levar até a sua casa. Intrigado acompanhou-a o francês por vielas e betesgas, em que a mensageira procurava embaralhar o trageito. Depois de muitas voltas, chegaram a uma casa de boa aparência, recebido Pyrard por jovem portuguesa que lhe mandou servir lauta refeição. Durante a festança reparou a amavel hospedeira estar velho e coçado o chapéu do hóspede, pelo que lhe ofereceu outro novo de lã espanhola, obrigando-o a prometer que lá voltaria. O desejo concordava com o do francês, que não podia ambicionar melhor vida, e lá tornou muitas vezes, sempre festejado, mimado e presenteado. Nas horas vagas, cumulava esta felicidade com outra, não menos apreciavel, encontrada na taverna de certa mulher, também natural do reino, na cidade do Porto, que lhe dispensava tanta bebida e comida quizesse, e o dinheiro que devia ostensivamente dar à guisa de pagamento, a fim de que o marido não desconfiasse da generosidade conjugal.

A precaução provinha, segundo Pyrard, do fáto de serem as mulheres, entre os habitantes do Salvador, muito mais estimáveis que os homens. A apreciação precedeu, entretanto, uma pendência que o bretão e seus companheiros de viagem tiveram com a senhoria da casa onde habitavam. Pretendia a desalmada reter-lhes os trastes em pe-

nhor dos alugueres em atraso, mas bastou a palavra dos franceses para que tudo lhes fossem devolvido, e ainda condenada a mulhersinha às custas do processo. A única cousa francamente desagradavel que os hospedeiros não lhes souberam esconder; antes; tiveram o mau gosto de exhibir, foi a força em que fazia alguns anos, tinham sido justigados treze corsários rochelenses. Só um inglês, por acaso desgarrado entre os franceses, escapara do fado, e protegido por um figurão colonial, prosperou de maneira insolente, tornando-se possuidor de mais de mil escudos em moeda francesa.

Transmite-nos igualmente o lavalino, um mexerico acerca dos governantes da colónia. Durante a sua estada na capital um dos dois filhos do governador fôra surpreendido com a esposa de ciumento homem, que o feriu a golpes de espada. Si bem algo contundido conseguiu escapar, mais feliz que a cûmplice bastante acutilada, mas que tampouco veio a morrer. O resto do acontecimento não chegou até Pyrard, pelo interesse de muita gente em abafar o caso. Ficamos, todavia, na dúvida sobre a exatidão da narrativa, porque ao pae do moço Pyrard chama Dom Francisco de Meneses, que também tinha consigo um outro filho. Ora, o governador com este prenome era D. Franc sco de Sousa, o qual tinha no Brasil dois filhos, e na época governava o sul da col nia. Ao norte estava D. Diogo de Meneses, a respeito de quem não consta ter trazido elementos de sua família. A confusão de pessoas parece evidente, agrava por transposi o de datas, passando a um governo o que teria ocorrido em outro.

O final da viagem de Pyrard continuou tormentoso. Tendo encontrado passagem em um navio portug es, teve os passos embargados pelo mestre do navio, que jurara nunca mais saber de franceses como passageiros, tantos aborrecimentos tivera com o último que aceitara. Por mais rogasse e ameaçasse o obstinado homem, apoiado pelos

portugueses seus companheiros no outro barco, nada conseguiu demove-lo, irritado como estava pela proverbial "*suffisance*" dos franceses e seu espírito contencioso. Foi, porém, providencial a recusa do mestre, porque ao chegar à vista de Portugal, viu-se atacado por um corsário barbaresco que o levou preso ao covil de piratarias de Tunes ou de Alger.

Finalmente pôde o lavalino embarcar num navio de Dunquerque, pertencente a dois flamengos naturalizados portugueses. Juntamente iam dois cristãos novos com valiosíssima carga, avaliada em mais de cem mil escudos em moeda francesa. Havia a bordo outro correigionário, dono de bens de igual valor e mais quatro ou cinco mercadores também da "nação", muito ricos e carregados de bagagem, que a bordo se encontraram formando conjunto como raramente houvera numa viagem em demanda ao reino. Comandava-a certo holandês residente em Lisboa, que se mostrava temeroso de assaltos barbarescos ao se aproximar da costa portuguesa. Na vigência da trégua com as Províncias Unidas eram os piratas argelinos possuídos de audácia nunca vista que maior dano causavam à navegação lusa. Os passageiros contagiados pelo temor e medo de perder o que possuíam, desandaram em discutir com o capitão, querendo o holandês depois de uma tormenta que muito os molestara, dirigir-se a Baiona, ao passo que o principal dos cristãos novos insistia para que se transpuzesse o mais cedo possível a barra do Tejo. A continuação da tormenta se encarregou de dirimir a contenda atirando-os a Galícia onde após mil perigos, viram um pirata argelino capturar deante deles um barco cristão. Aporados puderam acompanhar as peripécias do assalto nas proximidades de um porto, onde os ladrões transferiram a carga da vítima para o seu barco. Felizmente estavam tão absorvidos na ladroeira que não perceberam o holandês passar do outro lado de ilhotas da costa, podendo o ma-

luino desembarcar na Espanha melhor que muitos “vice-reis, que depois de roubar e amealhar gordos proventos nas Índias perdiam-se no porto de chegada com todas as suas riquezas”.

D. Diogo acompanhava do Brasil essas perseguições dos inimigos do seu rei, tratando de fortificar a costa na medida dos seus recursos. Ativou as obras do forte do Picão ou de S. Francisco em Pernambuco, começado no governo anterior e terminado sob o seu pelo engenheiro-mor Francisco de Frias. Na cidade do Salvador erigiu novo baluarte quando para aí se mudou para dirigir a colônia, impondo-lhe o nome de S. Diogo, armado com peças desiguaes e bastante antiquadas, a saber: tres colibrinas de diferente calibre, uma espera, um passavolante turquesco e um meio sacre de treze quintaes. Perdurava a escassês de armamentos, e o pouco que aparecia era proveniente de embarcações tornadas imprestáveis, repartidos pelo forte de S. António; de Itapagipe; de Água de Meninos; na estância de Santo Alberto; na dos Índios, e nas portas da cidade de Sa. Luzia e de Sa. Catarina. Tudo, porém, insufficiente, e às vezes mal concebido por engenheiros de emergência, como afirmava a *Rasão do Estado*.

Inda assim, conseguiu o governador semear preciosos núcleos de súditos del-rei nos pontos chaves da costa, nos ancoradouros onde os corsários costumavam aparecer, bases que evidenciaram a sua importância na campanha contra os franceses do Maranhão. Um Martim Soares Moreno, falando a língua dos selvícolas, nú e riscado como eles, vivendo como índio e como ele habil na guerra de emboscada, equivalia a numerosa força europea desambientada num meio em que o clima e a natureza lhe eram hostis. Em qualquer sítio onde se formavam taes núcleos, assegurava-se a dominação de Portugal. Repetiam-se episódios como succedeu em Porto Seguro, onde os soldados de Vicente Paes se juntaram aos mamelucos de Afonso Rodri-

gues contra os guerreiros de “*língua travada*”, que tinham invadido a capitania e ameaçavam destruir engenhos de assucar. Entre outras vantagens, poupavam ao exausto tesouro de S. M. a sobrecarga de numeroso exército para proteger a colónia, podendo D. Diogo incentivar a cabotagem, único meio de comunicação entre capitanias. O seu incremento contribuiu não só para desenvolver o intercâmbio entre os centros produtores, como ainda auxiliou a exploração da orla costeira, explorando os pilotos António Vicente e Valério Fernandes desde a ponta de Corumbao até Caravelas, limite extremo em direcção sul do território sob governo de D. Diogo, incluindo o reconhecimento do arquipélago dos Abrolhos.

Terminado o seu praso voltou ao reino D. Diogo de Meneses, que mais tarde recebeu o título de conde de Marialva em recompensa de serviços relevantes, deixando em seu lugar uma junta governativa para atender o expediente da parte norte e centro da colónia.

GOVERNO DE D. GASPAR DE SOUSA

Compunha-se a junta de desembargadores e funcionários, mais tarde completados em assuntos militares pelo opulento e belicoso Baltasar de Aragão, que o novo governador nomeou ao chegar a Pernambuco. D. Gaspar de Sousa era mais um elemento da sua casa a formar na sequência dos procônules do Brasil. Pertencia como o pae à côrte de Felipe III, onde além de ter assento no Conselho de S. M., gozava honrarias em forma de cargos palacianos. A sua longa fé de officio, repleta de bons serviços prestados à monarquia, merecia as mercês que recebera, sem nada dever às vantagens trazidas pelo prestígio da linhagem.

Sobre ele ia recair a campanha que se iniciava com os franceses desejosos de estabelecimentos na costa do Maranhão. Desde muito corsários bretões e normandos frequentavam as praias, que o fracasso dos donatários daquelas paragens tinham deixado sem defesa (26). Interessados nas supostas riquezas do centro do continente, que era possível, segundo a geografia da época, atingir pelos grandes rios da região, fingiam os franceses não perceber os novos marcos da posse lusitana que se elevavam na costa. Um dos seus conhecedores, Charles de Vaux tornara

(26) V. *Pernambuco e as Capitánias do Norte do Brasil*, do autor, vol. II, cap. Ceará e Maranhão.

a França depois de escorraçado de Ibiapaba por Pero Coelho, mas à vista dos pequenos efetivos de portugueses e mamelucos, desenvolveu ativa propaganda na côrte franceza acerca das vantagens oferecidas pelas vizinhanças da Amasônia.

Na propaganda foi poderosamente ajudado por ir ao encontro dos anseios da alta fidalguia franceza, alvoroçada a respeito de domínios coloniaes pelos contatos que tivera com o prior do Crato. Um fidalgo protestante, Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière, estivera no Amasonas em companhia do cirurgião Jean Mocquet, não vacilando em adoptar os projetos de Charles de Vaux. O seu interesse representou fator decisivo nos planos coloniaes gizados em Paris, porquanto parente da condessa de Soissons, estava em condições de angariar auxílios entre os mais influentes personagens da côrte. Em pouco reinava no Louvre entusiasmo pela expedição, que lograra interessar Enrique IV, o qual confiou a direção a René de Montbarrot, governador de Rennes, familiarisado pelos corsários bretões sobre a região a que se destinava. Imprevistos vários mudaram a chefia, que incidiu sobre La Ravardière, apoiado pelos parentes e correligionários envolvidos na aventura.

Segundo praxes diplomáticas da época, toda região abandonada podia vir a pertencer a quem primeiro a ocupasse efetivamente, ou seja, que nela dispuzesse de forças em condições de manter a sua soberania. Era o resultado dos copiosos sofismas provocados pelos ajustes de Tordesilhas, que sob Alexandre VI tinham partilhado o mundo entre Portugal e Espanha. A falta de instrumentos científicos, e daí, noções geográficas exatas na ocasião em que foram celebrados, assim como o interesse das partes contratantes em não esclarecer ao certo por onde devia passar o meridiano divisor, estendiam o terreno em que se exercia a sutileza de príncipes e embaixadores. Duran-

te longo tempo preocuparam-se as chancelarias em atacar ou defender a decisão do Bórgia, formando emaranhada controvérsia fecunda em complicações.

Ainda em pleno século 18, mais de dois séculos depois da morte de Alexandre VI, houve inquietação em Lisboa quando os informantes da côrte bragantina participaram os pormenores do atlas elaborado pelo famoso cosmógrafo francês Guillaume de l'Isle. Neste trabalho oferecido à casa de Bourbon, as pretensões da coroa portuguesa na América eram criticadas quanto ao seu direito sobre o Amasonas. Trataram imediatamente os conselheiros de D. João V de contratar alguém para rebater os argumentos do adversário, recaindo a escolha sobre o jovem santista Bartolomeu de Gusmão como único em condições. No tempo de D. Gaspar sucedia cousa semelhante, azafamados diplomatas e inteletuaes em arquitetar diretrizes favoráveis aos seus governos, de onde surdiu a teoria do *Mare Liberum* de Grotius ainda hoje considerado. No que concerne as relações das côrtes de Espanha e da França, apresentavam-se embaraços que era preciso remover. Havia paz entre as duas nações, de sorte que precisava Enrique IV e os incorporadores da expedição maranhense, de justificativas para a insólita quebra de solenes tratados. Esta foi encontrada na alegação, de que o meridiano demarcador da zona pacífica convencionada pelos dois monarcas; espaço onde se não deveriam guerrear; incidia a oeste da ilha de Ferro nos Açores e abaixo do trópico de Cancer, deixando de fora a costa leste-oeste brasileira que, portanto, podia ser atacada.

Resolvido este ponto completou-se os efetivos da expedição quando chegava a Lisboa a carta de D. Diogo de Meneses lembrando o desaparecimento da colônia, perigoso chamaris da cobiça alheia. Pouco depois partia efetivamente a flotilha francesa, que escalou primeiro na ilha Fernando de Noronha, e a seguir na de S. Luís, onde se

deteve. Começaram os trabalhos de instalação presididos pelos franciscanos, que os dirigentes da expedição tinham preferido a pastores protestantes, edificados pelo precedente fracasso de Villegaignon. O ponto de destino parecia o paraíso terrestre para os bons capuchinhos e seus companheiros calvinistas e luteranos segundo em cartas relatavam. Clima ameno, paisagem exuberante de fertilidade equatorial, povoada de índios com quem os franceses de há muito se entendiam, as matas cheias de símios curiosos e pássaros brilhantes.

A notícia da atividade dos expedicionários não tardou a chegar aos ouvidos de D. Gaspar em Pernambuco, onde para maior eficácia na direção da campanha, deixou-se ficar, posto a sua presença incomodasse em extremo a administração dos donatários. Pois não fôra apanhado em flagrante delito de sonegação de direitos de pau brasil o próprio donatário pelo precedente governador! A estada de D. Gaspar, além dessa desagradável fiscalisação, ainda ocasionava fortes perturbações, impondo pesadas contribuições de guerra. Mas não havia outro remédio para o caso, e vendo-se detido em Olinda, nomeou D. Gaspar ao senhor de engenho Baltasar de Aragão, governador de armas da Bahia até a sua chegada. Com essas providências preliminares aprontou-se o novo dirigente da colônia para enfrentar o inimigo.

Trouxera consigo algum armamento quando chegou ao Recife em 18 de dezembro de 1612. Constava de armas, munições, morrões de Flandres e pás de ferro para construir baluartes, tudo em proporção bem modesta comparativamente ao que deveria ser feito. Homem rigoroso no capítulo da proibidade administrativa e distribuição de justiça, tornou-se D. Gaspar de Sousa no dizer de fr. Vicente, "*amado dos pequenos e temido dos grandes*", provavel alusão aos delegados dos donatários nas capitánias, que o governador continha como em sítio invadido por ratos o sim-

ples miado do gato basta para assusta-los. Em compensação, lucravam os pernambucanos com as medidas que intentava para melhorar entre outras cousas as vias por onde se escoava a produção. Infelizmente vinha persuadido de que os catequistas do índio eram prejudiciaes à atividade colonial. O sentir, bastante generalizado em Portugal nas esferas administrativas, agravara-se na mente do governador pela longa exposição dos povoadores dirigida ao Conselho de S. M. propondo passassem as aldeias à direção de leigos nomeados pelo governo. A sugestão era perigosa, porquanto se apresentava sob aspéto falacioso para a régia administração, cada vez mais inclinada em tentar recursos onde fosse possível fomentar a sua produção.

Acontece que ainda desta vez, o conhecimento in loco das condições da colónia, modificou as ideas do seu dirigente. Para tanto, muito contribuiu o capitão-mor de Pernambuco Alexandre de Moura, que em virtude da sua longa experiência das cousas da terra passara a informante de D. Gaspar. Das práticas que tiveram, percebeu D. Gaspar que os lucros prometidos pela socialização das aldeias missionárias, reduzidas a repartições administradas por funcionários públicos, em pouco se verificariam illusórios dada a versatilidade do índio. Também se convenceu que o emprego da violência seria altamente contraproducente, arriscando juntar-se ao inimigo externo o interno, principalmente ao presenciar, que bastara se levantar rumor da medida pleiteada, para os índios aldeiados ameaçarem não mais obedecer como até então tinham feito aos decuriões, recorrendo às armas si os povoadores teimassem reduzi-los à escravidão.

Outro argumento decisivo no passo, que também muito influira sobre D. Francisco de Sousa, era a indispensavel ajuda dos jesuitas na organização de bandeiras. Pelo fáto de saberem a língua do gentio, e lhe conhecerem “as manhas”, representavam na colónia uma espécie de enti-

dade diplomática, que propiciava o entendimento de autoridades com o gentio, e evitava atrito e desconfianças entre eles e os brancos. O insucesso da bandeira de Gabriel Soares; entretanto reputado a maior autoridade leiga em assuntos coloniaes; e os da expedição de Pero Domingues, que foi de S. Paulo de Piratininga ao Amasonas, demonstravam-no à saciedade. Ademais, recomendava S. M. que Gaspar de Sousa pagasse 4.000 cruzados aos inacinos, “*para a viagem das Minas de Esmeraldas*”, medida que não chegou a se efetuar por causa do aspéto francamente escravocrata que os povoadores queriam impor às expedições, com o qual os missionários de forma alguma concordavam.

A volta do reino de Diogo de Campos Moreno não proporcionou tampouco os recursos esperados. Teve como sempre o governador de procura-los na colónia, lançando mão dos apreciáveis rendimentos da Paraíba, que estavam em depósito judicial pela interminavel pendência entre os herdeiros da capitania, conde de Monsanto e conde de Vimieiro. Graças aos 8.000 cruzados que renderam, poudo o corpo expedicionário ser organizado contra La Ravardiére. Os homens de armas brancos foram recrutados compulsoriamente, aparecendo nesta altura mais um auxílio dos jesuitas, que só eles podiam conseguir, na contribuição de efetivos indígenas tirados das aldeias. Iam assim adeantados os aprestos, quando chegou a Olinda a notícia do desastre do Bângala, que obrigou o governador a ir a Bahia e suspender por algum tempo a sua presença na direção dos trabalhos.

*
* * *

No espaço em que na cidade do Salvador funcionara a junta governativa, destacara-se dos companheiros Balta-

sar de Aragão, da família dos Aragões da ilha da Madeira, pessoa ativa e doctada ao bem público. Sobre ele reina muita confusão provocada pelos dizeres de Pyrard de Laval. Empresta-lhe o francês a alcunha de "*Mangue la Bote*", que seria Bângala, em M'Bângala em angolano segundo os historiadores que trataram do assunto. No seu parecer, viria do prestígio de Baltasar entre os pretos dos combates que travara em Angola. O mais provavel é responder a alcunha a acepção de indivíduo morador "*ou relacionado*" com determinada tribu, ou região, pois as tribus primitivas empregam imprecisamente designações sinónimas para acudir as suas deficiências. Fariam alusão neste caso, a uma tribu situada ao sul de Bubunga, no rio Congo. Jaboatão dá, a propósito, uma variante, "*por ser demasiadamente cruel para com os escravos*", mas que não resolve a dúvida. Houve, como já dissemos, um Baltasar Rabeão de Aragão, que muito se illustrou em Angola sob D. Francisco de Almeida e mais governadores, continuando a prestar serviços à administração colonial luso-africana inda depois do desaparecimento do quasi homónimo do Brasil. O mais admissivel seria na circunstância, tornar-se o Aragão muito conhecido entre os pretos da Bahia através o lucrativo tráfico a que se dedicava, e que o dispensava de solicitar a el-rei comendas para poder casar as filhas, como fazia o Baltasar da África.

Descreve Pyrard as grandesas do potentado, a oferta que lhe fez de ensinar o muito que sabia aos seus negros escravos, tal como o outro francês praticava com os músicos de sua casa. Dar-lhe-ia cem escudos sonantes e farta alimentação. Prometeu mais, passagem no espaço de um ano no galeão de quinhentos toneis que mandara construir. A embarcação estava quasi pronta na ribeira da cidade do Salvador, assim como os preparativos da travessia, em que Pyrard viu reunidas as raridades dos tres reinos que o Bângala ia levar consigo para oferecer ao rei.

Reparou nos pássaros, símios e feras, entre as quaes, zebras trazidas pequenas da África, onde eram chamadas “*ensure*”, nome da região de que provinham. Diz o marselhês; perdão, o francês; que eram animaes perigosíssimos, pois uma delas fugira do estábulo e depois de matar um cavaliço que a tentara prender, ia devora-lo quando lh’o arrancaram dos colmilhos. Recusara, entretanto, o lavalino a generosa oferta, pela pressa que tinha de tornar a Europa, e que na conjuntura, lhe salvou a vida.

Pouco depois da partida do francês, recebia o capitão-mor aviso da aproximação de corsários da mesma nacionalidade. Poz mãos à obra, procurando fortificar a cidade do Salvador, custeando as despesas, mandando vir dos seus engenhos em suas barcas os paus necessários às cercas e mais entrincheiramentos. Justificava, destarte, a confiança que nele tinham depositado, e não contente, possuido de fidalgo ímpeto, embarcou-se no seu galião, que estava prestes a largar ferros para a Europa quando apparecera o inimigo, e lhe foi dar combate. Acompanharam-no algumas pequenas embarcações, comandadas por gente tão afoita quanto ele, à testa de “*homens bons da Bahia*” e régios funcionários lá destacados. No começo pelejaram animosamente contra os cinco corsários, capturando um e afundando outro, tendo o Bângala ordenado que lhe deixassem aprisionar a capitânea, “*sã e inteira pera a levar por tropheu em seu triumpho*”, escreve fr. Vicente. Entretanto, um intempestivo pé de vento apanhou o galeão em cheio, guinando-o de tal modo que deslocou toda a artilharia para um lado, fazendo com que a água entrasse aos golfões pelas escotilhas e lá se foi o barco para o fundo do mar com o seu capitão vestido de ferro. No sinistro perderam-se duzentos homens, trezentas caixas de assucar, rica baixela de prata, inúmeras alfaias da casa de “*Aragão*”, charamelas; e provavelmente os músicos; bichos e demais presentes del-rei, etc... etc... dano irreparavel,

por muito tempo pranteado pelos admiradores do valeroso senhqr de engenho.

O insucesso teve ainda o efeito de desanimar aos outros portuguezes, que precipitadamente bateram em retirada, não sem deixar prisioneiros nas mãos do adversário, no momento em que a vitória já lhes sorria. A bordo do principal navio, trazia o Bângala pessoas que se dirigiam ao reino, como o sobrinho do desembargador Ferrás, casado com uma irmã da sua mulhér. A causa da viagem do moço se parecia com as aventuras do filho do governador descritas por Pyrard. Envolvera-se em complicações sentimentaes; que outro informante mais fidedigno nos relata; valendo-lhe nas peripécias o tio magistrado, o qual no caso interveio de modo escandaloso. Escrevia o jesuita Enrique Gomes aos confrades metropolitanos, "*sahio pela Relação deste Estado solto e livre passearndo não só deante do Ouvidor Geral, a que na resistencia da prisão houvera de matar, mas ainda da propria parte, que não só ficou sem mulher, por esta lhe ser tresmontada pera Portugal mas tambem sem honra, por não lhe ser possivel provar em juiso o roubo (da mulhér) que, fôra delle, a todos era notorio*".

Esquecido dos seus deveres, auxiliara o juís ao parente além do que devera, como magistrado responsavel pela boa ordem da república, ou seja, da coletividade cristã da Bahia. Externaram os jesuitas a sua indignação no púlpito, si hem com escasso resultado em deter os abusos do poderoso clan. Os tempos não corriam muito favoráveis à Companhia de Jesus, acusada de prejudicial aos senhores de engenho, mal vista por governadores e funcionários, muito mais propensos em ouvir o Bângala, produtor de assucar e defensor da colónia, que a inacios obstinados em proteger índios despresíveis. O rapás abrasado de paixão e cõscio da impunidade que lhe asseguravam apoios familiares, queria também ir para o reino, a fim de se jun-

tar à amásia. Nesta intenção, pedira ao tio juís auxílios e a companhia do seu único filho de nome Francisco. O naufrágio do galião os atirou nas garras do inimigo, que sobrecarregado de prisioneiros, desapiedadamente os lançou numa praia entre o Rio Grande e o Maranhão, mais os tripulantes de dois ou tres pequenos barcos, que tinham capturado depois do desastre do seu outro tio, o Bângala. Obrigados a voltar a pé, no mesmo tragéto em que se desenrolara a tragédia de Pero Coelho de Sousa, foi tragado pelas águas de um rio o filho do desembargador ao tentar atravessa-lo, comentando gravemente fr. Vicente, que assim perecia miseravel e desvalido no sertão, enquanto ao pae sobejavam na Bahia cincoenta mil cruzados de patrimônio! Desabou o tremendo golpe sobre o desembargador, que vencido pelo sofrimento não tardou também a falecer, reconhecendo que a desgraça fôra castigo divino pelas iniquidades que ajudara aos parentes praticar.

D. Gaspar nesta altura já tinha mandado socorros para o Maranhão e pretendia mandar outros, quando recebeu a notícia do desaparecimento do Bângala. Segundo fr. Vicente, veio furtivamente a Bahia para se inteirar melhor do que sucedera, apenas acompanhado de um criado, dispensando as solenidades com que se recebiam os governadores, alegando que assim procedia pelo pesar do desastre. Durante a curta permanência na cidade, examinou as obras da Sé, empreendimento que a todos empolgava, de norte a sul da colónia, nas capitánias, no litoral, no sertão e na metrópole. Um dos arcos da nave, e as paredes à volta do portal pareciam arruinadas. Foi de parecer D. Gaspar, que era possível reparar os defeitos, sem necessidade de tudo por abaixo para reconstruir de novo, como muitos opinavam, operação que por certo prolongaria por longo tempo a conclusão da obra.

Cuidou também de outro setor social da maior importância, indo presidir o tribunal da Relação, onde censurou

os juizes pelas queixas que recebia da sua parcialidade. O episódio do sobrinho de Baltasar Ferrás, confirma não andarem muito certas as justiças da terra, e ainda bem quando um governador severo chamava os juizes a ordem. Abusos, porém, sempre houve na magistratura colonial, em que não raro vizinhavam magistrados venaes junto de irrepreensíveis. O recurso de apelar pelo procônsul e aos tribunaes do reino, atenuava irregularidades, podendo-se atribuir as exações referidas pelo padre Enrique Gomes, às circunstâncias criadas pela guerra e ausência do governador, ficando a Bahia entregue a potentados locais.

As hostilidades obrigaram D. Gaspar a logo volver a Olinda, o que fez levando fr. Vicente consigo. Conduzia também homens válidos que encontrara na sua estada, e que à força recrutara para a guerra do Maranhão. Iam a ferros no porão de um barco castelhano aproveitado por D. Gaspar para tornar a Pernambuco, e que padeceu tal tormenta no trajeto, que por pouco repetia o sossobro do Bângala. Na conjuntura, teve D. Gaspar de ordenar que os recrutas fossem libertados, arriscando lhe fugissem. Felizmente chegou em tempo no Recife para receber as propostas de paz de La Ravardière. Respondeu o governador visivelmente satisfeito pelo desfecho da campanha, que se ia evidenciando desastrosa para a colónia, aceitando as condições do fidalgo protestante. No afã de não criar ressentimentos, nem complicações futuras, admitia o princípio dos franceses, de que tinham direito de instalar-se no Maranhão, e que a sua expulsão era um ato violento, carecedor de indenisação. Pretendeu daí, D. Gaspar remeter para S. Luís a quantia de vinte mil cruzados, a troco da artilharia do forte que lá tinham elevado os invasores, acrescentando em cartas ao donatário de Pernambuco, que o francês e seus companheiros desejavam permanecer a serviço del-rei Católico.

A essas liberalidades opoz-se Alexandre de Moura, que dirigira as operações e julgava La Ravardière indivíduo ambicioso e intrigante. Assim pensava e melhor fez. Sem mais detença, apoderou-se do forte e mais benfeitorias da ilha, mandando manu militari para o Recife os franceses que os ocupavam, com exeção de alguns artifices, depois casados com mulheres açoritas, remetidas com as suas famílias a S. Luís para povoar a ilha. Outros já tinham fugido em direção aos domínios de Castela, indo ter a Cartagena das Índias, onde para se verem livres do terrível Santo Ofício espanhol, abjuraram o protestantismo. A atitude de Alexandre de Moura foi censurada na colónia e no reino, considerada precipitada e arbitrária, mas nem por isso deram ouvidos às reclamações ulteriores de La Ravardière, que teve de se contentar com algum dinheiro que lhe deu o governador, mais algumas vantagens que o mesmo lhe conseguiu em Lisboa.

Alexandre de Moura ficou mal visto do governo metropolitano, sem recompensas apreciáveis pelo muito que fizera, morrendo quasi esquecido, ao passo que Martin Soares Moreno recebia por dez anos a capitania do Ceará. No Maranhão ficava como capitão governador Jerónimo Albuquerque, que muito se esforçara na campanha, adoptando os seus descendentes o apelido de Maranhão que ainda hoje usam. Indicara-o para o cargo Gaspar de Sousa, que por sua vez recebeu em 1622 uma capitania hereditária nas terras devolutas da costa leste-oeste. A morte impediu-o de escolher o sítio, que o seu filho mais velho preferiu entre os rios Turiassú e Caeté, com vinte léguas de fundo sob nome do segundo, tornando-se conhecida por capitania do Caeté. O grande mérito de D. Gaspar consistia em ter sabido aproveitar todos os recursos da colónia contra um adversário muito mais numeroso e bem armado, assim como escolher homeis prestantes para o comando das forças e os sustentar no torvelinho de intrigas,

mexericos e conflitos de todo gênero, que marcam aquele período (27). O governo de D. Gaspar de Sousa dedicou-se ao extremo norte da colônia, que ameaçado por franceses, ingleses, holandeses — e até turcos e barbarescos segundo avisavam da metrópole — foi definitivamente incluído no império luso, repelindo para regiões mais distantes, as Guianas dos tres primeiros nomeados, que não mais molestavam aos portugueses por não lhes afetar a posse do Amasonas. De volta D. Gaspar ao reino, apresentou ao Conselho del-rei, com o prestígio de que se achava revestido, a conveniência de se formar novo governo no Pará e Maranhão independente do resto do Brasil.

O projeto tinha visos de precedente no tempo da navegação de vela, e predomínio da cabotagem nas comunicações entre capitánias. Era por via marítima que essas unidades mantinham relações, representando os presídios costeiros o papel dos norte-africanos em poder de lusos, impossibilitados de usar caminhos terrestres. Os ventos aproveitados nas derrotas commerciaes e porisso chamados pelos ingleses "*trade winds*", desenhavam na costa leste-oeste uma espiral, que partindo do equador tangia as naus da Europa em direção ao Haití e Jamáica, com um desvio para o Maranhão e Pará. Na volta o trajeto se fazia por outra espiral, que da ilha de Marajó ia ter ao norte dos Açores, para enfunar-se na corrente do Gulf Stream em demanda de Lisboa ou Cádiz. Entre esse sector marítimo servindo as Antilhas e a América Central, e o empregado na navegação para o resto do Brasil do Rio Grande até o Prata, medeava hiato onde ventos ponteiros impediam na mor parte do ano a cabotagem entre o Amasonas e a Bahia.

(27) V. *Pernambuco e as Capitánias do Norte do Brasil*, do autor, II tomo, cap. Ceará e Maranhão.

A sugestão, portanto, visando suprir o perigoso isolamento existente entre as duas partes da colónia, foi bem recebida e realizada nos governos seguintes, e na intenção de continuar a sábia política do aproveitamento na administração do Brasil de administradores que bem o conhecessem, nomeou o Conselho a mais um parente de D. Gaspar, o filho de D. Francisco, o "*das Manhas*", para lhe suceder, continuando destarte, a interminável série de Sosas no governo geral.

GOVERNO DE D. LUÍS DE SOUSA

Nomeado em 1616 deram-lhe no reino como principais instruções pesquisar veios metalíferos, e providenciar para ficassem a bom recato da cobiça estrangeira. As outras recomendações versavam, como sintetizou Capistrano de Abreu, a expulsão de estrangeiros; vigilância contra contrabandistas; precauções contra o estabelecimento de flamengos em Fernando Noronha; contra ingleses que pareciam ter más intenções no Rio de Janeiro e Espírito Santo, onde dispunham da cumplicidade de mamelucos e cristãos novos; e para tanto conseguir, encomendavam ao fidalgo estabelecesse o imposto de consulado de que já falamos, que devia manter um serviço de guarda-costa.

A 1 de janeiro do ano seguinte assumia D. Luís o seu posto em Olinda com 2.000 réis de vencimentos anuaes, encontrando a arrecadação em franco desenvolvimento, caminhando para sessenta contos por ano, ao passo que a despesa era um pouco menor. Essas condições eram providenciaes no momento, pois si bem aumentasse dia a dia a dependência da colónia à metrópole, na proporção que progredia, só podiam os habitantes contar consigo mesmos para acudir as suas necessidades. Uma rápida vista no Brasil durante a luta que na Europa sustentava Felipe III para manter a hegemonia espanhola, mostra-nos inúmeros reflexos a influir sobre o destino dos povoadores coloniaes. As diversas agressões procedidas por potências

ao norte e ao sul dos domínios lusitanos na América; o sacrifício que impuzeram sobre seus habitantes; a inquietação dos cristãos novos; a dúbia atitude dos mercadores estrangeiros estabelecidos no litoral; as repetidas incursões armadas pelas capitánias, à procura de informações, acompanhavam os sucessos do drama que se adeantava do outro lado do oceano.

Nas vésperas da invasão holandesa, quando D. Luís de Sousa governava o Brasil dos seus aposentos em Olinda, onde descera para liquidar o caso do Maranhão antes de vir a Bahia, ainda apresentava o império filipino vulto imponente. Em torno da monarquia emprenhada pelo casamento de Fernando de Leon com Isabel de Castela, tinham-se ajuntado a península ibérica, as Flandres romanas, o Luxemburgo, o Franco Condado, o ducado de Milão, o reino das Duas Sicílias, e importantes bases estratégicas na Toscana. A associação com Portugal duplicara os domínios coloniaes na América, África e Ásia. Dispunham, outrossim, os espanhoes na política europea do apoio dos Habsburgos da Áustria, imperadores da Alemanha, e da amizade interesseira de Savoia, Parma, república de Génova e dos cantões suíços católicos. Os conflitos religiosos contribuíam para erigir os “Áustrias” em campões do catolicismo, voltando a seu favor a Cúria Pontifícia e todos os adversários de Calvino e de Lutero, com exceção da França, por sinal, eivada de protestantismo, e daí, dilacerada por contendias religiosas. Neste sentido uns lhes dispensavam soldados, outros lhes concediam oportuna permissão para atravessar o seu território e se comunicar por terra do Milanês com a Europa Central. Detinham, outrossim, no século 17 o monopólio da especiaria, do assucar, da prata, do cobre e mais gêneros capitaes na economia do mundo.

A organização técnica militar dos castelhanos continuava a mais completa da época. Em terra e no mar apro-

veitavam os melhores cabos de guerra dos seus associados, os “tércios” cobertos de glória sob comando do belga Lanoy, ou dos italianos Alexandre Farnese e Ambrósio Spínola. Faltava, contudo, a Espanha o que sobejava aos adversários — uma indústria e agricultura florescentes no próprio solo, que sustentasse perenemente a sua enorme e complicada máquina política. Dizíamos em outro passo deste volume, que os administradores da fazenda filipina, mereciam igual admiração a dos soldados nos campos de batalha, pelo heroísmo que demonstravam à procura de meios para custear guerras, e satisfazer juro de empréstimos extorsivos.

Nem tudo, porém, concorria naquele momento para entenebrecer o ceu das Espanhas. Certos incidentes da política europea, pelo contrário, vinham favorece-la. A reviravolta registada na Inglaterra com a restauração dos Stuarts no trôno, concedeu-lhe trégua com um dos seus mais antigos e pertinases adversários. Em relação a França também melhoravam as relações, graças aos chamados “*casamentos espanhoes*”, que muito ajudaram a resolver o caso do Maranhão, tangido La Ravardière dos meios officiaes onde não mais podia causar incidentes, reduzido a oferecer os seus serviços, e suposta experiência de negócios americanos, a holandeses que os dispensaram, porquanto dispunham dos préstimos de inúmeros flamengos familiarisados com o Brasil.

O acervo de informações que proporcionaram desperitou o interesse dos mercadores de Amsterdam, incomparavelmente mais perigosos que a iniciativa de um grupo de fidalgos do Louvre, mal ajudados por um governo que a última hora, quando mais necessitavam do seu amparo, pendia para o adversário, abandonando-os à própria sorte. O êxito da Companhia das Índias Orientaes Holandesas provocou o aparecimento de mais uma, a das Índias Ocidentaes visando as Américas. A trégua de doze anos celebra-

da em 1609 com o governo espanhol chegava ao termo, e a guerra de corso já começara a abalar o tráfico colonial ibérico, pois no ano de 1616 foram apresados pelos flamengos vinte e oito navios só na carreira do Brasil, número elevado a setenta em 1623, empanturrando-os, como diz Varnhagen, com presas valiosíssimas para gáudio dos tripulantes e armadores. Com a fundação da nova companhia, hipertrofiara-se a ambição dos flamengos, agora pretendentes à posse da própria fonte de riqueza, ao invés de lhe apanhar o produto na travessia do oceano.

Os acontecimentos da Europa favoreciam aqueles planos ambiciosos, desviando a atenção e os recursos militares da Espanha para o norte da Itália, onde faziam pressão sobre os Grisões para que renunciassem a seu favor da suzerania da Valtelina. Tampouco, era segredo para os holandeses, as dificuldades que estas operações causavam ao tesouro espanhol. Nesta fase tormentosa das finanças e da política filipina relação alguma se nos depara mais viva e informativa que os "*Discursos sobre los Comercios de las Indias*", oferecidos a el-rei Felipe IV, pelo judeu natural de Lisboa Duarte Gomes Solis. Antigo feitor da canela, pertencia ao rol dos cristãos novos do gênero de Felipe Guilhem, ou do presumido autor dos *Diálogos*, conhecedores profundos da mercância colonial, observada com o espírito ebráico, que o leva a ser crítico primeiro e pedagogo a seguir, ou pelo menos, expositor magistral de uma situação quando para ele é em extremo interessante.

Assegurava Solis ter escrito a obra na intenção de mostrar aos governantes as falhas do sistema ibérico colonial, a pouca eficácia das medidas intentadas para corrigilas, e o meio de desenvolver de proveitosa maneira os domínios ultramarinos, a fim de que concorressem para a grandesa da monarquia. A sua longa fé de ofício adquirida no tráfico da especiaria, era a melhor das credenciaes para o que ia demonstrar, e daí, passava à universalidade

do seu saber, e a soma de benefícios que prestara a Deus, ao rei e à nação em perigos e aventuras esforçadas, sem pedir outra mercê que as vistas do governo para a situação do oriente. Um vice-rei da Índia, D. Jerónimo de Azevedo, louvou-lhe a proficiência, outro, porém, Matias de Albuquerque, o remeteu preso ao reino pelas patifarias que praticara. A diversidade de procedimento nos parecerá menos incongruente quando examinamos o ambiente em torno de governantes coloniaes, em que um cristão novo como Solis ou Ambrósio Fernandes, podiam segundo as circunstâncias prestar bons ou maus serviços à pública administração.

O mérito, porém, de Solis devia ser evidente visto a atenção que no reino dispensaram ao seu relatório. Mudado para a côrte em Madri, seria no fim da vida uma espécie de conselheiro técnico, promovido a fidalgo da Casa Real e mais regalias. No trabalho que lhe valeu a recompensa, incluia nas *Advertencias sobre el Comercio* feito anteriormente; os conselhos que dera à Casa da Índia; e as cartas que escrevera ao duque de Lerma sobre problemas coloniaes. Queixa-se de que muitas vezes não lhe davam a devida consideração, e se precavê contra críticas inamistosas. Antecipando reparos acerca de possíveis confusões e embaralhamento de assuntos, assume ofensiva contra supostos atacantes, precaução muito digna de ser imitada por economistas hodiernos. Compensa, entretanto, o defeito a poder de reflexões e dados preciosos, redigidos com naturalidade que lhes realça o valor.

Na sua opinião; provavelmente influenciado pelas teorias de Luís Mendes de Vasconcelos; o sítio mais adequado para assistir às colónias seria a praça de Lisboa, escala e empório de gêneros exóticos destinados a suprir toda a Europa. À vista da antiguidade desse comércio, tinha bastante razão, mas feria os interesses de outros acessos da Galiza ou da Andalusia, e no regime democrático exis-

tente no conjunto de nações compoendo a monarchia espanhola, foros tradicionaes e liberdades encarniçadamente defendidas, empeciam a execução de medidas acertadas para a coroa, mas nocivas a conveniências locaes. No afã, porém, de concertar o que lhe parecia desacertado, continuava Solis a propor planos, sem se ater às "*possibilidades*" políticas. De relance, refere-se às absurdas competições entre lusos e castelhanos nas Índias, em vez de ambos os dois juntarem os esforços contra os temíveis adversários que despontavam. Estranhava com rasão, que o comércio português fosse mais respeitado pelos espanhoes durante a separação dos dois reinos, que depois de unidos. Acrescentava, e aquí tocamos no ponto há pouco frisado, de que a política em relação às Flandres fosse praticada com sacrificio das colónias portuguezas, expondo-as à pirataria das Províncias Unidas, informado-as das suas fraquezas e enriquecendo-as com os seus despojos. Assim sendo, mostrava-se apreensivo ante o quadro sombrio que se lhe deparava suscitado pela competição holandesa. A continuar daquele modo, em pouco estaria arruinado o comércio do Oriente, aventando que para enfrentar os batavos, fossem chamados à Índia os judeus portuguezes dispersos pela Turquia, Itália e outras regiões, para prover com eles a administração das feitorias. A medida não devia ser taxada de favoravel a correligionários, mas como indispensavel nas Espanhas, onde desde muito a classe mercadora e capitalista era composta de ebreus.

Não se detinha aí nítida visão de Solis a respeito de problemas coloniaes. Perfilhava a orientação de D. Francisco de Almeida, de parecer que a defesa fosse assegurada através o domínio do mar, e não com fortificações terrestres como entendia Afonso de Albuquerque. Acontecimentos posteriores e princípios hoje pacíficos — si nos é permitido assim dizer — em arte bélica o confirmam. Pelo mesmo motivo, reprovava Solis velhas práticas em vigor

na organização militar marítima, causadoras dos espanhoes não saberem conservar como negociantes o que gloriosamente tinham conquistado como guerreiros.

Neste assunto era-lhe permitido argumentar, pois, naufragara tres vezes na rota do Oriente, salvo numa delas por milagre depois de indizíveis tormentos. Naus antiquadas, traçados defeituosos na construção, ausência de cuidados e de aperfeiçoamentos modernos que lhes aumentassem a segurança, constituíam verdadeiro sorvedouro de vidas e dinheiro (28). Nos últimos anos do século 16, tinham partido de Lisboa dezessete naus, dois galeões e uma caravela, de que tornaram apenas duas embarcações. De 1606 a 1608 partem de Portugal trinta e tres naus e só voltam tres. Pouco mais tarde, partem cincoenta e nove e tornam cinco, numa progressão catastrófica ruinosa para o comércio e as armas de Sua Magestade. As esquadras que nesse período fossem acaso envolvidas num temporal ou surpreendidas pelo inimigo, podiam se considerar inutilizadas. Nos accidentes da travessia, evidenciavam-se defeitos que denodo algum dos tripulantes podia remediar.

As tripulações compostas de indivíduos de pouca idade, trazidos à fôrça do interior de Portugal, agravavam a situação com a sua inexperiência. Ademais, os míseros expostos a todas as maselas físicas e moraes que sobre eles podiam desabar, apresentavam-se já antes de sair dos portos em péssimo estado. Com esses barcos e guarnições, deviam se haver os espanhoes com os navios batavos, sólidos, manejáveis, bem dirigidos e tripulados, tão superiores aos ibéricos que ao apresarem ingleses e holandeses algumas "*destas bestas*"; como Solis chama às naus do reino; preferiam queima-las a concerta-las visto as suas condições. A desorganização de bordo completava o desastre, a car-

(28) V., do autor, *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil*, tomo I, cap. "A navegação portuguesa".

ga mal distribuída, desequilibrando o barco, a tripulação mal alimentada e tratada, morrendo em pouco tempo a maior parte. Conta Solis como de uma feita, ao chegar a Cezimbra de volta do Oriente, estava com a maruja do navio reduzida a vinte homens, que mal podiam estar de pé.

As naus também continuavam em serviço muito acima do admissível, pelo exgotamento das finanças públicas que as mantinham em serviço apesar de imprestáveis. A mesma razão levava os conselheiros del-rei preferir carracas de grandes dimensões, lerdas e precisadas de numerosos tripulantes, aos manejáveis barcos batavos, feitos com madeiras duríssimas extremo-orientaes. Os espanhoes eram construídos com lenho europeu, muito menos resistente, necessitando de constantes reparações, e como não as faziam, era comum navios se perderem literalmente desmanchados no mar pela ação do gusano. Entretanto, nos continentes conhecidos pelos portuguezes muito antes de outras nações europeas, sobejavam essências indicadas para o fim, bastando ouvir Gabriel Soares descrever as propriedades das essências baianas para disso se compenetrar. Não há dúvidas, que inúmeros funcionários do Conselho de S. M. o sabiam, e apregoavam a necessidade do seu emprego, que foi levado a cabo em muitas naus célebres nos anaes marítimos. Mas, conveniências várias, imposições do intercâmbio comercial com países nórdicos, facilidades de entrega do material, rotina dos estaleiros, e acima de tudo, dificuldades económicas, opunham-se a que os donos das madeiras as utilisassem como deviam, contra os que as que-riam roubar apodrando-se das florestas onde eram encontradas.

Outra deficiência da marinha luso-castelhana, era a inferioridade técnica da officialidade no comando, e a dos pilotos que deviam levar viagens a bom termo. Opinava Solis, que os nobres deviam se familiarizar com a ciência náutica; os militares entender de comércio, e os coman-

dantes das armadas disporem de tirocínio adquirido na defesa das costas do reino antes de se aventurarem no oceano. No seu entender, convinha à nação que o próprio soberano se tornasse francamente negociante, pois do trato tirava o melhor de suas rendas. Daí, a conveniência em ter um feitor de latos poderes em Goa, respondente pelas grandes firmas de Lisboa, independente de vice-reis e governadores, numa organização semelhante a do Monte de Socorro de Gênova, "*Porque*", dizia, "*é necessário que façam o seu officio, mas não sejam senhores de todos os officios, pois que a Fazenda Real é melhor governada por negociantes*". O modo de encarar a situação, aproximou-o, destarte, de outro quadrante político europeu, quando aconselhava pertencessem as armadas a particulares, os quaes ajuntados em grupo inteirariam companhias como as holandesas.

Neste sentido, apresentou em 1621 um projeto ao governo de Felipe IV, por intermédio de pessoa da sua confiança, em que preliminarmente estatua uma condição primordial. Conceder-se-ia novamente aos cristãos novos o direito de commerciar por nove anos nas colónias, como em 1601 lhes fôra outorgado, a troco de uma contribuição de duzentos mil cruzados. Pela condição, percebemos que tantos eram os proventos da mercância das Índias, que até um interessado em proteger os correligionários concordava em pagar contribuições ao fisco. Logo, as quantias que por diversas vezes o exangue erário dos Felipes, obtinha dos que se locupletavam com o monopólio de especiarias e assucar, não nos parece tão escandaloso, nem extorsivo, levando em conta os lucros que proporcionava e a evasão de capitaes que produzia, desviado para os inimigos de Castela a mor parte daqueles lucros.

Para justificar a condição, explicava Solis, cumpria voltar atrás e novamente conceder a liberdade aos judeus, si o governo de S. M. não quizesse ver a Índia cair nas

mãos dos “*reveis*” flamengos. Por que repelir os cristãos novos si os velhos desprezavam o comércio, e nesta atividade não possuíam os predicados da “nação” ebráica? O resultado da anomalia era até no reino caírem os negócios em poder dos estrangeiros, sendo-lhes permitido venderem a retalho nas lojas, o que era proibido aos naturaes do país. Mais procedente seria, pois, imitar as mais perfeitas organizações mercantis do momento, representadas por Gênova em terra e a Holanda no mar. E, para melhor resultado, sugeria admitir alguns genoveses conhecidos pelo seu espírito comercial (diziam que um genovês valia por tres judeus...), na direção dos negócios ultramarinos, visto que, interessados na empresa “*Hão de governar melhor Espanha e Portugal*”.

A necessidade de reforma urgia para reter na península um pouco do lucro trazido pelas suas possessões. Um exemplo do prejuizo era o da prata, com tanto sacrificio carregada por velhos galiões da América Central através tempestades, e assaltos de holandeses, até os portos da Galisa. Primeiro, convinha aumentar a liga de cobre das moedas, para impedir que a prata de Castela fugisse para Portugal onde conseguia maior valor. Infelizmente do reino vizinho se escoava com a mesma facilidade, escrevendo Solis, “*a prata corre, corre, desloca-se como um rio, em toda parte peregrina...*”, e assim indubitavelmente sucedia onde faltava indústria e comércio. Agravava o caso, a falta de harmonia nas relações internas entre os vários reinos perfazendo o mosaico espanhol. O desentendimento dos portugueses e castelhanos nos domínios ultramarinos abriam fendas no monopólio do Estado, escapando-se a especiaria do estanco através as portas das Filipinas e do México. A evasão acarretava qutro prejuizo, que era se dispersar muita prata do Perú no trajeto de Portugal a China e ao Japão, que poderia ser evitado si a exportação se praticasse exclusivamente pelo cabo de Boa Espe-

rança. Não era, pois, espantoso que à vista da importância daquele metal não o protegessem como era mistér?

A propósito, enlevava-se o autor pelo cobiçado e argentino elemento do bem estar das nações numa época em que ainda predominava o bimetalismo. Exclamava quasi lírico, "*Um reino não é rico nem poderoso sinão com muita prata e porisso deviam prende-la à Espanha como como se a prendessem com um ferro*". Para esse fim, o aumento da liga e do valor haviam de contribuir poderosamente. A alteração, viria, no entanto, si a fizessem como recomendava a beneficio de seus donos e não só do Estado, e caso não confiassem no que propunha, experimentassem pelo menos os seus efeitos durante um ano!

A confiança de Solis no fruto de suas observações era absoluta, e provavelmente comunicativa a despeito das suas queixas sobre a pouca atenção que lhe davam. O aperto do tesouro filipino o predispunha a aceitar toda sugestão tendente que lhe minorasse as aflições, mormente partindo do antigo feitor da canela, habilitado a dar conselhos e possuidor do entono que impressiona leigos e entendidos. Uma imagem da situação é dada pelo próprio Solis, quando descreve a miséria das populações dos reinos conjugados. O vezo de não estimarem comerciantes, o absurdo de se desconfiar dos ebreus e transmitir este mau costume de paes a filhos; de se abandonar officiaes e soldados depois de inválidos; de se dispender criminosamente quantias avultadas na importação de objetos inúteis; de se encher as cidades com lacaios e pagens, "*e toda casta de estudantes, para se fazerem frades ou letrados idiotas ou clerigos pobres, contra as determinações do Concilio de Trento*"; o que nos lembra países modernos em que a maior ambição do cidadão é se tornar funcionário público e no fim do ano pleitear abonos e acréscimos de vencimentos. Condenava Solis taes disparates no descalabro em que se encontrava a monarquia, destacando o grave

dano para as funções económicas e sociaes, a troca do ar-
nês de guerra e da espada por “*adornos de casas e criados*”,
tornando-se necessário convencer a Portugal e Castela de
que estavam pobres “*e como pobres precisam viver*”.

A apreciação é de alto interesse porque nos dá idea
do estado de espírito dos espanhoes da época, não mais
convencidos da sua omnipotência, mas do acelerado pro-
gresso dos adversários — causa da fugida de cristãos no-
vos e dos seus capitaes para o norte — e daí, envidavam
o maior esforço para conservar a herança de Felipe II.
A situação, porém, era tal que parecia difficilimo encon-
trar remédio. Dispunha Lisboa apenas de uma fonte dig-
na do nome, um só açougue, um armazem de trigo, uma
ribeira de pescado, um hospital, e uma casa mergulhada
na escuridão, suja, mal ajambrada, desprovida dos pertenc-
ces que devia possuir, imprópria ao fim e pomosamente
intitulada armazem ou arsenal das armadas de comércio
e de guerra, sita por ironia na praia, em “*que mesmo nos
tempos doirados se chamou praia das Lágrimas*”, tantas
vítimas vira partir para onde nunca mais voltaram. Era
contristador o espetáculo das dores e prantos que lhe ti-
nham regado o solo, pois, “*Vinte mil mulheres brancas e
pretas, muitas das quaes pedem esmolas, andam pela ci-
dade vendendo agoa, peixe e frutas, inventando letrilhas,
com que os do povo se alegram; e neste desaguadeiro das
navegações de ultramar, que é a maior pobreza que se po-
de chorar e considerar, viuvias sem número estão encerra-
das com as filhas, que saem à noite rebuçadas a buscar
agoa e a fazer outros serviços; trabalhando umas e outras
de dia e de noite sem poderem alcançar um pedaço de pão
negro; fazendo sortes de uma sardinha; velando cinco e
seis à luz de uma candeia; umas ganhando dez reis, e por
mais que velem, não conseguindo nenhuma ganhar um
vintem; e isto numa cidade onde os mantimentos são mais
caros que em todas as outras da Europa*”.

O quadro espantoso e real, sugere outra visão na pretensa epopeia do Oriente, muito diversa da teimosamente repetida por autores imbuidos de falso patriotismo pequeno burguês, a suscitar caso histórico semelhante ao de outras “epopeias” de quando em quando espalhadas, como a de Napoleão ou de ideologias baseadas na violência de que o mundo contemporâneo é teatro. Ao invés do “decorativo” refulgir de armas ao sol do Oriente, na conquista da cornucópia de riquezas infindáveis derramada sobre o povo lusitano, abismado e feliz de tanta abundância, era um drama imenso e atroz que aparece no depoimento fidedigno do judeu economista. Mais eloquente ainda se torna Solis ao traçar o paralelo entre a península ibérica e os seus adversários. “*Ao passo que os flamengos acrescentam as suas terras roubando-as ao mar, o Tejo vai convertendo em paues boas terras de lavoura; outras estão baldias; outras feitas bosques de caça; e no meio desta miseria, que só podia remediar a industria e commercio, prohibe-se os judeus de passar as Indias occidentaes e orientaes*”.

Na era mercantilista a Espanha não podia competir com nações em pleno desenvolvimento, que aproveitavam todos os sectores da engenhosidade humana para firmar a sua hegemonia sobre países decadentes. A península ibérica tradicional e cavalheiresca, dos cavaleiros andantes, Torquemada e Sancho Pansa, tinha de ceder lugar a rivaes industriosos, tolerantes por cálculo, objetivos por índole, que do comércio faziam rasão de Estado, e da crença luterana sistema capitalístico (29). Abrange o relato de Solis todos os sectores da máquina funcional atingida pela miséria insanavel do território sobre o qual repousava.

(29) V. Max Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, vol. I, onde o autor trata desta influência religiosa, si bem muitas das suas conclusões sejam atualmente contestadas.

Entretanto, ainda inspirava respeito na Europa a organização dominadora encimada pela águia bicéfala dos Habsburgos. Cabe então perguntar, si porventura exagerara Solis a situação da monarquia no começo do século 17, a fim de melhor impressionar os leitores? O seu contemporâneo e precursor, o cristão velho Luís Mendes de Vasconcelos, afina pelo mesmo tom, mormente quando o vemos se insurgir contra a política imperialista dos Áustrias. Deixa bem claro quanto lhe parecia contraproducente alterar os objetivos commerciaes, rasão da conquista da mercância da Índia, com ambições territoriaes na Europa, fontes de guerras intérminas. Escrevia a respeito, que melhor seria em todos os sentidos, assegurar base eficiente à navegação mercante, apoiada numa indústria metropolitana mais ativa e melhor dirigida. Ressentiam-se, no entanto, as observações deste economista, de demasiada intervenção official nos negócios privados, cujos efeitos no fim de algum tempo davam justamente o que Solis mais tarde judiciosamente combateu, preferindo a pior iniciativa individual ao melhor plano do governo.

Outro economista contemporâneo, Severim de Faria, participa da mesma orientação nos *Discursos Varios Politicos* publicados em 1624, e nas *Relações* aparecidas logo a seguir, em que defende a tese da mudança da capital para Lisboa, influenciado por Solis como este o fôra por Vasconcelos. Não escapavam portanto, aos coevos as deficiências políticas a agravar a situação da península, inteiramente procedentes as críticas de Solis a respeito do comércio ultramarino e organização das colónias. Por curiosa coincidência, o autor de um outro trabalho versando assunto semelhante, também aconselhava nos *Dialogos das Grandezas do Brasil*, houvesse na Paraíba um corregedor de justiça, com jurisdição sobre o trato costeiro desde Pernambuco até o Pará, independente da Relação da Bahia, passando òeste modo aquella capitania à séde po-

lítica da costa leste-oeste. Temos assim, nos autores que na Europa ou nas colônias tratavam de reformas, igual começo, subordinando-as em primeiro lugar à transferência dos governantes para onde os julgavam mais convenientes à administração.

Aventava o autor dos *Dialogos* outras medidas em que se mostrava mais discreto que Solis, porquanto si bem cristão novo, não aludia à condição dos judeus na coletividade branca colonial, referindo-se apenas ao que se poderia tentar em benefício das finanças nacionaes. Sentia do fundo do seu engenho paraibano os efeitos da atividade dos holandeses na mercância colonial, sugerindo que se praticasse o “dumping” da pimenta, desenvolvendo para isso a cultura da pimenteira no Brasil. As vantagens do plano seriam muitas, porquanto os batavos deviam buscar a principal especiaria na Índia, auferindo daí meios de sustentar a navegação daquelas partes. Ora, na crónica comercial da pimenta havia o precedente de D. Manoel I, que para solapar a concorrência de Venesa, mandara saber mui secretamente quanto custava no mercado indiano o quintal para vendê-lo mais barato que os venesianos nas Flandres. Julgava o autor que o clima e a terra do Brasil eram tão adaptados à cultura, que em pouco dar-se-ia mais pimenta no Brasil que na costa do Malabar.

O recurso, afirmava Brandônio, poria termo sem derramento de sangue à velha competição, tolhendo aos batavos qualquer lucro, desanimando-os e os afastando do mercado. Provavelmente ele se enganava, pois, ao se evidenciar a superioridade lusa, aproximar-se-ia imediatamente a deflagração das hostilidades, e consequente invasão do Brasil, visto não admitirem os holandeses a perda do mercado da pimenta sem primeiro apelarem pelas armas. Deviam estar lembrados os lusos, das lutas sustentadas no mar Vermelho contra os mussulmanos incitados por Venesa, porfia prolongada e cruenta com que os prejudicados

se defendiam. Acontece que, a memória dos comerciantes é fraca como a dos príncipes quando afagam projetos ambiciosos, e a propósito contra Brandônio que apresentara sugestões acerca do “*dumping*” a um “*ministro que tinha grande lugar na Fazenda*”, o qual lhe respondera ser custoso alterar o tráfico na Índia pelo muito que já estava, “*introduzido em Portugal*”, associado o interesse de príncipes indianos com a rotina administrativa do reino (30), e tudo continuou como dantes, de sorte que a guerra com a Holanda não explodiu por causa da pimenta mas do assucar.

Este segundo gênero era o principal “*com que todo este Brasil se enobrece e se faz rico*”. Entretanto, a falta de capitaes — a não ser os dos judeus, que pouco demoravam na colônia e no fim de algum tempo passavam às Flandres — vedava o progresso que poderia ter alcançado a lavoura do assucar. Os capitães-mores senhores das capitanias, portanto sesmeiros da coroa, repartiam as glebas aproveitáveis com os moradores, outorgando a cada um extensão proporcional ao que prezumia corresponder as suas forças. Contudo, para conseguir montar com “*perfeição*” tanto o de água como trapiche (31), andava a despesa em redor de dez mil cruzados. Ora, como poderia um imigrante, por mais ativo e pertinás fosse, alcançar rápido tão elevada quantia num sítio desprovido de bancos e de capitaes particulares! Até comprar escravos de “*Guiné*”, derrubar matas, arrotear glebas, levantar a fábrica e começar a moer, demorava espaço suficiente para atira-lo

(30) Era proibida a plantação de gêneros indianos do Brasil, medida que por muito tempo perdurou mesmo depois que se tornou contraproducente. Cf. *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil*, do autor, tomo IV, cap. Comércio, págs. 115 e seguintes.

(31) Cf. *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil*, do autor, cap. “Meios de Produção”, tomos III e IV.

nas garras de Shylocks locais, por onde se vê, que pouco mudou através dos tempos a sina do produtor no Brasil...

Estavam de acordo os dois interlocutores dos *Dialogos*, de que o produto da atividade brasileira; assucar; pau de tinturaria; algodão; ambar; fumo, e até o contrabando com o Prata; “*se vem a resumir em mãos de estrangeiros e dos taes é proveito, e não dos naturaes da terra*”. O motivo era o mesmo alegado por Solis, absorvidos os cristãos velhos no trato de suas lavouras, limitando-se alguns em fretar barcos para levar os seus assucares e trazer o que necessitassem, descurando-se do complemento do trabalho que era o comércio. Parte da mercância assucareira seria de cristãos novos, mas a outra pertencia indubitavelmente a flamengos graças a superioridade da sua marinha, organização e capitães de que dispunham. Enquanto na península a falta de dinheiro e de crédito transformava o assucar em moeda fiduciária, nas Flandres a facilidade de giro, e crédito, representavam o que Solis desejava para Portugal ao propor como grande incentivo à produção Bancos de compensação.

A propósito de assuntos tratados pelo economista, em que o Brasil poderia contribuir para melhoria da indústria reinol, alude Brandônio às madeiras nossas equiparáveis às da Índia citadas por Solis a respeito de construções navaes destinadas a aumentar a resistência das naus oceânicas. Conta Brandônio, que estante em Portugal em 1607, fôra convocado pelo Conde Meirinho-Mor, vedor da Fazenda, desejoso de saber si era possível construir navios de alto bordo no Brasil, assim como piques, visto custar caro mandar vir a madeira de fora do reino. Discordou Brandônio da idea, pelo fato de já em começos do século 17 se encontrarem devastadas as matas próximas de povoados, destruidas pelo consumo dos engenhos. Igualmente concorreria para dar mau resultado a presença de officiaes construtores nas capitánias, onde em pouco se dispersariam em ou-

tros misteres, pela falta de profissionaes de que se ressentiam, e muito custoso seria reconduzi-los à primitiva função na imensidão americana. Todavia, diz Brandônio, segundo notícias recentes que lhe tinham chegado, talvez na Amasônia poder-se-ia realizar o intento, pela abundância de madeiras à beira d'água e ausência de povoados que desviassem os obreiros de suas incumbências. Esses planos, foram novamente experimentados em várias épocas, sem grande êxito, porque se limitava Portugal em ocupar militarmente a costa, e tão escassas se tornavam as possibilidades realisadoras dos habitantes da colônia, que todo empreendimento industrial estava fadado a fracassar, comprimido entre a monocultura dominante e a falta de meios financeiros.

*
* *
*

Poderiam os governantes do Brasil acudir melhor as falhas locais do que fizeram durante o período colonial? Os acontecimentos da Europa em que as nações modernas saídas da Renascença procuravam delimitar os seus territórios à custa dos vizinhos, impediam-n'os mesmo quando administradores e administrados, cristãos novos e velhos, vedores da Fazenda e senhores de engenho, viam os males e percebiam os remédios. Mas como proceder quando em 1621 surgia novo e formidável adversário das Espanhas na pessoa de Richelieu encabeçando os seus mais encarniçados inimigos! Assim que chegou ao poder, tratou o cardeal de renovar a aliança com a Holanda para impedir a sua aproximação com Madri, e promover o casamento de uma filha de Enrique IV com Carlos I Stuart, a fim de que a França, a Holanda e a Inglaterra continuassem hostis a Castela.

Desmoronavam-se os planos da política castelhana em continuar a tregua com as Províncias Unidas, e via desva-

necer-se os resultados das suas últimas vitórias. Em carta endereçada a Luís XIII, afirmava o cardeal que si lhe durasse a vida mais seis meses, morreria contente ante o orgulho espanhol prostrado aos pés do rei de França. Esquecera-se apenas de uma cousa; restava ainda o scisma religioso, em que os maiores inimigos do país procurariam no embate auxílio do inimigo contra ele, e o seu amo, ao passo que os espanhoes se mantinham unidos, enorme vantagem que os reveses registados em Mântova e no Monferrato, chaves da dominação italiana, conseguiram alterar, destruindo o potencial bélico de Felipe IV.

Ora, estes acontecimentos assumem decisiva importância no desenvolvimento da nossa história, porquanto se desenrolavam na Europa sob os olhos de príncipes e estadistas ansiosos por resolver de vez o caso espanhol de que também dependíamos. Todos os recursos da península eram arrebanhados para o encontro decisivo nos campos de batalha. Por sinal que, coalizões de um lado, e defecções por motivos religiosos de outro, mantiveram a situação incerta até a morte de Carlos II desmembrar definitivamente a Espanha. Enquanto não sobreviesse o sossobro, que para Portugal e colónias só em parte resolveu o problema ibérico, continuava para o Brasil as mesmas dificuldades e falhas antepostas ao produtor, e à defesa do seu trabalho.

O desejo de atender as necessidades das colónias é evidente nos conselheiros de S. M.. Reproduz Brandônio os colóquios que teve com os maiores personagens da administração pública, sinceramente interessados numa política de mútuo benefício entre os coloniaes e a metrópole. Além dos elementos do Conselho afeiçoados ao Brasil por te-lo governado, havia nos demais o interesse proveniente dos apreciáveis resultados do assucar, e crença arraigada

nas Espanhas de fabulosas riquezas jacentes na imensidão sulamericana. O mito provocado pela realidade do Potosí foi responsável pelo curioso aspéto da mentalidade europeia, que se entusiasmou por colónias no século 16, por motivos que todavia não devem ser confundidos com as determinantes expansionistas de períodos posteriores, em que as maiores potências do mundo ocidental preocupavam-se mais em encontrar escoadouro para as suas produções que jazidas metalíferas.

Na transição chegava a crise do império espanhol ao paroxismo. Entre as suas maiores causas devemos remontar ao início do ducado de Borgonha para lhe encontrar explicação. O desmedido crescimento da vitalidade económica do antigo Brabante, incidiu no fenómeno comum às nações, ou conglomerado de nações, em que uma parte se desenvolve acima das demais, provocando desequilíbrio e pruridos separatistas. A regra não sofreu exceção com os holandeses, que tinham sido o sustentáculo do ducado no século 15, mas se recusavam em ser a vaca de leite da Espanha no 16. Veio muito mais dessa resolução o seu protestantismo, que de afinidades moraes e espirituaes com a Reforma, posto este fator não deva ser esquecido. Criava antagonismo insanavel o progresso de uns e a miséria dourada de outros, em que a privilegiada situação dos batavos cada vez mais o acentuava. Dominando a confluência dos mares do Norte, do Báltico e o canal da Mancha, desfrutavam no mundo cristão do fim da Renascença, condições semelhantes às da jovem república de Israel no século 20. Certa vez, perguntamos a um lider sionista por que demonstrava tanto empenho em se apoderar da Terra Santa, onde havia o obstáculo de grande população árabe maometana, dona incontestemente do sítio; retorquindo ele com inteligentísimos argumentos, expoz como além de vagas rasões sentimentaes,

influiu na escolha a situação geográfica que forma na-quele sector nó económico, como a antiga Bizâncio onde se entrozam as rotas do Oriente Médio e do resto do mundo. *“Quem possuir a Terra Santa”,* dizia o informante, *“disporá da hegemonia sobre imensa região ainda largamente exploravel, deixada como reserva a povos ativos e progressistas pelo fanatismo mussulmano”.*

A Holanda praticou o mesmo nos alvares modernos, encabeçando a era mercantilista, com o seu aspéto extraordinário de nação que a poder de diques marítimos aumenta constantemente o seu território. Dispuzera para começar de prados úmidos, sitios abaixo do oceano, onde desenvolvia opulenta produção leiteira, cujos derivados justificariam o rótulo de civilização do leite, não fosse a riqueza que direta e indirectamente lhe proporcionava a pesca. Da familiaridade com os *“narrow seas”*, como lhe chamam os ingleses; bravios mares do norte, brumosos e traiçoeiros; formara-se-lhe a marinha mercante que a erigira em distribuidora de mercadorias aos maiores centros consumidores do Ocidente. Nessas condições, não lhe custou tornar-se a maior produtora de tecidos de linho ou de lã apesar de não possuir os fios. Tampouco, detinha madeiras, e, como diz um historiador antigo, era a primeira construtora de navios, vendo afluir aos seus portos de duzentos a trezentos barcos cheios de mercadorias logo espalhadas e vendidas, permitindo às naves retornar em pouco à procura de nova carga, novas riquezas, novos elementos de prosperidade, admiravelmente aproveitados pelo seu engenho.

A publicação da narrativa da viagem de João Hugo de Linschoten em 1583, marca data culminante na coleta de informações, a que os holandeses procediam para saber onde dirigir a sua expansão comercial. O autor, cidadão de Haarlem, anotou cuidadosamente os pormenores

da longa viagem as Índias Orientaes numa flotilha portuguesa que transportava o arcebispo de Goa. É um relatório completo acerca da situação dos lusos nos empórios da especiaria, o seu modo de traficar, a organização de transportes, e bases de apoio de que dispunham no trajeto entre as feitorias ultramarinas e o entreposto de Lisboa. Enumera os recursos militares, e propriamente navaes dos concorrentes, o aspéto das feitorias, os usos e costumes coloniaes, precedidos de interessante descrição da cidade do Salvador.

Linschoten não representa, contudo, tentativa singular no gênero, porquanto nos anos que precederam a invasão da Bahia desenvolveram os flamengos assombrosa actividade, em que dos portos neerlandeses saíam navios para todas as direções, estabelecendo depósitos de óleo de baleia no mar de Barenz, ou levantando mapas na África e Ásia, ao depois gravados nas oficinas de Blaeu e outros insignes cartógrafos. Em 1595 Cornélio van Houtenan antigo funcionário de uma feitoria portuguesa, despedido pela Carta de Felipe III contra os estrangeiros, organisa a *Companhia das Terras de Além Mar*, proprietária de quatro navios, que no dizer um autor realizou verdadeira “*epopeia*” de comércio e de guerra, trazendo de volta ao Texel ao cabo de dois anos de navegação e rapinagem, os porões dos barcos atopetados de mercadorias exóticas, e entre os passageiros habitantes de regiões longínquas — chineses, malabares, japoneses e guzerates — para testemunhar a veracidade das suas explorações. O resultado se espalhou entre clamores de triunfo pelas Províncias Unidas, logo fundadas outras companhias em Amsterdam que confirmaram o êxito da anterior. Em 1598 van Neek levanta feitorias ao sul do equador, na esteira das que já existiam ao norte, e Olivério Van Noort circumnavega o globo numa via-

jem de tres anos que termina em 1600. Firmara-se nesta altura a supremacia holandesa nos mares, graças a uma frota de 10.000 barcos, tripulada por 160.000 homens, que ao invés de pesarem sobre o tesouro público como a marinha espanhola, enriqueciam-n'ò com mais de vinte milhões de florins ouro por ano!

No correr de transações pelo mundo afora, adquiriram os holandeses perfeito conhecimento da indústria asucareira de que eram os maiores distribuidores. Contavam igualmente numerosos elementos seus, não só entre os técnicos a trabalhar nas feitorias e mesmo nos engenhos, como ainda proprietários como Osquer e outros, afora os cristãos novos que todos os dias afluíam a Holanda com os capitaes e a experiência grangeadas nos canaviaes e trapiches brasílicos. Desde há muito mandava-se assucar do nordeste e da Bahia para ser refinado na Holanda, ad instar da Dinamarca com os assucares brutos das suas ilhas da América Central. Segundo Pyrard, sucediam a respeito do nosso, adulterações antes de chegar ao consumidor, vendido em França como sendo da Madcira, não raro acrescido com cal e alumen. Sabiam, no entanto, os peritos que o nosso era excelente, capás de sobrepujar qualquer competidor, não se arreceando do famoso produto de Granada, nas Antilhas Inglesas, considerado o melhor do mundo. A sua procura no mercado mantinha-se constante, a despeito dos trabalhos do sábio berlinense Sigismundo Marcgraf sobre a beterraba, vindo a sofrer somente no século 19 a sua ruínosa concorrência.

A atividade semi-agrária, semi-industrial, representada pelo assucar no Brasil, era no século 17 o único resultado probante, indiscutível, recolhido pelo expansionismo luso. Mostram-nos relatos como o de Solis, a enganosa aparência de aventuras tendentes a monopolisarem comércios e

tráficos, desfeitos em "*fumos da Índia*"; segundo diziam coevos; mais nocivos que benéficos aos países monopolisadores. Descoberto por acaso, num desvio imprevisto da rota das especiarias, o Brasil ia resarcir o pequenino reino do prejuízo infligido pelo Oriente. Ia também acender a cobiça da próspera Holanda, que por um capricho do destino enveredou pelo mesmo errado passo de Portugal. Rejeitara a invejável condição de empresário de transportes marítimos, e intermediário distribuidor, pela exaustiva de detentora de um império, e como todos os imperialistas, em pouco arruinada, exangue, arrefecido o surto cultural e financeiro que alcançara, com a população dizimada, além do onus de em todos os tempos recorrer a mercenários nas suas conquistas, perigoso expediente que sempre a colocou em situação de inferioridade perante o espanhol, unido e imbuido até a medula dos ossos de orgulho nacional.

A BAHIA ANTES DA INVASÃO FLAMENGA

A cidade que por longo tempo foi cabeça do Brasil elevou-se no alto de um espigão paralelo ao estendal da baía de Todos os Santos. Na parte baixa, banhada pelo mar, levantaram-se em várias épocas armazens, oficinas de consertos, e mais barracões para serviço das naus, assim como as tres fontes citadas por Gabriel Soares que as abasteciam de água. No tempo de Diogo Botelho, recebeu grandes melhoramentos pela iniciativa do desembargador Baltasar Ferrás, homem rico e poderoso pelos parentescos, que em 1596 adquirira de Rodrigues de Pero Assú, terrenos no varadouro de N.^a Sr.^a da Conceição, aos quaes acrescentou as dadas concedidas por aquele governador, para aí edificar “*suadeiro*” de assucar, e caes onde pudesse a mercadoria ser embarcada para o reino. Tanto se dedicou à nova atividade que passou a morar na Praia, aterrando a parte que dava para o mar em direção ao Porto dos Pescadores, e mandando quebrar as pedras que prejudicavam o movimento dos barcos. Nas imediações ficava a terçena dos padres da Companhia de Jesus, e as que se elevavam nas dadas de Diogo Martins Cão no varadouro do Porto, e a de Nicolau Mendes de la Peña no varadouro do forte. Mais para o sul havia nos recifes fronteiros gamboas de apanhar peixe, com o complemento de gal-

pões na rua da Praia, destinados aos pretos barqueiros e mais indivíduos pertencentes aos serviços portuários.

Do lado terrestre, subia íngreme o terreno até a esplanada onde Tomé de Sousa edificara a cidade de preferência a Vila Velha do primeiro donatário. Do alto dominava o interior da terra onde estavam os índios, e o Recôncavo baiano em que podia surgir o branco inimigo. Desenvolvendo-se a cidade em terreno acidentado, trouxe o nosso conhecido Felipe Guilhem, judeu omnisciente, pau para toda obra (32), por ordem de Tomé de Sousa a ladeira da Misericórdia, acesso à aldeia do gentio do Monte Calvário, fornecedora durante algum tempo da farinha de mandioca, base da alimentação dos habitantes. Outros caminhos foram em diversas épocas alargados e transformados em ruas habitadas, como o "*caminho dos soldados onde morava Diogo Moniz*", ou "*rua por baixo de Cristovam de Barros*", etc. . . . Diferenciavam-se as denominações das empregadas no reino, designadas por incidentes como "*rua Fonte de Ourina*" na cidade do Porto, ou em Lisboa pelas funções que lhe atribuíam, "*rua do Poço dos Negros*", ou da profissão dos que nela habitavam, "*rua do Salitre, do Ouro, da Prata, dos Retrozeiros, dos Latoeiros*", etc. . . .

No recinto fortificado, mais ou menos em forma de triângulo cujo vértice aproava sobre o mar, houve apenas quatro ruas no seu maior comprimento, cortadas perpendicularmente por mais tres, que dentro da melhor tradição reinol receberam nomes taes como "*rua Direita dos Mercadores*", "*dos Capitães*", ou rescendendo ironia popular, "*rua do Tira-Chapeu*", porque passava ante a casa do governador. Um dos divertidos paradoxos do regime democrático vigente na península, fôra impor no povo o costume de excessivos cumprimentos prodigalizados a toda hora

(32) V., do autor, *A Bahia e as Capitánias do Centro do Brasil*, vol. I, cap. "Porto Seguro".

com e sem propósito, como notaram viajantes estrangeiros (33). As autoridades recebiam naturalmente o seu quinhão, á imitar praxes cortesãs de Madri, Lisboa ou Aranjuez, copiosamente homenageadas na Bahia, si bem não lhes dessem os nomes a logradouros públicos, preferindo designa-los segundo velho costume, pelo monumento que ornava largos e praças, ou seja, palácio, igreja ou hospital, evitando transforma-las destarte em elemento de lisonja como hoje sucede.

A praça principal era a do Palácio, que por largo praso se compunha singelamente de casas modestíssimas, incômoda residência do primeiro magistrado da colônia, tão imprópria ao fim que os governadores evitavam aí morar. No mesmo local estavam Câmara e Cadeia, uma por cima da outra, simbolicamente, além da alfândega e armazens reiuons, formando quadra onde se corriam touros. Uma das faces, a do estuário, era apenas delimitada por um parapeito em que se viam algumas peças de artilharia. Nos depósitos fronteiros, guardava-se a pólvora e os armamentos da tropa auxiliar convocada nos rebates de guerra, conjunto a compor, em suma, a cidadela do Salvador. Os conventos e igrejas de ordens religiosas chegadas sucessivamente, de que os jesuitas foram os primeiros, se encarregaram do resto da tarefa que devia dilatar o âmbito da cidade. O terreiro de Jesus, de começo fora de muros, onde se elevou o Colégio dos padres jesuitas, viu-se de uma feita quasi destruido pelo gentio enfurecido, rebelado contra os mestres porque estes intensamente combatiam a antropofagia. Mais tarde serenaram os ânimos, e aí puderam acolher os inacinos ao primeiro bispo do Brasil enquanto lhe eram preparadas as casas de Luís Dias compradas para aquele feito.

(33) V. *Primeiros Povoadores do Brasil*, do autor, cap. "O Português".

Agasalharam também comissões em trânsito pela capital, e embaixadas de potentados que se destinavam ao reino, e outras que de lá vinham. A mais consideravel em fins do século 16 foi a inquisição chefiada pelo visador Furtado de Mendonça, a que se seguiu a de D Marcos Teixeira em começos do 17. Continuou a hospedagem e sutileza diplomática jesuítica a serviço do Estado, requisitada em décadas posteriores segundo aconteceu com a divertida visita de Kiay Chiri Broncom, embaixador do rei do Daomé, que pretendia se dirigir a Portugal, e que razões políticas parece que detiveram na Bahia. Não seria muito agradável a hospedagem por parte dos bons inacinos, obrigados pelo governador a acomodar o enviado e seu séquito de "*gentishomens*", servos e numerosas mulheres, no recinto onde em toda parte reinava a maior compostura e decência. Mas não havia quem os substituísse na delicada missão, e ao mesmo tempo disfarçar as delongas propositaes, e ainda concorrer para que o negro obtivesse profunda impressão da grandesa e poderio dos portugueses, pois, desse sentimento muito dependia o tráfico negreiro em nova região, capás de concorrer com Angola no fornecimento de braços à lavoura baiana.

Os beneditinos chegados por volta de 1580 protegidos de Manuel Teles Barreto, contribuíram assim que puderam, depois de instalados, para o aformoseamento da cidade. Os carmelitas igualmente foram auxiliados pelo mesmo governador, prosperando e elevando séde condigna da ordem, graças ao apoio de coloniaes influentes como Frutuoso Barbosa, Cristovam Aquiar de Altero e seus imitadores. Igualmente estabelecidos fora de muros do primitivo Castrum de Tomé de Sousa, dilataram-se em obras no Monte Calvário, próximo aos jesuitas que, seja dito de passagem, não apreciavam muito a visinhança. Os franciscanos também começaram modestamente, chegados a Pernambuco em 1584, e daí passados a Bahia, onde no correr dos anos pu-

deram substituir as primitivas capelinhas pela suntuosa igreja de S. Francisco, padrão da justa ufania dos baianos amantes de sua terra. Elevado com solidês e grandiosas proporções, profusamente adornado e cuidadosamente conservado, constitue atualmente atração turística que outras capitães brasileiras invejam. Rivalisavam assim as ordens religiosas para maior benefício da cidade, enquanto prosseguiam as obras da Sé, veneravel templo pouco mais moço que a urbs, tão lamentavelmente sacrificado tres séculos depois de construido por desastradas concepções urbanísticas.

Na substituição de velhos pardieiros por construções novas, convém não esquecer a Santa Casa de Misericórdia, tradicional instituição ibérica e católica, que na Bahia succedeu ao primitivo hospital de N.^a S.^a das Candeias, no mesmo ponto, no alto do espigão, dominando o mar. Talvez de princípio fosse apenas uma capela, pois nem sempre a Misericórdia seria um hospital. Lutava, porém, com dificuldades que muito lhe empeciam as funções, e somente a poder de generosas dádivas e algum auxílio dos governantes afora do previsto nos orçamentos, pôde progredir satisfatoriamente a despeito das crises comuns a estabelecimentos dependentes da caridade alheia. Em todo caso, estava em boas condições quando Pyrard visitou a cidade em 1610, porquanto escapou de seus reparos críticos.

Este viajante encontrou a capital da colónia em pleno desenvolvimento si compararmos a sua descrição à de Gabriel Soares, Fernão Cardim ou fr. Vicente. Admira a Sé, sendo de lamentar que o edificio não causasse a mesma impressão aos seus demolidores. Uma cerca protegia a cidade, além de fortes e mais baluartes. No governo de D. Francisco de Sousa fez-se um muro de taipa em lugar do velho, ordenado pelo primeiro governador, com o mesmo pau a pique, porém mais amplo e completado por baluartes de pedra. O viajante francês no-lo diz, na sua lin-

guagem a portuguesada por longo convívio com lusos, "*Cette ville est close de murailles*", sem acrescentar pormenores, que deixou para o elevador, engenho mais impressionante pela sua curiosidade. "*Tout ce qu'on y porte, ou qu'on emporte monte ou descend par un seul engin seulement, & on n'y use point de voiture, parce qu'il seroit fort difficile, & de grands frais, & par le moyen de cette machine il couste peu quarante sols. Car en montant une pipe, ou autre chose pesante, ils descendent une autre de mesme poids en mesme temps, & cela est comme deux sceaux qui montent & descendent dans un puits*".

No fim do primeiro quartel do século 16, na parte baixa da cidade junto ao caes, enfileiravam-se por quasi meia légua casas bem construidas de lado a lado, formando rua movimentada, cheias de lojas e oficinas, "*C'est là*", diz Pyrad, "*ou sont tous les celiers & magasins de charge & descharge des marchandises, tant du Roy que des particuliers. Et on monte en la ville par cet engin les marchandises, qu'a mesure qu'elles se distribuent & vendent*". Entre os mercadores na quasi totalidade cristãos novos, murmurava-se que el-rei ia mandar a inquisição a Bahia. Alguns apressavam a conclusão de negócios e remetiam valiosas letras às Flandres, outros confiavam que a poder de meios estrebuchantes e argentinos, ainda comprariam concessões de S. M. em apuros, maleavel, portanto, afile o aceno de algumas centenas de milhares de cruzados. Repetir-se-ia a comédia de sempre, o dinheiro soberano a delir providências contra evasão de capitaes e especulações abusivas de marrauos nas colónias.

Segundo Pyrad, a principal riqueza era o assucar que absorvia a atividade dos habitantes do Recôncavo e redondasas. Pouco mais produziam, numa monocultura de que o viajante dá amostra asseverando ser a terra, "*de peu de rapport*", obrigados os baianos a importar "*toutes sorte de vivres*" do reino e ilhas do Atlântico. A estreita faixa

aproveitavel do norte, nordeste e centro do Brasil, premiada entre o oceano e o sertão estéril, agravava a situação da Bahia por lhe excluir do âmbito económico as vizinhas glebas de Ilheus, recobertas de frondosa mataria nas margens dos rios que desaguavam próximos da capital, infelizmente ocupadas por numerosos tapuias (34). O assucar era tudo; base da colónia; riqueza dos seus habitantes; apoio do governo, que sem ele não poderia defender o Brasil. De uma feita, exclamara o opulento judeu Pero Nunes, rendeiro do engenho del-rei; alma mater da industria assucareira na capitania; ao ver derramado no chão o assucar dos dízimos, "*pois este he voso Deos e assi o trataes!*". Externava de modo indiscreto o que sentia, e muitos outros também pensavam aquém e além mar. Aludia à indiscutivel verdade contida num ângulo geográfico e económico, que não pode ser olvidado quando tratamos do período colonial em que a Bahia foi testa do maior domínio lusitano.

Neste lapso histórico, devemos todavia ainda observar, a profunda diferença existente antes e depois da aggressão holandesa no sítio em que se desenrolou. Sofreu a Bahia transformação no seu aspéto social, traumatizada pelos acontecimentos que dispersaram a comunidade ebráica, que tanta vida e atividade lhe comunicava, alteraram usos e costumes, afugentaram os pupilos das aldeias jesuíticas, enriqueceram alguns e empobreceram muitos. Sofreu pouco dano material, mas não era a mesma depois da guerra flamenega. Podiam, daí, os remanescentes habitantes, carpirem tempos idos quando se apaixonavam pelas contendas entre bispos e governadores, em porfias semelhantes em alcance às dos verdes e azues no hipódromo de Bizâncio.

(34) V., do autor, *A Bahia e as Capitánias do Centro*, I, cap. "Ilheus".

Anteriormente a cidade participava de influências comuns aos domínios ibéricos, em muitos aproximada de prédios castelhanos, em outros das feitorias lusas do Oriente. Em ambos, todavia, registavam-se fenómenos comuns nas relações entre colónias e a metrópole, evidenciados os desejos de nostálgicos reinos em lá voltarem; as exações que manifestavam quando prosperavam na terra, considerada de grado pelos fracassados; a falta de escrúpulos que demonstravam depois de largar o porto de embarque para as Américas; as inevitáveis dissensões que armavam com os outros reinos. A respeito, Pyrard nos dá alguns pormenores dessa mentalidade, "*passée le Cap ils se donnent tous des titres de noblesse, autrement ils seraient grandement blasmez & mesprisez des autres Portugais qui demeurent aux Indes*", atitude que abrangia os reinos do Brasil, bastando acompanhar através documentos e narrativas antigas as contínuas quizílias por questões de vaidade para nos certificarmos. Prosseguindo escreve o lavalino, "*car ils se portent tous grand respect & honneur, du plus grand au plus petit, & s'estiment tous fort, mesprisant non seulement les Indiens mais mesme toutes les autres nations Chrestienes de l'Europe!*".

Vãos a mais não poder, porém originários de regiões meridionaes da Europa, onde o calor e a miséria pouco desenvolviam o conforto das habitações, ostentavam a soberba em jubões de setim, ou capas de veludo em dias festivos, certos de que o hábito faz o monge, si bem nos outros dias andassem em casa descalços ou de tamancos, e as esposas em camisolões. O mesmo sucedia tanto nas colónias de qualquer continente como na própria metrópole. Maus costumes, péssimos exemplos, pretensões esultas, circulavam pelo mundo afora até voltar ao ponto de partida. Contudo, do intercâmbio restava alguma coisa de aproveitavel, despontando com o tempo nos centros colónias influência, por exemplo, chinesa no telhado das

casas, castelhana no trajar dos habitantes ou indiana na sua mesa. Nas roupas, podia-se vislumbrar resultados da pragmática dispoendo os seus pormenores, decorrentes de modelos em uso na côrte, e mais ainda, das infrações que se lhe enxertavam. Nas frutas e manjares dos aparadores, encontravam-se além de gêneros e de receitas ibéricas, indícios de contínuas relações com a África e o Extremo-Oriente. Jacas, jambos, carambolas, mangas, cuscús ou canja de arrôs, cocos ou pimentas, misturavam-se numa antifonia própria dos domínios lusos ao sul do equador, em povoações oficialmente elevadas à imagem da mãe pátria.

Entretanto, os olhos menos prevenidos deparavam alterações dia a dia mais fundas a separar a imitação do modelo. Nas colónias a arquitetura adquiria carater mais rústico, concorrendo a falta de bons profissionaes e a inferioridade dos materiaes empregados, a alterações simplificadoras. O empreiteiro da obra era quasi sempre um operário reinol para construções particulares, ou militar para edificios públicos, de acanhadas proporções naqueles alvares, sem grandes exigências de talento e bom gosto. Nas igrejas e casarões conventuaes, o traçado vinha de elementos da ordem, que procuravam copiar fielmente na medida do possível, o que os confrades claboravam no velho continente. A mão de obra escrava era rudimentar, obrigados os padres jesuitas, como vimos em suas narrativas de trabalhos, a empunhar o cinzel e debuxar paineis para adornar primeiro a capela do colégio, e a seguir a igreja ainda existente que lhe sucedeu. Os absurdos ora cometidos em torno de um suposto estilo colonial, estultamente inspirado em monumentos sacros lusos, nada teem que ver com a adaptação verificada na zona litorânea no decorrer de tres séculos.

A situação perdurou em linhas geraes a mesma iuda depois de proclmada a Independência. Goraram na côrte os esforços de um Grandjean de Montigny, contratado pa-

ra sanar o defeito que tanto enfeiava a séde do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, ante a manhosa opposição do mestre de obras português ou mestiço, reforçada pela incompreensão dos clientes. Em tempo algum logrou triunfar a criteriosa fórmula franceza "*entre cour e jardin*", em plagas sob influéncia ibérica, onde costumes tintos de ciume mourisco — do confinamento de mulheres fora do convívio social — reduzia o seu maior passatempo em espreitar sem ser vistas o que se passava em torno delas. Daí a irremovibilidade da fachada diretamente sobre a cloaca da via pública, que ao elemento feminino proporcionava ensejo de assistir a procissões, danças rituaes negras, e mais folguedos populares, já que lhes não era permitido sair de casa.

Tornou-se na colónia como na metrópole, padrão clássico a residência começando na beira da rua, com janelas debruçadas dos aposentos íntimos sobre o nauseabundo sulco que lhe escorria ao meio e lhe servia de exgoto, em cidades de terreno barato, em que não custaria resguardar com pátéos de serviço a moradia dos inconvenientes da sargeta. Mesmo quando sob o imperador D. Pedro II, começaram a surgir palacetes rodeados de jardins, continuaram devassadas, porque exigia a ostentação do novo rico fossem vistos através das grades os desgraçados caneteiros de flores, que jardineiros portugueses espalhavam a esmo. E, como perdurasse a tradição do confinamento, moravam os donos entre jardins que não frequentavam para não ser incomodados pela indiscreta curiosidade do transeunte.

Assim perdurou a incômoda disposição, até hoje sensível (cf. as Cidades-Jardins ou simples bairros residenciaes não zonificados), a parte fronteira entregue à curiosidade pública, e o oposto an anti-estético domínio da criação. O resultado representa área perdida para o proprietário, em regiões em que mais apetece viver ao ar li-

vre que em aposentos abafados, e a esse contrasenso não é estranha a vida fora de casa de indivíduos, que pela situação poderiam facilmente gosar no recesso caseiro, de maior tranquilidade. Influências externas antes ou depois do regime colonial dificilmente imporiam modificações, pois nas Espanhas as residências ressentiam-se do páteo interno, em que azafamava o pessoal de serviço e por esse motivo afugentava os donos. Outro influxo só poderia vir do modelo inglês, pelas suas íntimas relações com a metrópole. No entanto, tampouco este corrigiria defeitos, pois suas residências urbanas padeciam depois do grande incêndio de Londres mesma anomalia, em terrenos estreitos e profundos, que exigiam de um Robert Adam prodígios de engenhosidade para dispor convenientemente a casa de lord Derby, ou o famoso n.º 20 de St. James Street. Mas os insulares dispunham em compensação de magníficas habitações no campo, onde ficavam livres do nevoeiro e funiaça londrinos.

As propriedades ruraes próximas da Bahia no começo do século 17 estavam longe de imita-los. Não só no ponto de vista decorativo, mas nas mais comesinhas comodidades evidenciava-se o descaso, acumuladas casa grande, capela, senzala, curraes, suadeiros de assucar, etc... em pequeno espaço, inda quando não havia necessidade de resguardo contra ataques de índios. Os desenhos de pintores holandeses que estiveram no Brasil, expõem a ausência de tudo que pudesse trazer um pouco de belesa à vida do senhor de engenho. Lida afanosa e ingrata era o quinhão galardoado pelo destino ao homem de quem mais dependia a colônia. Geralmente a sua toca compunha-se de casa de dois pavimentos, com um alpendre superior de onde da sua rede podia alcançar o trabalho de feitores e trabalhadores. Junto da residência havia a indefectivel capela, bastante rica de alfaias em alguns engenhos, e na frente, o estrado sobre moirões onde o assucar era esten-

dido com rodos para secar. A moenda, fomalhas, tulhas e mais dependências elevavam-se mais adiante, à beira d'água nos engenhos copeiros, ou no plano em se tratando de trapiche para as juntas de animaes poderem evoluir. De permeio serpenteavam caminhos, em que nas chuvas atolavam os carros de bois, e na seca levantavam-se nuvens de pó, espalhado longe, até as mangueiras do pomar. Em qualquer tempo, no inverno ou verão, entre coqueiros ou jaqueiras, enfeitada de galas pela natureza ou enfeitada pela mão do homem, a fazenda era rústica oficina de trabalho, onde nem sempre a existência decorria divertida, muito mais posto de sacrifício, que de lazer como na mesma época eram as residências campestinas da Europa civilizada.

Ademais, tudo na colônia assumia esse aspêto, mantido através do tempo até nossos dias, sítio fadado a experiências de produção, cheio de vicissitudes e perigos, ao passo que a Europa, representava tradicionalmente a recompensa do dinheiro duramente ganho na América, velho mundo dispensador de prazeres e do elemento primordial, que no homem culto é consciente e no inculto inconsciente, personificado pelo prazer estético.

Na cidade não melhorava o caso. Antes, de certo modo, piorava. Na síntese de Wanderley Pinho sobre casas existentes na Bahia do período de que nos ocupamos, temos grande número de térreas, ou "*casas terreiras*", "*moradas e uma loja por baixo*", "*moradas de casas sobradadas*", "*casas de dois sobrados com suas lojas*", e variantes mais modestas. Poderíamos lhes ajuntar as casas gêmeas, com paredes centraes a suportar a tesoura mestra do telhado, posto pertencessem a proprietários diferentes. Muito reinol recém-chegado, ainda desprovido do dinheiro que viera buscar, ou que se mantinha incapás de o conseguir, morava em tyjupar (o y tupi, ou Tupy, com som do u francês), armado com técnica e material ensinados pelo

indígena. Era o tipo comum de habitação encontrada nos povoados urbanos e isolados ruraes, na Bahia e alhures, ao longo da costa, coberta de palha “*de sapê*”, ou de palma, com muros de “*taipa de mão*” ou trama de taquaras barreadas à mão. Apareciam melhorias nas que tinham paredes da mistura de “*pedra, barro e taipa de pilão*”. Melhoravam ainda as que dispunham de muros de pedra e cal, cobertos de telhas indefinidamente resistentes às chuvas, em vez da palha ou palma que era mister refazer periodicamente.

As de taipa de pilão, em que o barro úmido era socado entre moldes de tabúas colhidas no brejo, processo estranhamente parecido com o atual empregado nas construções de cimento armado, bem protegidas na cabeça e nos pés contra temporaes e enxurradas, adquiriam notavel longevidade. Encontrou a moderna febre de construções inúmeros casarões assim elevados, cujos muros estavam em condições de desafiar séculos, o barro como que petrificado pelo tempo. Nos arrabaldes do século 17 alguns ficavam sem revestimento externo, geralmente de tabatinga, os cavodás abertos, portas e janelas fechando mal, descaso permitido pelo clima e por falta de assaltantes. Os das ruas centraes ocupadas por mercadores, recebiam algumas veleidades decorativas, o quanto possivel no barro que se não prestava como a pedra e o mármore europeu a entalhações. Nos edificios públicos intervinha a pedra insossa, tijolos de adobe ou cantaria à moda lusa, além do material indígena. Continuava, entretanto, a rústica feitura em construtores desleixados, por vários motivos que tanto escandalizariam os holandeses quando tomaram a Bahia.

Os depoimentos a respeito são uniformes, de flamengos e outros visitantes da cidade do Salvador, em que pese a alta opinião que tinham da sua urbs Gabriel Soares, fr. Vicente ou Fernão Cardim. Exageravam os portuguezes os encantos naturaes e artificiaes do sítio, querendo chamar

a atenção dos metropolitanos sobre os trabalhos realizados na colônia, ademais, acostumados à simplicidade ibérica quinhentista, que lhes desvanecia boa parte do espírito crítico. Surpreendiam-se ingleses como Pudsey ou Johnson, ou batavos como Commelyn ou Nieuhoff, das insuficiências materiaes e desconforto baiano, tanto nos habitantes fidalgos como nos mesquinhos. A causa remontava longe, notada por outros viajantes que tinham jorneado na península. Reparavam depois dos Pirineus na construção em uso sob os Austrias, em que se via grande número de casas em que a terra era o principal elemento empregado. Piorava a condição na Velha Castela onde se elevava Madri, em que se contavam muitas das mais importantes construções feitas de tijolos e argamassa de barro. Em Portugal encontravam-se em toda parte muros de pedra insossa, e as construções, mesmo as mais pretenciosas, apresentavam aspéto desgracioso, mal ornadas, acabadas e pior proporcionadas, defeitos que conservaram até princípios do século 20.

A influência árabe ainda remanesca nos balcões de madeira gradeada e nos pátios à moda dos velhos alcázares. A influência italiana manifestou-se esporadicamente no século 17, ganhando vulto no final do século 18, quando ao predomínio inglês cedeu lugar ao barroco barroquino dominante na ornamentação religiosa, os eclesiásticos lusos com os olhos voltados para Roma a exemplo dos jesuitas — grandes construtores naquela época — assim como pela elevação da Sé lisboeta a patriarcal graças às prodigalidades de D. João V. A francesa pouco se manifestou, fâto estranho si levarmos em conta o prestígio da sua côrte no mundo inteiro. O resplendor do Louvre, realçado pelo lustre que lhe deram os Médicis, e a seguir o de Versalhes, em que a pompa do rei sol ofuscava até a mussulmanos, pouca répercussão tiveram além da baixela de Germain, alguns decoradores e dos jardins de Robil-

lion. Ficaram os coloniaes reduzidos a orientar o critério de suas construções por uma arquitetura utilitária antecipadora do que hoje se denominaria funcional. Nenhuma preocupação estética se nos depara na sua elaboração, apenas certo desejo de atender excessos do clima, si bem neste acertado pendor confundissem os mestres de obras os benefícios trazidos pela sombra com os da ventilação e cubagem de ar, incidindo muitas vezes no erro de limitar o tamanho das janelas, e aprofundar alcovas, ao invés de proporcionarem correntesas refrescantes mais indicadas em climas quentes.

Com essas diretrizes dedicaram-se os coloniaes ao levantamento dos seus povoados e engenhos, marcando acentuada diferença entre a construção urbana e a rural. Os habitantes do interior frequentemente eram obrigados a suprir com meios de fortuna a falta de recursos construtivos mais fáceis de encontrar na costa. Tinham de substituir o prego por ligaduras cobertas de argamassa de argila; o massapé aglutinante das glebas assucareiras; inspiração direta indígena, correspondendo grosso modo ao que dele se esperava. Nas habitações mais modestas, quasi sempre elevadas com intenções de torna-las provisórias — enquanto o dono não enriquecia — o processo era dispor moirões como se fossem destinados a habitações lacustres, sobre os quaes armavam espécie de taburno, equivalente à lage moderna, e sobre este a coberta de palma ou sapé. Dos lados fechavam com paredes de taipa de mão, cuidadosamente impermeabilizada por argamassa pintada de cal por dentro e por fora. Em cima ficava a moradia noturna dos habitantes, em baixo a diurna, de sorte que, a disposição do andar superior lembrava um pouco as da ilha de Radâc, por exemplo, que Krusenstern reproduz nas ilustrações da sua viagem de circumnavegação do globo.

O invasor holandês depois de algo familiarizado com as condições da região, admitia que semelhantes abrigos

podiam ser considerados aptos ao clima e até graciosos. O autor dos *Dialogos*, confirma os louvores, ao descrever como no campo se levantavam “*muito boas casas*”, sem intervenção de pedreiros, nem compasso de carpinteiros, nem massa de ferreiros, nem auxílio de oleiros. O providencial recurso no caso era a abundante madeira encontrada nas matas próximas, elevados como eram engenhos e lavouras em terras anteriormente cobertas de arvoredos. Havia de todos os gêneros, aspétos e qualidades, proporcionando além de troncos milenares, tão indicados para vastas canoas de uma só peça, como em inúmeras vigas mestras para telhados de grandes proporções. Davam igualmente cipós para ataduras, que encontravam tal aplicação segundo os *Dialogos*, que sem eles “*se não poderia povoar o Brasil*”. De fâto, desprovido do seu concurso o português encontraria dificuldades ainda maiores em multiplicar moradas, longe das principaes povoações urbanas mais ou menos providas de recursos europeus. Enumerava o autor as madeiras disponíveis em várias capitánias onde se destacavam o Burapiroca louro para armação de casas; a Caparaiva para vigas e esteios de maiores edificações; as Ubirapariba e Urucurana “*boas para obras de cazas*”; o Angelim para “*engenhos e cazas de vivenda*”; a Ubirarema cheirosa e a Camaçari de que se faziam taboados para casas e navios, sem esquecer o frondoso Jequitibá, gigante da floresta tropical, objéto de régio decreto compendiado no Código que teria orijinado a expressão “*Madeira de Lei*”.

Nas cobertas que as protegiam empregava-se communmente o Pindobaçu, que segundo Gabriel Soares, proporcionava remate fresco no verão e quente no inverno, e não fosse o perigo de incêndio, mostrar-se-ia preferivel à telha. O sapé era encontrado em qualquer campo, ou cultura abandonada, suceptivel de dar molhos com que se faziam boas cobertas, resistentes ao mais violento temporal desde

fossem bem ligados por Embiras e Embiroçus. Nas paredes lateraes, aproveitava-se também a flora nativa, de que o Paty era utilíssimo. Gabriel Soares prodigaliza-lhe elogios, gabando esta palmeira comprida e delgada, provida de casca dura, porém facil de fender a machado, “*da qual se faz ripa pera casas, a que chamam Pataiba, que he tão dura que com trabalho a passa um prego*”. Com o Pindobuçu também ao fogo se preparava as palmas, como viu Hoehne nas marjens dos rios Jurena e Tapajós, processo espalhado geralmente onde houvesse tribus Tupi, a poder das quaes se tramavam esteiras para forros e divisões dos tijupares. Noticia Brandônio que em semelhantes habitações, “*vivem no campo muitos moradores deste Estado*”, referindo-se aos brancos que moravam no “*Estado do Brasil*”, assim exclusivamente denominado antes que no século 18 começasse a vigorar a palavra colônia.

Sobre as edificações urbanas existentes antes da invasão, tece Commelyn considerações, “*Pour les Villes, les bastiments sont faits d'une façon plus commode, & ont bien plus d'apparence: car ils sont construits de pierre blanche, c'est a savoir les coins, les croisons des fenestres, & les entrées des portes, les entredeux des murailles sont rabbottés en terre & sans façon, qui portent des gros chevrons que l'on met en travers à pieds les uns des autres, où à 2 & demi selon la pesanteur du bastiment, & le bas sert de magasin, le reste de demeure, qui proprement le lieu du grenier*”, disposição que coincide com a indicada por Brandônio para as ruraes, posto tivessem orijem diferentes, a primeira vinda do ensinamento do índio e a segunda das Espanhas. “*Ceux qui n'en ont point, demeurent immediatement sur la terre*”, continua Commelyn, voltado agora para casas proletárias da cidade, “*dont la chambre est plastrée de terre grasse au lieu de pierre*”.

A impermeabilisação e maior aderência do massapé, eram conseguidas com misturas em que entravam a taba-

tinga, e às vezes cal de crustáceos caso a construção estivesse perto do mar, na embocadura de rios em que se levavam engenhos. Commelyn acrescenta que os portugueses extraíam dos montes granitos mais duros “*que ne sont pas nos grés*”. Aplicava-se também a tabatinga no piso das choças quando não eram calçadas e asscalhadas, assim como nas paredes que ficavam “*alvissimas e limpas*” na opinião de Brandônio, económico sucedâneo de materiaes preferidos por europeus, pois a tabatinga era encontrada em abundância nos álveos dos cursos de água. Segundo o personagem dos *Dialogos* os principaes habitantes da colónia tinham residência na cidade e no campo, “*aonde se occupam em grangear as suas fazendas, fazer suas lavouras, com a sua boiada e escravos de Guiné e da terra*” em habitações, em que o conforto dos donos não se avantajava muito sobre o dos escravos. Temos, daí, situação completamente diversa da europea da mesma época, diferença acentuada à medida que mais se percorria o mapa em direção norte, onde acima dos Pirineus se evidenciava o abismo separando o castelão dos vilões de behetria mourejando à roda do castelo.

A torre da Garcia de Ávila era em tudo ~~uma~~ uma exceção. Construída inteiramente de pedra, só dispunha, entretanto, de aposentos tão exíguos que parecia castelo roqueiro outrora erigido contra a mourisma. No resto das capitánias as construções obedeciam ao plano e técnica reproduzidos no *Theatri Rerum Naturalium Brasiliae* de Christianus Mentzelius, e segundo autores antigos, cada engenho era como um pequeno arraial no ermo, séde do senhor feudal que defendia nas redondezas a suzerania del-rei. Alí, governava mais despoticamente sobre a família, clientela e escravaria, que os donatários nas donatarias. Livre de vigilantes não tinha que prestar contas a governadores e altos funcionários civís, militares e eclesiásticos. Ao passo que para um Albuquerque Coelho, às voltas com pro-

blemas de administração, a vinda de um procônsul obrigava-o mobilizar toda a sua influência e apoio de amigos e parentes na côrte a fim de lhe resistir, para o senhor de engenho, importava mais a presença de um carpinteiro habil em aproveitar proficientemente os recursos da floresta próxima. Engenho sem estes profissionaes era como nau desprovida de quem lhe concertasse a mastreação avariada por temporaes, ou lhe reparasse as fendas no casco.

*
* *
*

O mobiliário das casas acompanhava a sua primitivês, como era de esperar entre povoadores oriundos de regiões, onde o conforto interno nunca primara nas preocupações populares, de sorte que o seu singelo modo de viver no reino, tivera pelo menos o lado bom de lhes permitir facilmente se adaptarem à primitivês da colónia. Poucas mesas e cadeiras, alguns bancos e escabelos atendiam juntamente com a arca omni-receptora, às necessidades dos habitantes. Em aposentos mais ricos, encontrar-se-iam sobre a mesa um escritório para o dono, e sobre o bofete aparador tamboladeiras e louça da Índia. Algumas pratas luziam esparsas sob forma de bandejas ou castiças, menos numerosas na Bahia que em Pernambuco, mesmo depois que a primeira se tornara séde da colónia. Nas paredes, retábulos, crucifixos e outras imagens sacras davam medida da devoção dos donos, também encontradas entre cristãos novos, que muitas vezes as submetiam a conspurcações vingativas. No chão estendiam-se raros tapetes maometanos, em casa de um Gil de Araujo, Baltasar de Aragão ou Pero Garcia, ou na residência de algum antigo funcionário do Oriente. Mais comuns eram finas esteiras da mesma proveniência, mais condizentes com o clima. A proibição de baldear nos portos coloniaes o carregamento

das naus que vinham de Goa, por exemplo, dificultava a difusão de alfaias artísticas asiáticas, pois tinham de ir primeiro à metrópole, lá deixar a carga, a qual ao depois de inventariada, era distribuída aos mercadores retalhistas. Nessas condições, os objetos mais decorativos raramente tomavam caminho da colónia intermediária, para onde no geral só se mandava o que parecia de estricte necessidade. Não admira que tanta primitivês escandalisasse qualquer europeu habituado a ver o luxo das residências nobres da França, Itália ou Holanda. As de Lisboa ou Madri já lhe causavam má impressão; fácil imaginar a produzida pelas colonias! O clima também concorria em tornar mais singelo o lar do imigrante, ansioso por enriquecer e volver ao reino com o produto do seu trabalho e economias. Ainda bem, que até meados do século 17 encontravam-se camas ou catres nas casas de brancos, porquanto nas de mamelucos pobres ou de indígenas porventura cristianisados, a rede as substituiu por ser fácil de armar em alpendres, ou nos moirões do tijupar, onde quasi ao relento apetecia ao povoador dormir em noites calmosas. Pelo mesmo motivo não se viam móveis acolchoados, porés assentos de sola nos lares mais modestos ou de somí-ticos, passando a couro lavrado nos mais suntuosos. Até proletários e indivíduos de condição inferior compreendidos entre os prisioneiros holandeses feitos na recuperação da Bahia, comentavam o inesperado aspéto dos interiores de uma cidade que lhe tinham dito ser rica e faustosa. Narra um fidalgo os dizeres neste sentido *“que mal se poderia imaginar a pobreza daquela gente por que entrando elles (nas habitações da cidade do Salvador) e achando as casas inteiras como os donos as tinham, até reliquias que traziam ao pescoço colgadas as camas se não achara ouro, nem prata, nem instrumento que arguisse mais que pobreza; e que nas casas de melhor apparencia revolvendo arcas de roupa branca achavam entre ellas garfos e colhe-*

res, alguma tassa antiga, alguma cadeasinha de má terça e pouco valor, alguns aneis velhos e de ruins pedras, nenhum firmal, nenhuma gargantilla, nenhuma cinta... avendo de ver o pouco que alli se achava”.

Melhor diriam, desaparelhamento de tudo que contribue para melhorar o conforto e adorno, que propriamente pobreza, pois deviam ter topado no correr do saque em residências de muito cristão velho e novo talvez ricos, sinão opulentos. Na verdade o que lhes emprestava aspêto miseravel aos olhos flamengos, era o acetismo beirando indigência franciscana, imposto pela sofreguidão em acumular dinheiro, mais positivo que o protestante atribuido a germanos e anglo-saxões por Max Weber, concorrendo nesse caso com a sua parte no “*bildete eine der wichtigsen geschichtlichen Grundlagen des modernen “Individualismus”*”. Tanto mais que os “*marranos*” emigraram para as Províncias Unidas e lá influíram necessariamente na vida holandesa, pela importância que desfrutaram no seu meio econômico e intelectual, bastando citar à guisa de comprovante dois nomes, Menasseh ben Israel e Bento Spinoza.

D. Manoel de Meneses explicava esse acetismo, “*porque ordinario he na gente de negocio Portugueza da India e asy o será na do Brazil, em seu tanto trazer o seu dinheiro de hum trato em outro (no giro mercantil) não o empregando em cavalgaduras, joyas, nem ainda naquellas cousas da India apraziveis à vista*”. Com efeito, luxo não havia tanto entre os baianos como em Pernambuco, onde através prosperidade maior, mais antiga, e influência dos donatários, notava-se alguma preocupação neste sentido. Entretanto, bem mesquinha parecia aos holandeses, e por aí imaginamos qual seria a dos vizinhos. Em todos a regra dominante era empregar os capitaes e rendimentos rigorosamente na produção do assucar e giro do comércio, para depois gosar o resultado no Velho Mundo, cheio de requintes e seduções.

Compreende-se daí, a pouca aparência das residências baianas, prossequindo D. Manuel de Meneses, "*considerando bem a fabrica das casas, a traça de todas*", o fidalgo não abria exceções, "*bem se arguira poucos levantados pensamentos como cortado todos por hum nivel mui conforme a isto he omenage e alfayas, os guadamexinnes, as cadeiras, os leitos, as pinturas*". Quadros e outras obras de arte então nem se fala. Raras no reino, eram representadas nos presídios coloniaes por grosseiras imajens de santos, em papel como a reverenciada pelas filhas de Diogo Zorilha, ou retábulo de latão profanado pelos Ferrões. Ante essas veleidades de arte o flamengo havia de torcer o nariz, assim como ao ver móveis, escadas da madeira, e mais elementos da casa, tudo primitivo, feio mal acabado. Alguma belesa que porventura tivessem, viria somente da qualidade da madeira empregada. Dizia-se que Felipe II escolhera para seu esquife mortuário o mesmo lenho de dois crucifixos do Escorial, do altar mor e da capela, do galeão *Cinco Chagas* construido na Índia portuguesa. As portas do monastério também eram de madeira duríssima e de várias cores do Brasil "aparentemente duras como mármore", escrevia W. Beckford. Somente depois da invasão, registou-se certo acréscimo nas dimensões, ornatos e recheio das casas coloniaes, no fim do século 17 e no correr dos 18 e 19, conseqüente ao aparecimento de maior número de "*crioulos*", isto é, indivíduos nascidos na terra, e nela radicados, que manifestavam interesse em melhorar-lhe o aspéto, desejo que o rico mercador cristão novo, por exemplo, em trânsito pela colônia, jamais alimentara.

Numa sociedade em formação, ou em estado informe, pouca era a vida cortesã, dividida pelo ciume ibérico que escondia as mulheres, separadas ademais, os seus elementos mais polidos, em dois credos desconfiados entre si, sem maior cordialidade nos outros elementos de várias condições e matises compondo a população colonial. Quasi que

se limitava o círculo de relações de um povoador médio aos parentes; contra-parentes, ou seja os parentes dos parentes; a clientela e amigos chegados, geralmente conterrâneos e correligionários. Não havia pois, necessidade do cenário europeu que da alta aristocracia se derramava imitado pela média, e mesmo pequena nobresa, prescindindo altos funcionários e senhores de engenho, dos salões e galerias do decorum europeu para condigna e continuamente receber visitantes em grande cerimônia.

O clima e o trabalho inclinavam o homem colonial a algum desleixo, muito mais aparente além equador do que na metrópole, onde as aparências primavam sobre todas as cousas. Ajuntados após a labuta diária à porta das casas, "*tous en chemise & calçons, avec plusieurs esclaves autour d'eux*", segundo os viu Pyrad, "*les uns les éventent, & chassent les mouches, les autres leur grattent les pieds, & les autres endroicts du corps, & leur ostent les cirons* (bichos de pé). *Ils passent ainsi le temps la plus-part, & saluent courtoisement les passants, & sont bien aise quand ils s'arretent pour diviser avec eux*". Outros depoimentos, além de visitantes estrangeiros, constantes na inquisição, descrevem como sendo comum nas cidades e povoações das capitánias, os habitantes em camisas e camisolões, descalços entre escravos mais ou menos do mesmo modo, depois que os padres da Companhia de Jesus por motivos de decência terem obrigado os senhores a lhes dispensarem uma espécie de uniforme composto pela camisola de algodão tecida em casa.

As mulheres ficavam arredadas das práticas travadas além de portas, descrevendo Pyrad "*Le plus ordinaire passe-temps des femmes, c'est de demeurer tout le jour aux fenestres, qu'ils appellent vantanos* (sic)", as quaes, por serem em forma de mucharabiê árabe, espécie de excrescência das casas, foram consideradas pelo mesmo Pyrad como, "*fort belles, grandes & spacieuses, en forme de gule*

ries & balcon, avec des jalousies & cages peintes fort joliment: de sorte qu'elles peuvent voir sans estre veues". Sai-
das do observatório passavam ao giniceu, que era pratica-
mente o resto da casa dominada pela voz estrídula da Si-
nhá dona. Casavam cedo as coloniaccs, entre treze e de-
zoito anos, logo pretendidas onde reinava aguda carência
de brancas casadoiras. Heroínas de sucessivas maternida-
des, antes dos trinta estavam envelhecidas, desdentadas,
achamboadas, diformes por falta de exercício, ao passo que
o semblante se endurecia pelo mando despótico sobre es-
cravos, e prole que nascia e morria com a mesma facili-
dade. Devia pela religião, cega obediência ao marido e
senhor, que tinha sobre ela direito de vida cu de morte
em caso de infidelidade. Mas depois de alguns anos de
vida comum, sobrevinha-lhe o travo dos indivíduos confi-
nados, e copiosamente enganados (o esposo se derraman-
do sob os seus próprios olhos em concubínatos multico-
res), que se externava em acidês conjugal semelhante a
de qualquer mulhêr de qualquer época.

O homem era, dessarte, o dominador do casal, posto
as circunstâncias o tornassem menos sobranceiro no domí-
nio exercido pelo elemento feminino. Submetidos ambos
à religião protetora por excelência da família, não lhes ocor-
ria separações como hoje sucedem, pois então era o casa-
mento indissolúvel. Podia, entretanto, a rigidês do laço
matrimonial ocasionar tragédias em casos de profundas in-
compatibilidades, agravadas pela falta de válvula esco-
dora, não fosse a intervenção dos diretores de consciência,
que manda a verdade dizer, se mostravam à altura da mis-
são. Quasi sempre logravam, sinão apaziguar, pelo me-
nos manter lares periclitantes. Na ação moralisadora dos
confessores sobrevinham aliados através o influxo da famí-
lia, rodeados os parentes conselheiros mais velhos de res-
peito e acatamento, religião e família reunidos a ponto de
formar todo unísono. Mas daí, a supor que a existência

dos cônjuges se visse livre dos problemas que atualmente os afligem, medeava largo espaço.

Os pormenores da denúncia perante o Santo Ofício, da filha natural de Garcia de Ávila contra a madrasta e a mãe da mesma, nos esclarecem sobre as possíveis desarmonias do concerto interno senhorial. A presença de pequenos mamelucos talvez lembrassem circunstâncias vexatórias à sinhá dona, antes que os anos e o exemplo alheio se inclinassem à indulgência, ou pelo menos à indiferença. As pretensas seduções de mucamas demasiadamente gracios, sugeriram a historiadores da antiga sociedade um recesso familiar semelhante a brasileiro de paixões recalçadas. A presença, porém, da religião onnipotente e o interesse económico em bem tratar a escravaria, nos fazem descer de torturas infligidas às cúmplices de maridos frascários, dúvida ainda acentuada pela maneira como se criavam em casa, ou a sua sombra os frutos do pecado, tudo levando a crer em restritos efeitos da ciuemeira conjugal, onde a poligamia dos senhores de engenho era espetáculo corriqueiro.

O papel da sinhá era outro. Não se absorvia tanto em vigiar os amores do esposo como em lhe dirigir a casa, tarefa tanto mais complicada quanto maior era o casal, e extensão da autarquia, representada pelo que poderíamos chamar, serviços complementares do engenho. Sentada no centro da casa, num catre de couro ou no chão sobre esteiras, onde as enxúndias encontravam maior apoio que na rede durante as horas úteis do dia, estabelecia em torno de si o estado maior destinado a abranger o domínio que era o seu apanágio. Criação de filhos e de crias, manutenção caseira, cuidados de doentes, socorros a acidentes, precauções contra carências e medidas para que reinasse a fartura evitando desperdícios, era a sua missão. Do centro distribuidor, expedia ordens sem arredar pé do recanto em que se alteava a colaboradora associada do fassen-

deiro, na formação de riquezas para o bem estar da família e grandesa da terra.

Contrastava daí, do ermo que era mister vencer ante de portar no engenho, com o rumor interno da residência, onde estrugiam os ralhos da deidade imperiosa, manha de crianças, cantigas de ninar, cantos de cosinha, recitar de orações, num crescendo e decrescendo impressionante para quem tivesse atravessado léguas imersas no silêncio tranqüilo da natureza adormecida. Às vezes analfabeta, ou quasi, sem preocupação alguma intelectual, nem tempo para isso, absorvia-se a dona na lide diária com a mentalidade mourisca que recebera ao nascer. Pouco entendia dos negócios do marido, não raro completamente alheia à direção que o esposo imprimia à fortuna do casal, de sorte que, ao lhe sobreviver sem filhos crescidos, tinha de apelar a parentes para que lhe tratassem dos bens. Salvava-se de maiores apuros, si ainda pudesse contrair novo matrimônio, a idade regulada nesse caso pelas posses. Um outro viuvo, representava a melhor solução, bom arranjo para ambos nos povoados coloniaes mal providos de brancas em que ele passava a lhe cuidar dos interesses, e ela a lhe criar os filhos legítimos e ilegítimos.

O marido a não ser em dias de chuva, pouco parava em casa além das refeições e momentos de repouso. No engenho tinha de inspecionar roças ou acompanhar a moagem da cana, e na cidade tratar da venda do assucar e conseguir crédito nem sempre facil e sempre oneroso para as despesas da fazenda. O resto do tempo discutia nas portas das casas os acontecimentos do reino e a política local, ou convidava amigos ou era convidado para ceiar, antes do por do sol. Nessas ocasiões precedia a refeição por um pater noster e uma avé Maria, sendo cristão velho, os homens separados das mulheres que não apareciam, nem conheciam os comensaes que o marido recebia. Nessas ocasiões o elemento feminino ficava em outros aposentos, sen-

tado no chão em esteiras, dando de comer com a mão aos filhos e crias. Somente nesse caso admitia-se o costume atribuído a cristãos novos, de comer no chão ou em mesa baixa, muitas vezes considerado sinal de luto, recusando-se judias saudosas dos maridos comparecer à mesa alta com o resto da família enquanto lhes durasse o dó, que podia durar tanto como o resto da vida.

Os alimentos eram trazidos por muleques da fumarenta cosinha em cuias, tijelas e travessas de cerâmica indígena. Conta o corsário Charles Johnson que por falta de chaminés os interiores estavam constantemente enfumaçados, as paredes recobertas de fuligem, tanzidos os habitantes para o alpendre pelas emanações dos braseiros em que se cozinhava carne até cair aos pedaços. O aspéto do recinto e a receita do alimento vinham das Espanhas, onde viajantes dos séculos 16 e 17 presenceavam espantados a primitivês da instalação, consistindo num braseiro no meio da cosinha tendo por cima um buraco no telhado por onde saia a fumaça. Desse processo deixou uma francesa pitoresco relato, ademais perfilhado por outros turistas vítimas da rusticidade espanhola, em que ocorre o saboroso trecho; si nos é lícito empregar o adjetivo; "*L'on met ce que l'on veut faire rôtir sur des tuiles par terre, et quand cela est bien grillé d'un côté on le tourne de l'autre. Lorsque c'est de la grosse viande, on l'attache au bout d'une corde suspendue sur le feu, et puis on la fait tourner avec la main, de sorte que la fumée la rend si noire qu'on a peine seulement de la regarder*", condição semelhante à descrição de Charles Johnson no Brasil. Concluía a turista, "*Je ne crois pas qu'on puisse mieux représenter l'enfer*", do que a cosinha e os cosinheiros agitando-se como diahos em densa fumaça, "*puants et sales comme des cochons, et vêtus comme des gueux*".

Si assim era na metrópole podemos imaginar como seria na colónia. Talvez menos tétrico, graças à larguesa

da terra que muita cousa facilitava e melhorava. Um exemplo reside no asseio corporal dos coloniaes, muito maior que o dos europeus tolhidos pelo frio e difficuldades na prática de abluções, em povoações ainda cintadas de muros, que pela falta de água mal lhes permitia lavar as mãos, e isso mesmo luxo extremo reservado aos ricos. No Brasil apreciavam sinhás e filharada os banhos mornos, tomado em reluzentes bacias de cobre ao entardecer antes da ceia. Nessa hora, assistia a casa ao desfile de mucamas e muleques, trazendo a água quente para os aposentos dos senhores, além de que aos homens e rapases, ofereciam-se inúmeros rios e regatos correndo pelas imediações dos engenhos, excelente desporto em dias quentes. Igualmente a escravaria podia se manter em boas condições higiênicas, graças ao mesmo recurso e outros proporcionados pela natureza. No correr do tempo, apareceram engenhos mais completos quanto às dependências, com banheiros em casas sitas abaixo de regatos ou desvio de rio canalizado, que permitia aos habitantes banharem-se a qualquer hora. Os senhores ainda possuíam recursos vários, occorrendo nos depoimentos da inquisição em alvores do século 17, em que vemos os cristãos novos de nome Lopes, tomarem banho às sexta-feiras à noite, numa caldeira grande de engenho de assucar, com água quente carregada por um seu "*cabra da Indea*", ajudado por outro escravo negro de Angola e uma moleca "*Luzia que mandarão pera o reyno na frota passada*". Parte dessa água ia para uma caldeira pequena e uma panela, depois vertida aos poucos na caldeira grande para ser temperada ao gosto dos banhistas. A seguir se recolhiam ao leito onde lhes levavam camisas limpas tiradas de uma arca, o que parecia indício veemente de judaismo confirmado por eles não comerem carne de porco.

*
* * *

A propósito de alimentos preparados nas cosinhas que há pouco vimos, depara-se-nos de início em toda a colônia a presença da mandioca, cujo uso e preparação foram dos primeiros ensinamentos ministrados pelos índios ao alienígena. A farinha torrada conservava-se por muito tempo, preciosa quando não existiam meios de preservar gêneros. Constituía, daí, a reserva dos bandeirantes que se embrenhavam no sertão, exportada de capitánias produtoras como S. Vicente para consumidoras como a Bahia, e mais tarde a preídios coloniaes lusos de outros continentes. Na navegação transoceânica trouxe-lhe precioso subsídio, rendendo com beijús torrados a farinha de trigo e os biscoitos apodrecidos durante a viagem da Europa ao Brasil, e permitindo aos navios da carreira da Índia prosseguir viagem para o Oriente. No cardápio diário servia também para toda sorte de combinações, aludindo Brandônio às que se podia fazer com a variedade de farinha geralmente chamada Carimã, "*papas em caldo de galinha e de peixe, e tambem de assucar; as quaes são de maravilhoso gosto e de muito nutrimento*", ingeridos por sãos e enfermos. No mesmo sentido escreve Jean de Lery, que os selvagens preparavam "*de la bouille, qu'ils appellent mingant*", que vem a ser o nosso mingau até hoje vivo.

Misturados com os ingredientes salgados e condimentados de que fala o autor dos *Dialogos*, "*quand on la destrempe avec quelque bouillon gras*", apregoa Lery, "*ainsi aprestée elle est de fort bonne saveur*". Vemos, assim, que a mistura da Carimã com outras substâncias alimentares formando bolotas procedia de longe, muito antes de ser adoptada pelos brancos a que se refere Brandônio. A indiada acorçada à roda de panelas de barro amassavam espécie de projetís que atiravam na boca sem perda de um grão, como admirado notou o mesmo Lery. Nieuhoff, por sua vez, menciona além das papas tão do gosto luso, as preparações da Carimã com assucar, arrós, flor de la-

ranja, com que os coloniaes compunham "*deliciosa marmelada de mandioca*". Os tres primeiros governadores do Brasil também apreciavam a farinha, preferindo as suas broas ao pão de trigo, "*por não se acharem bem com elle*", feito como era de farinha vinda do reino e alterada pela travessia. Possivelmente manifestassem aquella predileção e a alardeassem por cálculo, a fim de combater a grita dos reinos contra o passadio na colónia, à frente dos quaes estava o funcionalismo que achava tudo caro e ruim.

A necessidade de dar bom exemplo era imperiosa no começo da organização das capitánias, pelo menos até quando surgiu maior cópia de recursos. Informam os *Dialogos* que "*não poucos*" habitantes mandavam amassar e cozer pão em suas casas, com farinha que mandavam vir do reino ou compravam das "*padeiras porque ha muitas que vivem desse officio*". Entretanto, o trigo chegava irregularmente, o que lhe provocava grandes flutuações de preços, passando, daí, o peso do pão de dezeseis onças a metade, além de muitas vezes exigirem os vendedores que simultaneamente lhe comprassem vinho, procurando, enfim, de todas as maneiras violar as posturas. Intervinham então os almotacés em nome da Câmara, consentindo temporariamente em alterações que favorecessem o comércio sem prejudicar demasiado o consumidor.

Gaspar Manoel alude à tapioca "*que são bolós como obreas, que he ho mantimento comum desta terra em lugar de pão*". Pela redação, parece que de primeiro tapioca era o bolo, e a seguir o nome genérico da farinha, muito alva e fina, capás em certos casos de quasi substituir a insubstituível de trigo. Em todo caso estava tão difundida no litoral e no sertão que as autoridades eclesiásticas permitiam, na falta de outras, que se fizesse óstias de tapioca. Longe iríamos se quizéssemos enumerar as variedades extractadas da mandioca, como a Macaxeira, "Geremú" precece, e mais rivaes das broas de milho cedo aparecidas nas

colónias lusas. Este grão quando bem preparado, dava uma farinha bastante apetitosa e muito usada nas Espanhas. Viajantes que lá estiveram no século 17, acharam saboroso o pão que dela faziam, infelizmente muito pesado, como si fosse pedaço de chumbo quando lhes caia no estômago

O milho tinha várias espécies autóctones e exóticas. Dele compunham os indígenas bebidas fermentadas, e alimentos que misturavam com outros, tal como sucedia à mandioca. Temos impressão, que da América foi ter a outras plagas de onde tornou ao habitat primitivo aperfeiçoado, si não hibridado depois da vizinhança com espécies mais evoluídas. Cronistas antigos se referem a sua presença entre os Tupí do litoral, e Gabriel Soares ao milho “*da Guiné*”, que na Bahia era preterido pela mandioca a despeito da difusão do primeiro na península ibérica. No entanto, os pretos que afluíam cada vez mais numerosos à colónia, preparavam com o milho uma imitação do *cús-cús* mussulmano, espécie de pastelão de massa recheado com carne de carneiro e assado no vapor d’água. Comiam-n’o substituído o carneiro por carurú de ervas ou de peixe, frito com azeite de Dendê. Acompanhava a mistura uma espécie de cerveja também feita de grãos fermentados, algo semelhante ao *cauí* dos indígenas brasileiros. Talvez o modo de preparo dos africanos fosse preferível ao das índias, que na fase inicial mascavam o grão e cuspiam numa bacia em que o resíduo se acumulava. Outras imitações ou coincidências houve entre as duas culturas, constando em relações de viajantes que estiveram em Angola a farinha denominada “*fuba*” pelos indígenas, ao depois conhecida no Brasil (35).

Nem sempre foram os mesmos os alimentos através a evolução colonial. Os primeiros povoadores estavam longe no século 16 do cardápio que se lhes oferecia cem anos

(35) V. *Pernambuco e as Capitánias do Norte*, III, págs. 221-223.

mais tarde. Assim, figurava entre os companheiros de donatários e de Tomé de Sousa o arrô silvestre, gênero com que os portugueses se mostravam familiarizados no Oriente. Aconteceu com este cousa semelhante ao milho, que usado com abundância, sofreu eclipse, desapareceu da mesa colonial, para tornar a aparecer passados dois séculos e se tornar alimento diário. Carlos França attribue ao marquês de Pombal o replantio do arrô no Brasil, opinião confirmada por documentos administrativos do século 18, que dizem terem vindo as sementes das províncias meridionaes da norte América.

Era em todo caso, diverso do existente sob Tomé de Sousa, quando em 1550 pagavam ao espingardeiro Batista Fernandes soldos atrasados com quinze alqueires de sal e cinco de arrô. Na mesma época, a longa provisão passada por aquele governador a respeito dos recursos da Sé do Salvador, exetua do rol cujos dízimos lhe pertenciam, "*o arroz da capitania de S. Vicente por ser a principal cousa depois do assucar*", entrando apenas nas capitánias onde ainda não estivesse tributado juntamente com o algodão. Narra igualmente o jesuita Ruy Pereira em 1561 as tribulações da viagem em que fôra abastecido pelo irmão Luís Rodrigues, num caravelão de Pernambuco provido de carne e arrô. Nos *Dialogos* pergunta Alviano qual o maior alimento do Brasil depois da mandioca, respondendo Brandônio que era o arrô, si bem no mundo (colonial luso) fosse considerado o primeiro. Teria nesse caso decaído o seu consumo no Brasil depois da perda da Índia. Gabriel Soares alude a sua facil cultura tanto no brejo como em "*terra enxuta*", supondo botânicos modernos que se referisse às duas espécies; a silvestre e à autóctone. Dada, porém, a frequência de relações entre o Brasil e o Extremo-Oriente, é possível que também se tratasse de sementes importadas, provindo o declínio desses arroaes da absorvente monocultura da cana.

Nos alvares do povoamento assumiam grande importância as importações de conservas do reino e das ilhas do Atlântico, a despeito da demora da travessia. O mesmo se pode dizer dos adubos vários europeus e indianos indispensáveis na dispensa do povoador. Queixavam-se com muita razão os viajantes de além Pirineus ao journadarem nos reinos da península, do excesso de temperos da comida inundada de alho, cebola, assafrão ou pimenta, costume abominavel que nada conseguia vencer, nem o tempo, nem o exemplo de cosinhas mais evoluidas. Nessas condições, foi providencial o aparecimento nas capitánias da carne de boi secada ao sol, remetida do Prata, que veio à guisa de util compensação, aos inconvenientes acarretados pela união das duas corôas ibéricas. Designados por “bois do Perú”, eram muito mais saborosos que a carne de vaca fresca, dura e mal preparada que aparecia no açougue oficial, reservados os melhores pedaços a governadores, baixando de qualidade segundo a gerarquia do cliente. A de vitela era escura e de mau gosto, e a de carneiro somente tolerada por motivos religiosos pelos judeus. A de porco é que triunfava, mais saborosa que na Europa, além dos sub-produtos que proporcionava aos cristãos velhos, porque aos novos era defesa.

Depois de acepipes polvilhados de malagueta, aprazia sobremesa dulcíssima. Era partir de um extremo para cair em outro. Amendoins, laranjas, limões, cocos, carases de “*que se fazem manjares com assucares*”, diz Gabriel Soares, e mais elementos da horta e do pomar, eram transformados em caldas e geleas. Em forma de cristalisados figuravam em guloseimas misturadas com ovos e nadando em assucar, num enxurro primário quanto ao gosto e preparo, capás de afogar Gargantua em pessoa. O mau costume ainda se acentuou no correr do intercâmbio entre a colônia e a metrópole, porque os maus exemplos são os que mais frutificam. Do Brasil ia assucar para o reino

e de lá voltava em barriquinhas adueladas com ovos moles de Aveiro, pêssegos em calda ou cristalisados, e mais doçarias suceptíveis de suportar a longa viagem (36). Surgira no Porto, Coimbra, Lisboa ou Braga, indústria eclesiástica que daí por diante não cessaria de prosperar. Certos conventos passaram a se manter tanto pela caridade de beatos, como pelos enjoativos confeitos que vendiam a particulares nas festas e banquetes. Cada um tinha receitas zelosamente conservadas em sigilo, posto fossem simplicíssimas e fáceis de reproduzir, assemelhando-se todas às do famoso cosinheiro do duque de Bragança, que no dizer de um contemporâneo civilisado; o secretário do cardeal Alexandrino; derramava sem discernimento, “*atoa*”, assucar, canela e especiaria no caudal de ovos cobrindo a mesa do amo.

Em matéria alcoólica o baiano nato se mostrava moderado. O reinol é que não podia passar sem vinho, parecendo que de primeiro vinha das Canárias (37), nesse tempo apreciadíssimo em toda a cristandade, e como ficava numa escala das colónias, é natural que figurasse na mesa dos seus habitantes. Dizem que o successo era merecido, chegando a sua reputação até os mussulmanos. Possivelmente os turcos cometessem os deslises contra os mandamentos mussulmanos, que proibiam a reprodução da imagem humana e o uso do alcohol. O grande Maomé II, encomendara a Gentile Belini pinturas eróticas para o seu harem, e o seu successor no século 19, encomendava vinhos

(36) Na Bahia também encontramos confeitores de profissão como o cristão velho Bartolomeu Rodrigues estabelecido na cidade do Salvador em 1618.

(37) Cf. *Pernambuco e as Capitánias do Norte*, III, 260. O imperador Carlos V mandou plantar cepas do Reno nas Canárias, “*vindo a ser aquelas ilhas de pobres as mais opulentas do oceano*” cf. Obras Ineditas de Duarte Ribeiro Macedo.

de Bordeaux com rótulo "*Eau Minérale de Château Carbonnieux*". O da Madeira também era remetido para as capitánias, apreciado pelos madeirenses que lá prosperavam como os Aragões e outros. Antes da invasão flamenega encontravam-se negociantes na cidade e redondezas, como por exemplo, no "*Engenho que he de Paulo de Mesquita e de Estevão de Brito aonde vendia vinho*" na freguesia do Passé. O cristão velho Gonçalo Correia era "*vendeiro de vinhos na ditta ilha*" de Itaparica. Um confrade, Domingos Gonçalves era "*vendeiro de Vinhos na Tapoã*", ou Itapoã. O seu e abuso orijinara a pergunta de praxe no reino, repetida no Brasil perante a mesa do Santo Ofício, si o reu estava sob ação do vinho ao praticar delitos graves. Algumas respostas afirmavam, dizendo pessoas mais ou menos de crédito que Pero Garcia; segundo marido da viuva do Bângala, dos principaes da cidade do Salvador entre cristãos velhos e novos; "*se dava muito ao vinho ficando tão esquentado que depois de beber era tão diferente ao que era dantes como de branco a preto*".

Do calor reinante a mor parte do ano viera o costume dos naturaes da terra de fazerem bebidas refrescantes com recursos da flora local. Nieuhoff conta que os negros misturavam assucar mascavo com água, chamando à mistura "*grapa*", a que ajuntavam folhas de cajú de capítosa fermentação. Alude também a uma espécie de sorvete feito de água, assucar e limão, concorrente das bebidas alcoolizadas que os índios procuravam obter de folhas, frutos e raízes. Estas preparações alcoólicas tinham, contudo, de ceder lugar à violenta aguardente europea, "*francesa ou renana por eles (índios) apelidada cacitata*". Barbot se refere a produto semelhante ao das raízes de mandioca que os negros de Guiné tiravam da palmeira gênero Crissia, parecendo de modo geral que nem as especialidades tupis nem as africanas, chegavam a acentuado teor alcoólico.

Além das bebidas os mesmos escravos pretos extraíam dos coquinhos da palmeira Aquê substância diluída em água, depois cozida no fogo, com que preparavam papas, misturadas com as sementes dos caroços, esbrugados e partidos para com eles adubar a massa. Os índios sertanejos aproveitavam-se igualmente do Buri do Campo, e os do litoral o Buri do Brejo, de cujo envólucro superficial tiravam substancial alimento durante as estiajens. Da Copaiba sabiam, outrossim, como extrair azeite, o mesmo fazendo do abatiputá, inhanduroba e japeranaba de que conseguiam manteiga antes que o coco da Índia se espalhasse pelo litoral. Narra Hans Staden mais um recurso para a melhoria da comida, que os tupis alcançavam de palmeiras. Queimavam-n'as, ferviam as cinzas e delas extraíam o sal de que necessitavam. Acrescentava, porém, ser execução o processo, porquanto a maioria dos indígenas preferia temperar os alimentos com pimenta silvestre. Por aí se conclue, que assim como não foram os pretos os únicos a introduzir a moagem do milho na cosinha brasileira, processo comum nas Espanhas muito antes de Duarte Coelho fundar Pernambuco e Tomé de Sousa a Bahia, tampouco o uso imoderado da pimenta viria exclusivamente do escravo africano. Temos, destarte, mais um exemplo do perigo de generalisações apressadas num terreno em que se multiplicam similitudes expontâneas.

O que devemos ter sempre presente foi o conflito em matéria alimentar suscitado pelas predileções do europeu infenso a produtos americanos. Em viajantes de princípios do século 17 encontramos notícias sobre os esforços dos reinos para continuar com os alimentos de que estavam habituados. Pyrard enumera-os queixando-se ao mesmo tempo do elevadíssimo custo da vida, "*Au demeurant, il fait infiniment cher de vivre au Bresil, la livre de Porceau y vaut diz sols, celle de boeuf sept sols six deniers, celle de Mouton diz sols, une Poule comme les nostres*

vaut un écu. On y trouve quantité de Poules d'Inde, elles valent deux écus piece, une couple d'oeufs cinq sols, le pot de vin de Canarie quarante sols... Ils font du vin de cannes de sucre, qui y est à bon compte, & ce n'est que pour les esclaves & naturels du pays".

Justifica o escândalo do bretão o enorme preço de um frango, que ele diz "*igual aos nossos*" para diferenciar da galinha de Angola. Em realidade, devia ser magro, duro e musculoso como sempre foram no Brasil, criados em demasiada larguesa, sem as precauções que na Europa tomam para engorda-los. Desforravam-se os habitantes com a abundância de hortas e pomares, si bem as formigas constantemente os danificassem. De passagem alude ao arrôz e milho, mas só para dizer que os baianos preferiam distribui-los às reses. Quanto aos índios que viviam entre os portugueses, estes quasi que viviam de peixe e do mar, pouco se aproveitando de caça onde as matas estavam infestadas por tapuias inimigos. Arriscar-se na floresta era temeridade, pois difficilmente o incauto escaparia de ser devorado. A propósito, informa o viajante que ouvira do gentio convertido pelos jesuitas, "*Qu'ils avoient mangé plusieurs hommes, & que le plus delicat en estoit les pieds & les mains*", parecendo milagroso como nessas condições, ante tanta falta de viveres indispensáveis, tinham os padres conseguido privar velhos antropófagos do que consideravam succulento petisco.

O luso trazia consigo a influência mediterrânea, posto pertencesse Portugal ao Atlântico. Em todo caso, nas suas predileções dominava a marca semítica impressa por árabes e judeus nas marjens do grande mar que lhe dera a civilização. Um dos resultados, e não dos melhores, era o abuso na cosinha colonial de temperos impróprios de seu clima. De modo geral apreciaria o reinícola uma "*talhada de ananás*", como a que Catarina Fernandes comeu antes de se confessar, ou as bananas que certo jovem cris-

tão novo apreciou nas mesmas circunstâncias e lhe valeu denúncia no Santo Offício. Refugava, entretanto, a jaboticaba e outras frutas silvestres que encantavam os corumins, e carpiam a ausência de peras, pêsegos, cerejas e outros encantos europeus. Mal podiam se consolar com os gêneros transmissíveis apesar da distância, como os do rol da casa dos jesuitas de Sergipe, em que vemos: azeite “do reino”, sardinhas, bacalhau, e outros que junto de peixe fresco pescado pelos índios e “baleia” completavam as reservas dos missionários.

Pensamos que a alusão ao cetáceo seria referente ao óleo produzido em Itapagipe, destinado à iluminação e outros misteres, si bem também pudesse figurar entre os alimentos. Não comeram os ingleses na guerra de 39 a 45 bifes de baleia depois de convenientemente preparados? O mesmo talvez succedesse nas capitánias num tempo de abastecimento difficil. Neste caso devemos, contudo, differenciar a mesa do ricoçao senhor de engenho, do povoador comum sem muitas disponibilidades em terra onde os víveres em grande parte custavam caríssimo. Variedade e abundância de gêneros autóctones e exóticos tinham que ser procurados em casa de Baltasar de Aragão, e do seu successor Pero Garcia, um cristão velho, outro novo, ambos ilheus e como taes apreciadores de especialidades do reino e das ilhas.

A feracidade provocada no litoral úmido pelo clima remediava muita cousa, encontrando o lavrador pobre facilmente goiabas vitaminosas e estendões de cajueiros próximo a sua casa. Acontecia, porém, que nem todos os indivíduos nascidos além mar pensavam do mesmo modo, e muitos por gosto, necessidade ou intenção de poupança, imitavam o indígena quanto às dádivas da terra. A cristã nova Branca de Leão, filha de mestre Afonso “celorgião”, comia bananas com beijú, e no entanto dispunha de meios para se servir de alimentos europeus si quizesse.

Ademais, as classes menos favorecidas estavam pela mestiçagem vizinhas do índio que lhes ensinava a aproveitar os recursos locais. Numa reunião de mulheres de modestos lavradores e pescadores de Itaparica, foi comido à guisa de petisco, pelo sabor da carne gorda e macia, "*hu tatu que he caça do mato*". Como este, o preá do brejo, abundantíssimo e fácil de ser caçado pelos índios que abasteciam os povoados de brancos, e mais elementos da selva e do brejo que era possível matar a golpe ou apanhar em armadilhas de que o gentio era fértilmente inventivo.

No princípio do povoamento, acultuador, a abundância da natureza e a insignificância da população, permitiam que todos vivessem em largos tratos do litoral, onde os alimentos eram encontrados ao alcance da mão. É verdade que a cultura europeia, mostrava-se na emergência inferior à do caboclo, desde o modo de caçar até no aproveitar a natureza. Causava ao reinol espanto a queima de florestas para aproveitamento de pequeno espaço destinado a plantações, assim como a derrubada de palmeiras de alto porte para se lhes tirar um único palmito. Mas assim que se inteirava o alienígena da técnica indígena, sentia-se como divindade nos Campos Elíseos, praticamente sem problemas quanto aos meios de vida, imune de fomes e de contágios como soe a elementos isolados de uma espécie. Esmaecia o edênico quadro, digno do ideal anarquista, ao se adensar o número de bocas que era preciso alimentar, multiplicadas de um dia para outro com o aparecimento da escravaria necessária ao engenho, que o desbravador implantava quasi subitamente onde antes reinavam a selva e o ermo.

Com a perda da independência do homem perante a natureza, aparecia o dilema de abandonar a empresa ou sustentá-la. Vencia invariavelmente a segunda eventualidade insuflada pelo complexo criador que existe em todos nós. Encaminhava-se daí, o indivíduo para soluções, que

o tornam em última análise parcela insignificante de complicada máquina, sujeita a interrupções letaes assim que partam quaesquer de suas peças. Não faz muito ocorreram na Rússia cenas de canibalismo provocadas pela perda de colheitas em regiões superpovoadas. Na Índia a perturbação do tráfego marítimo por causa da guerra, matou a fome mais de oitocentas mil pessoas! Fátos semelhantes também aconteceram em outros pontos do Extremo Oriente pelas mesmas rasões, e pelos modos parece muito possivel que ainda venham a se repetir.

A orijem da antropofagia dos índios do litoral brasileiro, em maioria pertencentes a grande família linguística Tupi, é attribuida a causas rituaes e outras, suspeitando certos etnólogos que as fomes atenazando tribus nómades desprovidas de abastecimento regulares, e de meios prácticos e extensos para a conservação de gêneros, além da farinha de guerra — caso a possuíssem, o que não é certo em se tratando de gentio andejo — sugeriam sacrificios humanos para reforço de alimentação. Pagés espertos, inahnosamente declaravam à vista da escassês de víveres, que os espíritos tribaes exigiam a ingestão de prisioneiros e de indivíduos da própria tribu por vingança ou assimilação de qualidades. Mas em se tratando de assuntos de ordem íntima, que o selvícola evitava comunicar a estranhos, ficamos no caso em terreno conjectural, perigoso para conclusões, confinado a especialistas em etnologia que saibam evitar generalidades enganosas.

*
* *

O modo como na colónia se alimentavam os seus habitantes serviu também, por estranho pareça atualmente, para denunciar a presença de cripto-judeus. Ensinara o *Monitório Geral* de D. Diogo da Silva, tido por primeiro

inquisidor de Portugal, as particularidades pelas quaes se podiam conhecer práticas ebráicas (38). Cuidados de aceio, pormenores de indumentária, preparo de refeições, serviam para descobrir cristãos novos ebraisantes. Uma camisa lavada e usada aos sábados, era indício evidente de “guardar” aquele dia como si fosse domingo ou dia santo. Atirar fora a água, dos cântaros quando morria alguém, ou regeitar enxúndias de porco era infalivel demonstração de apêgo à religião proibida. Iríamos longe si intentássemos enumerar todos os items reveladores, basta-nos, porém, asseverar que visitaçào alguma do Santo Ofício no Brasil tenha queimado relapsos. Louvado seja. Entretanto, não eram poucos os que acintosamente se mostravam infensos ao credo official, o que explica, e até certo ponto justifica, dentro do espírito da época e legislação penal de outrora, os auto de fé e as vítimas que provocavam. Passíveis de sentenças terríveis no reino, ou cõscios da impunidade da colónia, pouco trabalho se davam muitos cristãos novos em dissimular as voltas ao credo ancestral. Faziam mais. Não contentes de judaizar a portas fechadas, esforçavam-se por reconduzir ao mosaismo os judeus porventura sinceramente convertidos, ou acendrar a religiosidade de indifferentes, além de desandarem em profanações e desacatos contra a fé dominante.

*
* * *

Encontramos em documentos do século 16 e 17 frequentes alusões a receitas culinárias eivadas de judaismo. Uma denúncia versava panelada servida aos sábados, composta de carne de vaca picada, azeite, cebola, grãos e adu-

(38) O *Monitório* era de 1576 cf. *Historia dos Christãos Novos Portugueses*, de J. Lúcio d’Azevedo.

bos vários, barrada ao redor de massa de farinha, e posta ao forno para cozinhar. Na boda do cristão novo Dinis Bravo na cidade do Porto, prepararam carne refogada em azeite, adubada com alho e grãos odoríferos, enquanto os noivos estavam na igreja com os convidados cristãos velhos, que assim não viram a suspeitíssima operação. Outro costume da casa, era a mãe do noivo raspar cuidadosamente a gordura da vaca antes de cozinha-la, apartando a comida dos amos judeus das refeições dos empregados cristãos velhos. Transferidos os Bravos a Bahia, repararam alguns curiosos, que na sua casa lançava-se grãos de tempero em pés de boi, segundo receita muito comum entre cristãos novos. O mesmo costume manifestava Maria Lopes, quando degolava galinhas para a sua mesa ou as mandava de presente a amigos, alegando como desculpa, ficarem "*mais fermosas e enxutas de sangue*". No afã de melhorar a qualidade dos alimentos, mandava também tirar a landoa do quarto trazeiro de carneiro ou porco, evitando de lhe ajuntar sangue encruado. Lançava na panela grãos e azeite, assim como à carne de vaca, e se desculpava perante o Santo Ofício dizendo que seguia aquelas receitas sem má tenção, na ignorância de que fossem práticas proibidas. A escusa não convenceu de todo aos inquisidores, que paternalmente a admoestaram e a mandaram em paz a sua casa. Outra cristã nova Catarina Mendes, useira e veseira dessas imprudências, encontrou melhor atenuante quando alegou que mandava tirar a landoa e o cebo dos quartos trazeiros de rês miuda, porque assim lhe ensinara António Álvares, cozinheiro da rainha, a fim de que assasse melhor. Também foi admoestada "*com muita charidade*" pelo visitador, que lhe perguntou, todavia, si algum parente fôra jamais preso pelo Santo Ofício, e sendo negativa a resposta mandou-a embora em paz, prometendo-lhe satisfaze-la no pedido que fizera "*sponte sua*" a respeito de penitência saudavel.

Diferente das anteriores Antónia de Oliveira teve o seu caso complicado com proselitismo ebráico. Confessou perante a mesa inquisitorial que certa vez lhe ensinara um seu primo, "*como se salvarão nosos avoos*", recomendando jejuasse as segundas e quinta-feiras, sem comer, nem beber, nem dormir, nem orar até surgir a estrela (39), então podia cear galinha à vontade. Insistiu mais o parente, que procurasse a tia Violante Rodrigues, a qual lhe diria o que fazer em matéria religiosa após jejuar como ele lhe tinha recomendado. Disse-lhe ainda, que si a sua avó estivesse viva havia de guia-la no assunto, pois vivera e morrera santamente, acrescentando que guardava aos sábados vestindo camisa lavada, visto serem os verdadeiros domingos, dias em que se não devia trabalhar. Cuidando boas taes informações, seguiu-as Antónia, pedindo a bençã da sua tia, que lh'a deu pondo a mão sobre a sua cabeça e nomeando Abraão. Diremos de passagem, que o profeta invocado nada tem que ver com um indivíduo padecendo de cretinice senil numa cidade muito nossa conhecida, cujo verdadeiro nome, por sinal, é Salomão. Deixando-o, porém, de parte, vejamos o depoimento de Ana Rodrigues, cristã nova que disse não comer cação fresco nem raia, porque lhe faziam mal ao estômago, posto antigamente os apreciasse. Disse mais, que durante o nojo pela morte do marido, esteve assentada "*por detras da porta... por acontecer ficar ali assim a geito seu assento*". Na morte do

(39) O proselitismo entre judeus surgia juntamente com os dessa orijem onde apparecessem. Nos domínios de Castela havia no século 17 um tal João Rodrigues Mesa, que "celebrava missa de judeus em casa de compatriotas, guardava os sábados e mudava de roupa de cama, mesa e pessoa, possuia um livro intitulado *Recompilación de la Biblia*, não comia alimentos condenados por Moisés, e às sextas-feiras "*ayunaba en todo el hasta salida la estrella*", daí ceava alimentos permitidos a fim de que fosse "*su alma en camino de salvación*".

seu filho mandou deitar fora a água, cousas que não sabia serem pouco católicas, ensinadas por amigas e uma parteira tida por cristã velha. No mesmo sítio ouvira muitas vezes o juramento, "*pelo mundo que tem a alma de meu pae*", por ela também empregado sem saber que era de judeus. Já no Brasil, em Matoim, adoeecera um filho e de paixão jejuou, porém, pensava que assim fizera por tresvariar não se lembrando si no estado de inconsciência ofendera a Deus. Perguntada si ensinara às filhas a lei de Moisés, respondeu negativamente, "*e llogo lhe foi ditto que (havia) forte presunção contra ella (por) fazer as dittas cerimoniaus dos judeos... por a mão na cabeça aos netos quando lhe lançava a benção... e porisso fica claro que he judia*". Protestou Ana Rodrigues, dizendo que essas cousas vinham da dita sua comadre Inês Rodrigues, taes como não se devia dar a agulha com que fôra amortalhado algum defunto, nem tirar ramo ou pedaço do lençol, pois devia ser inteiro, que se não devia emprestar a vizinhas a vassoura, etc... etc... E, si não comia peixe sem escama era porque lhe fazia mal, e si lançava a benção aos netos daquele modo era por desastre, contudo, não estava muito certa si ensinara essas cousas às filhas. A dúvida final poderia ser arguida de precaução contra possíveis indiscreções da própria família, precaução inutil no caso, porquanto Ana foi mandada para casa apenas sob condição de se não ausentar da cidade sem licença do visitador. Mas quem partiu primeiro foi Heitor Furtado de Mendonça, deixando os judaisantes como estavam antes da sua chegada.

Depoimentos do gênero multiplicam-se principalmente na freguesia de Matoim, considerada na época como enorme fulcro de ebreus, no que deve haver exagero como soe em rumores populares. Descartavam-se, contudo, facilmente os moradores alegando razões sanitárias, segundo succedeu a Leonor Moniz, casada com Enrique Moniz

Teles, cristão velho da governança, habitante em Matoim. Confessou ter imitado os deslises da sua mãe, cristã nova, comendo galinha degolada e recusando provar lampreia em conserva recebida do reino, porque estava “*fedorentu*”. A rasão com certesa pareceu procedente ao visitador, pois insurgir-se contra alimentos duvidosos é direito que assiste a qualquer pessoa, em qualquer circunstância, exéto, diziamos um arquiteto franco-polonês; pae de ativo agente de Stalin na Polônia; dentro dos limites dos campos de concentração soviéticos, porque lá não há outra cousa. Assim sendo, sempre nos pareceu improcedente a crítica contra um diplomata espanhol de nome Benites, que num almoço oficial em Petrópolis onde fôra colocado a grande distância da esposa, a advertiu agoniadíssimo, herrando como possesso, “*Soledad, Soledad, no comas el pescao que está podrido!*”. E’ provavel que Leonor o precedesse, e encontrasse a compreensão do magistrado, pois nem ela, nem a mãe e as filhas sofreram castigo algum, si bem o seu judaismo fosse mais que evidente.

*
* * *

Através documentos relativos à vida baiana antes da invasão flamenga, pode-se aventar a existência de excepcional tolerância religiosa nas capitánias, levando em conta o aspecto fundamental do império filipino. Os cristãos velhos administradores e administrados, conheciam perfeitamente, por exemplo, a precariedade da fé dos conversos, de sobejo demonstrado pelo procedimento de famílias inteiras submetidas à crença ebráica que transmitiam através do tempo de pae a filho. Constituida classe intelectual; em que havia proporção muito maior, esmagadoramente maior, de alfabetisados do que as outras da península; especialisara-se a comunidade na mercância e traficância, que estimu-

lara poderosamente o progresso ibérico, posto incomodasse os demais peninsulares por demasiada intromissão nos negócios públicos e privados.

A atividade dos mercadores e certos abusos dos capitalistas da “nasção”, formando corpo estranho na sociedade, provocavam virulenta malquerença num país de essência democrática, onde a opinião pública era quem em última análise norteava os atos dos governantes. Devemos ter presente o fato das finanças espanholas apresentarem aspecto sombrio quando os ebreus detinham quasi todo o dinheiro líquido, deixando à nobresa e ao clero a propriedade imobiliária de escasso rendimento, muitas vezes pago ao dono em espécie, por rendeiros campônios que em sua vida jamais tinham visto moeda de prata! Numerosos historiadores pensaram que as contribuições forçadas, impostas pela dinastia filipina aos súditos infamados de heterodoxia, fosse propósito deliberado de lhes tornar a permanência impossível nas Espanhas. A conjectura muito comum no século 19, deriva da necessidade que sentiam os autores, em estejar a sua propaganda supostamente reformadora na condenação de fórmulas políticas do próximo passado. Na História como em todas as cousas influe soberana a questão “*moda*”, ou a da tese, anti-tese e síntese, que impõe hoje a queima da icone ontem adorada, cuja substituta será por sua vez amanhã destruída como absurda. Só a intervenção do tempo, obliterando paixões momentâneas, e estabelecendo o recuo necessário para a formação de noções mais exatas sobre determinado episódio ou era, traz juízo mais sereno e sentença mais equânime. E’ o que hoje acontece relativamente ao período colonial, em que principiámos entrever outras versões para circunstâncias sobre as quaes não se admitia outra versão que a passada em julgado.

Na sua permanência infelizmente curta na cidade do Salvador, o lavalino Pyard, protótipo do viajante prosái-

co voltado a fatos triviaes, sem a mínima intenção de enveredar por especulações abstratas como La Hotan, descreve como a encontrou, cheia de contrabandistas de prata e traficantes de negros. Eram cristãos novos, que se mostravam temerosos da vinda da inquisição pelos obstáculos por ela levantados as suas atividades (40). Vimos há pouco como applicavam o máximo do seu esforço no giro de negócios, o que explica a ausência de luxo e comodidades em suas casas quando se deu a invasão da Bahia. Não desperdiçavam um ceutil que não fosse em inversões económicas, exclamando Pyrard pouco antes das hostilidades, que jamais vira circular tanto dinheiro como no Salvador, os negócios realizados a poder de moedas de dois, quatro e oito réis, equivalente a metade do real a “*cing sols*”, quasi não aparecendo outro dinheiro sinão a prata contrabandeada no sul, no rio do mesmo nome.

A união das duas coroas ofereceu ensejo a numerosos portugueses passarem dos centros assucareiros ao vice-reinado do Perú. Da oportunidade se aproveitaram os mercadores e traficantes, em mor parte cristãos novos. Favorecidos pelos meios de que dispunham e solidariedade que em toda parte encontravam (41), imiscuiam-se onde melhor lhes convinha a despeito dos decretos de S. M. e da

(40) Pensava-se antigamente que os cristãos novos portugueses apparecidos nos domínios de Castela fossem foragidos da visitação de Heitor Furtado de Mendonça às partes do Brasil. O número, porém, de cristãos velhos que se encontrava entre esses emigrantes, parece indicar simplesmente atração exercida pela fama do Potosí e adjacências. Ademais, não fugiriam os judeus de uma inquisição benigna para cair numa implacavel.

(41) Escrevia o comissário do Santo Officio de Buenos Aires por volta de 1618, “pide remedio la facilidad que entran y salen judios en este puerto sin que se pueda remediar, que como son todos portugueses, se encubren mas a otros”. A quantidade deles, de fato, chegou a ponto de “Português” significar ebreu.

animadversão pública. Faz-lhes referência o inquisidor António Ordonhes, na cidade de Lima em 1600, participando ao Conselho das Índias a necessidade de serem criados mais tribunaes do Santo Officio além do limeense, a fim de que abrangessem a imperial vila de Potosí, séde de ajuntamento de judeus portugueses, e o porto de Buenos Aires, que era a sua porta de entrada. Por motivos vários, preferiram os conselheiros localizar o segundo tribunal da América Castelhana em Cartagena das Índias, para melhor atender as povoações das Antilhas e o importante comércio — e, por conseguinte, contáto com estrangeiros — que lá se efetuava. Vimos que uma das principais funções da inquisição consistia em defender o império de contágios do exterior, precaução que elevava até barreiras entre os diversos reinos compondo as Espanhas. Dos seus registros ficamos sabendo que havia de tudo entre os “*marranos*” lusos aparecidos no vice-reinado do Perú; pobres (ou que dissimulavam dinheiro), remediados, ricos e riquíssimos; tornando-se indústria para a inquisição juntar gordas somas com os despojos daquelas presas.

O maior comércio de Lima; la Ciudad de los Reyes; estava nas mãos dos marranos, que aos poucos adensavam contra eles a odiosidade limeense. Diziam que espoliavam os habitantes e lhes insultavam a religião, o que deu em resultado provocar a tormenta inquisitorial. Quando desabou sentiram os gananciosos mercadores o peso da imprudência cometida. O tribunal castelhano era incomparavelmente mais cruel e implacavel que o mais supercilioso inquisidor luso. Submetidos os suspeitos de judaismo a intermináveis interrogatórios, tinham de denunciar em atrozes suplicios a correligionários, perante fanáticos que admitiam as mais estapafúrdias increpações. Ao passo que na Bahia os visitantes se mostravam tolerantes e esclarecidos, em Cartagena aceitavam tolas patranhas, indignas de um indivíduo medianamente inteligente. Depoimentos

malodorantes de negras ou mulatas boças, eram levados a sério sem mais detença por indivíduos que por dever de officio deviam ser céticos, ou pelo menos, cuidadosos no exame de provas. Uma dessas infelizes confessava que ao visitar os diabos, vira um velho e grandalhão, o qual se agachava, descobria o trazeiro e obrigava os presentes a beijá-lo. Em chegando a vez da ré impolidamente lhe desprendeou "*ventosidad hediendo a piedra azufre*", despropósito, entretanto, recebido e seriamente registado por inquisidores de quem dependia a vida e os bens dos acusados.

Nos processos de marranos portuguezes recrescia-se-lhes a severidade. O motivo vinha em parte dos decretos de Felipe II e sucessores, contra holandeses, ingleses e outros, que tinham afastado das praças commerciaes os concorrentes dos judeus, deixando-os donos do mercado. Mal vistos no reino, ainda pioravam como alvo de malquerença popular nas colónias pelo predomínio que exerciam num meio mesquinho e contrabando que praticavam. Entre Lima e Buenos Aires, Santa Cruz de la Sierra e Tucumán, escalonavam-se correligionários estabelecidos pelas estradas, a servir de pnoto de apoio em bases estratégicas para toda sorte de descaminhos das rendas de S. M. carreando sem pagar direitos a prata que se tornara a alma do com;rcio assucareiro e tráfico negreiro a centenas de léguas de distância na América Lusitana.

Segundo reclamações de funcionários castelhanos de 1621, os cristãos novos portuguezes simulavam arribadas forçadas com captivos negros e mercadorias no porto de Buenos Aires, para burlar as reaes cédulas que proibiam qual tráfico danoso "*al comercio de Sevilla en tierra firme y del Peru*". A importação de gêneros europeus na América espanhola era realisada por Cartagena das Índias e Porto Belo, distribuida ao depois por via terrestre às povoações coloniaes, descendo pela costa do Pacífico até as marjens do Prata. O aparecimento daqueles ativos ne-

gociantes traçara ao avesso novo itinerário mercante, levando mercadorias do sul para o norte, de Buenos Aires ao Potosí, de sorte que, *“el dinero del Peru va por este puerto a Brasil y del Brasil a Olanda por la mucha comunicacion que tienen los cristianos nuevos del Brasil con los herejes de alla”*.

Pyrard relata as artimanhas de que lançavam mão nessas práticas proibidas, trazendo pretos de Angola que iam vender no Sul, *“Ceux qui veulent faire plus long voyage, les vont vendre en la riviere de Plata, dont ils rapportent force d’argent”*. Um dos ardis empregados para contrabandear o metal, consistia *“ils attachent des sacs pleins d’argent aux ancras, puis quand les officiers du Roy se sont retirez, en levant les ancras ils le mettent dedans”*. Não admira, pois, que o confisco de bens dos marranos lusos nos domínios dos Habsburgos, constituisse renda consideravel para a inquisição de Lima e de Cartagena. Nesta última cidade subiram as quantias que extorquiram a João Rodrigues Mesa a sessenta e cinco mil pesos; de Bras de Paz Pinto, cincoenta mil; a Francisco Rodrigues de Solis, quarenta mil, somas que ajuntadas às de réus menores, e às que rendia a inquisição da Havana, perfizeram em trinta anos mais de quatrocentos mil pesos ouro!

A rapidez com que muitos cristãos novos enriqueciam era espantosa. Fôra certa vez forçado o governo metropolitano ordenar a Mem de Sá que não mais permitisse ações judiciárias de cobrança sem preliminar exame, tantas as queixas que ao reino chegavam sobre exações de todo jaês cometidas pelos mercadores judeus da colônia. Aproveitavam-se da sofreguidão de povoadores lusos em querer levantar engenhos e engenhocas com dinheiro emprestado, para depois de alguma espera se apoderarem do fruto de seu trabalho. A respeito dizia outro governador, Manuel Teles Barreto, que esses mercadores *“vinham destruir a terra, levando della em tres ou quatro annos que*

cá estavam quanto podiam e os moradores eram os que a conservavam e acrescentavam com seu trabalho e haviam conquistado à custa do seu sangue". Havia entre eles intermediários de negócios que auferiam proventos de mais de cem por cento no revenderem mercadorias feitas bufarinhos pelas fazendas. Um zangão comprara partida de captivos africanos, e antes mesmo de os receber, vendera-os fiado a um lavrador por determinado praso que não chegava a um ano, "*com mais de 85 por cento de avanço*" dizia o autor dos *Dialogos*, também cristão novo. Esses depoimentos coevos e insuspeitos, demonstram que os conversos da América não seriam os monstros que ingênuos sentimentos supõem, nem tampouco santos.

Para melhor exercer atividade do modo que mais lhes apossesse conservavam-se solteiros, a procriar grande número de mamelucos (42) na Bahia, Pernambuco e Paraíba, enquanto não passavam a outras plagas, Perú ou Angola, ou depois de ricos a Gulfo (43). Celibatários ou com pouca família (casavam tarde), era-lhes facil transferirem-se para onde conviesse aos negócios dentro do seu estado permanente de "*defesa*" (44). Defesa dos bens, defesa da crença, defesa de correligionários, defesa de usos, tradições e costumes nuni meio contrário, não dispunham da mesma existência sedentária e mesmo espírito dos cristãos velhos. Todavia, estavam longe de manter atitude discreta que os resguardasse de perigosa hostilidade. A um observador do povo luso mal aparecia no começo do século 17 qualquer mostra de indisposição da maioria cristã contra a minoria ebráica. Ambas as facções pareciam compostas de fieis

(42) V. *Pernambuco e as Capitanias do Norte*, III, 58 in nota e 62 também in nota.

(43) Há em documentos antigos repetidas alusões a cristãos novos fugidos para Gulfo ou Gulfõ aparentemente na Holanda.

(44) O caso de Luís Franco, judeu português estabelecido no Perú, mostra como estavam sempre prestes a emigrar, por assim dizer, de malas feitas.

súditos de S. M., recaindo as sanções do Tribunal do Santo Offício tão somente sobre infratores do credo, que seriam censurados até pelos demais conversos.

Assim deveria acontecer em tese, mas não o era na prática. As digressões de Duarte Solis são exemplo de que ele que estava persuadido não existir no ânimo dos conselheiros de S. M. insanável prevenção para com a seita a que pertencia. Galardoado à ordem de Cristo, era um exemplo e demonstração de não aventar absurdo impraticavel, lembrando o aproveitamento dos cristãos novos na conservação do império ultramarino. Exigia apenas a coroa que se enquadrassem nas normas monárquicas substanciadas na fórmula da unidade de governo e de religião indispensavel ao conglomerado de nações formando o império dos Austrias. Entretanto, sentiam os cristãos novos por demais adeantada a decomposição do velho organismo filipino para lhe sacrificarem a sua crença. Voltavam os olhos para outros centros económicos, para o norte da Europa que ia triunfar na era industrial a despontar, aprovando tacitamente a attitude dos correligionários que se rebelavam contra o Novo Testamento, considerando mártires aos que sofriam castigo por afrontar de modo intoleravel a nação a que recusavam desse modo pertencer.

No choque que provocavam pouco interveio do lado católico o sentimento nacional, ademais, existente nos séculos 16 e 17 com aspêto muito diverso do 19 em que numerosos escritores se dedicaram ao assunto. Encarregava-se o Santo Offício da vigilância defensiva ante regular indiferença pública, que na mesma se conservou por muito tempo, até a invasão napoleônica. Estava longe a turba; mais curiosa que exaltada; presente aos auto de fé sob D. João V, da mole desvairada de ódio do reinado anterior de D. João III. Neste, era explosão do povoalcho reclamando castigo contra os desmandos de seita odiada, incerta a ralé quanto à attitude assumida no caso pelo governo. No setecentista, o acendramento de severidade do

Santo Ofício era válvula de desafogo, o público despreocupado a respeito do que se lhe afigurava operações comuns de polícia, seguindo trâmites regulares em que estranhos não eram chamados a intervir. E, por mais que historiadores como João Lúcio d'Azevedo, imbuído do espírito do século 19, procure nos pintar um António José da Silva em cores alvenitentes; martir imbele de atroz perseguição; surge nos autos do processo outra figura, agressivamente erguida contra as instituições básicas da monarquia, não deixando dúvidas neste ponto a firmeza raiando pela demência com que se manteve até subir ao cadafalso, repelindo as oportunidades que lhe ofereciam para do suplicio se livrar. Do fáto se infere, que a maior culpada seria então a intolerância de ambas as facções, podendo pelo menos alegar a maioria, que a manifestava por motivos objetivos, ao passo que a minoria obedecia tão somente a impulsos, que si não fossem contidos, poriam a perder as Espanhas como pouco antes dissensões religiosas tinham aluido o império romano do Oriente.

Um exemplo de espíritos às voltas com infinda série de complexos torturantes, mais dolorosos que os tratos da polé, é o de Melchior de Bragança, "*hebreu de nascimento, doutor converso a nossa Santa fee*", como rezava a mesa inquisitorial, residente no ano de 1618 na cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos. Comparecera sem ser chamado, segundo a fórmula de praxe, perante o visitador a fim de descarregar a sua consciência cumprindo seu dever de católico, "*em tempo de graça*". Declarou inicialmente o motivo da sua vinda ao Brasil "*degredado por seus demeritos*". Nascera em Marrocos, transferido para a Espanha quando se convertera, tendo professado língua ebrea com exposição da sagrada escritura nas universidades de Alcalá e Salamanca. Depois passara a Coimbra para ensinar ebraico sem remuneração no Colégio dos Jesuitas. Mudado para Lisboa, aí casou e matou um ho-

mem, delito que lhe impoz degredo na Bahia. Uma existência tão agitada se assemelha a de Bento Teixeira em Pernambuco (45), em que abandonara pae e mãe para volver à terra dos avós e abraçar o credo dissidente, numa ância de converso que parece sincera, pois chegara a lecionar gratuitamente, manifestação altamente sinificativa em cristão novo.

No Salvador viu-se em situação precária, e premido pelas circunstâncias lembrou-se de procurar ebreus para lhes pedir auxílio. A preferência a católicos pode parecer suspeitíssima, mas é preciso levar em conta que os conversos representavam os habitantes mais ricos, acessíveis e mais “intelectuais” da cidade, portanto, oferecendo maior afinidade com o degredado, afora a questão racial. Seja como fôr, dirigiu-se a Domingos Álvares de Serpa, que “*vivia de mercancia e contractos nesta terra*”, o qual lhe perguntou o motivo da sua vinda ao Brasil, a que Melchior respondeu contando o degredo. Interrompeu Serpa dizendo não ser isto que desejava saber, mas por que deixara Marrocos e abjurara o verdadeiro credo de Moisés, e si ele estava disposto a voltar ao aprisco a troco de hospedagem. Escandalizado pela proposta, retirou-se Melchior sem acrescentar palavra, ou pelo menos, assim disse aos inquisidores, que indagaram si o Álvares estava no seu perfeito juiso, ou falto dele, ou emborrachado, ou si assim se externava por zombaria. Prontamente retorquiu Melchior que lhe parecera em juiso perfeito. Perguntado mais, si o denunciado tinha fama de judaisante, si ele, ou algum parente, tinham sido presos na inquisição, disse Melchior que Álvares tinha efetivamente reputação de viver na lei de Moisés, e que alguns da sua família tinham sido penitenciados no Santo Officio, e “*geralmente se diz... sua mãe*

(45) V. *Pernambuco e as Capitánias do Norte do Brasil*, vol. IV.

foi queimada". Perguntado pelos costumes (indagação de praxe versando as relações do depoente com o reu), afirmou não lhe querer mal, posto o Álvares te-lo maltratado com palavras, e pretendia lhe dar com um pau porque o denunciara ao bispo do Salvador, a quem competia vigiar os habitantes da colônia na ausência do visitador.

Indagaram a seguir os inquisidores, si o depoente sabia de mais culpados de delitos semelhantes, segundo o sistema com que era tecido o aranhol inquisitorial, provocando sucessivas denúncias e informações através denunciados e denunciantes. Respondeu Melchior que lhe sucedera outro aborrecimento do mesmo gênero com Dinis Bravo, *"da nasção, senhor de engenho"*. Tendo-lhe escrito pedindo esmola, recebeu convite para ir ter com ele *"nesta cidade"*, onde era morador. Acolheu-o Dinis a sós, indagando si era o *"doutor hebreu"*, e recebendo afirmativa, exclamara, *"he possivel que ereis pregador da ley de Moyses, e desamparastela? Vos cuidaes que todos que comem porco são christãos? pois sabeis que os que são judeus em Hispanha, são melhores judeus que os do monte Sinay"*, a que o denunciante evitou contradizer, por estar em casa do Bravo, *"que he homem muito rico e poderoso nesta terra"*. Perguntado pelos itens de praxe, disse que o denunciado estava em estado normal, e que ainda lhe dissera morrerem os da nação em Espanha mártires da lei de Moisés, tornando-se melhores judeus que os doutrinados no monte Sinai.

Tanto o Álvares como Dinis, supunham que Melchior tivesse abjurado o judaismo por mera questão de necessidade, como muitos ebreus praticavam, e que no íntimo continuasse fiel à crença antiga. Teimando neste modo de julgar, o licenciado Francisco Lopes Brandão lhe comunicara certa vez, estando a sós no seu *"estudo"*, o salmo setenta e sete de David, perguntando-lhe como interpretava os versos que começavam por *Si dormitatis inter me-*

dios cleros, e Res Virtutum dilecti. Replicou Melchior que Deus tirara o cetro de Judá para entrega-lo aos crentes do Messias, afirmação recebida com horror pelo licenciado, o qual exclamava que ele nada entendia das escrituras, e sequer sabia o que dizia. Repeliu Melchior em alterada voz o impertinente, dizendo que a sua opinião não se destinava a judeus mas a cristãos, os quaes bem saberiam entende-lo. Assustado, rogou o outro que falasse mais baixo, pois ele, Brandão, estava persuadido de que Melchior não era cristão porém "*Judeu muy famoso*" e como tal não podia ignorar referir-se os ditos textos mais a favor de judeus que a cristãos, continuando a porfia interrompida pela chegada de Vasco Brito Freyre, conseguindo o licenciado lhe recomendar, à despedida, que se aconselhasse com o seu compadre Dinis Bravo que o desenganaria.

O depoimento causou espécie ao inquisidor, que não percebia como a gente "*da nasção*" de fama astuta e desconfiada, se descobria completamente ante o depoente com quem tinha pouca conversação e amisade. Seria para apalpa-lo nas cousas da fé? A que Melchior respondeu procederem dessa maneira porque fôra rabino mui douto na lei de Moisés, versão que, a ser verdadeira, apresenta curioso reflexo da psique ebrea quinhenista, preocupadíssima com problemas religiosos, ansiosos os fieis desgarrados nas colónias longe de seus sábios e dos seus guias, por discutir questões do Talmud e das escrituras. Acrescentou Melchior considerarem-n'o em apuros, e assim sendo, supunham não denunciaria quem lhe poderia valer. Não era, pois, para lhe medir a fé religiosa que o interpelavam daquele modo, mas desejo "*de ajudar-se da doutrina delle denunciante em favor da cegueira em que estão*". E, quando os desatendeu, logo o desampararam, e não somente deixaram de lhe fazer bem "*e ajuda-lo como se costuma entre a gente da nasção*", o perseguiam, procurando desacredita-lo visto a sua boa reputação e crédito serem pre-

judiciaes aos erros dos denunciados e de muita consolação e edificação para os seus adversários.

Como vemos, o sutil exegeta sabia atacar se defendendo, ou se defender atacando, dizendo mais que um dos motivos para os considerar fanáticos praticantes do judaismo, era o fáto deles se reunirem em casa de Gonçalo Nunes, cristão novo natural de Lisboa. Este personagem lhe ajudava, tornando-se Melchior frequentador da sua residência na rua Detraz da Cadeia. No correr das visitas notou às sexta-feiras reunião de pseudo conversos, em que figuravam o meirinho Diogo de Albuquerque, o licenciado Francisco Lopes Brandão, Domingos Álvares de Serpa, Simão Nunes de Matos, Diogo Lopes Franco, Dinis Bravo e o seu irmão Pascoal Bravo. O ajuntamento parecera estranho a Melchior pelo que deles sabia, costumando chegarem às sete da tarde e saírem depois da meia noite, segundo ele verificara escondido nas proximidades. Perguntado pelo visitador si eles lá estavam para jogar, respondeu que tal não lhe parecia, porquanto nesse caso deixavam as portas abertas, ao passo que nas outras vezes, permanecia tudo fechado como si estivessem lá dentro praticando a "*lei velha*".

A denúncia foi, ademais, confirmada por cristãos velhos, tantas as imprudências dos contraventores, talvez demasiadamente fiados no poder do seu dinheiro. Disse Belchior de Basto que morava paredes e meia com Simão Nunes, e muitas vezes ouvira de sexta-feira para sábadó, de noite e de dia, muita festa, matinada e traquinada feitas pelos numerosos indivíduos da "*nasção*" que lá iam jantar, cear e dormir. Certa vez interpelou um cabra que lá trabalhava, "*que era aquillo que não deixavam dormir a vizinhança*", dizendo-lhe o mestiço ser o momento em que tiravam "*a toura dos farelos*", aludindo provavelmente ao esconderijo onde a deixavam nos outros dias da semana. Perguntado quaes eram os frequentadores dos festejos, além

de Pascoal Bravo e mais senhores de engenho e mercadores já citados, disse que entre eles estava Simão de Leão, contratador dos dízimos de assucar. Perguntado ainda, de praxe, si algum parente de Simão Nunes Machado fôra preso pelo Santo Offício, disse ter ouvido por fama pública, que em Lisboa tinham queimado a Enrique Dias Milão seu parente mui próximo.

Nas denúncias que se seguiram a de Melchior de Bragança sobre o mesmo grupo ebraisante, temos o de Margarida Jorge, cristã velha, contra mulheres em que se alude a outro Bravo, de nome Ruy Gomes, negreiro que percorria a África e as costas da América, à procura de mercadoria e de clientela. Alude igualmente a Alvaro Gomes Bravo, procurador na cidade do Porto de seu irmão Dinis Bravo, que estava no Brasil como vimos. Além desses, aparece mais um Bravo, Ércules, que faleceu na Bahia também pertencente a família, em que as mulheres tinham grande cuidado em desgordurar carne de vaca, como foi dito em outro passo desta história. Facil imaginar como chegando taes práticas no ouvido de vizinhas soalheiras, incentivava-se a "*fama publica*" de que falam os depoentes.

Do falatório de mulheres passava o caso para cristãos velhos ante mesa inquisitorial, em que um deles, sem más intenções, nem intuito outro que obedecer aos imperativos da fé, era Francisco de Barbuda, espírito sereno, provido de qualidades certificadas pelos cargos ocupados por ele na república baiana. Inquirido sobre judaismo porventura existente nas redondezas, disse que Simão Nunes denunciado por Melchior de Bragança juntamente com os Bravos, tinha uma égua no seu engenho em Maré, a qual os judeus chamavam Maria Parda. Entre os que assim se mostravam afrontosos à crença official, constavam Manuel de Galegos, sobrinho e cunhado do dito Simão, e um empreiteiro de lenhas Francisco Mendes Cardoso, por alcunha Mercador de Gaitas, também seu parente. Sabia, outros-

sim, que o cristão novo António Nunes, o Pífaro, quando perdia no jogo açoutava em casa um crucifixo. Este último não desfrutava a importância dos precedentes, “*ricos e poderosos*”, mas partilhava das mesmas paixões, o que demonstra singular unidade de espírito entre grandes e pequenos judeus coloniaes.

Domingos Franco, cristão velho nascido em Trocical, depoz que certa pessoa lhe contara, como tendo morrido em casa de Simão Nunes o seu correligionário Gaspar de Moura, puzera-lhe o primeiro uma moeda de ouro na boca, com que fôra enterrado na igreja do Carmo. Outro judeu rico, o mercador Mendes, foi acusado por Miguel de Abreu de possuir um livro que o denunciante inadvertidamente levava para casa e o lera. Tinha título *Demandada Judiciária*, e o assunto versava controversia em que Belial contestava fosse Jesus Cristo o Messias. As dez horas da noite do mesmo dia appareceu-lhe o Mendes muito agastado para buscar o livro. Disse, mais, que sendo vizinho do dito, reparara que muitas vezes ele o lia, assim como numerosos indivíduos da “*nasção*” que lhe frequentavam a casa. Semelhante denúncia logo assumia aspéto grave, pois livros prohibidos eram o avantesma das autoridades, principalmente quando os inimigos dos Habsburgos, seguindo o precedente da bíblia de Ferrara, imprimiam na Holanda outra edição em idioma castelhano, de quatro ou cinco mil volumes, para fomentar a heterodoxia e o preparo do quintacolonismo que tanto os ajudaria na invasão. O volume em apreço, posto não fosse uma dessas bíblias, era contudo dos livros que pelo assunto concorriam em estimular a paixão religiosa dos pseudo-conversos e a tornalos infensos aos portuguezes. Era o alcance prodigioso da letra de forma levantando ou agravando problemas da coletividade em proveito de uma facção.

O acolhimento que certos intellectuaes ibéricos dispensavam às ideas da Reforma, alvoroçavam homens de res-

ponsabilidade atemorizando-os com a perspectiva de lutas intestinas como as que por longo tempo tinham anulado a ação política da França no terreno internacional. Assistimos no Brasil o malogro dos esforços dos franceses em lançar bases colonias no litoral ao norte e ao sul, no Amazonas e Maranhão e no Rio de Janeiro, pelo desentendimento dos seus componentes por motivos religiosos. Procediam, destarte, acertadamente os dirigentes espanhoes, em se oporem inda recorrendo à violência e ao fanatismo, para repeler o perigo que se aproximava. Entretanto, o temor levava o conselho del-rei, a exagerar o que percebia deixando de atentar a outro muito mais real. O protestantismo jamais encontrou eco no homem ibérico, e apesar de hoje desenvolver intensa propaganda entre católicos, sem revide semelhante por parte dos mesmos, o que lhe assegura dupla vantagem, atualmente quando um brasileiro abandona a fé dos seus maiores é para cair no indiferentismo — muito mais sensível a protestantes do que a católicos — ou adoptar a nova religião de carater marxístico com seus dogmas cômodos e pretensamente indiscutíveis. Até o espiritismo com as suas baboseiras, lhe parece mais atraente que a sentenciosa e soporífica intolerância reformista. O perigo, portanto, não seria de molde a toldar outros, principalmente em começos do século 17, quando a população ibérica apresentava impressionante unidade religiosa.

Muito mais importante era o problema da comunidade ebrea no seio da nação espanhola, nas proximidades de seus centros motores, formando casta alheia às armas, mas provida do poderio intelectual; afastada da direção política, porém nela influindo decisivamente por dispor do comércio, onde os cristãos velhos não sabiam, ou não queriam commerciar; e acima de tudo, detentora do capital no momento em que se registava o triunfo da era mercantilista. No Brasil desse período, notamos a agitação dos

conversos em franco antagonismo com todas as formas da estrutura política e religiosa da monarquia. Verificamos também, que contrariamente ao resto do império filipino, eram tratados com displicência quasi criminosa ante a perigosa atividade que desenvolviam. O descaso não pode ser imputado só ao fáto de representarem uma casta necessária aos negócios, como poderíamos inferir de exposições como a de Duarte Solis, mas principalmente de beneplácito tolerante religioso, segundo veremos adiante pela atitude de bispos e inquisidores. Judeus inteiros ou em parte, ricos ou pobres, deixavam-se contagiar, ou vinham do reino contagiados, quasi todos de passagem nas capitánias, em trânsito para outros domínios filipinos, ou de volta a península. Nessas condições avaliamos a agitação que em toda parte difundiam, fazendo jús às medidas que antes e depois da guerra foram tomadas contra eles.

A respeito da lenidade do bispo D. Constantino Baradas para com os cristãos novos relapsos da colónia, ocorre no rol da inquisição o depoimento de curioso personagem. Um tal Pero Vilela compareceu perante o Santo Officio, dizendo-se cristão velho, useiro "*de magia*". Narrou que Domingos Álvares, de quem já tratamos na denúncia de Melchior de Bragança, professava detestáveis opiniões heréticas, tanto mais passíveis de censura, por partirem de quem se dizia em fama pública, vira a mãe queimada no ano anterior no reino. Perguntado pelo visitador por que não comparecera antes à mesa, ou na sua ausência, ao clero ordinário encarregado da inquisição, respondeu que o bispo passava por cima de muitos delitos, limitando-se em multar os culpados. Outro cristão velho, João Rodrigues, este de aspéto mais autêntico, filho de "*hum barbeiro de espadas*", disse que estando certa vez em casa de António Velho, ourives de "*curo*", ouviu-o contar que na cidade do Porto prendiam a cristãos novos "*por lhes tomarem as fazendas*", o que era contrário à vontade de Deus. Também

constava que a mãe do dito Velho fôra presa, circunstância agravante para o filho, que na Bahia malsinava a inquisição do reino atribuindo-lhe intúitos pouco dignos. Ajuntou que demorara em o denunciar por não conhecer bem as obrigações de todo cristão, e que só viera a saber quando lera os editaes do Santo Officio.

As prisões efetuadas no reino, em contraste com a placidês reinante na colônia, tinham alarmado os mercadores da cidade do Salvador. Discorrendo a respeito dizia o cristão novo Cristovam Enriques, referindo-se à anunciada vinda de inquisidores ao Brasil, "*que avião de queimar muitos judeus*", tal como nos narra Pyrard de Laval. A propósito acrescentou o Enriques, morrerem mártires os correligionários nessas condições, assertivo que levantou acesa discussão entre ele e o Rodrigues, o qual retorquia percerem justamente porque eram inimigos da fé. Cousa semelhante, asseverara o já citado Pascoal Bravo, em outro processo da inquisição, perante numerosas pessoas de vário credo, também insistindo de que morriam no resplendor do martírio.

O estranho desses delitos, consistia na repercussão sobre o povo, que mais parecia se impressionar com taes dizeres que a respeito da iconoclastia praticada por cristãos novos contra os símbolos cristãos. Existe o slogan de pseudo-sociólogos, partidários de certas correntes políticas, de que nos povos ibéricos e neo-ibéricos, a religião nas massas é mais uma superstição do que crença consciente. Por exemplo, os indivíduos de condição proletária adoram imagens de pau ou gesso persuadidos de são milagrosas. Por outra, desconhecem lamentavelmente o espírito de paz, amor e indulgência do autêntico cristão. Ora, do contexto de documentos antigos insuspeitos, pelo cuidado com que foram redigidos e intenções que nutriam, pode-se concluir, que si alguém acaso assim pensasse, a ação dos diretores de consciência no púlpito e no confessionário,

corrigia certamente o pendor. A cordialidade do espírito católico de muito preferível à algidês protestante ou ao sadismo vingativo judeu, confirma a asserção através textos, em que se verifica o efeito das pregações religiosas inda nos mais calejados pecadores, tão transtornados que de vís manipuladores de dinheiro se tornavam capases de rasgos generosos.

Hoje se nos afiguraria o contrário, tintos de matises menos sobrios dizeres como os do Bravo ou do Enriques, comparados a grosseiros vandalismos resultantes do fanatismo de indivíduos inferiores. Recentemente presenciamos as reações de um grupo de pessoas, quando ouviam a narrativa e exibição de documentos sobre estragos produzidos pela guerra na cidade de Florença. Mostravam-se os cristãos velhos, de educação cristã-democrática, mais horrorizados pelas fotografias de uma sinagoga brutalmente profanada por elementos facistas ou nazistas que pelas destruições ocasionadas nas proximidades de pontes sobre o Arno. No ocaso do século 16 e começos do 17 dava-se o contrário, sucedendo-se monótonos de tão repetidos os delitos e desacatos de cristãos novos à Igreja. No reino e na colónia, nos domínios lusos e nos de Castela, sucediam-se a despeito da inquisição. Um cristão novo, filho de *“Ataqueiro comediante”*, queria comprar ornamento religioso que o capitão do forte de S. António por motivo de apertos pretendia vender, para mochila do seu cavalo.

Outro cristão novo cosera um crucifixo dentro do colchão onde dormiam os seus hóspedes. Os Ferrões, conhecidos mercadores ebreus, atiraram um retábulo representando a descida da cruz num esterquilínio. Pior fez Manuel Baldaya acusado de conspurcar imagem santa à noite pelas ruas do Salvador, introduzindo-o pelo vão das portas que encontrava abertas para escandalizar os moradores. Este Baldaya era filho de cristão novo *“solicitador de demandas com mamaluca desta terra”*, muito amigo de um

tal Girão e dum sobrinho de Luís Vaz de Paiva, também judeu, em companhia dos quaes retirara o crucifixo da igreja da Ajuda, e o levara a uma casa de tavalagem, dizendo "*day barato para este homem*". Diziam que nessa noite puzera também uma coroa de cornos em lugar de espinhos na cruz dos Paços na porta da cidade em direção ao Carmo. Não contente, ainda suspendeu a cruz na forca pública como si fôra um condenado, assim aparecendo no dia seguinte aos fieis, pelo que prenderam o Baldaya no aljube, de onde fugira, pensava-se, para Pernambuco. Como não foi perseguido ninguém sabia ao certo; quanto aos companheiros, o Paiva pouco depois deixou o Brasil com seu tio Luís, senhor de engenho de quem já tratamos, enriquecidos ambos no trato do assucar, constando que tinham ido para "Gulfõ".

Muito mais casos poderíamos respigar si não se tornasse fastidiosa a interminavel enumeração. Em qualquer sítio em que apparecesse minoria ebraisante, surgiam os mesmos casos, mesmos pormenores e característicos, no Brasil, em Portugal, Castela ou Perú. Por fim gregos e troianos deviam estar tão habituados as suas manifestações que não ressentiam demasiado alvoroço, si acaso as percebessem. Como vimos acima, certos indivíduos useiros e veseiros dos mais escandalosos desacatos à religião dominante, conseguiam, entretanto, se transferir com os capitaes para as Flandres, sem grandes impecilhos na esteira da deslocação do eixo comercial do mundo. E, não se diga que o alcançassem de surpresa, por terem fintado os rafeiros que os perseguiam. Muitos, sinão a totalidade dos mais infamados sectários do credo proibido, eram conhecidos como blazonadores da sua crença e infamadores da religião que tinham por adversa. Impropérios como os de António Mendes, o Beijú de alcunha, deviam ser comuns, quando bra-

dava em público que sabia mais que os anjos, “*e que se soubera que tinha alguma cousa de cristão velho se lançaria ao mar ou a metteria no fogo*”!

A mobilidade dos inconformados era extrema naquela época de transição, em que se aprontavam para deixar uma nação em que tinham auferido proventos, para outra onde supunham encontrar maiores. Na primeira visitação havia tal quantidade de judeus em Matoim, que lá diziam haver esnoga, ao passo que na segunda era na própria cidade do Salvador que se reuniam em “*congresso proibido*”, a fim de realizarem as cerimônias do culto. Antecediam, portanto, a primeira congregação ebráica do Novo Mundo, estabelecida no Recife durante a ocupação holandesa pelo Dr. Abraão Jessurum de Mercado (cujo parentesco com o Salomão Rabelo é muito provavel), o mesmo a quem Menasseh Ben Israel dedicou a segunda parte do seu monumental *Conciliador*. Na Bahia, por volta de 1610, o comerciante cristão novo Pedro Rafael fechava-se à noite na sua loja em companhia de Luís Lopes de Paredes, para escreverem num livro grande que “*não era senão o livro da confraria dos judeus*”. Afigura-se-nos provavel que não tenha sido o único registro do gênero, e que, antes e depois, tenha havido outros semelhantes entre os conversos de passagem pelas capitánias.

A respeito da intensa agitação reinante nesse tempo nos meios cripto-judáicos de aquém e além mar, é muito característico o teor da denúncia do cristão velho Gaspar Afonso contra diversos elementos da “*nasção*”. Depoz como empregado em serviço de guarda-livros em casa de Pero Garcia; opulento proprietário que se casara com a viuva do Bângala, senhor de quatro engenhos de assucar, com “*raça de cristão novo*”; encontrara certa vez no escritório uma carta do judeu Diogo Fernandes dirigida ao seu ir-

mão Enrique. Escrevia de Pisa na Itália, convidando o parente para “fazer o que Deus mandava”, indo ter com ele naquela cidade, “porque sem a dita viagem não se podia salvar”. Recomendava, ademais, quando respondesse fosse por intermédio de Dinis Bravo, Luís Vaz de Paiva ou de Francisco de Paiva, irmão do precedente, encomendando que depois de lida a carta a queimasse. Os nomes acima eram todos de cristãos novos, tidos e havidos por fanáticos, autores de desacatos ao catolicismo, arrolados em denúncias de diferente origem e assunto, posto referentes a assuntos religiosos como si pertencessem à mesma confraria. Disse ainda o denunciante, que não se apoderara da carta por temer que Pero Garcia o percebesse, porém a mostrara ao cristão velho António da Silva, também hospedado na casa do senhor de engenho, que a lera e muito se escandalisara.

Continuando o seu depoimento, disse que Luís Vaz de Paiva, citado supra, depois de se tornar senhor de engenho na Bahia, mudara-se para Lisboa e aí casara, de onde depois fugira para Gulfõ nas Flandres. Ficamos por este pormenor sabendo que o lendário lugar ficava na Holanda. Prosseguindo, aludiu a Jerónimo Nunes, sobrinho do dito Luís, que comungava depois de almoçar, pelo que lhe impuzera o bispo penitência pública. De Diogo de Albuquerque, meirinho, companheiro dos precedentes em cerimônias ebráicas, disse que andara de chapéu na cabeça por sobre o altar mor da igreja de S. Bento, e com a espada desembainhada forrageara as cortinas à procura de um criminoso que lá se homiseara, fáto muito comentado na cidade. De Luís Lopes Paredes, contou que andara toda a quaresma de roupa velha, e na quinta-feira de doenças apparecera de setim aveludado com manteo de aba-

nos, a provocar estranheza por ser o momento em que se lamentava a morte e paixão de Cristo Nosso Senhor.

Do rosário de informações ditado por zelo religioso, havia de permeio referências a sacerdotes católicos, como António Neto, capelão do judeu Diogo Lopes Ilhoa, que talvez pelo convívio com cristão novo adquirira desrespeito pelos cânones e solicitava mulheres no ato da confissão. Mas neste sector voltavam os cristãos novos a ter primazia nos seus dizeres, pois soubera de duas escravas mame-lucas, *“que diziam que seu pay era da nação”*, pertencentes a Pero Garcia, te-lo visto cometer o pecado nefando, com um moço natural de Viana, e com um mulato fôrro de nome Joseph, e que por isso remetera aquelas suas *“negras”* para a fazenda de Perabuçu. Acrescentou que o dito Pero Garcia fôra excomungado pelo bispo, *“sobre hum deposito averá sinquo ou seis annos se deixara insordescer na excomunhão no espaço de dous annos do que owe muito escandalo”*.

As mesmas escravas contaram o fâto a outras pessoas, entre as quaes Paulo Afonso, administrador do engenho de Itapitanga para onde Pero Garcia desterrara as linguarudas, recomendando-lhe encarecidamente que as matasse *“com muito açoute e má vida e trabalho”*, por propalarem que o *“dito mulato Joseph era sua mançeba”*. Julgava, entretanto, as escravas de bom crédito, por serem *“ladinas”*, isto é, educadas entre brancos, parecendo que diziam a verdade. Outras pessoas, como um tal Rotea, que por largo espaço fôra empregado de Garcia, perfilhavam o que as mulheres diziam, acrescentando que um moço de nome Gaspar, igualmente antigo servidor de Pero Garcia, tornara ao reino, *“por o denunciado o cometer para o pecado nefando”*. Perguntado pelo visitador si Pero se deixava

vencer pelo vinho, respondeu que frequentemente assim sucedia, momentos em que por completo se transformava. O acervo era mais que suficiente para agravar o caso do acusado, si nesta altura não intervissem parentes e di-nheiro.

O poder dessas influências, sensíveis em qualquer tempo e lugar, juntado à orientação dos inquisidores em não serem muito severos na colônia, está expresso, posto em escala menor, no processo do licenciado Felipe Tomás de Miranda “*da nasção*”. Acusavam-n’o em Pernambuco de ter morto um rapás seu criado porque o denunciara no delito de sodomia. Protegido por Enrique Monis Teles, cristão velho casado com cristã nova de Matoim, foi amplamente beneficiado por irregularidades sucitadas a seu favor. Para não ser preso hominiara-se na Bahia em casa do protetor, o qual pediu a Bartolomeu de Vasconcelos, chantre da Sé, “*senador da cidade*”, para manter em segredo as culpas caso lhe viessem ter às mãos. Do ocorrido souberam Antônio de Aragão, tio do Bângala, Manuel Pacheco advogado e Francisco Barbosa de Brito, todos cristãos velhos, sendo o último escrivão da alçada e como tal conhecedor dos autos. Não era este, todavia, o único rumor a circular sobre o indiciado, dizendo-se que também praticava o nefando com um seu servidor Antônio Rodrigues, e que assediara um mulato de nome Francisco, o qual por esse motivo, procurara refúgio na fazenda de Antônio Cardoso de Barros, queixando-se de que o denunciado lhe ordenava ficasse em camisa e sem calças quando para ele escrevia à noite. Outros ajuntavam que ao dito Tomás fôra roubado um escritório e dentro se encontrara uma toura judáica. Além disso, tinha por costume responder ao lhe perguntarem, “*que vai, ou como está; Boto a Christo muita merda, e pella hostia muita merda,*

polla Virgem Maria muita merda”, e mais palavras mal soantes, segundo podia testemunhar Diogo de Sandoval, cristão velho natural do México. Diziam os denunciantes que era fama na Bahia, de que o denunciado praticava o pecado de sodomia com o judeu Bento Correia, de alcunha o Calambauzinho, que também por tres vezes importunara um denunciante e a seu irmão, oferecendo-se como passivo. Voltando ao licenciado, tal era a sua fama depois que o acusavam da morte do cômplice, “*que anda em provérbio entre brancos e negros*” a respeito do nefando. Quanto ao crime de morte, diziam que geitosamente se estava livrando no juizo singular. Tantos confrades e tantos delitos, cometidos por tanto tempo, parece com efeito indicar certa impunidade, inda não fossem os seus parentes de Rui Mendes de Abreu, chanceler da Relação, cujo filho diziam pecar nefandamente com o licenciado Manuel Ferreira de Figueiredo, da “*nasção*” por parte de pae.

A personalidade de Pero Garcia é merecedora, contudo, de maior exame que os outros denunciados, dos que se occupam com a formação da sociedade colonial e problemas atinentes. O fáto de ser meio cristão novo; o vulto que alcançou na qualidade de ser um dos maiores ricos locais — sinão o maior de todos — e curiosos reflexos da sua psiqué, flutuandó entre as duas correntes, a cristã velha e a nova que no íntimo se lhe disputavam a volição, tornam-n’o figura típica na época, cheia de casos semelhantes. Poderoso pelo casamento, julgar-se-ia sobrejacente à lei e aos costumes, esteiado no lado católico que lhe permitia afrontar as autoridades, tanto mais que, dava mostras de bom cristão. Talvez lhe sobreviessem a seguir rebates da outra orijem, dos cripto-judeus de quem descendia pelo lado paterno. A carta encontrada no seu escritório revela que os frequentava e lhes prestava ouvi-

dos complacentes. Não obstante, no momento da invasão da Bahia, assevera Rodolfo Garcia fundado em Severim de Faria e fr. Vicente do Salvador, de que ele estava em companhia de um criado no Forte do Mar, onde morreu eroicamente na luta contra os holandeses. Essa atitude destoava dos outros cristãos novos, inteiramente favoráveis aos invasores, si bem Pedro Calmon dê outra versão, dizendo que simplesmente fôra atingido por bala perdida quando assistia ao combate de uma janela da sua casa junto a N.^a Sr.^a da Ajuda, vítima da curiosidade como o celebrado Cucalon das guerras do Pacifico.

Outro caso interessante na mesma ordem de ideas, era o do padre Antônio Viegas, cura da Sé da Bahia, "*de que ha fama nesta terra ter raça da nasção por parte da sua mãy*". Dizia missa de estranha maneira, andando defronte ao santíssimo sacramento com notável irreverência, fazendo "*humas ceremonias extraordinarias quando consagrava*", repetindo muitas vezes as palavras da consagração como si duvidasse delas. Sendo homem de entendimento e graduado em artes, tal attitude parecia anormal aos padres da Sé e de outros templos, abismados pelo que tinham ocasião de presenciar, pois o denunciado repetia irregularidades litúrgicas, "*inda hoje as fazia*" diz um dos denunciantes, de caso pensado, com sua responsabilidade de indivíduo culto, provido de instrução religiosa. Outro depoimento de interesse para a época e meio é o de Diogo Lopes, cristão novo natural de Évora, quando descrevia as viagens que fizera no trato do assucar. O relato demonstra que o mercador pertencia ao grupo dos mais ativos judeus da Bahia, dispondo de capitães e crédito nas maiores praças commerciaes do mundo do Ocidente, relacionado nas duas margens do Atlântico, em toda parte recebido por correligionários interessados no comércio da Holanda.

Dizia-se habitante da cidade do Salvador, onde era “*señor de hum dos Guindastes della*”, e que por volta de 1612, estivera na Madeira para vender assucares. Como, porém, nos domínios lusos não lhe pareciam favoráveis os mercados, embarcou com a mercadoria em demanda de “*Nostra Dama*” nas Flandres. Nesta cidade; presumivelmente Amsterdam; encontrou o licenciado António de Velasco, castelhano, cristão velho natural da Mancha; portanto, conterrâneo de D. Quixote; depois morador em Itaparica e aí lavrador de mandioca. Encontrou mais, Domingos Prestes asturiano, cristão velho, “*que hora serve de Capitão de Peroaçu*”, ambos residentes em Nostra Dama. Perguntaram-lhe no correr de conversas si acaso conhecia Manoel Homem, ilheu meio cristão novo, que na Bahia se casara com Clara de Mendonça, e depois se transferira ao Rio de Janeiro. Respondeu Diogo Lopes, que o conhecia muito bem assim como sua mulhêr, dizendo-lhe então os castelhanos que o dito Homem, “*apostatara a nossa Sancta fee catholica e se fizera judeu na ditta cidade de Nostra Dama*”. Eles o sabiam porque o próprio após-tata em pessoa lh’os dissera, e era notório entre as pessoas de suas relações. Aconteceu que o mesmo Diogo Lopes teve de ir a negócios a Hamburgo, de sorte que não poudê ver nem conversar com o renegado. De volta a Bahia fôra inquirido pelo bispo a pedido de Clara esposa do Homem, que ele abandonara por outra, vindo a saber por fulano Ferreira, armador de igrejas, que o tinham prendido em Angola, e de lá fugira em uma nau flamenga para as Flandres.

Aí temos exposto duas atividades, a do denunciante a negociar assúcares na Madeira, depois em Amsterdam e Hamburgo para voltar ao Salvador, onde possuía um dos guindastes que carregavam mercadorias do porto à cidade

alta comercial. A do denunciado não era menos ativa, traficando com negros em Angola e na séde das colónias batavas em Amsterdam, onde oferecia aos inimigos de Castela os conhecimentos de que dispunha sobre o comércio das Américas. Foram de peritos deste gênero, que os holandeses se inteiraram dos processos commerciaes dos adversários, e tomando como pretexto a união das duas coroas, resolveram se apoderar do Brasil. Contudo, atrás do aspéto económico da questão, surge outro mais complexo. Por que não adoptara Manoel Homem a religião luterana quando abandonara a católica? Por que Diogo Lopes o denunciou à inquisição sem necessidade, pois já depuzera perante o bispo? Seria por motivos semelhantes aos de Melchior de Bragança? Entretanto, o apóstata voltara para a crença dos maiores, e devia ser agradável a cripto-judeus em vez de lhes provocar a ira!

Entre judeus houve muitos destes intrincados problemas, innumeráveis na sua variedade desde Flavius Josephus a Paulo de Santa Maria, mais particularmente nos ricos, que pela sua condição e tintura intelectual eram mais sensíveis a crises moraes e espirituaes do que os correligionários pobres. Esses traumatismos assumiam singular importância, no momento em que nações em pleno viço como a Holanda, consideravam os hóspedes de orijem ibérica técnicos preciosos num sector económico que lhes prendia a atenção. Quando Menasseh Ben Israel se aproximou de Cromwell para conseguir licença de judeus portuguezes passarem a Inglaterra, houve inquietação entre os batavos sobre possível saída de marranos das Províncias Unidas, e somente se tranquilizaram ao saberem que se tratava de refugiados provenientes de Portugal e colónias, e não de indivíduos estabelecidos com fartos capitaes na Holanda.

Esta emigração ebráica do sul para o norte da Europa conjugava vários objetivos ao mesmo tempo. Sem dúvida, encontrariam os judeus em o novo habitat, manifestações contrárias a sua fé, que em dado momento assumiram caráter violento; mais exacerbadas do que se mostrava no assunto o povo nas Espanhas no século 17. Porém, sem eco no governo, o qual tolerava práticas mosáicas sem intentar extorsões como o castelhano toda vez que estava em vésperas de guerras. Na Holanda era-lhes permitido participar do surto económico e progressista da nação, ao passo que na península eram forçados a sofrer como os demais habitantes os efeitos da insanável anemia que lhe arruinava o organismo. Nessas condições, recebia com redobrado mau humor as contribuições forçadas exigidas pelo erário del-rei, e do travo exacerbado ao acendramento religioso medeava um passo, mormente para quem já encontrara nova pátria. Enxertava-se ainda no complexo, a consciência do próprio valor que o marrano rico, instruído e capás, inclinado á jactância do semita em geral, alimentava de si mesmo. O resultado foi adensar-se no território das Províncias Unidas uma comunidade israelita de olhos fitos nos domínios portugueses, que consideravam seus; que eram "*as suas colónias*" pelo desenvolvimento que lhe tinham imprimido; tornando-se daí, Manuel Homem, conselheiro e orientador da invasão. Talvez mais tarde ele também se rebelasse contra Spinoza, e o perseguisse, deixando descendentes como o ilustre holandês de nome luso que recentemente dizia ao Prof. Coornaert, nutrir ódio aos judeus franceses porque se mostravam típidos no exercício da sua religião.

Na luta contra as diretrizes absorventes da política imperial filipina, os marranos ajudaram-n'a de princípio,

e depois a contrariaram segundo os interesses da “nação”, mostrando em quaesquer das alternativas a mesma tenacidade e eficácia no esforço, que lhes facultou conservar intacta a crença através dos séculos, e por longo tempo o uso da língua portuguesa nas sinagogas da Holanda. Em todo caso, não é possível olvidar o esforço que desenvolveram nas capitánias, no espaço entre o último quartel do século 16 e a sua definitiva expulsão com a derrota dos flamengos, em que dispersos pelas Antilhas deixaram momentaneamente de participar no destino da vida brasileira.

O CRISTÃO VELHO

Até o início da guerra holandesa predominava na séde da colónia o bizantinismo imposto pela presença de duas autoridades — a leiga e a eclesiástica. Com a chegada do primeiro bispo, não demorara a se levantar acirrada porfia para saber qual seria o primeiro personagem do Brasil. Alegava o governador que a ele cabia a primasia, representante que era del-rei. Contestava-lhe o título Sua Excelência Reverendíssima, por se considerar legado de um poder muito maior, ao qual todos deviam acatamento, reis e governadores. A crónica da cidade daí por diante foi perturbada por incidentes entre os dois poderes acirrados por questões de precedência, que empeçonharam outras, como a da guarida das igrejas, e a dos dízimos eclesiásticos. No tempo de Luís de Brito de Almeida explodiram desordens entre os parciaes de cada facção que por dois dias puzeram a cidade do Salvador em alvoroço.

A condição de chefe da Igreja era de fáto primordial numa sociedade católica quinhentista; o bispo na Bahia à testa do deão da Sé, seis cónegos, dois meio-cónegos, um cura, um coadjutor, quatro moços de côro, um tangedor de organ, um mestre de capela, seis capelães, um subchante, etc... com que se rodeava a dignidade episcopal, a justificar o anseio de D. Marcos no século 17, em ver terminado o templo máximo da cidade, futuro teatro da pompa magestática necessária ao culto. Na sua juris-

dição figuravam os vigariatos próximos de Paripe, Matoim, Sergipe do Conde, Santo Amaro, Passé, Itaparica, N.^a Sr.^a do Socorro, Paraguassú, Pirajá, Cotegipe, Tamari e Vila Velha na capital, assim como além das capitánias lhe assistia zelar pelas ordens religiosas e pela defesa da fé em todo o Brasil na ausência de visitantes do Santo Offício.

Pensamos attribuir o afã prelatício no resguardo de prerogativas às lutas travadas desde séculos na Europa entre o poder leigo e religioso. Os bispos nomeados para a Bahia, inda os que se mostravam mais ponderados, transfiguravam-se quando se tratava de impor o báculo sobre a espada. Até D. Constantino Barradas, que se mostrava acomodatício com todo mundo, a principiar pelos judeus, erguia-se irado contra o governador, disposto a afronta-lo publicamente si manifestasse veleidades de não lhe conceder o que julgava possuir de direito. Um dos embates do gênero registou-se justamente com o antigo visitador do Santo Offício D. Marcos Teixeira nomeado bispo do Brasil em 1622. Convidado para benzer as obras do forte do Mar, respondeu que lá iria para amaldiçoá-las, pois desfalcavam as quantias provenientes da "*imposição dos vinhos*", destinadas à terminação da Sé. Manifestara, outrossim, o conselho de S. M. desejo de fundar novo hispado no Maranhão, que reunisse a administração eclesiástica de Pernambuco e Paraiba, ao que se opoz D. Marcos, porquanto a necessidade de novos officios da inquisição e o conhecimento que tinha do problema, eram contrários ao desdobramento, attitude que lhe valeu a pecha de ambicioso. Depois recebeu a de irritadiço pelo conflito que teve com as autoridades coloniaes. No caso, andou de fátó precipitado, ao excomungar o procurador da coroa que o contrariava no exercício das suas funções. A pena foi considerada excessiva, e a carta régia expedida contra ele em 1624, no mesmo ano da invasão, censurava o ato e acentuava o seu despropósito. Finalmente, para derimir

a velha pendência protocolar entre bispos e governadores, desfecho de longa série de fricções iniciada muito antes de D. Marcos ascender à dignidade episcopal, resolvia-se no reino, “*que nos actos publicos em que concorrerem há de preceder o bispo*”.

Continuava, entretanto, o governador enfeixando nas mãos poderes de que dependiam em grande parte o progresso dos habitantes e a sua protecção. Das câmaras municipaes decorriam, segundo o regime democrático vigente, as providências mais chegadas à vida diária, emanadas dos que a partilhavam e deviam encontrar remédio para os seus problemas e satisfação de anseios. Porém, as medidas de ordem geral, que afetavam o destino do maior domínio português; resplendor da coroa lusitana, artífice do seu prestígio no concerto das nações; competiam ao seu primeiro magistrado, responsavel pela colónia como capitão de navio em alto mar.

Sob a égide das armas da cidade, funcionava o “*Senado da Camara*”, composto de tres vereadores, um procurador do conselho e dois juizes ordinários, aos quaes tocava requerer o bem comum, “*utender à prevenção delle por serem officiaes que representam a república*”. Eram escolhidos entre os chamados “*homens bons*”, corpo de individuos “*que pela pessoa partes e qualidades*”, pareciam aptos ao desempenho do cargo. Nos papeis públicos se chamavam Officiaes da Camara, e tinham de direito ao tratamento de Vossa Mercê, demorando um ano o seu período de governo, para o qual eram sorteados no I de janeiro, numa cerimônia denominada eleição geral. O mesmo processo escolhia os almotacés, cargo, no entanto, incompativel com o de vereador, posto fosse lícito a um procurador substituir interinamente um almotacé, cujo período de atividade durava apenas dois meses. As obrigações destes consistiam em dar audiência e resolver a respeito do comércio de mercadorias almotaçadas, ou seja, avalia-

das e tabeladas para o consumo, incumbindo-lhes a repartição da carne nos açougues segundo a qualidade e cargos dos habitantes, costume que se prolongou por todo o regime colonial até a independência.

O cenáculo representava em absoluto a vontade popular quando na câmara reunida em sessão extraordinária comparecia o povo conclamado a toque de sino. Então, protestava-se contra imposições abusivas, ou como ao depois algumas vezes sucedeu, contra os jesuitas cuja obra de amparo aos índios era tida por prejudicial aos interesses dos povoadores necessitados de braços. Também censuravam ou se opunham a resoluções do governador, indo além das atribuições que tres séculos depois Stuart Mill julgava próprias a uma assemblea popular. Segundo o pensador inglês, imbuido do espírito democrático dos anglo-saxões, deviam taes organs se limitar a fiscalisadores da administração, e nunca em administradores, por serem "*completamente incompetentes*" para esse fim. O conceito procede quanto a órgãos legislativos de grandes nações modernas, mas em pequenas comunidades de brancos como as das Américas, em lugarejos onde se reduziam os problemas da existência diária, o sistema dava bons resultados na medida do alcançavel em matéria política. Em todo caso, o sentimento de independência era extremamente desenvolvido na população, e fertil em bons resultados no equilíbrio de poderes. O povo dispõe no exercício administrativo da válvula que vem a ser desafogo de paixões, tanto das multidões como ânsia de mando dos indivíduos impelidos pelo "*complexo criador*" por nós várias vezes mencionado em trabalhos históricos.

Repercutiam também favoravelmente em toda a península, e colónias imitadoras de sua organização e costumes, o resultado de privilégios outorgados a cidades como a do Porto em Portugal, ou Medina del Campo em Castela, onde el-rei não podia nomear administradores nem o papa

conceder benefícios, e tão só os habitantes resolviam. Daí promanavam às vezes desordens, com copiosa pancadaria, mas o efeito do exercício de governo por facções populares ainda é preferível sob aparente confusão à melhor das tiranias. O motivo é fácil de perceber. Posto haja menor potencial realizador no primeiro, em compensação oferece outra estabilidade de regime e condições de paz fecunda. Essas vantagens aparecem menos visíveis ao vulgo, que considera intolerável ser “*tiranizado*” por semelhantes, mas em realidade são incomparavelmente preferíveis às formas ditatorias trazidas pelo predomínio discricionário de um indivíduo, de uma facção ou de uma classe sobre as demais.

Os perigos da inquisição neste sentido foram compensados pelo exercício de normas democráticas nas Espanhas até o advento da monarquia absoluta no século 18. Temos, assim, explicação da espantosa florescência de talentos e gênios nos séculos 15 e 16 na península, acompanhando a grandesa da monarquia a despeito da ação do Santo Ofício, ademais, quasi que voltada somente para questões religiosas. Acresce ainda, que o seu rigor significava reflexo democrático, no sentido de que era reclamado pela vontade popular ante o esgarçado levantado pela Reforma, ameaça mortal gerada nos países nórdicos contra a nação espanhola. Intervinha na conjuntura, o instinto de conservação que hoje presenciamos quando um livre cidadão norte-americano ou britânico, desconfia do engodo apresentado pela propaganda pseudo-libertária e exige leis de exceção para rebatê-la, não muito condicentes com o que se entende por espírito liberal, porém necessárias a fim de evitar males maiores. Também percebe que si não forem em tempo atalhados colocarão a civilização em perigo, não sendo culpa sua, mas de outrem as medidas acauteladoras que muito contra a sua vontade vê-se obrigado a adoptar.

Assim o entendiam os habitantes da colónia, mais alvoroçados pelo virus luterano que por manifestações de rebeldia ebráica. Não deixam dúvidas a respeito inúmeros depoimentos deixados por contemporâneos, menos exacerbados por desacatos à religião que assustados pela ameaça de infiltrações reformistas. Outras manifestações, em que vemos na colónia igualmente se expandir o espírito democrático consistem nas vias de sucessão do governo, ou seja, no caso de impedimento por morte ou qualquer outro acidente que inutilisasse o governador geral do Estado, a sua substituição pelos que em junta deviam assumir o poder. Em primeiro lugar estavam personagens escolhidos entre os principaes do clero e da administração, e na falta deles os vereadores do senado, e no impedimento destes os elementos das corporações de artífices. Outra função com o mesmo carater, era a de apregoar as obras e serviços públicos oferecidos à arrematação de quem maior lance desse vigiados pelos elementos competentes da câmara. Tornavam-se, destarte, as funções de almotacé ou juís de concorrências, das mais importantes nos povoados da colónia, e de maior cunho popular.

Não menores eram as que superintendiam a arrecadação da renda, também entregue à escolha das câmaras, divididas em da cidade e do "*campo da cidade*", como quem diria hoje da zona urbana e suburbana. O recolhimento de taxas num meio desprovido de escrituração arrecadadora, era, segundo costume da época, arrematado por particulares peritos no mister, geralmente mercadores. Óbvio dizer, recaiam estas condições sobre cristãos novos (46), por serem os que dispunham de recursos mais adequados,

(46) O rendeiro "*do ver desta cidade*", era por execução cristão velho nos séculos 16 e 17, porém o cargo era dos mais trabalhosos e pouco rendosos, sem interesse para mercadores de espírito prático como os cristãos novos.

motivo de se verem muitas vezes envolvidos na malquerença que cerca os agentes do fisco. Os recursos públicos assim obtidos constavam de aferição de medidas, e a renda de haver o peso; ou ver-o-peso por abreviação; que impunham mais os cargos de jurados, ou peritos em questões de preços e de avaliações, e meirinhos da cidade e dos campos que deviam auxiliar os rendeiros no desempenho de suas funções.

Em matéria honorífica, cabia ao senado acolher o governador, que perante o conselho reunido, nobresa, clero e povo, prestava juramento depois de ter em palácio apresentado a sua carta patente ao antecessor. O magistrado, por sua vez, nomeava o alcaide mor encarregado da polícia e segurança geral dos habitantes. Tinha por auxiliar o alcaide da cidade, por ele indicado numa lista de tres nomes submetida à apreciação do governo de S. M. Depois destes altos cargos vinha o de carcereiro ou ministro da cadeia, ao qual competia o toque de sino de correr ou de recolher das nove às dez horas da noite. Todas essas disposições dependiam das Ordenações Filipinas iniciadas em 1603, que acentuavam definitivamente o predomínio do direito romano sobre o canônico, extraindo do primeiro o que podia dar de melhor nos moldes da Glosa. Era, segundo a legislação do tempo, cruel na parte penal, porém precisa e acertada nas relações entre a Igreja e o Estado, os direitos do fisco, e privilégios da nobresa.

Um ano depois começou a funcionar o Conselho da Índia, orgam destinado a assuntos coloniaes, e em 1609 o tribunal da Relação da Bahia, que avocava a si a matéria jurídica antes resolvida pelas principaes autoridades das capitancias, e autoridades religiosas. Desabava a pena de excomunhão não só sobre os que atentavam contra o catholicismo e seus ministros, como ainda sobre os que prejudicavam os negócios alheios. Assim, Manuel Ferreira, morador no Passé, tirou uma dessas cartas contra Jeróni-

mo de Barros, “sobre o damno de lenha algodão e milho que lhe queimarão e arrancarão”. Diogo Zorrilha tirou outra em nome de sua filha e neta contra os Adornos da Cachoeira, que por morte de seu genro António Dias Adorno, tinham-se apoderado de peças de escravos e mais bens das primas, “que lhe furtarão e roubarão e sonegarão”. A que atingiu Pero Garcia não teria outra origem, o mesmo sucedendo ao coparticipante da expedição de Gabriel Soares.

Convém, tampouco, lembrar a tropa armada, infelizmente insignificante, que sob comando de officiaes de baixa patente deviam defender as capitánias. À guisa de complemento figuravam as milícias reorganizadas no tempo de D. Sebastião I, espécie de guarda nacional de efetivos tirados da burguesia e por ela armados, devendo cada burguês possuir o necessário ao seu comparecimento ao brado das autoridades (47). Abaixo deles vinham os guerreiros índios, que os missionários deviam conduzir aos rebates de guerra, escorados por mamelucos capitães de bandeiras. Intervinham também no caso, os homens opulentos da terra como o Bângala ou o neto de Garcia de Ávila, à testa de belicosa clientela, imitação de tradições fidalgas do reino. A organização e o aspéto dessas forças, não mudaria muito dos primeiros governadores ao desembarque das companhias holandesas em 1624, ante o forte de S. António.

*
* *
*

A vida do branco na cidade e arredores manteve-se por muito tempo em extremo rudimentar. De começo vi-

(47) V. exaustivas digressões a respeito in artigos de Jaime Cortezão no jornal *O Estado de S. Paulo*, publicados em 1949.

nham os abastecimentos; quasi que resumidos à farinha de mandioca; da aldeia missionária do Monte Calvário, e tribus da vizinhança, trocada por bugigangas vistosas ou objéto de utilidade. Os índios também supriam a população de pescado, e a pouco e pouco apareciam casas em ruas tortuosas, rodeadas de capoeiras, hortas e pomares. Simultaneamente se desenvolviam os rebanhos oriundos do gado vindo do Cabo Verde, e se organisava o matadouro para os lados de S. Bento. O adensamento da indústria pecuária nas campinas aforadas por Tomé de Sousa à câmara em Itapoã, e nas de Garcia de Ávila e outros, coincidiu com algumas culturas de gêneros alimentícios nos arredores da cidade, onde na Pitanga de Santo Amaro, a cinco léguas do Salvador, em Itaparica a seis léguas, ou em Matoim a cinco léguas, havia culturas de mandioca (48), e como da função nasce o orgam, apareceram com o aumento de recursos as feiras. Realisavam-se como diz a reconstituição de Teodoro Sampaio, à beira mar, na praia dos pescadores, vizinha da ermida da Conceição, onde havia um porto de canoas que ali abicavam provenientes de várias direções. Na parte alta, na Praça da Cidade, em frente da câmara e paço do governador, à roda do pelourinho, fazia-se outra feira, esparsos no solo os mantimentos trazidos pelos índios e pequenos lavradores dos arredores. Também oferecia recursos para a vida diária fornecidos pela cultura Tupi, fios, rédes, arte plumária, cerâmica, cestos, balaios, em suma, o que vemos na alegoria que a respeito nos deixou Eckout (49). Traziam igualmente bichos do mato, símios divertidos ou pássaros brilhantes, que os habitantes muito apreciavam. Era rara a

(48) As distâncias calculadas na época, passíveis de retificação como as 7 ou 8 léguas que separavam o engenho de Enrique Monis Barreto da cidade do Salvador.

(49) V. *Pernambuco e as Capitánias do Norte*, vol. III, ilustrações das págs. 46 e 238.

casa onde não se via arara, papagaio, corrupião ou mico para alegrá-la, além de curiosidades importadas de outros continentes no gênero das zebras do Bângala.

Segundo o mesmo autor, que bem conhecia a história da sua terra, mas não diz onde obteve a documentação sobre o mercado, lá se podia obter materiaes para construção oferecidos pelos indígenas. Enumera vários, provavelmente baseado em Gabriel Soares, parecendo-nos, contudo, mais acertado separar o material de construção de recursos subsidiários de pouco volume e multiforme emprego. O primeiro era procurado em lugares fixos pelos construtores quando deles necessitavam, mais a pedra, cal, telha, tijolos, argila, tabatinga de que havia fornecedores pelos arredores da cidade, muitas vezes até longe, a grande distância para o tempo e lugar. A madeira, de princípio buscada em carros de bois no Rio Vermelho, e logo tragada pelas fornalhas dos engenhos, teve de ser procurada em fazendas como a de Simão Nunes de Matos em Jacuruna, e a seguir de mais longe ainda, além da outra margem do Recôncavo fronteira à cidade, em Ilheus onde os padres jesuitas montaram uma serraria, e dispunham de barcos para transporte de pranchas. Mais admissivel seria consistirem em mercadoria miuda, tal pavios e torcidas para candeias, cera da terra, bálamo de Copaiha, raises e ervas medicinaes de que os índios possuíam grande cópia, almiscar de jacaré, e o fumo que muitos portuguezes imitando Damião de Goes, chamavam "*hera santa*", cujo uso fôra proibido pelo bispo Sardinha. Entretanto, pessoas virtuosas a começar por missionários, tinham-na por altamente curativa para uma porção de males. Qual o motivo da ogerisa? Proviria talvez da suspeita de que "*beber o fumo*" pertencesse às incantações fingidas pelos pagés das tribus, quando desejavam impressionar os indígenas em cerimônias animísticas contrárias ao credo católico. Em todo caso, veio daí o "*sorver o fumo*", ou "*trago*", que fi-

cou para designar o processo de absorção causador da contenda entre o bispo e o desventurado donatário do Espírito Santo.

Em torno dos gêneros importados formava-se tendência a especulações prejudiciaes ao povo, facilitadas pela irregularidade das remessas dependentes da navegação de vela. A câmara tinha, aí, de intervir para regular o peso, qualidade e preço do pão branco e o de rala, tal qual acontecia no reino. Toda vez que escasseava farinha de trigo, subia logo mais do explicavel, desandando os padeiros em infrações contra as posturas. Providenciavam os almotaçes no que podiam, no afã de harmonizar os dissídios entre produtor e consumidor, até chegar nova remessa de farinha, atrasada por temporaes ou corsários. No livro de vereações ocorre o preço do pão branco, que pesava doze onças e valia um vintem. O de rala tinha o mesmo preço, mas saia mais barato porque pesava dezeseis onças. Vindo a escassear a farinha, continuava o mesmo preço, mas o peso diminuia para dez e até oito onças. Na conjuntura, surgiam abusos dos quaes o maior era imporem os commerciantes obrigatoriamente pão e vinho, valendo-se da falta momentânea da farinha para forçar o consumo de outros gêneros menos necessários. Com novas chegadas reagia o mercado e os especuladores tinham de respeitar a tabela sob pressão de vereadores zelosos do bem comum, e por espantoso que pareça, naquele tempo apareciam alguns dignos de serem hoje imitados pelos nossos atuaes edís.

O vinho objeto dessas especulações, desfrutava importância muito maior que atualmente, porquanto na ausência de aperitivos e digestivos, as bebedeiras eram alcançadas a poder de litros de vinho, antes, durante e depois das refeições. Constava ser a proveniência em mor parte das Canárias, que abasteciam a metrópole e exportava grande quantidade para a França e países do norte da Europa. O

preço variava muito, mas sendo mercadoria de cômodo transporte e de longa conservação, nunca atingia alto preço. Sucedia até, que ao atravessar o equador melhorava de gosto, principalmente após meses de descanso, e quanto mais envelhecia melhor ficava. Assim, era bem aceito a ponto de se tornar meio do tesouro se aliviar em apertos financeiros. Decretava o governo o “*imposto de consulado*”, a fim de dispor com que enfrentar assaltantes. Outras circunstâncias também podiam concorrer para provocar o expediente; taes como atraso de pagamento às praças de prê, as quaes no tempo dos exércitos de profissão, logo ameaçavam sublevar-se. Convocava então o governador a câmara para que consultasse o povo sobre a oportunidade da medida. Uma vez concedida, aumentava o magistrado alguns vintens sobre a canada, de que manavam recursos para serem applicados em armamentos e obras urgentes.

No geral, dada a repugnância do povo pelos impostos, preferiam os governantes recorrer a empréstimos junto a particulares, às vezes mesmo sob forma algo compulsória, a exemplo do que se fez quando arribou a Bahia a nau da carreira da Índia S. *Francisco*, pertencente ao opulento mercador Diogo Dias Querido, “*da nasção*”. Mandou D. Francisco de Sousa que se lhe tomasse trinta mil cruzados para custear a expedição do Rio Grande, mais tarde pagos no reino por ordem de S. M.. Mas quando não surgia um barco salvador, era preciso gravar a população apregoando o porteiro da câmara em altas vozes pelas ruas da cidade, que somente dez das principaes tabernas podiam vender vinho, para com o produto desse estanco pagar-se à tropa. Vemos, pois, a importância do gênero tão apreciado pelos reinos, assim como as medidas protetoras que os importadores a seu respeito pleiteavam. Os registos da câmara estavam cheios de requerimentos solicitando a proibição da distilação do chamado “*vinho de*

mel", hoje vulgarmente chamado cachaça, feito com caldo de cana, o qual barato e fortíssimo se avantajava ao vinho exótico, de menor teor alcoólico, portanto mais caro aos bebedores, que além do mais, tinham de dispender maior quantidade para chegar à mesma euforia.

O azeite antes da criação em larga escala do porco e da organização da pesca da baleia, tinha duplo e intenso consumo: no preparo de alimentos, e na iluminação. No segundo caso, era acrescido o gasto pelos escravos que muito o apreciavam, e bebiam o dos candieiros que os senhores punham nas estrebarias para afugentar morcegos cado substituiu o de oliveira para este fim, e a abundânhematófagos. O aparecimento do óleo de baleia no mercia de suínos proporcionou a banha necessária à cozinha. Sem embargo, continuava apreciadíssimo o azeite de oliva, causador de toda sorte de infrações às posturas. Em 1615 servia Enrique Monis Barreto de juís ordinário da câmara, o qual certa vez, ordenou segundo a praxe a um "*mercador da nação que jurasse aos Santos Evangelhos se bem e verdadeiramente tinha vendido os azeites que dizia no dito rol, e as pessoas a quem os vendera de modo a que se não achasse depois o contrário, respondera o denunciado, que tão certo era seu rol, como as palavras que Deus dissera... E fazendo elle (Enrique Monis) exame do dito azeite, calculara que faltavão dous ou tres barris*". O fáto testemunhado por almotacés e vereadores, demonstra que a má fé dos nossos atuaes comerciantes não é cousa nova. Muito pelo contrário, é bem antiga pois o infrator, "*instou e aprofiou no que tinha dito*", do mesmo modo que hoje procedem os seus confrades.

Da atividade dos edís paralela a dos almotacés, advieram as fontes que abasteciam de água a população. Teodoro Sampaio dá a lista das principaes na cidade: a dos Padres, nos chãos doados por Tomé de Sousa aos jesuitas; a do Pereira, no porto, quasi desaparecida atualmente atraz

de muros e aterros, ao passo que no século 16 avultava quando abastecia as naus fundeadas no ancoradouro fronteiro; a do Gabriel, nos terrenos que pertenceram a Gabriel Soares, que depois passaram aos beneditinos; a do Caminho Velho, atual fonte dos Coqueiros na Piedade; a da Baixa dos Sapateiros; a da Baixa do Saboeiro, na Guadalupe; que juntadas aos olhos de água por detraz de onde hoje se encontra o mosteiro de S. Bento, distribuíam o precioso líquido à maioria dos bairros. Supriam também a falta que fazia o ribeiro do Curral do Conselho, o qual por ficar a jusante do matadouro foi denominado do Rio das Tripas, poluído e tornado impróprio ao serviço das habitações ribeirinhas.



Em toda cidade nas condições da séde baiana no período colonial, havia junto dos serviços públicos, os de carater privado funcionando a troco de estipêndio. Professores, médicos, advogados, boticários, barbeiros sangradores e informadores, estalajadeiros e até "*molheres do mundo*", como então se designava em papeis officiaes certa amavel espécie de sacerdotisas, compunham este corpo de auxiliares indispensáveis à população. Sucedia às vezes, haver maior quantidade de determinados profissionaes que o razoavel exigia, daí, queixas e reclamações — por exemplo — quanto aos excessivos advogados. A balda originava-se longe da Bahia, na península, onde proliferaram de modo a se cogitar do fechamento da universidade de Coimbra que às dezenas anualmente os produzia. Na conjuntura, não tardaram elementos cristãos velhos a censurar letrados cristãos novos, por eles responsabilizados pela situação. A sutileza de que os judeus davam mostras; analistas infinitesimae de textos sagrados; o *Conciliador* de Menasseh Ben Israel servindo de paradigma; lhes trouxe

a pecha de abusarem da profissão. O comércio, desde séculos monopolizado por judeus nos países oriundos do antigo império romano, e o pendor semita por especulações moraes, duas tendências aparentemente antagonicas, mas que se completavam, outorgavam-lhes notáveis qualidades dialéticas. Bem armados na luta pela vida, apoiados em cor-religionários ricos e influentes, destacavam-se no Brasil como Sebastião Cavallo, letrado jurista, que pelo casamento com uma das Antunes do núcleo judeu de Matoim, tornara-se senhor de engenho. Infelizmente para eles o successo os expunha aos inconvenientes da excessiva notoriedade, havendo quem os acuzasse de “*enredadores*”, outros de “*habéis e agudos*”, esquecidos que entre os cristãos velhos contavam-se inúmeros indivíduos muito piores que o pior cristão novo.

Com os médicos sucedia o mesmo. Recomendara D. João III que somente cristãos novos “*physicos e çollor-giões*”, pudessem passar às colónias. Acrescentava ainda, não deviam ser de “*má sospeyta*”, querendo com isto dizer, fossem sinceros na conversão forçada que se lhes impuzera, e que se procedesse no caso o mais discretamente possível. Mais tarde Felipe II proibiu ostensivamente sua ida para as colónias, sem grande efeito todavia, porque a proteção da Cúria Romana, e as numerosas isenções que por dinheiro conseguiram na côrte de Madri, suspenderam por várias vezes a medida exclusivista. O resultado nas vésperas da invasão holandesa, era existir a mesma mistura de profissionaes dos dois credos fossem advogados ou médicos. Agravava-se o caso das colónias, pelo fáto da improvisação de especialidades que ainda aumentava o número de solicitadores e charlatães. Havia na cidade do Salvador por volta de 1600, infinitos letrados e causídicos cuja imissão nas demandas aumentava extraordinariamente as custas e alongava o desfecho dos processos. No terreno médico repetia-se o abuso, tendo um tal Dinis de

Andrade, cristão novo, se arvorado de boticário em médico, antecedendo nossas povoações ruraes onde o farmacêutico prescreve e avia receitas. Um dos "*physicos*" mais antigos na Bahia era o cristão novo Jorge Fernandes, aí aparecido por volta do governo de Duarte da Costa ou Mem de Sá, que professava opiniões bastante heréticas. No Recôncavo, no Paraguassú, era muito conhecido o judeu mestre Afonso, parente de outro "*çollorgião*", de nome João Vaz, que se passou para os domínios de Castela, no "*Tucumão*". Havia também médicos cristãos velhos como António Machado, Francisco do Rego, domiciliado no Rio de Janeiro mas que frequentemente percorria a costa, ou Mateus Nunes, morador fixo na cidade do Salvador. Nenhum deles, porém, se intitularia pomposamente, "*doutor pello Conde Palatino*", como o cristão novo Pedro Anriques. Formados em Coimbra — si formados — com prática no Real Hospital de Todos os Santos — acaso tivessem praticado antes de aqui aparecerem — ajudariam a combater males e achaques a poder de clisteres e sangrias, e mais remédios porventura em uso, a produzir melhoras mais por sugestão que pela ciência ainda bem primitiva no século 17.

Providos de conhecimentos superiores estavam os religiosos de ordens missionárias estabelecidas no Brasil, que pela necessidade de acudir os catecúmenos e zelar pela saúde dos catequistas, tinham de organizar boticas consideráveis. Nos seus roes temos mistura da velha experiência caseira, armazenada na Europa, e a contribuição do ervanário indígena, harmoniosamente juntadas para melhor tratamento dos enfermos. Sem dúvida, ainda remanesciam no acervo disparates da medicina medieval; licórnio, pedra de besoar, etc... trazidas pela medicina universitária; mas ao lado figuravam elementos de verdadeiro valor curativo encontrados in loco. O óleo de Copaiba era considerado maravilha para quantidade de males, tão eficás, dizia Ga-

briel Soares, que cada um podia se tornar médico em sua casa. Não menos aproveitável era o cajú. “*de natureza fria*”, e que de fato muito valia aos escravos e marujos quando adoeciam por falta de vitaminas. Soltavam-se os enfermos no litoral, onde ainda no século 17 se viam vastos estendões de cajueiros, a fim de que, alimentados exclusivamente de seus frutos, não tardassem a corrigir os efeitos da carência vitamínica. Outras muitas frutas deviam concorrer para os mesmos resultados, destacando-se a goiaba riquíssima em substâncias revigorantes, enumerando Fernão Cardim quatorze espécies vegetaes ainda hoje empregadas em medicina. O interessante *Tratado* de Francisco Soares, antecede Martius sobre as cousas mais notáveis do Brasil, costumes de índios e “*ervas que Dioscorides não teve conhecimentos nem fez menção alguma*”. A *Enformação* atribuída a Anchieta, mas que Serafim Leite verificou estar assinada por Cristovam de Gouveia, e transluzir estilo de Fernão Cardim, possui abundantes e curiosos dados a respeito de doenças, medicamentos e hygiene alimentar nas capitánias.

E, todos os meios que se pudesse empregar, eram poucos para conter as terríveis epidemias que não tardaram a aparecer no Novo Mundo nas pegadas do europeu. Pareceu a muitos castigo divino o surto que devastou Sergipe no tempo de Manuel de Brito de Almeida, quando a clientela (no sentido romano da palavra) do governador levada por danosa ambição queria se apoderar do índio e de suas terras. Infelizmente os mais atingidos depois de algum tempo, foram os pupilos dos jesuitas aglomerados pelo êxodo forçado nas aldeias baianas da zona do Rio Vermelho. A mortandade se tornou apavorante, trazendo desprestígio para os mestres atezados entre a descrença do selvícola nas suas virtudes, e golpes dos brancos açulados pelo próprio governador, e que neles viam um estorvo aos seus planos de aproveitamento da terra. No pró-

ximo Ilheus também eclodiu varíola em 1563 proveniente de Pernambuco, como narrava um rapaz que de lá viera resgatando ao longo da costa. Nunca, exclamava, presenciara tamanha destruição de vidas por moléstia. Era tanta, que *“nam se podiam enterrar uns aos outros”*, trazida à capitania pela nau em que chegara o padre Francisco Viegas, e como de costume, atribuída a castigo divino pela abusão da *“Santidade”* ocorrida no momento.

Em 1590 quasi fechando a série do século 16, deu-se o contágio que impressionava as visitas de Clemência Dória quando trocavam impressões acerca da morte de escravos caseiros. No caso, era muito de lamentar a importação de morbos fataes, tanto mais que a colónia antigamente apresentava boas condições sanitárias, antes que reinos saídos de portos infectos e naves imundas, viessem contaminar o litoral. O vulgar corisa, comum na Europa, de aspecto inofensivo, provocava entretanto hecatombes entre os antigos habitantes da América, sem defesa orgânica contra novos germens. Afeções pulmonares e varíola assumiam carater gravíssimo tanto entre os índios como os negros, matando-os em tres dias nos diz um cronista coevo, sem que se soubesse remédio para debelar a infecção. Deixam, contudo, os informantes de aludir à peste negra que assolava a Europa, e ao cólera endêmico no Oriente. Talvez a demora da viagem valesse na conjuntura aos baianos, aumentando a distância que os separava dos focos do mal.

No amparo aos enfermos além do desvelo de eclesiásticos, avultava a filantrópica instituição da Santa Casa de Misericórdia, implantado na Bahia por Mem de Sá, que lhe cedeu o antigo hospital de N.^a Sr.^a das Candeias, o primeiro que houve na cidade segundo autores baianos. Elevava-se além da cerca de Tomé de Sousa, em sítio algo impróprio, na crista do espigão sobranceiro ao ancoradouro das naus, batido de ventos, crestado pelo sol, apertado

num espaço exíguo, só melhorando as suas enfermarias muito mais tarde, graças à generosidade de Cristovam de Barros, motivo para a irmandade arvorar o patrocínio de S. Cristovam em lembrança do protetor. O seu mais illustre mordomo fôra o bispo D. Pedro Leitão, cargo por ele exemplarmente exercido, após ter recusado durante doze anos aceita-lo. Saia o prelado pelas ruas a pedir esmolas que juntava as que dispensava do próprio bolso, socorrendo a pia instituição nos escassos momentos livres do cargo. Deviam as suas enfermarias receber a todos que a procuravam assim como aos marujos das naus do porto, vivendo da liberalidade dos habitantes e de quando em quando de algum oportuno legado, que mal davam para satisfazer despesas acumuladas. Assim continuou a sua angustiosa situação, dispondo quinze anos depois de fundada pelo segundo governador, apenas de tres mil cruzados de renda annual.

Melhorou lentamente, posto tenha encontrado protetores como Mem de Sá, o bispo Leitão, Diogo Moniz Barreto, Cristovam d'Aguiar d'Altero, Simão da Gama de Andrade, António de Oliveira Carvalhal, Sebastião de Faria, Gaspar Barbosa e Francisco de Araujo, que Teodo Sampaio recenceou entre os principaes contribuintes. Por voltas de 1613, eram tantas as difficuldades da Santa Casa, que se tornavam assunto constante da conversa de pessoas interessadas na sua manutenção. Na casa do capelão do hospital António Álvares, em cuja casa estavam reunidos o vereador Gaspar de Barros, Afonso de Asevedo, capitão do forte de S. António e official da irmandade da Misericórdia, e o cristão novo Manoel da Silva de quem já falamos. Versava a conversa sobre os apuros das finanças hospitalares, que levaram o capitão a oferecer a venda de um ornato sacro para conseguir recursos.



As deficiências do principal amparo dos doentes da cidade, provocava excesso de trabalho no desdobramento de caridade dos missionários e no da sua botica. Tamava-lhes ainda tempo, e este era precioso, porquanto deviam instruir índios e a mocidade branca, futura dirigente da terra. Eram sustentados os colégios com dificuldades iguaes às que atribulavam hospitaes. A saude do corpo e do espírito corria risco na colónia por falta de recursos suficientes. Porfiavam, no entanto, os jesuitas em dispensar através todos os obstáculos, o melhor ensino que na época era possível oferecer à juventude. Representa, portanto, esta dedicação prodigiosa proesa no campo do ensino, pois proporcionou ao estudante colonial, há milhares de léguas da cultura do velho mundo, o mesmo cabedal de conhecimentos que recebiam os jovens da metrópole, tão perfeito que serviu de modelo ao sistema adoptado por nações católicas — o que é natural — e protestantes que vem a ser assombroso elogio. Na Prússia, base do poderio germânico moderno, inspirou a sua estrutura pedagógica militar. Na França, nação vanguardeira da cultura latina, até hoje o influxo jesuita é visível no ensino secundário e superior. Havia, porém, ao lado dos colégios, a ação do professor particular, gênero Bento Teixeira e irmão, que da Bahia se mudaram para Pernambuco no correr das vicissitudes da sua agitada existência (50).

Os incidentes que a ponteavam demonstram a inferioridade do mestre leigo em confronto com o jesuita, mormente no aspéto moral, em que provocava casos como o do mestre dos filhos de Sebastião de Faria, o mulato Fernão Luís de quem se dizia, subministrara peçonha a um rapás assim como a seus paes, a fim de que não o derunçassem como useiro do pecado nefando. Esses leigos, en-

(50) V. *Pernambuco e as Capitánias do Norte*, vol. III, 51-54, e IV, 254-8.

sinavam o suficiente para o mestrado em artes, equivalente ao bacharelado em ciências e letras no fim do curso secundário dos atuaes liceus e gymnásios, com que no século 17 o estudante se candidatava ao licenciamento. Na Bahia acontecia haver cristãos novos contrários a colégios católicos, si bem cuidassem em extremo da instrução dos filhos. O afã acabava por vencer escrúpulos, como os da cristã nova mulhêr do inglês luterano Tomas Babington, e o menino converso ia para aula com os cristãos velhos. Às vezes podia arriscar o inconveniente sucedido por volta de 1591, quando um rapás cristão velho molhou o dedo no tinteiro e marcou o filete da camisa do meio cristão novo Manuel de Faria (51). Suspeitava-o de judaismo e queria ver si mudaria de camisa aos sábados. Efetivamente viu o dito colega no dia incriminado com uma camisa de abanos enrocados que não era a mesma da véspera. O costume, entretanto; reconhecia o suspeito; podia ser também atribuido ao calor do clima baiano, em que muita gente mudava diariamente de camisa.

Os cursos particulares também se ressentiam de menos disciplina que nas aulas dos jesuitas. Travou certa vez o estudante Bartolomeu Fragoso por volta de 1590, acesa porfia com seu mestre acerca da circunferência e diâmetro da terra. À saída dos cursos, disse-lhe o licenciado Domingos Pires que o seu cálculo estava errado. Enfureceu-se o rapás e tal exaltação dele se apoderou, que proferiu inda viesse Cristo apoiar o contraditor não lhe daria conta. O destempero escandalizou os circunstantes, a saber: o licenciado Domingos Pires, o seu colega Bartolomeu Madeira e o mestre em artes Júlio Pereira, natural de S. Tomé, que depois do incidente não tardou a voltar ao reino. Reprendido, caiu em si o Fragoso e se foi confes-

(51) Manuel de Faria pertencia indubitavelmente a um dos grupos familiares mais infamados de judaismo da Bahia.

nar ao bispo, que o admoestou e nada mais fez, mandando-o em paz. No entanto, lá não era muito conformado o estudante, visto reincidir na leitura da *Diana* de Montemor, e continuar mesmo depois que lhe disseram ser livro defeso. Alegou, todavia, que à medida que se adeantava, rasgava as folhas lidas de modo a dar cabo ao livro quando chegou ao fim.

Na cidade havia várias pessoas que possuíam a *Diana*, e uma delas, Paula de Sequeira, não se contentava em o ler, ainda mandava um músico de nome Manoel que tinha em casa, cantar as "*cantigas da dita Diana*". Afigurase-nos recairem as suspeições do clero sobre o romance por julga-lo susceptível em sugerir maus pensamentos a católicos bem pensantes. Vimos páginas retro a celêuma levantada pelas parábolas de Belial, e a efervescência produzida nos frequentadores da loja do seu possuidor. Não menos perigosa seria a de uma Bíblia em lingoagem, de que fala Enrique Munis Barreto, profusamente editada em idioma castelhano, para espalhar a descrença e confusão nas povoações ibéricas. Compreende-se que temessem as repercussões dessas leituras os responsáveis pela paz do rebanho baiano. Toda e qualquer leitura segundo os pastores, devia ser primeiro por eles examinada antes de entregue ao público mal preparado para recebe-la. Por esse motivo, eram proibidos os amores bucólicos da *Diana*, a *Euforzina*, os *Dialogos* burlescos de Hidalgo, e mesmo as *Metamorfozes* de Ovídio, leitura pagã cheia de insídias. Entretanto, no ensino dos jesuitas no final do curso secundário, compreendia os maiores poetas da antiguidade, contribuindo poderosamente os colégios da Companhia de Jesus para o conhecimento e difusão da literatura clássica no mundo do Ocidente. Aí temos, como inda nos períodos históricos pretensamente considerados obscurantistas, luziam faulhas do melhor lume, o que nos leva a crer na intangibilidade dos frutos da civilização a despeito do novo obs-

curantismo que desceu sobre parte do mundo, em vastas regiões dominadas por fanáticos irresponsáveis.



Procurava o baiano depois de ocupações familiares e públicas divertir-se na cidade do Salvador de modo cada vez mais variado e intenso à medida que se aproximava da calamitosa invasão. Pode-se até, parodiar a célebre frase de um francês a respeito da "*douceur de vivre*" reinante antes do cataclisma que a afugentou e a substituiu por dores e lamentações. Segundo se depreende de documentos da época, havia tanto nas cidades como em pequenos arraiaes, cordialidade que tornava os homens mais solidários entre si nos bons e maus passos da vida. Surgia nas pequenas aglomerações urbanas do litoral, em que toda gente se conhecia, menos rígida divisão das classes do que na península. Registava-se, daí, outro fenómeno social, adalgaçadas as diferenças entre brancos, e aparecendo nova separação, mais lata e compreensível, representada por custas segundo o pigmento dos seus componentes. Na comunidade branca um vilão de beetria dotado de boa índole e capacidade, podia aspirar à craveira de senhor de engenho; a mais alta na classificação colonial; que lhe abria a porta da vida pública, feito "*homem bom*" em condições de exercer a governança, e casar os rebentos com a fidalguia.

Mas sem chegar a estes píncaros, desde que fosse branco e tivesse fama de ortodoxo, facilmente alcançava na colónia posições que no reino lhe seriam inatingíveis. A prática do culto, os cargos nas irmandades, os deveres nos rebates de guerras e outros incidentes favoreciam em terra nova os que aparentavam boa vontade. Viam-se, pois, constantemente em contáto os habitantes, na igreja, no senado da câmara, nas reuniões, em festas coletivas e prin-

principalmente na conversa à porta das residências, de tanta importância na vida do homem colonial que deixamos para adiante os seus caraterísticos.

Uma das grandes e festivas solenidades eram as comemorações do aniversário de S. M. data semelhante ao nosso 15 de Novembro. Afluíam os senhores de engenho para a séde da colónia, ocasião para exhibirem cavalos ricamente ajaesados em disputas de canas, patos, argolinhas e outros jogos de destresa. As touradas pertenciam ao mesmo gênero, a despertar delirante entusiasmo no povo de origem ibérica, afeiçoado aquele espetáculo como hoje as multidões ao foot-ball, conhecidos os mais hábeis toureiros, aclamados os seus nomes, envoltos na aura da popularidade trazida pelos triunfos de circo.

Depois dos divertimentos públicos, o que devia encher a vida dos baianos no século 17 era o jogo. À noite não seria raro ouvir-se depois do toque de recolher, vozes avinhadas berrarem "*trucos*" tonitruantes, com o entono próprio de copiosas libações. Nas casas de onde qualquer um podia concorrer ao barato, abuzava-se do truque e outros jogos de azar, que hoje nos parecem bem inocentes ao lado da roleta ou pif-paf. Jogava-se também as "*taiulas*", com dados, que vinha a ser o velho gamão permitido pelas Ordenações Manuelinas, assim como outros de taboleiro, damas e xadrês, que ao contrário das cartas, eram considerados honesto passatempo. Às vezes, novidades provocavam escândalo, como sucedeu numa capitania a Jorge Fernandes, que tinha um livro de sortes no qual lançava dados, e por certos pontos e letras viam os jogadores quantas folhas deviam buscar para saber o resultado. Parecia condenável o processo a católicos extremes, que suspeitaram tratar-se não de divertimento, mas de sortilégios com bafio de bruxedo.

O prazer do jogo estava difundido em todas as camadas sociaes. Ricos e pobres, fidalgos e plebeus, cristãos

velhos e principalmente novos, adoravam este passatempo. Por mais que o proibissem, ou o limitassem, não havia desvão na colônia sem a sua partida à roda da qual ainda mais se esvaíam — nem que fosse momentaneamente — diferenças sociaes, quando não dava geito de organisa-las somente com pessoas da mesma condição. Essa predileção se explica pela falta de divertimentos confessáveis, num meio acanhado e tranquilo como todos de prosperidade agrária, em que muitos ricos moravam grande parte do ano no engenho.

Os desportos de caça e pesca, tão apreciados na Europa onde constituia o maior divertimento de reis, papas e imperadores, encontravam menos interesse nas capitánias, visto ser muito arriscado afastar-se de povoações. Por sua vez, a pesca era desagradavel a europeus, pelo excesso de calor inda estivessem acostumados ao verão portuguezes. Poucos reinos embarcariam em jangadas rumo a alto mar, ou consagrariam o domingo à vigilância de camboas de-baixo de sol de chumbo. Em compensação se-lhes oferecia a apaixonante caça do ouro nas bandeiras sertanejas, caso não preferissem a do índio. Semelhantes aventuras, porém, estavam reservadas para certos determinados mamelucos, especializados no mister, sem atrativos para povoadores sedentários do norte e no centro do litoral brasileiro.

Voltavam-se então para outras caçadas, tornadas ainda mais excitantes pelas proibições da Igreja. Procuravam as autoridades eclesiásticas obstar escândalos e outros excessos fulminando contra amancebamentos e proliferação de filhos naturaes nocivos a boa paz da terra. E' conhecida a excomunhão lançada pelo bispo D. António Barreiros contra Antónia Fogaça para que não tivesse comunicação com Fernão de Sousa. Ela era viuva de António Dias Adorno, dos famosos mamelucos da Cachoeira, e ele era seu cunhado e procurador em negócios, desabando a tal

excomunhão para que cessassem, “*certos escandalos e presunções que de falarem e communicarem nasciam*”. Em tempo de costumes mouriscos nem tratar de negócios homem e mulher podiam, provavel causa de casamentos como o da viuva do Bângala com Pero Garcia, a fim de evitar falatórios. O mesmo D. António Barreiros ordenou certa vez, fossem embarcados de volta para o reino os homens casados que estivessem no Brasil sem as suas esposas. O crescimento dos primitivos núcleos povoadores, vedou com o tempo medidas parecidas, multiplicando-se o número de mamelucos e a seguir o de mulatos, pela importação de captivos da África.

As mestiças davam o grande contingente de meretrizes coloniaes, escassos dados, porém, possuímos a respeito. Supunha Rodolfo Garcia fossem poucas, figurando em ínfima proporção no total dos habitantes. Não deviam ser, por certo, numerosas onde a inquisição via com maus olhos “*mulheres do mundo*”, si bem lograsse algum dia afasta-las por mais que as ameaçasse com penas de prisão e degredo. Na rua de Bastião de Faria morava Ana Carneira, uma das taes mulheres do mundo (52), que possuia escrava mameluca de seis ou sete anos de idade, que ela mandava segundo costume na colónia vender peixe pelas ruas. A coitadita demorava tarde fora de casa, exposta a maus encontros. Numa dessas caminhadas foi alvo de propostas libidinosas de outro mameluco, Jácome de Queirós, clérigo de missa, que embriagado, cuidando que a corrompia de um modo — dizia ele chamado a se confessar perante superiores — verificou em tempo que era de outro, e dela se afastou. Na época, índia ou mameluca representava pou-

(52) Apesar de cega de um olho, fôra amante de Diogo Martim Cão, o famigerado “*Matante Negro*”, e de seu genro Gaspar de Goes, costumando dizer no “*ato carnal*” as palavras da consagração “*para os homens quererem bem às mulheres*”.

ca cousa, encontrando amparo somente junto à Igreja, e nesta particularmente perto de jesuitas. Os demais clérigos não partilhavam a mesma disciplina e rigor moral, de sorte que, o mesmo mameluco repetiu a façanha com uma sua jovem escrava, com a mesma idade e nas mesmas condições, podendo mais tarde a vítima encontrar felizmente liberdade e situação estavel no casamento.

O nome da Carneira chegou assim fortuitamente ao nosso conhecimento graças ao processo provocado pela desdita de uma sua escrava. Em documentos semelhantes nos nos chegaram notícias de Clara Fernandes, viuva do carcereiro da cidade, "*cristan nova que dá de comer em sua casa*", acusada pela enteada de açoitiar um crucifixo de prata que possuia dizendo, "*ás de me dar de comer que tu me trouveste quá*". Por sinal comia carne fria com azeite, acepipe cosinhado em tijela em vez de panela, e "*mes-turava grãos e os pisava e lhes lançava adubos sem lhe botar couve e as presas que ahí estavam* (na cadeia) *logo diziam que aquillo era cousa de judia*". Essas mulheres eram Ana Franca, cristã nova, "*molher do mundo moradora nesta cidade por baixo do esgremidor em casa da castelhana Marena, e huma cigana per nome Maria Fernandes e outras que não estão nesta cidade*". Constava que a dita Clara viera degredada de Portugal por se ter casado com bigamo, provavelmente ciente disso, pois, de outro modo não se explicaria o castigo que tanta cólera lhe despertava contra o inocente crucifixo. Esses fatos eram propalados entre outras por Isabel Rodrigues, de alcunha a "*Boca Torta*", e indiscreções de um tal Malhado, que a conhecera quando ele também estivera na cadeia, e que passara ao depois a viver com ela "*portas a dentro e segundo dizem em conversação deshonesta*".

Uma outra "*molher do mundo*" de nome Viegas, dizia que estivera recolhida com a tal Franca no mosteiro das convertidas de Lisboa onde a judia cuspira sobre um

crucifixo. Na Bahia amancebára-se com homem casado, António da Silva, escrivão dos orfãos, apesar de degredada e continuar em má vida, tendo desejado num dia de Páscoa que os diabos a levassem. No entanto, só desprezavam vida decente na colónia os incorrigíveis, porque os delinquentes occasionaes encontravam na terra nova tantas oportunidades quanto desejassem para se regenerarem. A Maria Fernandes, cigana, que estivera presa na cadeia, mais tarde se tornou esposa de Amador da Silva, também cigano, nomeado carcereiro. Nos seus depoimentos contra a antecessora Clara Fernandes, citava o testemunho de uma tal Gironima, sem resultado, porém, porquanto as autoridades anotavam "*He moça deshonesto e sem credito*", tal qual outra cigana de nome Violante implicada em furtos.

A dita mulhêr fôra degredada do reino por esse motivo deixando o seu marido "*Baltesar cigano nas gallés*". De não melhor reputação era Maria Gonçalves, alcunhada "*Arde-lhe o rabo*", degradada do reino por feiticeira, concorrente da Carneira em propiciar filtros amorosos para homens gostarem de mulheres, a qual para se proteger da autoridade trazia metidos nos cabelos ossos de enforcados. Contra Ana de Aredo dizia-se tanta cousa ao mesmo tempo que ficamos na dúvida si era cristã nova ou mourisca, casada ou "*molher do mundo*", constando ser crudelíssima contra seus "*negros*", mandando açouta-los toda segunda-feira, "*a qual Ana de Aredo dizem que diz que vive de tanto se lhe dá*".

Outras muitas "*molheres*" devia haver num porto onde afluiam marujos e viajantes de todo mundo. A tarefa desse elemento, necessário para manter a paz, e paradoxalmente, o decoro na cidade evitando males maiores, era no geral mal compreendida nos países ibéricos. Vem de molde a conhecida história glorzada por literatos de várias latitudes, do jovem soberano da China que resolve extinguir a prostituição. Para esse fim mandou que as meretrises

fossem recolhidas às prisões, sem de longe imaginar a calamidade que provocava. Sentindo falta da cloaca venusina, desandou a multidão nos piores excessos, assaltando as residências dos mandarins, violentando velhas e donzelas, assassinando os que tentavam repeli-la, sacudida a noite pelos clamores que em toda parte se levantavam. O rojo asqueroso em pouco abalou o trono, vendo-se o imperador a braços com temível revolução insuflada pelos que queriam aproveita-la para empalmarem o poder. Aconselharam-n'ò então os homens de experiência que não tinham sido ouvidos pelo soberano, restabelecesse o derivativo das paixões populares em má hora suspenso por ele, imperador, dono de harem de beldades, sem conhecimento do problema atormentando a milhões de súditos. Teve de ceder o Filho do Ceu, lavrando decreto permitindo o amor venal sem lograr, todavia, efeito. As cortesãs ofendidas pela arbitrariedade, recusavam tornar às antigas ocupações, mantendo-se em greve. Vendo-se perdido, atirou-se o imperador a seus pés, rogando com lágrimas e súplicas que voltassem aos lupanares, até que por fim (era jovem e belo), logrou mover-lhes o sensível coração e a paz voltou sobre a China.

Sem remontar as antiguidades do Oriente, na própria Roma papalina, sob vistas de superciliosa censura, apavorada no século 18 por Voltaire e os enciclopedistas, vendia-se um pequeno roteiro da cidade para uso de visitantes. No livrinho, que enlevava nosso pranteado amigo Tristão da Cunha, havia um pouco de tudo, inderessos por exemplo, de mercieiros onde se podia encontrar os famosos pêcegos de Nápoles, os inesquecíveis *cosce donne*, superados, contudo, pelos mais succulentos ainda *cosce monaca*. Havia também inderessos menos inocentes, como o de Impéria, cortezã vulcânica, causadora de paixões ruinosas, de que o forasteiro devia se precaver. Seguiam-se outros do Transtêvere às vizinhanças da Cúria, dos quaes o autor

das *Histórias do Bem e do Mal*, destacava um de sua predileção; o inderesso de Angelica, "*molto riservata, consigliabile per ecclesiastici*", que viria a propósito na cidade do Salvador no caso do maneluco Queirós, fazendo com que deixasse em paz as meninas das ruas.

*
* * *

Mas o grande entretenimento de todos os povoados sem exceção era a tertúlia palradora, que passava revista às cousas e às gentes, fazendo ou desfazendo reputações, através inapeláveis sentenças de opinião pública. Não havia desporto, nem espetáculo, nem jogo que se lhe emparelhasse em interesse e variedade. Certas lojas, barbearias, boticas ou portas de residências, eram pontos de reunião obrigatória para os informantes da cidade, reproduzindo o que desde a noite dos tempos sucedia na metrópole. As línguas soalheiras formavam, entretanto, classe desunida, a retalhar santos, diabo e todo mundo, com ferocidade a que se atribuía a perda da Índia pela confusão que espalhara nas hostes portuguesas. Em brigas intestinas esvaira-se o valor luso no Malabar, e não menos virulento se mostrava o mexerico nas capitánias do Brasil, onde já tinha provocado tragédias. Acontecia, igualmente, que de permeio, tinha alguma vez contribuído para organizar resistência a abusos condenáveis.

Nos outros momentos, consistia principalmente em espiolhar a vida alheia com meticulosidade superior a de qualquer esbirro policial encarregado de pesquisar o passado e o presente de suspeitos e criminosos. Um dia o assunto versava os destemperos do sub-chantre da Sé, Baltasar Pita de Vasconcelos, "*homem terrível e mal inclinado*"; no dia seguinte, o casamento da viuva do Bângala com o meio cristão novo Pero Garcia; num outro (a não ser que fosse na mesma hora) o testamento de Enrique Fernandes "*da nasção*", deixando muitos mil cruzados ga-

nhos no Brasil ao seu correligionário Francisco Lopes Franco, que depois de os receber se passara as Flandres. Casos semelhantes não eram raros; Luís Vaz de Paiva, também da “*nasção*”, fôra mercador na Bahia, depois senhor de engenho,volvendo a Lisboa, onde casou e mais tarde fugiu com a mulhêr (ocioso acrescentar, e os cabedaes) para o mesmo sítio, descrevendo com a sua atividade paradigma do converso no Brasil; solteiro na colônia, mercador, senhor de engenho, casado no reino, e fugido com o dinheiro para “*Gulfo*” ou vizinhanças.

Nas capitánias encontravam-se ramificações dos focos de mexerico salvadorenses. Ecos de uma barbearia olindense repercutiam na Bahia e vice-versa, espalhados os dizeres de “*hum mercador christão novo barbicastanho mancebo de vinte anos*”, o qual tivera a imprudência de contar ante o figaro, e os seus não menos temíveis clientes, que “*desejava marcar dous moleques moços de Guiné pera mandar ao duque de Ferrara por que tinha recebido delle muitas merces e honras e isto dixeu a proposito de estarem falando de moleques de Guiné sendo testemunhas presentes o ditto barbeiro, e logo elle notou aquellas palavras do christão novo e tomou delle roim sospeita de que fora já a judiaria de Ferrara*”, censurava um dos presentes, “*e apartandose dalli com outro circunstante o outro lhe disse o mesmo*”. Aí temos, amostra de uma tenda de barbeiro, onde cada pessoa que se atrevia sair antes dos outros caia-lhes na maledicência, segundo velho conto, até o último voltar-se na soleira da porta vêr o boticário, dando-lhe com os braços cruzados as armas de S. Francisco.

Nessas reuniões, maus e bons católicos, porém mal orientados, malsinavam o celibato dos eclesiásticos a favor do bem comum. Pretendiam nada menos que demonstrar a superioridade do casamento sobre o espírito de renúncia e de sacrifício do catolicismo, que não admite partilha dos seus ministros com interesses familiares. Daí, padeciam to-

da sorte de ditos chistosos, com que muitos habitantes gizavam consciente ou inconscientemente denegri-los. Assim, certa vez, disse o cristão novo João Vaz Serrão que um frade do Carmo lhe contara, como no momento em que Deus tirava a costela do homem para criar Eva, sobreviera um cão, o qual aproveitando um descuido a comera. Teve, daí, o creador de esperar a digestão do animal, para com o resíduo fazer a mulhér. Conhecida a virtude dos primeiros carmelitas que aportaram a Bahia, tudo leva a crer não passar de grosseira invencionice dito tão impróprio, inda quando o religioso quizesse chamar de modo realistico a atenção de jovens inexperientes sobre “*os pe-rigos da carne*”.

Dos assuntos a provocar longas discussões avultavam também as medidas administrativas regendo a capitania. Havia quem lembrasse nostalgicamente as virtudes de administradores passados; os mesmos que na vigência de seu governo tinham levantado críticas dos que agora os elogiavam. A vinda de outros procônsoles, conjugada à ação sedativa do tempo, reformavam para melhor a lembrança dos primeiros. Sobre o governante do momento é que desabavam doestos sem conta, acoimado de negligente, obtuso, desonesto, cheias as páginas do *Soldado Pratico* de Diogo do Couto de exemplos das aleivosias que nas colónias se derramavam sobre os administradores. Na distribuição de coimas o clero era copiosamente contemplado, dizendo-se no tempo de D. Pedro Leitão que a cristã nova Serrão atirara um crucifixo num monturo, provocando processo ao depois abafado por dinheiro. O funcionalismo leigo tampouco escapava, nada ficando a invejar aos outros principalmente quando se tratava de judeus ricos e corruptores. Constava por volta de 1584 que o agente da Companhia de Jesus e escrivão do bispo, de nome António Gomes, recebera dez cruzados de Manoel de Melo, negociados pelo seu irmão Bartolomeu de Vasconcelos, cónego

da Sé, para queimar autos de uma devassa. Eram relativos ao processo movido contra um criado ou protegido de Manoel, acusado de incidir no nefando com Matias, negro de Guiné. O mesmo Bartolomeu; aliás, Baltasar de Vasconcelos; o homem "*terrível*" que se embriagava, blasfemava, ameaçava e agredia; dizia-se que aceitava propinas como no caso de Flípe Miranda. Por estas simples alegações percebemos como recaiam sobre o bispo exações que não praticava, e se comprometia a jesuitas pela ação de um fiduciário inescrupuloso, a que os padres eram obrigados recorrer por não poderem tratar de assuntos mundanos, e deverem cometê-los a terceiros. Assim sendo, procuravam o mais digno da incumbência, e quem se apresentava melhor que o escrivão do bispo? Vemos, também, a corrupção do funcionalismo de que tanto hoje nos queixamos, campear bravia desde que apareceu esta confrangedora cousa que se chama Repartição Pública.

Mais um motivo de efervescência nas conversas era o tabelamento dos gêneros, lembrança muito oportuna neste momento, fazendo-nos espetáculos idênticos separados por séculos, em que governantes cedendo à grita do povo resolvem cercear especulações abusivas. Era o bastante para surgirem infindas e azedas discussões sobre o abastecimento da população, por parte de indivíduos que na maior parte tinham vindo ao Brasil para rapidamente se enriquecerem. Antes do alvará que em 1688 obrigava os lavradores do Recôncavo a plantarem quinhentas covas de mandioca para cada escravo que possuíssem, a fim de afastar o avantesma da fome, devia haver outras disposições acauteladoras visando os males da monocultura. Trazia, porém, a medida oficial proliferação de encarregados da sua execução, assim como modalidades de taxas para sustentá-los que fortemente afetavam o produtor. Referindo-se a Bahia escrevia mais tarde o economista Rodrigues de Brito, impressionado pela constante elevação de tributos

e complicação de serviços, *“Tolher aos lavradores a liberdade de vender os seus generos no lugar, em que tem maior valor, he o mesmo que roubar-lhes huma porção deste valor; isto é, priva-los das riquezas que elles fizeram nascer com o suor do seu rosto”*. Era o resultado de um mal que se desejavam sanar com outro pior, a ingerência de funcionários e repartições públicas sobrecarregando a atividade produtora de onus que lhe atalhavam a atividade.

Comparava Rodrigues de Brito a China ao Brasil, dizendo que a primeira *“Imperio civilizado ha tantos seculos”*, favorecia quem quizesse levantar engenhos, havendo até engenhocas volantes a percorrer as províncias, ao passo que entre nós levantavam-se todos os obstáculos imagináveis ao empreendimento. *“He certo”*, acrescentava, *“que alguns senhores de engenho estabelecidos, não olham de bom grado a edificação de outros novos, concorrência porém que he o germen fecundo da emulação, sem a qual se não deve esperar melhoramento em campo algum de industria humana”*. Felizmente para Rodrigues, vivia ele numa época em que ainda se acreditava nos frutos da iniciativa privada, no estímulo da livre concorrência e nas conquistas da Grande Revolução. Hoje parece de muito preferível o regime do *“arrocho dirigido”*, que nos valeu durante a última guerra ficar o sul do país sem assucar, e quando terminou a conflagração mundial não haver mercadoria para ser vendida nos mercados desfalcados.

A máquina constrangedora estava em movimento e nada mais a deteria. Agravou-se durante a luta contra os holandeses, e como succede na circunstância, juntamente com ameaças de penas terríveis, morte, degredo, confisco, etc. . . campeia infrene o mercado negro. O reflexo dessas disposições também abrangia, desta vez com resultados mais probantes, os salários de profissionaes agrupados em confrarias sob invocação de santos. Para os carpinteiros era S. José, e assim por deante, encabeçadas por um juís do

mester. Foi a esses grêmios que se voltou o provedor Cosme Rangel de Macedo nas lutas que teve de travar contra a governança, composta da gente mais importante da capitania. Valeu-se na hora — o substituto de Lourenço da Veiga, falecido antes da chegada do novo procônsul — da lei de 1535 que permitia aos mesteres colaborar por intermédio de seus juizes nas deliberações da câmara. Assumiam o papel de delegados classistas, no tocante regimentos de ofícios, fixação de salários, protestos porventura causados por requisições de serviços “*para obras del-rei*”, quasi sempre para obras de defesa da cidade, e tudo mais que se referisse à classe que representavam (53), e no caso da falta de outros *homens bons*, entre eles se podia recrutar os governantes do povo.

Nas conversas do dito, ante numeroso auditório, também se extravasava o ódio ao espanhol por parte do reinol português, pouco ou nada acompanhado pelo crioulo da terra, desinteressado dessas contendas nacionalistas. Ouviam os lusos esbravejarem contra os prejuizos que lhes acarretava a união das duas coroas, sem lhe esposar os argumentos. Os paulistas chegavam até a penderem pelo castelhano, temendo arrefecimento do proveitoso intercâmbio que mantinha com o Paraguai e o Prata. Daí a comoção provocada por António Castanheira, ao dizer que antes preferia ser mouro a absorvido pelo vizinho, e quando censurado por um espanhol, ajuntou que lera uma crónica tratando das guerras entre os dois reinos deixando patente a absoluta separação que os dividia. Pouco tempo depois o seu contraditor o encontrou em casa de amigos no Passé, dizendo-lhe que preferia ser mouro a luso. Causou o dis-

(53) Por curiosa analogia foram reproduzidas estas disposições nas primeiras “*unions*” inglesas, entre 1840 e 45 e antes das “*trade unions*” que tinham o trabalho por mercadoria, fixando salários, obstando greves, limitando o número de aprendises, baseadas na lei da oferta e da procura.

parate mal estar num ambiente sobressaltado pelo temor de heresias que abrissem a porta a invasões, intervindo as autoridades eclesiásticas que o interrogaram, si alguma vez tivera comunicação com mouros ou luteranos, e "*si lera os seus livros*". Entretanto, o castelhano era ótimo católico, desses que misturam religião com patriotismo, podendo afirmar com a segurança da inocência, de que apenas vira mouros em Granada, de onde era natural, ademais cristianizados e com os quaes não privara nem lhes conhecia os costumes.

Transparece neste incidente o grande problema ibérico do século 16, no conglomerado de nações e interesses antagonicos a constituir o império filipino. Era qualquer cousa como o que hoje existe no oriente europeu, na região arbitrariamente unificada por baionetas, sem consulta ao povo dentro de princípios democráticos. Tudo se passa à revelia da vontade popular e o resultado é o clássico colosso de pés de barro, cujo vulto só impressiona a quem ignore a lição da história. No século 15 e 16 ensanguentou-se a península na luta pela hegemonia de Castela, antes que os seus reis conseguissem absorver as Espanhas, enquanto ao norte da Europa o mesmo acontecia à roda do ducado de Borgonha. Os casamentos de herdeiros dos dois grupos fez o resto politicamente, amontoando coroas sobre a cabeça de Carlos V, mas os povos continuaram divididos, e a despeito da energia de Felipe II, e sucessos que logrou alcançar quando Castela chegou ao ápice da grandesa, o edificio que deixou não resistiria a uma centúria. Vimos idênticas circunstâncias se repetirem com a Holanda no século 17 e a Inglaterra no 19; nações constituídas herdeiras do império espanhol; confirmando a regra, de que não se conservam territórios conquistados pela força além de algumas décadas, e isso mesmo em circunstâncias exepcionaes. Do contrário difficilmente lograrão predomínio por tão longo espaço, si considerarmos longo o que para as nações predatórias se afigura curtíssimo.

PORTUGUESES, EXTRANGEIROS E OUTROS ELEMENTOS DA POPULAÇÃO

Nas condições em que se encontrava a colônia na América, e a metrópole na Europa, constituia a presença de estrangeiros no seu território problema dos mais complicados. Entre nós assim continuou pelos séculos afora, mas deixando agora a questão imigratória, vamos ver apenas qual teria sido nos primeiros estágios do povoamento a contribuição dos não-portugueses na formação da comunidade branca colonial. A união das duas coroas encaminhou aos presídios litorâneos sensível contingente de militares castelhanos. Quando dizemos sensível, é considerando a insignificância dos indivíduos de origem europeia até a Independência e o estabelecimento da política imigratória no século 19. Nesse longo período de tres séculos, qualquer marujo ou homem de armas que se deixasse ficar nos presídios da costa, tornava-se tronco de estirpes hoje avaliadas em dezenas de milhares de descendentes. Netos de Caramurú ou de João Ramalho tornaram-se um anonimato, porquanto o simples enunciado do seu nome não permite fazer idea quem possam ser, além da presunção de que proverham do lendário homem do arcabús, ou do maioral de S. André. Este afluxo de castelhanos começado sob Felipe II, não cessou enquanto permaneceu o

regime dos Habsburgos. A necessidade de vigiar, sinão defender, as costas remetia constantemente contingentes espanhados da Paraíba a S. Vicente. A esquadra de Diogo Flores de Valdez; a maior força que surgira nas Américas mandada pelo rei que mais se esforçou pela sua segurança; deixou vários officiaes e soldados em fortins e povoados. Em trabalhos que realizamos sobre os primórdios de Pernambuco encontramos vários, e na Bahia existe um depoimento versando "*alguns castelhanos ou castelhanas neste Brasil que vieram na ditta Frota e no Rio Vermelho mora hum castelhano alcaide da praia e assi ha outros a que não sabe o nome e que vieram na ditta Frota*". Ao todo somados seriam bem poucos, em compensação lastreados como estavam da mesma crença e tradições ibéricas, fundiam-se harmoniosamente com os demais habitantes que os tinham precedido. A imensidade da terra desfazia na sua larguesa questiúnculas nacionalistas formando com sólida argamassa a base do que ia ser a classe dirigente do Brasil império e do Brasil república.

Na governança da Bahia e serviços públicos na vigência dos primeiros governadores, constava Diogo Zorrilha, chegado no tempo de Mem de Sá em 1556. Desempenhava o cargo de Alcaide Mor do Mar, e mais tarde foi escolhido pela sua honorabilidade curador dos índios, tarefa da maior responsabilidade visto a situação do gentio aculturado ser o pomo de discórdia entre povoadores e missionários. Vindo a falecer substitui-o seu filho Francisco formado a seu exemplo, e tinha por genro António Dias Adorno, neto do Caramurú, bandeirante preador de índios, dono de grande escravaria na Caxoeira e em Sergipe. Outro genro era Pedro Paes Machado, que também foi curador, sucedendo ao sogro e ao cunhado, mostrando que a família estava toda interessada em questões do gentio.

De menor categoria entre os catelhanos fixados na Bahia constava Marcos Mendes, protegido de Garcia de

Ávila como este fôra de Tomé de Sousa, que antes de volver ao reino o deixou próspero e poderoso. Havia também mulheres como Catarina Moreno que viera na frota de Valdez numa das quatro naus de mentimentos. A expedição era enorme como vimos, destinada a afastar ingleses da América do Sul. Patrulhou mares, levantou fortificações, demorou-se longos meses na tarefa, em magnífico começo de realizações, que infelizmente não foi adiante nos reinados seguintes por crescentes dificuldades financeiras. Numa embarcação com víveres necessários ao grande número de navios destacados onde só podiam encontrar praias desertas, *“na frota grossa que foi ao estreito de Magalhães”*, chegou a mulhêr, *“com hum castelhano chamado Francisco de Burgos e ora casado em Perabusu nesta capitania”*.

A tal Catarina nascera perto de Toledo, e estivera casada apenas seis meses em Málaga com o *“seu marido legitimo”*, fugindo em seguida na frota em companhia do dito Burgos, que em Paraguaçu se tornou feitor de umengenho, *“e não se ousava ir a Lisboa com medo do seu marido vyr ahi ter e a matar”*. Aventuras semelhantes sucederam a Alonzo della Paz (nome com cheiro cristão novo), casado com a cigana Apolônia de Bustamante, moradores por volta de 1577 na cidade do Salvador. O carcereiro Diego Anes também parece pelo nome castelhano, certo, todavia, sem sombra de dúvida sobre a orijem, temos João de Cavallos, soldado cristão velho *“montanhes”*, natural de Santa Cruz de Castanheda, no vale de Torranza. Chegara a Bahia em 1585 e depois de morar algum tempo no rio de S. Francisco, se transferira à cidade do Salvador junto às casas de Cristovam de Barros. Em declarações que prestou, aludia a Diogo Fernandes, *“tambor mor desta cidade”*, castelhano, aparentemente chegado ao mesmo tempo, e para o mesmo fim militar. ,

No capítulo de Diogo Botelho tratamos dos biscainhos empregados como peritos na pesca da baleia. Trouxera Pedro de Orecha barcos especializados com as respectivas tripulações, com as quaes fundou uma pescaria do cetáceo na ponta da Cruz na ilha de Itapagipe. Quando em princípios do século 17 Pyrard de Laval visitou o Recôncavo, já encontrou próspero comércio de óleo de baleia e seus derivados constituindo boa fonte de renda para a colônia. Por casualidade um castelhano alheio a essa indústria, chamava-se João Biscainho, natural de Baeza. Morava na Pitanga, no curral de João de Sequeira, com a mulhêr mameluca, compartilhando a mesma complacência genésica a respeito de pigmento que portugueses cristãos novos e velhos.

Entre os castelhanos acontecia a mistura semelhante de católicos e judeus verificada com os lusos. Felipe Guilhem, que tanto deu que falar no tempo de seu protetor Tomé de Sousa, era cristão novo espanhol, assim como João Herrera Solis, "*da nasção*". Este fôra convidado a jogar truque por outro judeu mercador português, ao qual disse "*Alabado sea Dios que quiere jugar el señor Mateus Lopez*", a que o outro replicou, "*no lo bendiga tanto que no jugarê*". O curioso no caso é a correção das palavras castelhanas do documento, o contrário de termos exóticos de outra proveniência, geralmente estropiados, pelo que se pode inferir falarem correntemente castelhano as pessoas cultas da cidade no século 17. O povo miudo também cantava neste idioma as trovas do popular Bandarra, posto fosse português, traduzindo a letra por achar que assim lhe dava mais sabor.

Vimos retro, no depoimento de Diogo Lopes, os castelhanos que ele encontrara por volta de 1585 em Amsterdam, a saber; Domingos Prestes, asturiano, ao depois passado a Bahia onde se tornou capitão de Paraguassú, e António de Velasco, natural da Mancha, que da Holanda foi ter a Itaparica e ficou com lavoura de mandioca. Os do-

cumentos não nos dizem o que faziam entre flamengos, mas dado o intenso intercâmbio que então havia entre a península e as Províncias Unidas, poderiam lá estar levados por urcas armadas na Holanda com tripulação “*internacional*”, pois os holandeses empregavam numerosos marujos e homens de armas de vária origem e religião. Como, porém, lutavam os íberos com maior dificuldade que os batavos em recrutar gente do mar, seria mais provável fossem soldados de embarcações relacionadas com o comércio espanhol.

Dos domínios de Castela apareciam às vezes elementos nos domínios lusos, que vinham a ser a retribuição dos que os portugueses lhes mandavam. Um certo Sandoval, cristão velho, figurou num processo ocorrido na Bahia mais ou menos em 1618. Nas mesmas condições estava Rodrigo de Almeida, este, porém, natural da ilha da Palma, de nome português, mas que pela naturalidade indicada seria maiorquino ou tenerifano. Na sua cola não faltaram inevitáveis ciganos, gente andeja, que em pouco não tardaríamos encontrar.

Depois dos peninsulares os que mais importância desfrutavam nas colónias — não pelo número, mas pelos cabedaes — eram os flamengos, estreitamente ligados aos cristãos novos pelas suas ocupações. Dos aparecidos no Brasil no período anterior à invasão, destacava-se o importante mercador Manuel Vandale. Uma comunicação de D. Diogo de Meneses a el-rei de 1609, alude a este indivíduo, conhecedor do Brasil que percorrera várias vezes de norte a sul. Morara algum tempo na Bahia e em S. Vicente, tendo se naturalizado português talvez na intenção de se resguardar das medidas que os espanhoes intentavam contra estrangeiros nas colónias. Entretanto, não logrou se eximir das suas consequências, como se infere do pedido que fez de S. Vicente, de autorisação para ir buscar a sua mulher que ficara na cidade do Salvador. De nada qui-

zeram saber as autoridades lusas, pois eram terminantes as ordens de S. M. quanto ao afastamento de quintas colunas das colónias ameaçadas. Remetido preso ao reino na caravela de Pedro da Silva, encontrou a bordo nas mesmas condições, outro estrangeiro de nomé Francisco Duchs. O segundo fôra detido tempos antes por Martim de Sá, que o entregou ao capitão Constantino de Menelau, que por sua vez o mandou a Bahia. Aí ficou preso até 1609, embarcado naquele navio português, sendo libertado em alto mar juntamente com Vandale por corsários holandeses que estavam a caça de galiões ibéricos. Ambos participaram ativamente da organização da Companhia das Índias Ocidentais, e dos seus aprestos contra o Brasil. Estava Duchs entre os officiaes batavos presentes em 1624 ao desembarque em S. Antônio, muito valendo na ocasião os seus conhecimentos da Bahia para guiar os companheiros no assalto.

Outros mercadores flamengos importantes são mencionados nos tempos que precederam a guerra, em que vemos o nosso velho conhecido Osquer, que talvez nunca tenha estado no Brasil, não indo além da Madeira nos domínios lusos, mas aqui possuía bens e contratava feitores, mantendo com o Brasil linha regular de transportes. Dos que empregava, e êmulos menos consideráveis, compunha-se o grupo flamengo em que alguns estavam fixados na terra, e outros apenas em trânsito. Os imperativos do comércio — terreno neutro em que todos podiam se entender em torno de interesses comuns — obrigavam frequentemente os lusos a se servirem de barcos dos seus competidores. Na cidade do Salvador havia um *“flamengo dos que vieram na urca em que veio o governador”*, que era D. Francisco de Sousa, e outros não sabemos si da mesma embarcação, ou mais provavelmente de anteriores, taes João Fernandes, ferreiro, solteiro, que morava em casa do presumivelmente castelhano Nicolau Mendes de la Penha. Não é preciso

precisar o momento da sua vinda, sabendo-se apenas que antes das restrições existiam na cidade do Salvador por volta de 1578 um tal Alberto Carlos, tratante; ou comerciante; morador pelas bandas do Monte Calvário. De uma feita, tendo alguém afirmado que mouros e turcos iam todos para o inferno, retrucou o tal Alberto que o Senhor os havia criado na sua lei de Mafonia e que nela se haviam de salvar. O escândalo dos presentes aumentou quando um seu primo, João Adriam, repetiu a mesma proposição herética, homem que já devia ser de alguma idade porque em 1591 era falecido, deixando um filho de quinze anos de idade. Nascido como este entre portugueses, era Guilherme Pompeu, filho de Martim de Bruges Pompeu, flamengo estabelecido em Lisboa casado com portuguesa.

Como eles viam-se os Holandas de Pernambuco a salvo dos rigores do governo colonial voltado contra estrangeiros. Menos seguros estavam os que incidiam em denúncias como Gregório Nunes, "*per outro nome Nidrophí, meo flamengo, filho de flamengo e de christã nova*", domiciliados em Portugal. No curso da viagem o dito Nunes, aliás Nidrophí, fôra visto "*muitas vezes virar o trazeiro pera huma imagem de Christo no paço (momento) de Ecce Homo, e dar lhe muitos traques com o trazeiro, e todas as vezes que avia ladainhas e oração na nao o ditto Gregorio se afastava a praticar com as molheres*", assim como procurava judeus e lhes dizia que tinha parentes da "*nasção*", como que para saber si também o eram. Efetivamente um dos seus companheiros de viagem era filho de cristãos novos de "*Celonique judearia de Turquia*", de onde ele fugira para Portugal, onde foi inquirido pela inquisição por causa da orijem. Acrescentava o rapás, que suspeitava do Nidrophí, e o tinha por luterano com muita comunicação com gente da "*nasção*", tendo uma irmã casada na Madeira com Guilherme Leonarte, flamengo mercador.

Durante a viagem o dito Nidrophí costumava recitar trovas do Bandarra, com sabor messiânico mui suspeito, recitando longo trecho para os inquisidores (demonstração de interesse bastante estranha), que terminava:

“subiram francos leones con uno de sangre de David”.

Disse ainda que, tendo ido à noite ter com o visitador, depois se barbeara na tenda do Soares, barbeiro cristão novo, que lhe disse *“que vaes fazer judeu à casa do inquisidor, que por derradeiro à te de dar com a mão do gato e lançar-te ao fogo e apanhar-te quanto tens para o fisco”*. Interrompido o figaro pela esposa, a qual asseverava ser João Baptista bom cristão, como quem diz, a ele nada aconteceria, tornou a repetir, *“ora vós o vereis, ora vós o vereis”*.

De outra feita, indo Manuel de Granada jogar a cartela em casa do seu correligionário o mercador Enrique Fernandes, encontrou Pero Fernandes de Frandres, *“cristão novo doente dos pees”* que invocava Deus e o diabo segundo as peripécias da sorte. O nome com que é designado, viria provavelmente dele ter morado ou viajado muitas vezes para a Holanda, região que devia preocupar de modo absorvente aos conversos da Bahia, ansiosos por saber a quem iria pertencer a terra; si continuaria com luses afetados de torpor económico, ou cairia nas mãos de batavos progressistas. A respeito versara a conversa de Álvaro Sanches com Diogo Lopes de Évora, em que o primeiro interrogava o segundo sobre cousas das Flandres onde ele tinha estado, enquanto levantavam o guindaste que ia carrear mercadorias do porto para a cidade commercial.

Outra demonstração deste procedimento ainda aparece mais clara no caso dos convidados reunidos à volta da mesa do senhor de engenho Manoel Rodrigues Sanches, *“da*

nação”. A sós depois da saída dos servidores, falavam sobre a condição dos judeus nas Flandres, perguntando o dito Sanches a Luís Álvares “*que esteve naquellas partes, de como entravão os Judeus nas Synagogas*”. Informou o outro que “*cerimonias fazião, como ao entrar lavavão as mãos e punhõ a mão na têsta e antão beijavão a dita mão e levantavão ambas e entravão dentro, e meneando com o corpo rezavão os psalmos de David em lingua hebrea: E depois que acabavão a reza, vinha hum Rabino vestido com hua alva branco por cima do vestido ordinario e subia a hu pulpito grande aonde dizia certas orações e respondião os demais, Amen, dando saltos pera cima dizendo Cadox, Cadox, Cadox, que queria dizer Sanctus, Sanctus, Sanctus, Dominus Deus Sabaoth*”. As mesmas cerimônias faziam os judeus de Berbéria, dizendo o dito Luís Álvares que a lei escrita fôra dada por Moisés no Monte Sinai e que nada a poderia apagar.

A atitude dos judeus nesta altura era perfeitamente procedente. Viam de um lado, a metrópole com o comércio desorganizado, a economia periclitante, ameaçada de guerras infindas, sem capitaes que lhe permitissem enfrentar aqueles males. A união das duas coroas fôra desastrosa para Portugal, pois lhe acarretara a sobrecarga dos inimigos da Espanha, sem que esta lhe pudesse auxiliar na emergência. De outro lado, deparava-se aos cristãos novos a Holanda em pleno viço, aparentemente animada de espírito liberal, tolerante em matéria religiosa, fadada a radioso futuro. Que lhes adeantaria partilhar a decadência da península si deles não dependia remediar o irremediavel? Acreditamos que inúmeros cristãos novos aceitariam o que Solis preconisava, preferindo continuar com os portugueses a experimentar convivência com gente estranha, cuja língua não compreendiam e não apreciavam os costumes; de resto, povo tão apegado as suas heresias, segundo os rabís, quanto os portugueses. Mas, tinham-se

persuadido de que seria inútil sacrifício, preferindo tentar a sorte, que eventualmente lhes devolveria as colónias lusas animadas pelos seus capitaes e indústria. Pelo menos assim entendiam, e as prováveis contribuições que depois de enriquecidos no Brasil teriam de pagar no reino como auxílio as guerras do soberano espanhol, os convenceram de vez sobre o que deviam resolver.

Depois dos flamengos responsáveis pela situação, surgiam em plano muito inferior os franceses, ínfimos mesquinhos, longe de poderem ameaçar a integridade da colónia. João Rolim (sic) era calceteiro, morador no Monte Calvário, onde estivera às voltas com bruxedos de Maria “*Arde-lhe o Rabo*”. Outro João, este Vermelho, assim chamado talvez por ser ruivo; fáto comum entre normandos; morava em Itaparica. Da mesma orijem seria o suposto mamaluco, João Vila Nova, maneta casado com portuguesa, lavrador em Sergipe do Conde, próximo à cidade. Com ele ocorria confusão de nomes, pois assim se chamava um criado de Mr. de Boulés fugido do Rio de Janeiro, e que separado do amo fôra também se estabelecer no mesmo Sergipe. Nascido em Provins, na França, era filho de Nicolau de Coligny, que ele dizia ser nobre cavaleiro, e de sua mulhêr Nicola Simoneta, ambos católicos. Casara-se com Leonor Marques de Mendonça, nome que parece indicar orijem acima de proletária. Acusado de luterano pelo jesuita Luís da Grã, defendeu-se dizendo que viera ter a Guanabara com os companheiros de Villegaignon, os quaes em moço o tinham obrigado a frequentar as suas escolas protestantes sob pena de açoites, porém jamais concordara com tau doutrina. Assim que pôde, fugiu para os “*christãos portuguezes*”, passando pelos índios entre os quaes se demorou nove ou dez meses, até chegar a S. Vicente de onde passou a Bahia. Entretanto, degradaram-n’o para a Índia por julgarem as autoridades lusas que lá seria menos perigoso do que aquí.

Na capitania de Sergipe — sem ser do Conde — se encontrava outro francês Nicolau Luís, casado com mamaluca, que lá se achava desde 1569. Era normando, de Dieppe, filho de Roberto Cluce (sic) e de sua mulher, franceses. Contava que estando de viagem de Bordeus para a Normandia, fôra aprisionado por luteranos, e tivera de participar sob ameaças a suas orações. Pedia misericórdia de tamanho delito, o qual alvorou os que o ouviam e lhe recomendaram confessar-se muitas vezes, e tomar conselho de seus confessores, e fazer cousas exemplares de bom cristão, e tudo mais que o impedisse de reincidir em práticas abomináveis. Luterano confesso era Simão Luís, francês natural da "*cidade de rabra Nova*"; que mercê de muita boa vontade poderíamos ver La Rochelle (?); de onde com a idade de dez anos, abandonara o catolicismo de sua mãe para a seita luterana ou calvinista de seu pae. Deparando-se-lhe depois um navio protestante, nele embarcou vindo buscar pau brasil no rio de S. Francisco, aí permanecendo com índios cerca de dois anos, adotando seus ritos e costumes. Devia sofrer de temperamento irrequieto, porquanto no fim desse espaço fugiu para Vila Velha junto ao Salvador, onde o cura o encaminhou ao Colégio de Jesus para ser doutrinado na religião católica, e depois disso vivia cristãmente, dizia ele, si bem no íntimo continuasse a sentir repugnância em reverenciar santos e santas, pois, entendia que servos do Senhor, não mereciam as homenagens tributadas pelos católicos.

Casos assim dão que pensar. Talvez houvesse na Bahia cripto-luteranos a alongar a série de credos simultaneamente existentes naquele setor costeiro. No conflito provocado pelo desvio de captivos ocorrido depois da morte de António Dias Adorno, vemos aparecer o francês Tondell e o inglês "*Cefregibis*" — ou Jeffries (?), nesse caso irlandês católico — que pouco caso faziam de excomuniões. Outro inglês aparece refugiado ou desterrado na

ilha de Itaparica, por causa da incursão no Recôncavo de patrícios seus, os corsários Withrington e Lister. Era casado com uma cristã nova que costumava esbofetear imagens de meninos Jesus ou de S. Bras, como fez com a primeira quando uma devota lh'a apresentou dizendo que livraria os baianos dos ingleses. Mudou-se ao depois o casal Babington para Pernambuco, onde continuaram na mesma attitude contrária ao credo dominante.

De curiosidades pelo inesperado encontramos no rol dos alienígenas do século 16, um tal Jorje Fernandes, pasteleiro na cidade do Salvador, que era "*mourisco de ferretes*". A estranha designação queria dizer, antigo captivo marcado na face, com as iniciaes ou qualquer outro sinal do dono, como hoje marcam-se animaes de um rebanho. Vimos também que a Ana de Aredo, cruel para escravos, emprestava-se orijem meio judia meio mourisca. Mais positiva era a de Eitor Enriques, casado com índia brasília, como então se dizia, morador na Vila Velha por volta de 1576. Sentindo-se mal, recuzara nas vascas da morte beijar um retábulo de N.^a Sr.^a que um padre jesuita lhe apresentava. Virava a cara e o empurrava, dizendo que o não queria ver e que o levassem. Teríamos si acaso o moribundo conservasse as convicções da infância, de acrescentar na lista religiosa colonial além de cripto-judeus e cripto-luteranos mais cripto-maometanos. A respeito, remanesceu entretanto dúvida, de que assim procedesse Enriques pela "*farnesi e doudice da morte*", constando de certo apenas, que deixara filhos e filhas da união com a índia, moradores no começo do século 17 em Vila Velha e no Rio Vermelho.

O coadjutor da freguesia de Matoim, licenceado Jerônimo de Lemos, tinha as suas palavras mui vigiadas pelos crentes cristãos velhos, por lhe atribuirem "*rassa de mouro*". Isto, todavia, não o impediu de se ordenar, como o cónego "*meo christão novo*" de quem tratamos re-

tro, a demonstrar a larguesa de vistas do clero no Brasil. Outro rebento de cristão e maometano, era Diogo Batista, filho de João Garcia, cristão velho castelhano, "*mestre sala do Conde d'Anhauer*", e de Ana Garcia, mourisca. Servia de cosinheiro a Vasco de Sousa Pacheco quando este fidalgo figurava na junta governativa. Dele dependia, empenhado como estava "*na sua mão por sesenta mil reis*", quantia que mostra como já naquele tempo custava caro um cosinheiro! O problema data de longe, de tempos imemoriaes, inda para quem abrisse largamente as cordoveias da bolsa, e como vemos nestes documentos coevos, ao invés de conseguir um italiano mirífico (a cosinha francesa só exerceu hegemonia a partir do século 17), o sibarita Vasco Pacheco só alcançou um semi-mourisco, e de empréstimo!

a aparecerem no cenário baiano. O intercâmbio por via

Estes não eram, porém, os mais estranhos forasteiros marítima em variadas direções, trazia para o porto gente de todas as partes do mundo. Aparecera em Itaparica João Grego, carpinteiro de naus, "*grego de nasção*", que teve uma filha em da índia brasilica Constança, que foi a Maria Grega casada com Pero Dominguez. Qual seria a procedência desse marítimo? Nos roes antigos de tripulações que tocaram em nossos portos, encontram-se indicações a respeito de gregos, como sucedeu na expedição de Magalhães, em que figurava um tal Nicolas de Napoles, "*também chamado Nicolás Griego*". Era natural de Napol, situada na atual România, e em 1537 residia em Sevilha. E' possível que o da Bahia tivesse orijem parecida. A designação abrangia muitas localidades do Próximo Oriente banhado pelo Mediterrâneo, onde não fazia muito — o Nicolás nascera em 1491 — estendiam-se restos do Bizâncio. Assim, na barra de Paraguassú morava o antigo alfaiate Pero Domingues, que se dizia em 1593, "*grego de nasção natural de Lesminirne (Smirna?) cidade da Grecia*

filho de Domingos Grego e de sua mulher Ines de Flor", possivelmente marido da semi-grega precedente.

Um rifão popular diz que gente de bem não dá trabalho à polícia, o que não se applicava a ciganos. Aparecem nos documentos antigos desde o início do povoamento, espalhados pela costa leste-oeste assim como Pernambuco e Bahia. Rústicos e andejos davam-se em sítios agrestes, tendo sido de uma feita um deles mandado por portugueses sitiados por selvícolas para pedir socorro, em que deu cabal desempenho à missão depois de longa caminhada. Eram remanescentes de dravinianos já tintos de sangue negro na Índia de onde provinham. Especializados na profissão de ferreiros e caldeireiros, e outras menos lícitas, perambulavam em tribus pelas estradas da Europa na Idade Média e Renascença, tal como hoje no Velho e Novo Mundo, dizendo buena dicha, exibindo animaes amestrados, concertando baterias de cosinha, e principalmente furtando tudo que lhes caia ao alcance da mão. Daí as penas de desterro em que vinham ter às Américas onde provocavam queixas e fundadas reclamações.

Escandalisavam os habitantes pelo mau comportamento que em tudo se manifestava. Uma tal Tareja Roiz, dizia ter-lhe contado outra cigana de nome Angelina, que outra cigana chamada Maria Fernandes lhe dissera não haveria dia de juiso, ou que "*pesava de Deos por que chovia tanto*". Até aí, nada de excessivamente grave contra a ortodoxia, pois a cigana Fernandes era cristã velha, ignorante e parva, e talvez não avaliasse os disparates que afirmava. Mais séria era a increpação de feiticeira, num tempo de credices e penas extremas. Outra cigana Francisca Roiz, casada com Bartolomeu Ribeiro, também cigano, disse que parira um filho empelicado, e que outra cigana Joana Ribeiro, "*mulher que não é casada*", estando presente, "*tirou a pelica a salgou com sal e logo o dito menino começou a adoecer e se fazer negro, e lembrando*

se da ditto pelica que lhe avia levado a ditto Joana Ribeira (sic) lhe entrou em casa e lhe abriu huma arca e achou a ditto pelica feita em pelouro salgada com o sal que veio da igreja que sobejou do bautismo, que ella tirou e neste comenos o menino morreu". O caso podia tomar sérias proporções, si bem no Brasil os encarregados da inquisição não queimassem ninguém, ficando sem efeito as queixas da Rodrigues quando repetia, "*entende e lhe parece que a Ribeira lhe embruxou o ditto menino*".

Na miseravel condição em que viviam os ciganos, formando a última camada social da comunidade branca da colônia, sucediam casos como o da citada Tareja, comprometida por admitir na sua companhia Violante cigana, que além de arrenegar santos praticava furtos. Dizia-se a primeira diferente do vulgus paecus cigano do Salvador, por ter vindo do reino "*por sua vontade*" e não a força como os seus semelhantes. Nem porisso se tornou mais circunspecta frequentando mulheres como a "*Arde-lhe o Rabo*" que falava com os diabos e vendia mesinhas para uma pessoa gostar logo de outra. O resultado era aparecerem distúrbios em toda parte onde havia ciganos, tanto mais que muitos eram degredados do reino por delitos que lá tinham praticado. Uma tal Violante, por nós retro citada, andava excomungada por latrocínio, por sinal, em condições singulares. Praticara-o contra Joana Gonçalves, esposa do Faleiro morador na cidade do Salvador, em trajes de homem, de cumplicidade com um tal Francisco. Era também mulhêr briguenta, tendo proferido blasfêmias escandalosas numa discussão que tivera com uma "*cigana dos olhos grandes per nome Paula*".

Outra cigana de nome Angelina da Costa, natural da Andalusia, casada com Vicente da Silva, cigano morador na cidade, presenciou a dita Violante proferir disparates contra santos inocentes quando se molhara num ribeiro. A acusada igualmente se acusou a si mesma, dizendo-se

natural de San Felices de Gallegos, e que fôra desterrada para o Brasil por furto de burros, confessando que muitas vezes arrenegara Deus mas que o não fazia com má tenção. Protestava, outrossim, que não entendia “*que Deus verdadeiramente mija como os outros homens quando chore*”. A maior parte desses maus elementos, era como vemos, originários da Espanha, principalmente da Andalusia.

Infelizmente superstições, bruxedos e encantamentos não eram monopólio de ciganos hoçaes. Pertencem mais a época, a tresandar bafio da Idade Média no século 17, onde o sublime e o sinistro vizinham a cada passo, e a natureza humana, propensa a reverenciar o sobrenatural alimentado por vlehos costumes, ou traumatizada por desventuras, acasos, coincidências impressionantes e outros fenómenos inexplicáveis pende para o sobrenatural. Uma creatura no gênero da cigana Tareja, às voltas com inimigos, e perseguições de autoridades, sentia demasiadas inclinações pelas mágicas receitas de feiticeiras. O mesmo se daria com a mulhêr a quem a *Arde-lhe o Rabo* propuzera a troco de dinheiro, fazer com que os seus filhos homiziados pela morte de um homem, fossem perdoados pelas “*partes contrárias*”. Situações semelhantes, a favorecer a expansão de credices despropositadas, encontrar-se iam em apaixonados num tempo de amores difíceis, o ciu-me ibérico-latino legalmente admitido, o esposo com direito de morte sobre a esposa infiel e o seu cûmplice, com beneplácito de muitos eclesiásticos, posto ferisse os mandamentos. Ao lado desses casos os de ambições inconfessáveis, sentimentos condenados pela Igreja, recalques vários a turbar o juiso, contribuiam em provocar num meio heterogêneo manifestações de grosseira credice, capaz de afrontar o extraordinário poder da religião dominante.

Melhor alimento não podia desejar o “mexerico”. Dizia-se nos mais respeitáveis meios da cidade — na casa da irmã e sobrinhas do cura da Vila Velha — que as filhas

da velha judia Antunes, casadas com cristãos velhos da governança, apareciam à noite pelas estradas em forma de patas (54). A estranha notícia originar-se-ia do fáto delas aproveitarem a noite para praticarem o culto que a velha teimosamente impunha à família. Uma reinícola cristã velha, filha de portuguesa e flamengo, de nome Ana Vaz, dizia te-las visto muitas vezes, meterem-se com a mãe numa casa apartada, das sexta-feiras aos sábados para cultuarem o credo proibido. Em chegando a inquisição ao Brasil, deixaram as supostas patas o costume, e mais tarde, na hora da morte, as filhas rogavam à perzistente velha aceitasse os sacramentos, atentando serem esposas de homens honrados na terra, em risco de se desmoralizarem pela sua attitude, sem lograr, todavia, que a mãe se moderasse.

Cristãs velhas mui honradas também tinham credices não muito ortodoxas. Pela manhã davam com generosa intenção esmolos aos mamposteiros da Bula da Sancta Cruzada para resgatar captivos dos mouros, ou a mordomos de confrarias quando saiam à rua a angariar recursos. À tarde, porém, prestavam ouvidos a disparates, que ia se ajuntar à velha superstição bebida com o leite materno do "*mau olhado*", que nada conseguia desvanecer. Davam-se a propósito casos extravagantes. A figa, ou mão fechada com o dedo polegar aparecendo entre o indicador e o médio, gesto considerado obsceno no século 16, passara no 17 a resguardo contra "*infelicidade contagiosa*". Turistas que nesse período passeavam na Espanha, contam como os habitantes impressionados pelo olhar de alguém,

(54) O cura e as sobrinhas não perdiam vaza em assoalhar a palpitante história. De uma feita, estando uma tal Isabel de Sandales em palestra com o clérigo, veio a passar D.^a Mécia, esposa de Francisco de Araujo, disse ele repetindo o que se dizia em casa das parentes, "*ali vae Dona Patinha aludindo à figura da pata em que fora achada*".

apresentavam-lhe figas; algumas em formas de joias feitas em Portugal com azeviche; como eclesiásticos brandiam a cruz ante energúmenos, a que o suspeito devia responder “*Diós te bendiga*”. Caso recusasse era prova de que de fato nutria más intenções, e se tornava passível de denúncia à inquisição. O contágio era particularmente perigoso às crianças, porisso dependuravam-lhe no pescoço medalhinhas com imagens de santos e figas minúsculas.

E, como não participariam de taes crendiças bons católicos, quando sacerdotes encarregados do rebanho concorriam para firma-las! Vimos o proceder do vigário de Vila Velha, agora temos outro nas queixas de Gaspar Leitão, cónego da Sé, contra a viuva de Simão da Gama. Assegurava que dera quebranto a uma sua irmã, e ao ouvir dúvidas sobre o acontecimento, acrescentou que não seria esta a única demonstração do criminoso poder, pois, durante as desordens causadas pela briga entre o bispo e o governador, naquela mesma noite chegara misteriosamente a narrativa a Lisboa. Acrescentava ainda o cónego como Enrique Barbas encontrara a sua mulhêr “*detras da porta ou de huma caixa mea afogada dos diabos que a afogavão*”, imitando com a credulidade o confrade que do alto do púlpito trovejava contra superstições, quando de repente vê passar no adro da igreja uma peitica, e exclama fazendo figa, “*agora, que alguma cousa há, há*”.

Das mulheres que maisinavam as Antunes, uma tal Margarida, filha do escrivão da Chancellaria Mor del-rey, que não só fez carga contra as “*patas*”, como atirou graves increpações a Catarina Roiz, de alcunha a *Tripeira*, a qual com um simples olhar conseguira fazer saltar de um caldeirão um peixe vindo em conserva de Portugal. Si assim acontecia entre os melhores elementos da colónia, facil imaginar os disparates das classes mais ignorantes no ano de mil quinhentos e oitenta e tantos! Corria então pela cidade, que um dos seus mais antigos habitantes, o

Quatro Olhos, curava com ervas por artes do diabo a quem lhe pagasse. Em Itaparica Maria Gonçalves dormia — como era do domínio público — com os diabos, motivos talvez de lhe arder o rabo justificando a sua alcunha. Em Sergipe o Novo o capitão Tomé da Rocha prendeu por ordem do Santo Ofício a Pedro de Mendonça, soldado, vagabundo, português, dizendo a respeito as praças do forte, que era por ele se ter entregado aos diabos. Igual fadário padecia uma tal Nóbrega, taverneira que afirmava dispor a sua filha em Lisboa, de um familiar que lhe fazia todas as vontades, o que foi interpretado pelos ouvintes como sendo diabo. Devia ser esse o verdadeiro sentido, a Nóbrega considerada alcoviteira da própria filha, procedimento que lhe acarretara a pena de degredo, mais tarde vindo a se descobrir na Bahia, que também falava com os diabos. De resto, não o escondia, contando como certa vez no reino, ordenara que matassem um homem, o qual foi morto, e em Santarem firmara um pacto de sangue com os demônios, que lhe concederam o poder de harmonizar casaes desavindos, à disposição dos presentes dispostos a bem lhe pagarem. Uma outra feiticeira tinha alcunha de “*Boca Torta*” e iríamos longe si intentássemos comentar os inúmeros casos de bruxedo e encantações dessas mulheres, cuja maior atividade versava remédios para males físicos e contrariedades amorosas.

Nas elocubrações mágicas de fonte europea ocorrendo nas colónias, enxertavam-se as índios e mamelucos como Domingos Ferreira, que lhe doendo os pés “*de huma frialdade*”, chamou um grande feiticeiro, o qual lh’os chupou e no dia seguinte estava são. Com a chegada de captivos da África enxertaram-se práticas de magia negra nas precedentes. Pelos dados imperfeitos de que dispomos, teriam saído de Angola no quinquênio de 1576 a 1591, para os engenhos do norte e contrabando do sul; estreitamente associado, como vimos, ao da prata; cerca de 52.053 capti-

vos, subvencionados por capitaes de cristãos novos. A cifra talvez estivesse aquém da realidade, pelo interesse de exportadores e funcionários em fraudar o quanto possível os direitos devidos per capita (55). Avaliava Anchieta em fins do século 16 em dez mil o número de africanos na Bahia, em que preponderavam os remetidos de Angola e Congo. Um documento baiano dessa época enumera algumas orijens dos encontrados numa fazenda, taes como Bastiam negro de Guiné, António arda, Pedro angola, Simão egico, Pedro ongico ou egico, Rodrigo angola, Lourenço ongico, Joane ongico, Duarte angola, Cristovam angola, Jorge angola, Francisco angola, Bastian congo, num conjunto de que somente o segundo seria proveniente de Guiné, da região de Ardra nas vizinhanças do futuro Daomé.

A proporção concorda, ademais, com a de bantus e iorubas então existentes na colônia, apesar da carta escrita por Enrique Dias aos holandeses, tida como bom documento por Nina Rodrigues. E' datada da guerra holandesa em 1648, mas verificada a interrupção do tráfico, não averia muita diferença nos contingentes anteriormente remetidos para o norte e centro do Brasil. Nela dizia o Otelo brasílico, que nas suas forças dispunha de minas, ardas, amgolas e crioulos, ou seja, dois guerreiros do golfo de Guiné contra um bantu e outro indeterminado. Pouco significa, porém, esta enumeração versando indivíduos ajuntados no correr da guerra, onde o recrutamento era arbitrário, pertencentes ardras e achantís a tribus belicosas, ao passo que benguelenses e loandenses se mostravam mais pacíficos.

Os iorubas, ou quaesquer outros sudaneses existentes na cidade antes da agressão flamenga, traziam consigo suas

(55) V. *Pernambuco e as Capitaniaz do Norte*, vol. I, cap. "Início do Tráfico Africano no Brasil".

crenças feiticistas e fetichistas (já que hoje se admite em linguagem etnológica estas duas variantes de superstições em torno de imagens e objetos providos de virtudes sobrenaturaes), pelo fato de disporem de cultura mais adiantada que os outros pretos. Do bruxedo e magia amorosa vinham práticas às vezes perigosas para o próximo, e da curativa alguns benefícios, quando se aproveitavam para o fim de recursos da natureza local. Mas desandava quando saia do terreno experimental para entrar no sobrenatural em embustes grosseiros, que se misturavam com anomalias de outra origem, contribuindo para ainda mais dilatar o mundo misterioso da delinquência colonial.

No engenho de Baltasar Pereira havia um negro André Bucal, cristão, capaz de toda sorte de prodígios — exeto, naturalmente, do maior de todos, que seria livrar-se dos senhores — o qual se mostrava digno da fama de mágicos negros. Mostrava artes que pareciam diabólicas a poder de simples panela pousada no chão, que a distância fazia mover com “*fúria*”, sem lhe tocar com as mãos ou cousa alguma. Também adivinhava, tendo de uma feita André Pereira lhe perguntado onde estava um escravo seu fugido, não vacilando Bucal em apontar a ilha da Maré, sítio em que efetivamente o encontraram. Esses negros genericamente chamados de Guiné, não sem bastante impropriedade, custavam caríssimo, motivo pelo qual lhes toleravam muita cousa. Vendido com o engenho do Pereira a um capitalista chamado António Vaz, continuou o Bucal as suas proezas, adivinhando “*cousas feitas*”, e movendo a distância panelas inda a segurassem várias pessoas.

Sobre o comportamento religioso de escravos de côr o depoimento de Sebastião Barreto é muito curioso. Dizia, “*que em toda esta Bahia os negros que vem de Guiné fazem ao tempo que tiram o doo por alguma morte huma superstição matando alguns animaes e untando se com o*

sangue delles e dizendo que então sobe a alma ao ceo, o que dá escandalo e são testemunhas do caso os moradores em Jacaracanga e Matoim". Pena não possuímos mais declarações semelhantes para melhor conhecimento dos negros das capitâneas, porém a sua condição de inferioridade de pouco interesse despertava nos cronistas do tempo, de sorte que pouquíssima documentação deixaram a seu respeito. A indiferença em torno deles pouca comoção despertava inda quando incidiam em pecados julgados gravíssimos. Para aquilatar a diversidade com que se encarava o procedimento de um senhor de engenho reinol e o de um escravo, basta comparar o processo de Martim Carvalho com as denúncias contra pretos mal comportados. O primeiro era homem rico, proprietário, das maiores figuras da administração no cargo de Tesoureiro del-rei. Fôra acusado de pecado nefando com um moço durante a caminhada da famosa bandeira, que ele organisara e percorrera duzentas léguas pelo sertão à procura de ouro. De volta ao litoral participara da conquista da Paraíba, recebendo provavelmente a tesouraria em recompensa de serviços. Infelizmente, numerosas testemunhas incontestes depuzeram contra o seu procedimento, e preso foi remetido ao reino não se falando mais nele. Era senhor de engenho, casado com uma filha de Clemência Dória, estabelecido no Caipe com duas moendas "*tudo mui bem concertado*" diz Gabriel Soares que ficaram para outros.

Entretanto, pretos escravos incursos nos mesmos delictos nada sofriam, boa compensação trazida pelo esquecimento em que se viam. Depoz o vigia leigo do Colégio de Jesus que certa noite surpreendera dois negros lá escondidos para roubar. Eram Joane de Guiné, escravo de Bastião de Faria, e outro de que não se lembrava o nome, escravo da viuva Guiomar Fernandes. O vigia fôra outrora empregado de negreiros, com prática do litoral africano e das línguas que lá se falavam, dizendo-lhe o es-

cravo da Guiomar que o outro o trouxera e era somitigo. O Joane protestava, falando ambos a mesma língua que ele muito bem entendia, acrescentando pormenores acerca do principal acusado, que nos proporcionam mais algumas informações sobre africanos daquele tempo e sítio. Narrou que o dito Joane fôra escravo do Colégio, e lá importunava outro escravo de nome Duarte que o denunciara, e por esse motivo os padres o venderam ao rico cristão novo Bastião de Faria, o mesmo que tinha um mulato somitigo para professor de seus filhos. Contou mais, que o tal Joane, *“no dito pecado usa officio de mulher, e que elle (vigia) sabe que em Angola e Congo nas quaes terras andou muito tempo, he costume entre os gentios trazerem hum pano cengido com as pontas por deante que lhe fica fazendo huma aberta, os negros somitigos que no pecudo nefando servem de molheres aos quaes chamam na lingua de Angola e Congo jinbandaa que quer dizer paciente”*.

Era de praxe perguntar nesses inquéritos si o depoente conhecia mais indivíduos incursos nos mesmos delitos, a que respondeu o vigia haver na cidade do Salvador certo negro Francisco, do Congo, escravo de um sapateiro estabelecido abaixo da Misericórdia, que tinha fama de somitigo entre os pretos. Algum tempo depois de ouvir os rumores, viu o dito *“trazer hum pano cengido assim como em sua terra no Congo trazem os somitigos pacientes”*. Verificando a procedência da acusação repreendeu-lhe a sua pouca vergonha, dizendo-se o outro inocente, mas o depoente insistiu pelo fáto dele se recusar vestir roupa *“de homem”* que o seu senhor lhe dava, e trazer o pano cingido daquele modo, provas da sua culpabilidade. Tornando a encontra-lo com os mesmos trajés, novamente o repreendeu até que por fim o tal Francisco, *“já anda vestido em vestido de homem”*.

Chamado o negro Duarte a depor, servindo o dito **Mattias** Moreira de intérprete, confirmou que efetivamente o

Joane o importunara como fôra dito, recorrendo à dádivas para que no pecado "*fosse ele Duarte macho, no qual elle nunca consentio e lhe disse que era caso de os queimarem*". Respondeu-lhe o Joane, que também Francisco Mani Congo, negro de António sapateiro, praticava o nefando com vários negros e não o queimavam. Denunciou-o então Duarte aos padres, que dele se livraram vendendo-o a um senhor de engenho, sem resultado, porém, pois ele continuava sem se emendar, "*inda despois de vendido o peccado nefando, e elle não quer consentir*". Essas práticas por parte de negros angolanos, são confirmadas por missionários como Fernão Guerreiro quando estiveram em Angola, mais ou menos no mesmo período dos depoimentos supra. Na *Relação Annual* de 1609 diz o sábio jesuita, "*Acharam os padres por aqui muitos a que chamam Chibádos (ou Chibandos), que são grandissimos feiticeiros, e sendo homens andam vestidos como mulheres, e tapados de continuo (embuçados): assentam-se como mulheres, e fallam como mulheres, e tem por grande affronta chamarem-lhes homens: tem marido como as outras mulheres, e no peccado mau são os mesmos diabos*".

*
* *

Acresce ainda um pormenor no caso, que nos leva a outro elemento das últimas camadas sociaes da colónia, que eram os índios. O nome Joane era muito comum entre escravos de qualquer côr; acobreados ou pretos; de sorte que, por coincidência, ocorreu repetição do episódio em circunstâncias mais ou menos parecidas. O "anzoleiro" (pescador) João Fernandes tinha em 1583 na ilha da Maré um escravo índio brasílico de nome Joane. Lá também havia outro de nome Duarte, ambos mancebos entre vinte e vinte e cinco anos de idade. Deixava muito a de-

sejar o comportamento deles, mal vistos pelos habitantes da ilha que lhes atribuíam pecados nefandos com outros escravos da terra, que os designavam pela palavra, "*tibiro que quer dizer paciente*", relatava Manoel Bras. Além desse benévolo informante, Luisa Fernandes, mulhér do carpinteiro Gaspar Afonso, morador na Maré, soubera por um negro angola de apelido Joane (mais um), que o xará índio, "*ora de novo especialmente faz o peccado nefando com Constantino indio brasil de Gaspar Lobo em Maré, usando de femea com o ditto, amancebados como se forão homem com molher*".

Tampouco foram queimados porquanto depois de sete ou oito anos não se sabia si eram forros ou si continuavam escravos, mudados para a freguesia de Itaparica. Vemos igualmente que brancos, índios e pretos tinham as mesmas taras que hoje os seus descendentes, apesar de sofrerem outrora a pressão da Igreja, ameaçando-os com penas terríveis obrigando-os a maior circunspeção e dissimulação.

Os índios de família Tupi, antigos donos da terra, sob nome genérico Tupinambá, ainda eram numerosíssimos na cidade e adjacências no primeiro quartel do século 17. Muito mais que os africanos, como é facil verificar em documentos da época. Poucos restariam das tribus amigas e adversas do Caramurú, tragados pelas guerras (só a repressão de 1558 lhes custou acima de 10.000 indivíduos), pelo regime servil e pelas epidemias. Mas os que pereciam eram substituidos pelos captivos alcançados onde houvesse, "*justa guerra*", no sertão e em capitánias muito distantes da cidade do Salvador. Segundo missionários jesuitas os seus catecúmenos na Bahia chegavam a 40.000 no governo de Mem de Sá, distribuidos pelas aldeias de que já tratamos. Nas vésperas da visitação do Santo Officio encontravam-se reduzidos a menos de dez mil. Nesse espaço, escrevia Anchieta desolado aos superiores de Por-

tugal, que a despeito dos esforços dos padres da Companhia de Jesus, tinham os portugueses descido do sertão mais de 80.000 selvícolas, o que representa espantoso morticínio.

As reservas de braços acobreados pareciam de princípio infundáveis, sucetíveis de desenvolver em curto lapso a lavoura do Brasil, dispensando até certo ponto o custoso africano, cujo complicado tráfico absorvia grande parte dos proventos da indústria assucareira. Estava ali mesmo o trabalhador, ao alcance de quem quizesse com a cumplicidade do governo, busca-lo por matas e descampados de facil acesso, ao lonog do mar, numa estreita faixa delimitada pelas praias e o hinterland agreste. Este elemento, porém, que se afigurava providencial, revelava-se imprestavel para o destino que lhe queriam impor. Dava algum auxílio ao desbravador-lavrador nas derrubadas de matas, e na caça e pesca com que podia abastecer os senhores. Mas desconhecia a dura faina agrícola nos moldes do trabalho europeu, ao qual não se adaptava, tanto mais, pelo fáto de muitos deles, serem nas tribus confiados às mulheres. A brutalidade com que eram tratados em virtude da rebeldia, ocasionava o resto, e antigos cronistas nos dizem como preferiam o suicídio ao trabalho na servidão. A sua extrema emotividade, mui diversa da placidês de congos e angolanos; e senso da liberdade até hoje mal entendido pelos nossos historiadores; tornava-lhes intoleravel o regime servil inda se apresentasse com promessas de resgates e alforrias. Resistiam pouco a contágios comuns entre brancos, inadaptáveis a outras regiões que o seu habitat, vendo-se nas ruas de Lisboa exemplares de todos os sectores do império em que o sol nunca se punha, exeto americanos.

Logo na fundação da cidade do Salvador, houve mortífero surto disentérico que reduziu a indiada de boas avenças com os brancos, graças aos jesuitas, a alguns casaes

combalidos pela provação, descrentes do poder milagroso dos mestres que não os salvara do mal. Em 1552 novo surto que se supõe trazido por navegantes, eclodiu com efeito igualmente desastroso, seguido de outro — o chamado sarampão — que era a horrível varíola preparada no soro de cultura das cidades europeas, apertadas em muros de defesa, afogadas em imundícies. Em 1562 o contágio matava na Bahia cerca de 30.000 indígenas, tornando a aparecer nas aglomerações causada pela falaciosa “guerra justa”, que tinha arrebanhado o gentio protegido pelos inacinos em Sergipe. A mortandade não poupava ninguém, nem os captivos, nem os captores, nem os poucos escravos “da Guiné” que iam aparecendo nas vizinhanças. Dizia o padre Leonardo do Vale, “*Audivit Deus clamores Sodomorum et Gomorrhorum erat ut diuturnae audaciae luerit*”, ante o espetáculo da iniquidade bafejada pelo próprio governador contra a obra missionária às voltas com a cobiça dos povoadores.

Na mesma data aparecia em Ilheus, e como coincidissem com os distúrbios provocados pela erronia chamada Santidade, dizia o mesmo jesuíta que o pecado fôra castigado, “*com huma peste tão estranha que porventura nunca nestas partes houve outra semelhante*”. Como de costume (até hoje é assim) atribuía-se a epidemia às mais variadas origens. “*Alguns querem dizer*”, escrevia o padre, “*que se pegou da nao em que veio o Padre Francisco Viegas, porque começou nos Ilheos mas parece mais certo açoute do Senhor, e começar aonde os romeiros primeiro começaram a correr a Santidade*”. Tendo em conversa participado a notícia a um rapaz pernambucano, informou-lhe o viajante com mais probabilidades, que a doença partira da capitania de Duarte Coelho, assistindo ele pela costa baiana abaixo tanta destruição que se não podia sepultar as vítimas, custando aos índios “*enterrar uns a outros, e onde antes havia 500 homens de peleja não havia agora 20*”.

A imediata consequência da calamidade foi provocar outra, que era a fome decorrente da falta que faziam os 30.000 mortos na ocasião, antes que fossem reunidos outros braços para substituí-los. A essas grandes pandemias, que em poucas horas despovoavam as aldeias do gentio, devemos acrescentar outros males, como o tenaz e insidioso corisa, aparentemente inofensivo em brancos mirtridatisados com os seus efeitos, que no organismo dos Tupi não encontrava resistência, prostrando-os inanimados e inutilizados para o trabalho. Os mamelucos já aparentavam resistência um pouco maior, si bem meãos em geral, côr terrosa, olhos algo amendoados, cabelos oleosos, ossatura pobre e maus figados, dispunham, entretanto, de rusticidade altamente apreciavel num meio agreste. Eram o resultado do convívio de brancos e índios, e sem embargo de prédicas trovejantes dos clérigos contra a dissolução de costumes, multiplicava-se para maior segurança da terra que saberiam amar e defender.

Antes da mudança registada no sector do trabalho pela substituição do índio pelo negro, que se completou somente depois da guerra holandesa, conformava-se o agricultor com o aleatório sistema do reloteamento do eito e da senzala, tal no reino faziam com os vinhos conservados em barricas, que todo ano deviam receber um tanto de aguardente mais vinho novo, para refazer as perdas por evaporação. O índio também parecia evaporar-se na vizinhança dos povoadores, criando seríssimo problema para quem ansiava desdobrar canaviaes, e via o instrumento necessário diminuir em vez de aumentar. Era a preocupação dominante, tirânica, omnipresente a torturar os ambiciosos, e que devemos attribuir o episódio de Fernão Cabral de Ataíde. Este fidalgo cristão velho, senhor de engenho, proprietário de navio, marido infiel, era dos principaes personagens da capitania baiana. A sua esposa alanceada de ciumes, queixava-se amargamente da mulata que mandara

a seu marido um buxo de peixe, “*recheado com cousas de feitiçaria e lho trazia inquieto*”. A dita mestiça era irmã colaça de Fernão Cabral, “*em casa de quem muito tempo morara, feiticeira com arte do diabo e tinha huma cobra dentro em hũa botija que fizera arribar hũa ou duas vezes o navio em que hia degredada*”. Seus costumes estavam de acordo com o feudo em que Fernão se encastelara em Jaguaripe, onde se davam toda sorte de bruxedos e infrações à religião.

O traço marcante do seu carater, agravado pela persuasão de impunidade galardoada pelo dinheiro, era não suportar resistência a seus desejos e vontades. Era fama geral que mandara atirar na fornalha do engenho uma “*negra da terra christã*” (índia) porque tinha vício de comer terra, “*a qual estando se queimando chamou por Deus e Nossa Senhora e por todos os anjos do Paraíso que lhe acodissem e depois chamou pelos fieis e gente do engenho que lhe valesse e ninguem acodia com medo do ditto Fernão Cabral*”. Acrescentavam as testemunhas do fâto, que o reinol impedira um mais corajoso de socorrer a infeliz, que estava prenhe e estourou no fogo largando a criança nas chamas.

Do seu erotismo há notícias mais divertidas. Quando tinha “*conversação*” com alguma conquista; provavelmente conseguida a troco de dinheiro; dizia as palavras da consagração, fiado nas promessas de feiticeiras, para desse modo prender o afeto das suas namoradas. A propósito, queixava-se a respeitavel Luisa de Almeida, de que ele a cometera dentro da sua igreja de Jaguaripe onde fôra assistir missa, “*para ter com ella ajuntamento carnal desonesto*”, alí mesmo, enquanto esperava pela rede que a devia transportar para casa. Ao mesmo tempo nos revela

uma curiosa convenção do tempo, de que o compadrio implicava incesto, sendo o dito Cabral duas vezes seu compadre. Todavia, este ao ouvir o que a respeitavel Luisa alegava, enfureceu-se, "*trocendo os bigodes*", e dizendo que aquilo eram "*carantonhas que uma bochecha de água lavava*". Ainda mais se zangou quando ela além de lhe exprobar o procedimento, prosseguiu na recusa, dizendo Fernão com terrível aspeito, que a força lhe pelasse as barbas si não a tomaria ao marido, o amarrasse numa árvore e perante ele não "*dormisse*" com ela por bem ou por mal.

Supondo-se acima das leis e costumes, cortejado pelas autoridades quando necessitavam de troços armados para combater gentio insubmisso, não vacilou em recorrer a criminoso ardil para angariar os braços que as suas lavou-ras necessitavam. Ocorreu-lhe aproveitar o extraordinário aparecido nas redondezas, o mestiço Tomacauna, lídimo representante dos indivíduos marginaes que no fim do século 16 por um encadeamento de circunstâncias, exerciam papel de primordial alcance. Eram como os naufragos e desertores nas praias da América e África, os "*lançados*" da proto-história desses continentes, constituídos por gente aventureira, maus cristãos, crueis e acutiladiços, que no Brasil serviam de intérpretes, feitores ou esculcas dos invasores. Por seu intermédio visava Fernão Cabral conseguir servos aproveitando-se da grosseira paródia do culto cristão em que os índios da abusão desandavam, estratagemma imperdoavel para um católico daquele tempo.

Outros proprietários das redondezas assim procediam. Contava-se na Bahia que também na fazenda de Álvaro Rodrigues, da Caxoeira, registavam-se abusos semelhantes. Este mameluco, descendente do Caramurú, não primava pelo espírito cristão, antes parecia índio ainda no paganismo.

Proibia que a sua mulhér descarregasse a consciência no Santo Offício, dizendo nada tinha que fazer na inquisição. Outra acusação grave que se lhe fazia segundo rumor público, era *“que dous irmãos mamalucos moradores na Cachoeira de Parabusú, tinhão mais de huma molher e assi o consentiam fazer aos seus indios da terra e se algum cometia alguma culpa o privão de sua molher e o pquem em prisão onde muitas vezes acabão, e consentem matarem em tereiro (?) e fazem outras cousas semelhantes que são do uso gentilico”*. Este documento nos proporciona pormenores, infelizmente poucos, porém bem caraterísticos dos ardis empregados por certos lavradores, para grangear braços acobreados.

Os mamelucos a que se refere são Álvaro e Paulo Adorno, pois António, considerado o mais prestante da irmandade, já morrera e a sua viuva e filhos tinham sido despojados pelos taes irmãos. Ele mesmo, sofrera acusação de ser o causador da morte do filho de Mem de Sá, que abandonara em meio da peleja contra índios. Recusara-se o governador receber o mestiço quando pretendia justificar-se, sendo necessário, na conjuntura, toda a alta noção do dever do grande administrador, para que não desse largas ao natural ressentimento mandando enforcar o responsavel pela tragédia. No feudo dos Adornos em Paraguassú, praticava a indiada irregularidades sem conta, afeitando tanto as normas administrativas coloniaes como a própria religião. Contava-se que um mameluco de nome Moura lá morador, andava com os brasís, *“fazendo com elles a dita abusão da Santidade a saber, beber os fumos delles tomar folhas de palmas e marcando-as e furando com o dedo por ellas feitas em argolas e postas num pao fincando no chão indo com os olhos cerrados como quem vae*

a argolinhas mas com os olhos fechados como a cabra cega". Além disso, o mestiço fôra ouvido quando dizia em língua gentílica aos brasís da abusão, "*bebamos o fumo que este he o noso Deos que vem do Paraíso*".

Em todo caso, conseguiram os da Caxoeira livrar-se dos inquisidores melhor que o Cabral. Ao que parece, a situação do segundo por ser branco, reinol e nobre, lhe acarretava agravantes, tidos os seus atos de muito maior alcance que os de um simples mameluco. Era como no reino consideravam as blasfêmias de almocreve, inda incidentemente proferidas ante o inquisidor geral, e as opiniões discretamente emitidas por Damião de Goes. Um podia berrar impérios em qualquer hora e lugar, ao passo que o outro se viu em maus lençoes para explicar a notícia de um seu encontro com Lutero, em que o heresiarca lhe oferecera uma maçã, tal qual a serpente no paraíso induzindo nosso avô ao pecado. Acrescia outro fato imperdoavel. Aproveitara-se Fernão Cabral da abusão para atrair a sua fazenda "*gentios do Brasil já christãos que das aldeas e casas dos seus senhores fugiam pera laa*". Fácil conceber a cólera dos proprietários prejudicados pelo audacioso plano do vizinho, assim como o sobressalto das autoridades obrigadas a intervir neste perigosíssimo precedente. De forma alguma podiam tolerar o abuso, que no reino seria recebido com escândalo e indignação, e trataram de providenciar antes que lhes chegassem censuras pela desídia.

Alheio ao temporal que se aproximava, tão somente preocupado com um bom negócio em perspectiva, via-se Fernão Cabral enriquecido pelo maior contingente de trabalhadores até então recrutado numa fazenda. Com este desígnio mandou o mameluco Tomacauna ao sertão ver se

conseguia trazer-lhe o principal da Santidade, que por sua vez devia arrastar atraz de si inúmeros sequazes. O mandatário não podia ter sido mais bem escolhido para o fim. Sertanejo típico da época, era veterano de várias bandeiras que por longo tempo tinham palmilhado o sertão, figurando sucessivamente nas bandeiras de António Adorno, de Sebastião Álvares, nas encomendadas pelo governador Brito de Almeida e seu filho, pelo governador Teles Barreto, pelo governador Lourenço da Veiga e bandeira de Cristovam da Rocha. Na época houve alguns que se tornaram muito conhecidos, que para maior confiança infundir ao gentio, tingiam-se, riscavam-se, emplumavam-se ao seu modo, partilhando os seus ritos, usos e costumes, como fizeram Martim Soares Moreno, no Ceará, heroe da conquista da costa leste-oeste, ou o mameluco Lásaro da Cunha, que esteve cinco anos entre os Tupinambá "*do Raripe*", onde depois dos combates entre tribus, e mesmo contra portugueses, misturava (diz ele) carne de porco com os despojos de vencidos, para fingir que os devorava, e, ao passo que o gentio comia carne dos prisioneiros ele comia a de porco.

No caso de Fernão Cabral pouco adeantaram os ardis do mestiço, porquanto Manoel Teles mandou que se acabasse de vez com a idolatria, prendendo alguns fanáticos e mandando outros para o reino. O zelo destruidor vinha da pressão exercida pela população baiana, temerosa de que se avolumasse a abusão e puzesse em perigo a cidade do Salvador. Assim acabou a Santidade de 1585 ou 86, que foi seguida de outras aparecidas esporadicamente em fazendas ou choças de pescadores indígenas semi-aculturados. Muitos dos seus característicos exclusivamente attribuidos à magia africana — por exemplo — práticas sobrenaturaes a poder de galo ou bode preto, etc... são

encontrados em bruxedos europeus de orijem mais antiga que a civilisação do Ocidente. O mesmo diremos dos estados de transe provocados para assimilação de "*santidades*", por orixás e pagés do animismo feiticista negro ou índio, antecedendo o espiritismo das nossas atuaes cosinheiras a imitar credices da antiga Hélade quando Ulisses descia ao Hades para interrogar o espírito de Tirésias (56).

Fernão Cabral também foi preso e remetido para o reino a fim de responder ao processo que lhe intentaram, nunca mais tornando ao Brasil.

(56) O caso da Santidade e fátos correlatos simultâneos é de tal interesse a respeito de índios aculturados que resolvemos dar alguns de seus principaes aspétos em nota no fim do volume.

DIOGO DE MENDONÇA FURTADO

De há muito circulavam notícias de aprestos holandeses contra o Brasil. Reinando democrática liberdade nos portos em que eram realizados, aberto a estrangeiros, podendo cada um proceder como melhor lhe convinha, era custoso ocultar empreendimento de tão desmedido vulto. Ademais, sentiam-se tão seguros os batavos que poucas precauções envidavam a respeito. Atingira a sua marinha um desenvolvimento que provocava a presunção, sem falar no nervo da guerra representado pelos capitães existentes nas Flandres e nações vizinhas amigas, que tudo facilitavam, compra de navios, de armamentos e aluguer de mercanários.

Dispondo dos dois principaes elementos de conquista, como se vê no relatório de Usselinx, ia desencadear sobre a Bahia o fim da trégua firmada por Oldenbarneveld com o rei das Espanhas. Os conselheiros de Felipe III procuravam tomar algumas precauções, porém, encontravam-se constantemente cerceados por acontecimentos europeus. A grande tarefa de Olivares era solidificar no momento a situação dos Habsburgos na Valtelina, indispensavel à hegemonia dos espanhoes na Europa, não havendo dinheiro que chegasse para o ambicioso plano. Todavia, antigos funcionários do Brasil foram chamados a Madri, a fim de informar de viva voz o Conselho de S. M. sobre a situação da colônia chave da América do Sul.

Nessa altura insistia a condessa de Medelim junto à côrte para que se desse successor a D. Luís de Sousa, seu marido, pedido finalmente satisfeito, de sorte que pôde em-

barcar o fidalgo no patacho vianês *Manja Legoas* com os funcionários que também acabavam o seu tempo. Para substituí-lo nomearam Enrique Correia da Silva, que depois de aceitar o cargo recusou tomar posse. O motivo provinha das pretensões dos Albuquerque Coelho de Pernambuco, desejosos de evitar a todo transe intromissões de governadores na administração da sua capitania. Vimos como fôra o próprio donatário, surpreendido pelo desembargador Carvalho em flagrante delito de contrabando de pau brasil, e compreende-se o seu afã na circunstância.

O novo governador Diogo Mendonça Furtado chegara da Índia a Lisboa com boa reputação, tido por probo e capás, digno do posto que na América lhe confiavam. Os escritores do tempo não parecem indulgentes para com o malgrado procônsul, feito bode expiatório de uma situação que não criara. Diziam que, "*andava requerendo na côrte satisfação de seus serviços*", coincidindo o pedido com a vacância do governo do Brasil, concluindo daí, lograra por acaso posto acima de suas forças. Em realidade, limitava-se o erro do escolhido em não recuzar o cargo como fizera Correa da Silva. Recusas sucessivas, partindo de homens de responsabilidade, teriam provavelmente impressionado o público, obrigando o governo a mandar para o Brasil um governador provido de maiores poderes e recursos, mas a fatalidade colocara Mendonça ante um cargo que lhe convinha e o destino se cumpriu.

Os relatos de viajantes e funcionários sobre as defesas da colônia eram deploráveis. Escrevia Linschotten, que esteve na Bahia no século 17 antes de seus patrícios a invadirem, dispor a defesa da capital de apenas tres companhias de soldados, de cem homens cada uma, de onde o governador tirava alternadamente a sua guarda pessoal. Excluindo do número os doentes e licenceados, ainda mais reduzida ficava a irrisória guarnição da principal praça da colônia. Além disso, nem as maiores povoações, nem a enorme extensão da costa, possuíam fortificações dignas

do nome. Havia pouca gente a cavalo, e a milícia restante era composta de voluntários bisonhos, péssimamente comandados, que não ultrapassavam oitocentos homens sem valor militar. Nessas condições, quasi se poderia dizer mais importarem os índios e mamelucos afeitos à guerra das selvas, que os soldados urbanos, si bem tampouco indígenas e mestiços lograssem combater com efficácia sinão em guerrilhas de surpresa, protegidos pelos matagaes.

Sobre os baluartes fixos advertiam os militares a nenhuma valia dos fortes de Santo António, Itapagipe e Água de Meninos, por serem fracos, estarem a grande distância da cidade, e distrairem ainda mais soldados da insufficiente guarnição. Assim, esparsos ao longe, ficavam expostos a cairem facilmente nas mãos do inimigo, perdendo-se "*a honra e a artilharia*" como escreveu um autor antigo. D. Diogo de Meneses foi dos que mais se interessaram pela defesa da Bahia, tendo mandado armar a estância de S. Diogo, a maior de todas e em melhores condições para vigiar o sector urbano onde se elevava. As outras poucas peças dispunham, como sucedia na Porta de S.^a Catarina, onde havia "*hum selvagem pedreiro de trinta quintaes*" e nada mais. A armação das restantes consistia em colibrinas, esperas, sacres e falcões, quasi todos em mau estado. No sector marítimo começara-se havia tempo o forte do engenheiro Frias, mas estava ainda nos alicerces quando chegou D. Diogo. Seu crescimento era tão vagaroso que seriam precisos uns cinco anos antes de concluir-se. Estava certo o informante do Conselho de S. M. ao dizer que a cidade fôra acometida quatro vezes até 1611 por armadas inimigas, de que se livrara "*mais por boa fortuna que por rasão de guerra*". Aludia também as despesas inúteis que sobrecarregavam o orçamento colonial de onde devia sair a defesa da terra, concorrendo a infeliz attitude do bispo em corroborar as suas censuras, posto mais alguns soldados e trincheiras pouco influissem no desfecho da luta que se aproximava.

Trouxera Gaspar de Sousa algum armamento consigo do reino quando iniciara a campanha do Maranhão, mas já se encontrava disperso e em grande parte inutilizado quando Diogo de Mendonça aportou à colônia. O mesmo sucedeu às armas que em pequena quantidade aqui chegaram depois da expulsão dos franceses. Nessas condições, o novo governador estava disposto a tentar o impossível para melhora-las, escrevendo a respeito fr. Vicente, não sem ponta de azedume contra o infeliz magistrado, “*Em 12 de Outubro de 1621, a huma terça feira, que o vulgo tem por dia aziago e desembarcando foi levado a Sé com acompanhamento solemne e dahi a sua casa, donde antes de subir a escada, foi ver o almazem das armas e polvora que estava na sua logea (andar inferior), demonstração de se prezar mais de soldado e capitão que de outra cousa*”. Ajuntava o cronista com desalento, que em tempos como aquele, eram sempre “*as partes transmarinas*” que pagavam pelas ocorrências. A visita ao depósito bélico antes mesmo de desenojar da viagem, assumia, destarte, acentuada sinificação.

Na Bahia encontrou-se com o antecessor, com quem trocou manifestações de cordialidade tanto no privado como nas igrejas, enquanto aprestavam o *Manja Legoas*, crismado com a designação por ser bom navio de vela. Deixava D. Luís saudades pelo modo como se houvera no cargo, evitando molestar a quem quer que fosse, tanto por atos como palavras, “*e foi muito rico*”, diz fr. Vicente, “*sem tomar do alheio, sinão do grande cabedal que trouxe seu e retorno que sempre lhe vinha, antes fez alguns emprestimos que lhe ficaram devendo, os quaes não sei depois como lhe pagariam*”. Não cabe dúvidas que si não foram pagos antes da invasão, é provavel que por muito tempo os esperaria.

Na cidade do Salvador deitava Diogo de Mendonça mãos à obra. “*Fortificou a cidade*”, diz fr. Vicente, “*cer-*

cando-a pela parte de terra de valla de torreões e, porque a casa que servia de almazem, junto à da alfandega, estava cahida, começou a fazer outra no cabo da sua, pera que o alto lhe ficasse servindo de galeria e o baixo de almazem", acumulo de funções que para muitos pareceu desrazoada, "por não ser boa tanta vizinhança com a polvora". Fortificações sem artilharia, nem profissionaes bem armados, pouco adeantavam, manteve-se porém, Diogo no propósito com o conhecimento que ia adquirindo da praça. Tratou igualmente de elevar a fortaleza do porto, chamada forte do Mar, aproveitando a provisão del-rei, "não só da imposição dos vinhos, que estava posta nesta Bahia mas também na de Pernambuco e Rio de Janeiro e que do dinheiro que recebem os mestres, não dos fretes, sinão de outro que elles introduziram chamado de avarias, duas patacas por caixa, desse quatro vintens cada um pera a obra de fortaleza que não deixou de ser contrariada de alguns". Para não ter questões com o bispo que assumira a direção da diocese um ano depois dele, mandou Diogo que se distraisse seis mil cruzados das fortificações em benefício de obras sacras.

Inda assim não conseguiu evitar a fúria do bispo contra desembargadores, contenda provocada entre o prelado e o procurador da coroa, por causa de dois portugueses casados no reino e amancebados no Brasil com outras mulheres. Interviera desastradamente o prelado no caso, e, encontrando resistência do funcionário, excomungou-o com grande escândalo da população. Amparou Diogo ao subordinado e as cousas se azedaram, julgando fr. Vicente que aquilo significava a dissolução da cidade, ou da sociedade baiana como hoje diríamos. Outro grave indício, segundo o frade, foi arruinarem-se as casas em que morava o governador, "de tal maneira que, si não as susteram com espeques, se vieram todas ao chão". O mais certo seria ele dizer, provir aquilo da falta de meios de administração

dos governos anteriores, síntese geral da colónia nas vésperas do grande acontecimento.



Escreveu Varnhagen acerca do pedido de socorro do governador à metrópole, que ao invés de manda-lo contentava-se o Conselho de S. M. em ordenar proibições de estrangeiros comerciarem nas capitánias; os que aí anteriormente estivessem, deveriam se internar pelo interior numa distância de doze léguas da costa; proibido todo comércio com holandeses; aumento de vigilância sobre cristãos novos; reimposições sobre o povo, a fim de que dos povoadores saíssem os meios de sua defesa. A propósito, escrevia o poeta soldado Bras Garcia Mascarenhas que visitou a cidade depois de Linschotten, citado por Calmon, e deixou no *Viriato Tragico* a impressão de abandono em que a encontrara, "*Jardim sem muro*", com a agravante de ser, "*rico, porem mal seguro*". Posto o considerassem diferentemente em Madri, tidos os domínios lusos na América por pobres em confronto com o caudal metalífero do Potosí — enquanto não se descobriam as jazidas das Minas Geraes e Cuiabá — o desenvolvimento brasileiro atingira cifra consideravel nas estatísticas do comércio colonial ibérico, num surto verdadeiramente promissor antes da guerra.

O cataclisma atingiu a colónia quando ia em plena prosperidade, fazendo jús no período que o precedeu do merecido epíteto de Idade de Ouro. As rendas subiam rapidamente desde o último quartel do século 16, passando o número de engenhos brasileiros de uma centena em 1580 a 363, segundo o códice Castelo Melhor escrito por volta de 1620, distribuidos 150 em Pernambuco, 80 na Bahia, 60 (?) na Paraíba, 24 no Rio de Janeiro, 18 em Itamaracá, 14 em S. Vicente, 4 em Ilheus, 1 em Sergipe e outro no Rio Grande do Norte. No centro do Brasil destacava-se a Bahia, que de 36 engenhos em 1586 menciona-

dos por Gabriel Soares, ascendiam a mais do dobro na lista acima. Por sua vez, o preço do assucar que havia caído em começos de 1500 no mercado mundial, reagiu no correr do século bafejado pelo crescente aumento de consumo, para se tornar seis vezes maior no seu último quartel e sete vezes em começos do século 17. Paralelamente registava-se forte decréscimo na produção das ilhas portuguesas de S. Tomé e de Príncipe, que tinham chegado a produzir 150.000 arrobas. Nessas condições, a decadência de uns redundava em benefício de outros, calculando Roberto Simonsen a exportação brasileira antes da invasão holandesa em cerca de dois milhões de arrobas. No auspicioso desenvolvimento, a Bahia cabeça da colónia, acompanhava de perto as capitánias do norte, que de muito a tinham precedido na lavoura e formação de cidades, valendo o comércio de Pernambuco 2.500.000 escudos, o da Bahia 2.000.000, Paraíba 600.000 e Itamaracá 300.000. Só o assucar rendia na alfândega do reino para mais de 300.000 cruzados, a 200 réis o branco e o mascavado, e 150 o de panela, afirmando o autor dos *Dialogos*, que desta soma recebida no reino, nada distraia a metrópole em proveito da colónia, pois o rendimento dos dízimos produzido pela “*própria terra*” parecia suficiente para lhe assegurar “*a sustentação*”.

Em parágrafo precedente tratamos das finanças filipinas através relatos de Solis e Severim de Faria, que também encontravam imitadores em eclesiásticos como o jesuita Juan de Mariana. Este exprobase os desmandos financeiros que presenciava, apelando a el-rei que diminuísse despesas inúteis, gastos da casa real, emissões de moedas de cobre, variações contínuas do valor das mesmas, etc... em vista da situação do erário público. Os reparos precedentíssimos fizeram com que o bem intencionado inacino, fosse tido por elemento perigosíssimo à ordem monárquica, e daí recolhido a um convento. Procurava-se indubita-

velmente desde reinados anteriores, amparar e desenvolver a indústria metropolitana, como por exemplo, em Toledo e Segóvia, procurando-se até volta ao tempo dos árabes, renovando-se feiras de grande atividade como a de Medina del Campo, si bem os recursos naturaes da Espanha não lhe permitissem acompanhar a evolução industrial do norte da Europa. A partir do século 16 a transformação dos meios de vida acentuava cada vez mais a dependência do império filipino dos neerlandeses, o que explica o esforço dos espanhoes em tentar reter as vizinhas províncias flamengas, necessitando para esse fim a garganta da Valtelina, que da Itália lhe assegurava acesso ao Franco Condado, por onde podia remeter tropas e generaes para as Flandres.

Neste panorama político tinham as colónias de se sacrificarem além do extremo limite, pois o excesso de encargos retardava-lhes o desenvolvimento e as expunha à cobiça estrangeira. As despesas do Brasil eram pautadas pela sua receita, ficando uma cousa por outra, sem disponibilidades para armamentos. Os sessenta milhões de cruzados anuaes que atingia nas vésperas da invasão, e o aumento previsto caso não sobreviessem accidentes destruidores, mereciam entretanto maiores cuidados do Conselho del-rei para protege-los, mesmo porque obtinha por outra, compensação na taxa direta que impunha sobre o assucar quando passava pelo reino no trajeto entre o produtor e o consumidor. Um pouco mais de solicitude por parte do governo teriam poupado o abalo ressentido pela união da península pela guerra do Brasil, que lhe acarretou maiores despesas na recuperação da cidade do Salvador do que custaria a sua defesa si em tempo oportuno tivesse sido providenciada.

Na hora em que o bispo D. Marcos realisava a sua solene entrada na cidade do Salvador, terminavam na Hollanda os aprestos da frota que devia assalta-la. Triunfara

em Amsterdam a corrente belicosa dos companheiros de Usselinx, ostensivamente apoiada por Guilherme de Nássau. A princípio, a Companhia das Índias Ocidentaes encontrara dificuldades em conseguir capitaes, sem êxito nas tentativas que enviou na França, Inglaterra, Dinamarca e alhures. Barleus descreve os limites outorgados à atividade da nova instituição, que se estendiam do atual estreito de Behring até o cabo da Boa Esperança do lado oriental, compreendendo a América do lado austral alcançando a Nova Guiné. Acrescenta o cronista dos fastos de Nássau, "*Corria o ano de 1623 quando partiu para o Brasil, acesso mais cômodo da Europa em o Novo Mundo, a poderosa esquadra de Jacob Willekens, homem tão valente quão modesto, capaz dos maiores empreendimentos*". Um dos trunfos sobre os quaes contava a Companhia, era justamente o comando que os seus officiaes podiam proporcionar aos barcos neerlandeses, de muito tecnicamente superiores aos espanhoes. As guarnições eram experientes e disciplinadas, e o dinheiro que finalmente foi possível ajuntar, graças às contribuições de municipalidades batavas, permitiu atrair quantos homens de armas fossem necessários; veteranos irlandeses, franceses, ingleses, alemães ou poloneses, católicos ou luteranos; de regiões amigas ou inimigas dos Felipes.

A demora na constituição da esquadra não vinha tanto da falta de dinheiro, mas da desproporção dos sete milhões de florins do capital inicial, com a enormidade de seus desígnios como disse um historiador inglês. Por este motivo abandonou-se a idea de atacar as Caraibas; deixadas algum tempo ainda entregues a corsários e entrelopos; para concentrar todos os meios disponíveis, "*against the rich but comparatively ill-defended Portuguese settlements in Brazil*" (57). Merecia a W.I.C. destarte, a classifica-

(57) A. P. Newton — *The European Nations in the West Indies*, pág. 140.

ção, “*de corporação armada, semi-independente, visando lucro pela guerra, que também devia golpear o inimigo nacional no ponto mais vulneravel e mais rapidamente coagi-lo a ajoelhar-se vencido ante o adversário*”.

Em princípios de 1624 velejou a expedição composta de 27 navios, metade dos quaes de alto bordo, acompanhados de menores totalizando quinhentas bocas de fogo. Trazia Willekens como tenente a Pieter Heyn, oficial de subido valor, que segundo Netscher, não tardaria a gozar entre seus patrícios de veneração quasi igual a dos heroes nacionaes Tromp e Ruyters. A tripulação orçava 1.600 homens, e as tropas de assalto num pouco mais, chefiadas pelo fidalgo João Van Dorth, que devia assumir o comando da cidade. Nenhum dos componentes da esquadra sabia o seu destino, contido numa carta de prego com instruções que só foi aberta depois de cruzado o equador, despertando ruidosas manifestações de entusiasmo na soldadesca esperançada de um saque facil e rendoso.

O primeiro navio que appareceu aos baianos foi o *Hollandia* em que vinha Van Dorth, que se poz a cruzar entre a ilha de Tinharé e Ilheus, fazendo à noite sinaes para indicar onde estava aos outros vasos que iam chegando. Taes operações não passaram despercebidas aos moradores da torre de Garcia de Ávila e vizinhanças, que expediram aviso ao governador. Proclamou na emergência Diogo de Mendonça rebate geral, mandando ao mesmo tempo fosse avreiguada a força do inimigo, remetendo mensageiros ao reino e às capitánias, sem entretanto lograr prevenir em tempo um barco que se aproximava com valiosa carga de negros de Angola. Anteriormente ordenara alertas semelhantes, mas como a armada batava tivesse demorado quatro meses na travessia, cansaram-se os voluntários depois de 23 dias de espera, debandando com muitas queixas e reclamações, embora lhes abonasse o governador tres vintens por dia graças ao auxílio do seu amigo Duarte da Silva.

Chegando à vista o inimigo, foram de novo chamados e precipitadamente distribuídos os que apareceram em tempo nos pontos mais vulneráveis da defesa. A maior obra bélica da cidade, o forte do Mar, não ia além de oito ou nove pés acima do nível da água. Providenciou Diogo para que o reforçassem com fachina e cestões cheios de terra, assim como procurava entrincheirar a cidade. Foram os habitantes proibidos de abandoná-la, medida tendente a obrigá-los a defender o que era seu, e para maior efeito das ordens, foi elevada uma força. Porém, a suprema providência, que demonstrava a escassa confiança do governador na praça, consistiu na remoção da pólvora para a casa da governança, a fim de mandá-la para os ares com os ocupantes caso o inimigo triunfasse.

No porto estavam 18 barcos mercantes que foram encostados em Itapagipe. Tomaram conta os jesuitas da munição, pois, desde o começo do governo de Diogo tinham-se mostrado os seus mais animosos companheiros. O bispo também auxiliava a defesa, procurando avivar o fervor religioso da população ante a gravidade do momento. Prepararam-se para a morte, diz António Vieira então noviço na cidade, dando fim a velhos ódios e, "*descobriram-se pecados encobertos com o silêncio de muitos annos*", entregues ao creador, único que os podia valer no transe.

O tempo chuvoso tornara-se favorável aos assaltantes, ocultando os seus movimentos aos observadores de terra. Cinco navios se detiveram deante do forte de S. António afastado da cidade, onde desembarcaram tropas ao passo que os demais prosseguiam em direção ao porto. Quiz o acaso estivesse presente o grande António Vieira, da Companhia de Jesus, daí por deante envolvido em todas as peripécias da longa campanha, presente a combates, aconselhando governantes, intervindo nas negociações de paz que lhe puzeram termo. A sua pena evoca o espectáculo da poderosa frota que se aproximava da cidade, em

extensa carreira de navios a manobrar pelo estuário além do alcance da antiquada artilharia de terra. Arvorava sob o alvo velame pavese de guerra encarnados, atraz dos quaes ouvia-se o toque das trombetas bastardas dando ordens à tripulação. As flâmulas e bandeiras ondeavam desde o alto de antenas até varrer o mar, proporcionando um quadro magestoso que segundo o futuro estilista, enlevaria os presentes não fosse o compreensivel temor que os invadira.

Repellido o parlamentaríio que o almirante mandava à cidade, travou-se o desigual combate. "*Viraram logo as naus enfiadas sobre a terra*", escreve Vieira, "*e, por onde iam passando descarregavam os costados na cidade, forte e navios, que estavam abicados na praia, o que continuaram segunda e terceira vez, até que depois do meio dia, puzeram todos proa em terra, e as tres dianteiras em determinação de abalroarem a fortaleza*". Impediu-lhes, todavia, o intento os baixios que a rodeavam, devendo as naus se limitar em colocar-se a frente do parapeito, que batiam com as peças de bordo enquanto procediam ao ataque por lanchas. Os defensores eram animados por fr. Gaspar do Salvador que os levou a resistir o quanto puderam. Conseguiram com os meios de que dispunham avariar o *Groeninghen*, que mais se expuzera, matando-lhe o comandante no correr do assalto, mas sem o mesmo successo contra Pieter Heyn, que à frente de seus soldados tomou conta do forte do Mar. A muito custo chegaram os sobreviventes à praia, onde o governador entrou na água até o pescôço para salvar Lourenço de Brito todo ensanguentado pela refrega.

Vencida a resistência da ilhota, voltou-se o inimigo para os navios carregados de assucar, que os portugueses tinham tentado destruir ateando-lhes fogo debaixo de chuva. Ainda puderam os flamengos apaga-lo, por vagaroso que estava, ressentindo de falta de inflamáveis de facil e

intensa combustão, e deles se apossaram o que representava vultosa presa de guerra. Pouco antes fôra atingido por um pelouro "*nas queixadas*" na janela onde acompanhava o desenrolar da luta, o cristão novo Pero Garcia, casado com a viuva do Bângala de quem extensamente já tratamos. Ao receber a visita do governador disse-lhe que estava bom, porquanto naquela hora os enfermos saravam e das fraquesas faziam forças. Antes de morrer reconciliou-se ainda com Enrique Álvares, que pouco depois também seria mortalmente ferido.

Na confusão a atitude geral do povo era de estarecimento. Dirigidos pelo inglês ou flamengo Duchs, que estivera prisioneiro na Bahia, desembarcara facilmente a tropa de assalto na outra ponta da cidade, deante do forte de S. António, e depois de atropelar os defensores da praia, rumou para a porta do mesmo nome. O refluxo dos que deviam defender praia e cerca semeou o pânico na população, que passou a tratar do salvamento das famílias e haveres que fosse possível transportar. Nessas condições toda resistência se tornava inutil, resolvendo o bispo retirar-se para não cair nas mãos dos herejes, e instado pelo jesuita Manoel Fernandes para que não desamparasse o governador, exclamou, desta feita acertadamente, que sosinho não podia defender a Bahia seguindo para a quinta do tanque pertencente aos jesuitas. Lá tinham os inacinos reunido as alfaias de igrejas e capelas, os velhos, doentes e noviços, cujo acúmulo e proximidade da luta fizeram com que o prelado pouco se detivesse, continuando a marcha para a aldeia também jesuita do Espírito Santo. Enquanto isto, os holandeses se acercavam da presa para ao romper da aurora dar a definitiva investida, realizada sem mais combates por falta de adversários. Tinham preferido os portugueses abandonar a cidade indefensável, perante um inimigo esmagadoramente superior, e recorrer à

guerrilha, único meio que lhes restava para prolongar a luta.

Ficara no posto o governador mais o seu filho de dezessete anos de idade, alguns jesuitas e servidores. Propalou-se na ocasião, que os atacantes tinham sido auxiliados nos momentos finais pelos cristãos novos residentes na cidade. Conistou igualmente que Diogo de Mendonça pretendia lançar fogo à pólvora, no que foi impedido pelos companheiros, e ter-se-ia atirado de espada em punho sobre os soldados adversos que o desarmaram depois de viva luta em que ficou ferido. De mais certo, sabemos que o governador, o seu filho e os eclesiásticos, puderam se retirar livres para o navio que os esperava, ao passo que os demais portugueses de condição inferior tiveram as mãos atadas até embarcarem.

A captura do primeiro magistrado da colônia poz termo a resistência na cidade, calando-se o fortim de S. Felipe em Monserrate, que chegara a dar alguns tiros. Ficava o casario à mercê da soldadesca que se portou como de praxe, só não matando e estuprando porque a população fugira. As ordens dadas por Diogo de Mendonça para que ninguém saísse, fôra o mesmo que reprezar um rio com terra insossa, que de repente se desfaz e inunda as vizinhanças. O povareu correu para o norte, onde pesadas chuvas tinham engrossado regatos e ribeirões, aprofundando brejos e lagoas em que muitos se afogaram à procura de vau para atingir a região sergipana. Na cidade as portas das casas foram arrombadas na esperança de encontrar riquezas, os haveres dos habitantes roubados ou destruídos, o vinho a jorrar pelo chão, as igrejas profanadas, disputados no jogo o que fôra possível descobrir de algum valor.

A chegada de Van Dorth poz cobro à desordem para dar começo à metódica pilhagem dos funcionários da W. I. C.. Levantaram os stocks da mercadoria dos navios e

armazens, restabelecendo-se aos poucos a tranquilidade, começando a aparecer alguns "*officiaes mechanicos*", mais velhos e enfermos na qualidade de inofensivos, e mercadores judeus. Aos poucos o seu número aumentou com os portugueses, espanhoes e negros de Angola capturados nos barcos que entravam no porto sem saber dos acontecimentos. Entretanto, a tática guerrilheira movida pelos portugueses começara a dar frutos, os holandeses praticamente sitiados, tornando-se para eles um problema obter carne e outros gêneros de primeira necessidade. O comandante Van Dorth tendo-se arriscado com pequena escolta extra muros, foi surpreendido e morto. Continuavam, porém, os invasores a se organizar dentro da cerca de Diogo de Mendonça. A situação alimentar não era má de momento, graças ao que fôra encontrado nos armazens e casas, todavia não era de pletora. Mandou o almirante que se distribuisse a mesma ração dos soldados aos portugueses atraídos pela promessa de voltar seguros para as suas casas a troco de obediência aos Estados Geraes, e pagamento dos mesmos dízimos e impostos anteriormente pagos aos portugueses. Aos religiosos, com exceção dos jesuítas, deveriam ser devolvidas as igrejas, capelas e conventos, sendo-lhes permitido officiar de portas fechadas. Como, porém, se recusassem unanimemente aceitar taes condições, demonstração de que proviria do clero a maior opposição aos planos dos invasores, voltaram-se os holandeses contra a Sé, que transformaram em templo protestante depois de quebrados os altares e as imajens sacras. A igreja do colégio também se viu rebaixada à adega de vinho; N.^a Sr.^a da Ajuda em armazem e a de S. Francisco em moinho.

Os mosteiros não tiveram melhor sorte, passando o de franciscanos a quartel de soldados, e o noviciado de jesuítas a residência do pastor evangélico e sua família, que do santuário onde os padres colocavam as suas venerandas

reliquias, fizeram depósito para a frasqueira, servindo o resto do colégio de alojamento para os mercadores chegados com a armada. Tornara-se, destarte, lícito aos jesuitas dizerem, como Jesus a respeito de sua casa, "*vos autem fecistis speculam eam latronum*". Na conjuntura, eram os jesuitas particularmente visados pelos flamengos, que antecedendo os escritores do século 19 lhes atribuíam todos os malefícios possíveis imagináveis.

Certa vez perguntou o almirante ao padre Domingos Coelho, si costumava ouvir à noite estrondos no colégio segundo se queixavam os novos moradores, e como o jesuita negasse, afirmou Willekens aquilo significar na sua terra a existência no sítio de algum grande tesouro oculto. O reparo decorria da fama de imensamente rica a Companhia de Jesus, reputação que se avolumou com o tempo, e talvez motivasse as perseguições de Pombal contra a ordem. Um dos mercadores holandeses aboletados no Colégio, indivíduo provido da alta cultura a que o seu país tinha chegado, costumava procurar o padre Coelho para ambos conversarem em latim. Nessas palestras explicava que o ódio contra os inacinos por parte dos batavos, provinha deles saberem muito e através os conhecimentos desenvolverem ativa propaganda para lançar os príncipes católicos contra os protestantes. De nada adeantou a refutação do jesuita, que citou o decreto da suprema direção da ordem, proibindo semelhantes enredos sob as mais graves penas. Continuou o mercador na sua persuasão, assim como os companheiros, que colocaram na antiga capela dos noviços um quadro a representar o duque de Alba (o castelhano que eles mais abominavam) com um diabo no chapéu, mandando matar a muitos flamengos, e os jesuitas com foles a lhe instigar a ferocidade.

Na situação, a despeito de cobiças, rancores e prejuízos, nem tudo era sombrio. Em meio da violência inevitável em casos parecidos, ocorriam lampejos de velhos sen-

timentos cristãos impressos tanto na alma de vencidos como de vencedores, portugueses ou flamengos, católicos ou luteranos. Os escrúpulos que encontramos nos mercadores católicos das feitorias das Flandres, alanceados pela suspeita que o lucro da mercância seria ilícito segundo a religião, repetiam-se entre capitalistas de Amsterdam ou Rotterdam, quando pretendiam abandonar a W. I. C. por julgarem seus métodos em desacordo com a ortodoxia do credo protestante. Teria sido essa relutância a causa dos incorporadores encomendarem ao famoso Grotius o trabalho que escreveu sobre a liberdade dos mares, esteiando em argumentos jurídicos a agressão armada contra o comércio das nações ibéricas, a fim de lhe dar uma aparência legal. Admitia o direito internacional da época, por consenso unânime, que regiões desertas pudessem ser ocupadas por potências marítimas, como sucedera no Maranhão, onde La Ravardière reclamou indemnisação dos portugueses por o terem expulsado da ilha de S. Luís. Mas este não era o caso da Bahia. O assalto contra o Salvador era pura pirataria, a ponto do próprio almirante Willekens demonstrar constrangimento, envergonhado pelo saque da cidade. Tratou logo que pôde, de suste-lo, condoido pela sorte da laboriosa população vítima da inqualificavel cobiça da W. I. C. Composta de inocentes como os burgueses da Holanda, que fazia pouco deixara na sua pátria entregues aos seus afazeres habituaes, no entanto, tinham sido os baianos expulsos de suas casas, roubados e espoliados, brutalmente atirados à miséria. Segundo fr. Vicente do Salvador, concluida a tarefa militar, manteve-se o almirante a bordo, nada querendo dos despojos dos vencidos, antes, procurava valer-lhes na situação, mostrando com taes manifestações possuir a verdadeira grandesa do homem de guerra, destemido na luta e humano na vitória.

O successo da W. I. C. foi de pouca dura. Pode-se quasi dizer que perdeu a Bahia com a mesma facilidade

que a conquistara. Alcançou, porém, consideráveis resultados em tres terrenos. Precipitou o irremediavel dissídio entre portuguezes e castelhanos: estimulou o interesse de flamengos por empresas coloniaes, e contribuiu decisivamente para a decadência da marinha ibérica. As noticias dos enormes lucros dados pela expedição contra a Bahia alvoroçou os mercadores da Europa do Norte, que associados aos “marranos”, não mais tiveram dúvidas em se engolfarem em empresas que acabaram por arruiná-los, como antes tinham arruinado os portuguezes. A atividade dos irmãos Courteen, estabelecidos em Londres e Middelburgo é típica no momento, imiscuidos em todos os tráficos lícitos e ilícitos praticados nas Américas. Os judeus, por sua vez, ante a enorme desproporção entre as perdas e os proventos proporcionados pela captura da cidade do Salvador, que bem conheciam, não ezitavam mais em concorrer com os seus capitaes, para conquistarem “as suas colónias”, evidenciando-se taes propósitos nos barcos que armaram, onde os canhões levavam fundidos caracteres ebraícos alusivos a sua finalidade.

Até os elementos intervieram nas circunstâncias, parecendo que em certos passos da vida das nações tudo converge para lhes elevar ou destruir a grandesa, dispersos na volta à metrópole por gigantescos temporaes a frota de socorro a Bahia de D. Fradique de Toledo Osório. Da refrega saia dizimada a esquadra das Espanhas ao passo que nunca o adversário se sentira tão forte e audás. O maior objetivo de Usselinx fôra plenamente atingido, pois a tomada da Bahia inda em carater transitório, atingira nos seus desenvolvimentos ulteriores pontos vitaes do império filipino. Marcou também o fim da Idade de Ouro da população baiana, interrompendo-lhe o magnífico desenvolvimento em que se encontrava, mergulhando-a por longo espaço nas agruras de uma guerra injusta e cruel que não desejara nem merecia.

BIBLIOGRAFIA GERAL

BIBLIOGRAFIA GERAL

A

- Abreu e Brito, D.** — in Um Inquérito à Vida Administrativa, Angola e Brasil. Coimbra, 1931.
- Abreu e Lima, J. I. de** — Synopsis. Rio, 1845.
- Acioli-Amaral** — Memórias Historicas e Políticas. Bahia, 1919.
- Afonso Ruy** — História Política e Administrativa da Cidade do Salvador. Bahia, 1949.
- Aires do Casal, M.** — Corografia Brasílica. S. Paulo, 1943.
- Almeida d'Eça** — Normas Económicas da Colonisação Portuguesa. Coimbra, 1921.
- Almeida, Fortunato de** — Historia de Portugal. Coimbra, 1922.
- Almeida, Fortunato de** — Historia Religiosa da Igreja em Portugal. Coimbra, 1910.
- Almeida Prado, J. F. de** — Primeiros Povoadores do Brasil. S. Paulo, 1935.
- Almeida Prado, J. F. de** — Pernambuco e as Capitánias do Norte do Brasil. S. Paulo, 1939.
- Almeida Prado, J. F. de** — A Bahia e as Capitánias do Centro do Brasil. S. Paulo, 1945.
- Altamira y Crevea, R.** — Historia de España. Barcelona, 1923.
- Amaral, Bras do** — Recordações Historicas. Porto, 1921.
- Anchieta, J. de** — Cartas pub. Academia Bras. de Letras. Rio, 1931.
- Andrade Corvo, J. de** — Estudos. Lisboa, 1893.

- Andrade e Silva, J. J.** — Repertorio Geral de Toda a Legislação Portuguesa. Lisboa, 1850.
- Anaes da Biblioteca Nacional. Rio.
- Anaes de Bibliothecas e Archivos. Lisboa, 1920.
- Anaes Maritimos e Coloniaes. Lisboa, 1840.
- Antonil, A. João** — Cultura e Opulencia do Brasil. Rio, 1837.
- Antonio de Santa Maria Jabotão** — Novo Orbe Seraphico. Lisboa, 1761.
- Arquivo Histórico Colonial. Lisboa.
- Arquivo Histórico Português. Lisboa.
- Archivo Storico Italiano. Roma.
- Arquivo Publico da Bahia.
- Arquivo da Torre do Tombo. Lisboa.
- Aulnoy, Comtesse d'Aulnoy** — La Cour et la ville de Madrid. Paris, 1874.
- Azevedo, J. L. d'** — Épocas de Portugal Económico. Lisboa, 1929.
- Azevedo, J. L. d'** — História de António Vieira. Lisboa, 1931.
- Azevedo, J. L. d'** — História dos Cristãos Novos Portugueses. Lisboa, 1922.
- Azevedo, J. L. d'** — Novas Epanáforas. Lisboa, 1932.
- Azevedo, J. L. d'** — A Evolução do Sebastianismo. Porto, 1918.
- Azevedo, J. L. d'** — Cap.º Económico in Enc. His. Port.

B

- Baião, A.** — A Inquisição em Portugal e no Brasil. Lisboa, 1921.
- Baldus, Herbert** — Ensaio de Etnologia Brasileira. S. Paulo, 1937.
- Baldus, Herbert e Willems, Emílio** — Dicionário de Etnologia e Sociologia Brasileira. S. Paulo, 1937.
- Ballesteros y Beretta, A.** — Historia de España. Barcelona, 1922.
- Barreto, João** — História da Guiné. Lisboa, 1938.

- Bataillon, Marcel** — Érasme et l'Espagne. Paris, 1937.
- Bensabat Amzalak, Moses** — Do estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal. Lisboa, 1928.
- Blok, P. J.** — Isaak Loysen, in *Bildrajen historisch genootschap*. Fasc. XXIV.
- Blok, P. J.** — Geschichte des Niederlaendischen Volks in col. Heeren und Ukert. Gotha.
- Bouvier, René** — Les Migrations Végétales. Paris, 1946.
- Borges de Barros, Francisco** — Bandeirantes e Sertanistas Bahianos. Bahia, 1919.
- Borges de Barros, Francisco** — A Margem da Historia da Bahia. Bahia, 1934.
- Borges de Barros, Francisco** — Memorias Historicas de Ilheus, Belmonte, Municipio de Maracás. Bahia.
- Borges de Barros, Francisco** — Annaes da Capitania de Iheus. Bahia.
- Borges de Barros, Francisco** — Commercio da Bahia com a India e a Africa. Bahia.
- Borges de Barros, Francisco** — Dicionario Geographico e Historico da Bahia. Bahia.
- Borges de Castro, Francisco** — Coleção dos Tratados de Portugal. Lisboa.
- Braancamp Freire, A.** — Noticias da Feitoria de Flandres. in *Archivo Historico Português*. Lisboa.
- Brasilia. Revista. Coimbra.
- Brandel, F. A.** — La Mediterranée et Philippe II. Paris, 1949.
- Brentanos, L.** — Die Anfaenge des modernen Kapitalismus. Muenchen, 1916.
- Bulletin des Archives d'Anvers.

C

- Cabrera de Córdoba, L.** — Felipe Segundo. Madrid, 1876.
- Calendar of Letters and State Papers. Foreign Series. London.
- Canabrava, A. P.** — O Comércio Português no Rio da Prata. S. Paulo, 1944.

- Canestrini, G.** — Memoria intorno alle Relazioni Commerciali dei Fiorentini coi Portoghesi. in *Archivo Storico Italiano*. Roma.
- Capistrano de Abreu, João** — *Capítulos de Historia Colonial*. Rio, 1928.
- Capistrano de Abreu, João** — *Prolegomenos da Historia do Brasil de fr. Vicente do Salvador*. S. Paulo, 1918.
- Capistrano de Abreu, João** — *Anotações in Historia do Brasil de Varnhagen*.
- Cardim, Fernão** — *Tratados*. Rio. J. Leite, 1925.
- Carqueja, Bento** — *O Capitalismo Moderno*. Porto, 1908.
- Carvalho, Alfredo de** — in *Rev. Inst. Ar. Pernambucano*.
- Carvalho da Costa, A.** — *Chorographia Portugueza*. Braga, 1862.
- Cartas Avulsas*. Publ. Acad. Bras. de Letras. Rio, 1931.
- Cartas Jesuiticas*. Cont. publ. Acad. Bras. de Letras. Rio, 1933.
- Claude d'Abbeville** — *Histoire de la Mission*. Paris, 1614.
- Castelo Branco, Camilo** — *Sentimentalismo e Historia*. Porto, 1897.
- Castro y Bravo, Frederico** — *Las Naos Españolas*. Madrid. Editorial Voluntad.
- Cavazzi da Montecuccolo, G. A.** — *Istorica Descrizione*. Bologna, 1687.
- Cerejeira, Cardeal** — *Clenardo*. Coimbra, 1926.
- Clemente da Silva Nigra, D.** — *Trabalhos. conferências e monografias*.
- Clemente da Silva Nigra, D.** — *Francisco Pereira Coutinho*. Bahia, 1937.
- Corpo Chronologico Portuguez*. in *Ar. Torre do Tombo*. Lisboa.
- Corpo Diplomatico Portuguez*. in *Ar. Torre do Tombo*. Lisboa.
- Cortesão, J. Z.** — *Introdução à História das Bandeiras*. Artigos in *"Estado de S. Paulo"*. S. Paulo, 1949.
- Costa Lobo, A. de** — *Historia da Sociedade de Portugal no Seculo XV*. Lisboa, 1904.
- Couto, Diogo do** — *Decadas da Asia*. Lisboa, 1728.
- Couto, Diogo do** — *Soldado Pratico*. Lisboa, 1700.

D

- Denucé, J.** — Privilèges Commerciaux. in Arch. Hist. Portuguez. Lisboa, 1909.
- Dialogo das Grandezas do Brasil. Rio, 1930.
- Dionigio Carli da Piacenza** — Il Moro Transportato. Bassano, 1687.
- Documentos Historicos. Publ. Biblioteca Nacional. Rio.
- Documentos Historicos. Publ. Camara Municipal da Bahia.
- Documentos Inéditos para la Historia de España. Madrid.
- Du Tertre, J. B.** — Histoire Generale des Antilles. Paris, 1667.

E

- English Historical Review. Edinburg.
- Ehrenberg, R.** — Das Zeithalter der Fuegger. Iena, 1896.
- Enformação do Brasil. in Rev. Inst. Hist. Bras. Rio.
- Esteves Pereira, J. M.** — A Industria Portugueza. Lisboa, 1900.
- Esteves Pereira, J. M.** — Historia do Progresso das Inds. Ports. Lisboa, 1900.

F

- Ferreira Paes, Simão** — As Famosas Armadas Portuguesas. Rio, 1938.
- Florestan Fernandes** — A Organização Social dos Tupinambá. S. Paulo, 1949.
- Figueiredo Falcão, L.** — Livro de Toda a Fazenda. Lisboa, 1859.
- Ford, J. D. M.** — Cartas de D. João III. Cambridge. Mass. U.S.A., 1931.
- Fouché Delbosc, R.** — Bibliographie des Voyages en Espagne et Portugal. Paris, 1896.
- Forneron, Henri** — Histoire de Philippe II. Paris, 1881.
- Franco, Antonio** — Imagem da Virtude. Coimbra-Évora, 1717.
- Franco, Antonio** — Synopsis. Augsburg, 1726.
- Freyre de Oliveira, E.** — Elementos... Municipio de Lisboa. Lisboa.

- Friederici, Georg** — Der Charakter der Entdeckung. Stuttgart, 1925.
- F. R.** — Viajes de Extrangeros por España y Portugal. Madrid, 1878.
- Frutuoso, Gaspar** — Saudades da Terra. Funchal, 1873.

G

- Galanti, Rafael** — Historia do Brasil. S. Paulo, 1911.
- Gama Barros, H.** — Historia da Admn. Publ. em Portugal. Lisboa, 1885.
- Garcia, R.** — in Docts. Ba. Nacional. Rio.
- Garcia, R.** — Anotações Ha. do Brasil de Varnhagen. S. Paulo.
- Girard, A.** — La Répartition de la Population en Espagne. Paris, 1929.
- Gomes de Brito, Bernardo** — Historia Tragico Maritima. Lisboa, 1735.
- Gomes Solis, Duarte** — Discursos sobre los Comercios de las dos Indias. Lisboa, 1722.
- Gonnard, René** — La Conquête Portugaise. Paris, 1947.
- Goris, J. A.** — Étude sur les Colonies Marchandes. Louvain, 1925.
- Guerreiro, Bartolomeu** — Gloriosa Coroa. Lisboa, 1624.
- Guerreiro, Fernão** — Relação Annual. Évora-Lisboa, 1603-08.
- Guicciardini, Ludovico** — Descrittioni di Tutti i Paesi Bassi. Anvers, 1567.

H

- Handbook of South Americans Indians. Smithsonian Institute. Bulletin 143. Washington, 1946.
- Hanke, Lewis** — The First Social Experiments in America. Harvard Univ. Cambridge. Mass. U.S.A., 1935.
- Haebler, K.** — Spanische und Portugiesische des XV-XVI Jahrhunderts. Strasburg, 1898.

- Hamilton, Earl** — American Treasure. Harv. Un. Press. Mass. 1934.
- Handelmann, H.** — Geschichte von Brasilien. Berlin, 1860.
- Haring, C. H.** — The American Gold and Silver Production. Quaterly Journal of Ecs.
- Hauser, H.** — La Vie Chère au XVI Siècle. Paris, 1932.
- Hauser, H.** — La Prépondérance Espagnole. Paris, 1933.
- Heckscher, E. F.** — La Época Mercantilista. México, F. C. E. 1943.
- Herrera, Antonio de** — Historia General. Amberes, 1728.
- Historia da Colonização Portuguesa do Brasil. Porto, 1922.
- História da Expansão Portuguesa no Mundo. Lisboa, 1939.
- História de Portugal dirigida pelo prof. Damião Peres. Lisboa.
- Hoehne, F. C.** — Botanica e Agricultura no Brasil. S. Paulo, 1937.
- Huet, P. D.** — Mémoires de diverses Nations. Amsterdam, 1718.
- Huntington, Ellsworth** — Civilization and Climate. Yale U. P. 1939.

L

- Laet, Johannis de** — História dos Feitos. Ed. Bib. NL. Rio, 1916-25.
- Lannoy, Ch. de** — Histoire de l'Expansion Coloniale du Portugal. Bruxelles, 1907.
- Laranjo, J. F.** — Economistas Portuguezes, in Instituto. Coimbra, 1884.
- Le Clerc, Jean** — Histoire des Provinces Unies. Amsterdam, MDCCXXVIII.
- Leite, Serafim** — História da Companhia de Jesus no Brasil.
- Leite, Serafim** — Novas Cartas Jesuíticas. S. Paulo, 1940.
- Lemos, Maximiano** — História da Medicina em Portugal. Porto, 1916.
- Lery, J.** — Histoire d'un Voyage. La Rochelle, 1578.
- Levillier, Roberto** — Don Francisco de Toledo, Supremo Organizador del Perú. Buenos Aires, 1935-42.
- Linschotten, J. H.** — Voyage. Amsterdam, 1638.
- Livro das Denúncias da Bahia. Publ. Bibl. NL. Rio, 1936.

- Livro das Mercês Geraes in Arquivo Hist. Col. Lisboa.
Livro que dá Rezam. 1612. Cópia in Inst. Hist. Bras. Rio.
Livro Velho do Tombo do Mosteiro de S. Bento na Bahia.
Bahia, 1945.
Lopes de Lima, J. J. — Ensaio sobre as Posseções Portuguezas.
Lisboa, 1844.

M

- Mascarenhas, B. G. — Viriato Tragico. Lisboa, 1699.
Mello, D. F. M. de — Epanaphoras de Varia Historia. Lisboa, 1676.
Mendonça, Lourenço de — Suplicación. Madrid, 1630.
Memorias e Documentos da Real Ac. de Hist. Lisboa.
Mentzel, C. — Theatri Rerum Naturalium Brasillae. Manus.
S. B. Berlin.
Merriman, R. B. — The Rise of the Spanish Empire. New York, 1936.
Metraux, A. — La Civilisation Materielle de Tupi-Guarani. Paris, 1928.
Metraux, A. — La Religion des Tupinamba. Paris, 1928.
Metraux, A. — Les Migrations Historiques. Paris, 1927.
Muller, Gregório — Os Benedictinos na Bahia. Bahia, 1947.

N

- Neiva, Artur — in Rev. Brasileira.
Netscher, P. M. — Les Hollandais au Brésil. La Haye, 1853.
Newton, A. P. — The European Nations in the West Indies.
London, 1933.
Nobrega, Manoel da — in Cartas Jesuiticas. Rio, 1931.

O

- Oliveira Martins, J. P. — Historia de Portugal. Lisboa, 1880.
Oliveira, Nicolau de — Livro das Grandezas de Lisboa. Lisboa, 1620.
Oliveira, Oscar de — Os Dizimos Eclesiásticos do Brasil. Mariana, 1939.
Ortiz, Fernando — El Engaño de las Razas. Habana, 1945.

P

- Paulmier de Gonneville, L. V.** — *Les Trois Mondes*. Paris, 1582.
- Pedreira de Castro, Fernando** — *Crónica da Igreja no Brasil*. Rio, 1938.
- Pelxoto, Afrânio** — *História do Brasil*. Rio, 1944.
- Perdigão Malheiro, A. M.** — *A Escravidão no Brasil*. Rio, 1867.
- Pereira de Berredo, B.** — *Annaes Historicos*. Lisboa, 1749.
- Peres, Damião** — *O Governo do Prior do Crato*. Barcelos, 1929.
- Pison & Maregraf** — *Historia Naturalis Brasiliae*. Amsterdam, 1648.
- Primeira Visitação do Santo Officio**. *Denúncias da Bahia*. S. Paulo, 1925.
- Primeira Visitação do Santo Officio**. *Confissões da Bahia*. S. Paulo, 1925.
- Primeira Visitação do Santo Officio**. *Denúncias de Pernambuco*. S. Paulo, 1929.
- Primeira Visitação do Santo Officio**. *Confissões de Pernambuco*. Manuscrito.
- Pyrard de Laval** — *Voyage*. Paris, 1679.

R

- Ravenstein, E. G.** — *History of Congo and Angola*. London, 1901.
- Rebello da Silva, L. A.** — *População e Agricultura de Portugal*. Lisboa, 1868.
- Rebello da Silva, L. A.** — in *Corpo Diplomatico Portuguez*.
- Reiffenberg, de** — *Coup d'Oeil sur les Relations entre Les Pays Bas et le Portugal*, in *Nouveaux Mémoires de l'Académie de Belgique*.
- Ribeiro, Emanuel** — *O Doce nunca Amargou*. Coimbra, 1938.
- Ribeiro de Macedo, Duarte** — *Obras Ineditas*. Lisboa, 1817.
- Ricard, R.** — *Les Jesuites au Brésil*, in *Rev. d'Histolre des Missions*.
- Ricard, R.** — *Études et Dcs. pour l'H. des Missns*. Paris, 1931.

- Ricard, R.** — *Indiens et Morisques in Jrnl. Americanistes.* Paris, 1926.
- Revista do Archivo Publico da Bahia.
- Revista do Arquivo Colonial Português. Lisboa.
- Revista de Historia. Lisboa.
- Revista do Inst. Hist. e Archeologico de Pernambuco.
- Revista do Inst. Hist. Brasileiro. Rio.
- Revista do Inst. Hist. do Ceará. Fortaleza.
- Revista do Inst. Hist. Estudos Brasileiros. Rio.
- Rocha Pombo, J. F.** — *Historia do Brasil.* Rio, 1906.
- Rodrigues, Francisco** — *Ha. da Companhia de Jesus em Portugal.* Porto, 1948.
- Rodrigues de Brito, J.** — *Cartas Económico-Políticas sôbre a Agricultura.* Lisboa.
- Rodrigues de Mello, J. e Prudencio do Amaral** — *Georgicas Brasileiras.* Rio, 1941.
- Rodrigues da Silveira** — *Memorias de um Soldado da India.* Lisboa, 1877.
- Ruiters, Dierick** — *Toortse des Zeevaert.* Nijhoff. S'Gravenhage, 1913.

S

- Sampaio, Theodoro** — *Historia da Fundação da Cidade do Salvador.* Bahia, 1949.
- Sanchez, Alonso B.** — *Fuentes de la Historia Española.* Madrid, 1927.
- Sanches de Baena** — *Familias Titulares e Grandes de Portugal.* Lisboa.
- Santarem e Rebello da Silva** — *Quadro Elementar das Relações Politicas.* Lisboa, 1864.
- Sérgio, António** — *História de Portugal.* Barcelona, 1929.
- Sérgio, António** — *Antologia dos Economistas Portuguezes.* Lisboa, 1924.
- Severim de Faria, Manoel** — *Noticias de Portugal.* Lisboa, 1655.
- Shilling, Dorotheus** — *Os Portugueses e a Introdução da Medicina no Japão.* Coimbra, 1937.

- Silva Correla, Fernando da** — Origens das Misericórdias Portuguesas. Lisboa, 1944.
- Simonsen, Roberto** — Historia Economica do Brasil. S. Paulo, 1937.
- Soares de Souza, Gabriel** — Tratado Descriptivo do Brasil. S. Paulo.
- Souza, Luís de** — Annaes de D. João III. Lisboa, 1844.
- Souza de Macedo, António** — Razão da Guerra entre Portugal e as Provincias Unidas. Lisboa, 1657.
- Souza Viterbo, F. M.** — Trabalhos Nauticos dos Portuguezes. Lisboa, 1898.
- Solórzano Pereira, Juan de** — Politica Indiana. Madrid, 1647.
- Sombart, W.** — Die Vorkapitalische Wirtschaft. Duncker-Humblot. Muenchen, 1928.
- Southey, Robert** — History of Brazil. London, 1812.
- Spix und Martius** — Reise in Brasilien. Muenchen, 1823.
- Studart, Barão de** — Documentos para a Historia do Brasil. Fortaleza, 1904.

T

- The Fugger News Letters.** Ed. Gordon Lelfridge. London, 1925.
- Thevet, André** — Les Singularitez de la France Antarctique. Paris, 1557.
- Thomsen, Thomas** — Albert Eckout. Kopenhagen, 1938.
- Thurnwald, Richard** — Koloniale Gestaltung. Hamburg, 1939.
- Thurnwald, Richard** — The Psychologie of Acculturation. American Anthropologist. Vol. 34. 1932.
- Trevor Davies, R.** — The Golden Century of Spain. London, 1937.

U

- Unwin, George** — Studies in Economic History. London, 1927.
- Ushe, Q.** — The Presbyterian Movement. 1584-89. Com. So. 1905.

V

- Van den Bussche** — Flandre et Portugal. Bruges, 1874.
- Van der Essen, L.** — Contribution... du commerce... vers l'Espagne et le Portugal, in B. de l'Academie R. de Belgique.
- Vanderlinden, H.** — L'Hégémonie Européenne. Période Franco-Espagnole. Paris, 1935.
- Varnhagen, F. A.** — Historia do Brasil. 4.^a ed. S. Paulo.
- Vasconcelos, Simão de** — Chronica da Companhia de Jesus. Lisboa, 1663.
- Viana, F.** — Memoria Historica da Bahia. Bahia, 1893.
- Vicente do Salvador, Fr.** — Historia do Brasil. S. Paulo, 1918.
- Vieira, António** — Sermões. Lisboa. 1854.
- Vieira, António** — Obras Inéditas. Lisboa, 1856.
- Vilhena, L. S.** — Recopilação. Bahia, 1921.

W

- Weber, Max** — Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie. Tübingen, 1934.
- Wiebe, Georg** — Zur Geschichte der Preisrevolution des XVI und XVII Jahrhunderts. Stuttgart, 1896.
- Wied-Neuwied, Maximilian** — Reise nach Brasilien. Frankfurt a. Mein, 1820.
- Wiese, Leopold von** — Kindeheit. Erinnerungen aus Meinem Kadettenjahren. Paul Stegemann Verlag. Hannover, 1924.
- White, Leslie, A.** — Evolucionismo e anti-evolucionismo na teoria etnológica americana. in Sociologia. X. S. Paulo, 1948.
- Wilson, Thomas** — Religion and the Rise of Capitalism. London, 1926.
- Windelband, W.** — Die Geschichte der Neueren Philosophie. I. Von der Renaissance bis Kant. Leipzig, 1922.

Y

- Yves d'Evreux** — Voyage dans le Nord du Brésil. Paris, 1864.

Í N D I C E

A Idade de Ouro da Bahia	7
A Estreia da Inquisição	11
O Governo de D. Francisco de Sousa	37
Diogo Botelho'	69
Governo de D. Luis de Sousa	151
O Cristão Velho	249
Portugueses, Estrangeiros e outros elementos da Popu- lação	285
Diogo de Mendonça Furtado	319
Bibliografia Geral	337

BRASILIANA

SÉRIE 5.^a DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

FUNDADA POR FERNANDO DE AZEVEDO



Últimos volumes publicados (*)

- 239 — C. RIBEIRO DE LESSA: *Vocabulário de Caça.*
- 240 — TITO LIVIO FERREIRA: *Gênese Social da Gente Bandeirante.*
- 241 — DONALD PIERSON: *Branços e Pretos na Bahia.*
- 242 — NEVILLE CRAIG: *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.*
- 243 — JOSÉ ANTONIO SOARES DE SOUZA: *A Vida do Visconde de Uruguai.*
- 244 — F. BIARD: *Dois Anos no Brasil.*
- 245 — TITO FRANCO DE ALMEIDA: *O Cons. Francisco José Furtado.*
- 246 — DAVID CARNEIRO: *História da Guerra Cisplatina.*
- 247 — J. F. DE ALMEIDA PRADO: *A Bahia e as Capitãncias do Centro do Brasil, 1.^o vol.*
- 247-a — J. F. DE ALMEIDA PRADO: *A Bahia e as Capitãncias do Centro do Brasil, 2.^o vol.*
- 248 — JÚLIO PATERNOSTRO: *Viagem ao Tocantins.*
- 249 — ARTUR RAMOS: *As Culturas Negras no Novo Mundo.*
- 250 — EMILIO WILLEMS: *A Acluturação dos Alemães no Brasil.*
- 251 — PAUL LE COINTE: *Arvores e Plantas Úteis (Amazônia Brasileira III).*
- 252 — ERNESTO ENNES: *Estudos sobre História do Brasil.*
- 253 — T. O. MARCONDES DE SOUZA: *O Descobrimento do Brasil.*
- 254 — RODRIGO OTAVIO: *Os Selvagens Americanos Perante o Direito.*
- 255 — BARBOÇA LIMA SOBRINHO: *O Devassamento do Piauí.*
- 256 — OLIVEIRA VIANNA: *Problemas de Política Objectiva.*
- 257 — W. L. von ESCHWEGE: *Piuto Brasiliensis, em dois volumes — Tradução do Dr. Domicio Figueiredo Murta.*
- 258 — L. CRULS: *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil.*
- 259 — ALFREDO ELLIS JUNIOR: *Meio Século de Bandeirismo.*
- 260 — ALMIR DE OLIVEIRA: *Gonzaga e a Inconfidência Mineira.*
- 261 — HELIO VIANA: *Estudos de História Colonial.*
- 262 — CELSO VIEIRA: *Anchleta, 2.^a edição.*
- 263 — L. A. DA COSTA PINTO: *Lutas de Famílias no Brasil.*
- 264 — A. INÁCIO DE MENEZES: *Flóra da Bahia.*
- 265 — AMANDO CAUBY: *O Patriarca, Gênio da América.*
- 266 — FRANCIS CASTELNAU: *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul, em dois volumes. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto.*
- 267 — A. METRAUX — *A Religião dos Tupinambás, trad. do Dr. Estevão Pinto.*

(*) Para lista completa dos volumes desta Série vide Catálogo Especial.



Edições da

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Sede: Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo

FILIAIS: Rio de Janeiro — Recife — Bahia — Pará — Pôrto Alegre

BRASILIANA
SÉRIE 5.ª DA
Biblioteca Pedagógica
Brasileira



A 5.ª série, que figura na B. P. B. com o título de "Brasiliana", é a mais vasta e completa coleção e sistematização, que se tentou, até hoje, de estudos brasileiros. Esta série compõe-se de ensaios sobre a formação histórica e social do Brasil; de estudos de figuras nacionais e de problemas brasileiros (históricos, geográficos, etnológicos, políticos, econômicos, etc.); de reedições de obras raras e de notório interesse e de traduções de obras estrangeiras sobre assuntos brasileiros.

Todos os que se dedicavam a estudos sobre o Brasil eram unânimes em reconhecer as grandes dificuldades criadas, para as suas investigações, pela raridade de obras de informações e de consultas, muitas já esgotadas, outras por traduzir quase tôdas dispersas. A C. E. N. propôs-se a coligir estas obras, reeditá-las ou traduzi-las e a promover e estimular a produção deste gênero, reunindo, em uma série, não só os livros clássicos e os novos trabalhos sobre o Brasil e seus problemas, como todo o material de valor documentário. A aceitação pública que granjeou desde logo a "Brasiliana" veio provar a utilidade e o alcance desta iniciativa de coordenação e de sistematização de estudos e de pesquisas sobre assuntos e problemas nacionais, encarados sob todos os seus aspectos.

Mais de 250 volumes publicados.



Edições da
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO